



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO.**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

**CUIABÁ – MT
MARÇO/2012**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO.**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 117/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

**CUIABÁ – MT
MARÇO/2012**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.

Reitor “Pro Tempore”: José Bispo Barbosa

DIRETORES GERAIS DOS CAMPIS

Campus Barra do Garças

Josdyr Vilharga

Campus Bela Vista

Suzana Aparecida da Silva

Campus Cáceres

Jair Cestari

Campus Campo Novo do Parecis

Darlon Alves de Almeida

Campus Confresa

Willian Silva de Paula

Campus Cuiabá

Ali Veggi Atala

Campus Juína

Márcio Gonçalves dos Santos

Campus Pontes e Lacerda

Gláucia Mara de Barros

Campus Rondonópolis

Pedro José de Barros

Campus São Vicente

José Luiz de Siqueira

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Pró-Reitor de Administração Josias do Espírito Santo Coringa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Josias do Espírito Santo Coringa – PROAD/IFMT

Michelle Eiko Hayakawa – PROAD/IFMT

Túlio Marcel R. de Figueiredo – PROAD/IFMT

Apoio:

Marcos de Almeida Faria – PROEN/IFMT

Danilo Herbert Queiroz Martins – Campus Cuiabá

João Germano Rosinke – Campus Confresa

Ronaldo José Perin – Campus São Vicente

Maria Moreira de Carvalho – Campus Cáceres

Vandervanio Osni Pacheco – Campus Juína

Jandilson Vítor da Silva – Campus Campo Novo do Parecis

Lucimar Moreira da Silva – Campus Pontes e Lacerda

Cristina Massae Nakamura – Campus Pontes e Lacerda

Laura Aoyama Barbosa – Campus Rondonópolis

Reinaldo Silva Barbosa – Campus Bela Vista

Renata Maciel – Campus Bela Vista

Elizeu Demambro – Campus Barra do Garças

Este relatório foi elaborado com base nas informações prestadas pelas Pró-Reitorias, Campis e demais unidades acadêmicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DN – Decisão Normativa
DSGH – Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
IF – Instituto Federal
IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
IN – Instrução Normativa
IP –Protocolo Internet
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PRONILLO – Programa Nilo Peçanha
PROPES – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PSI – Política de Segurança da Informação
QoS – Qualidade de Serviço
RG – Relatório de gestão
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEED – Secretaria de Educação a Distância
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UG's – Unidades Gestoras
VoIP – Voz sobre IP
VPN – Virtual Private Network

TABELAS

Tabela I. Identificação da UJ	12
Tabela II. Das atividades de extensão previstas no PDI para o ano de 2011	35
Tabela III. Dos projetos submetidos e aprovados (Tema/Campus) – Edital n. 30/2011 e 37/2011	36
Tabela IV. Projetos de extensão aprovados no Edital n. 37/2011	37
Tabela V. Investimentos realizados nos Editais n. 32/2010 e 30/2011	38
Tabela VI. Investimentos realizados no Edital n. 37/2011	39
Tabela VII. Acordos/Termos de Cooperação celebrado para desenvolvimento de estágios e/ou atividades de extensão	39
Tabela VIII. Indicadores dos Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq.....	41
Tabela IX. Oferta de bolsa de Iniciação Científica em 2011	42
Tabela X. Número de projetos apresentados e bolsas solicitadas, por Campi – Edital 029/2011	42
Tabela XI. N° total de professores X N° de professores participantes do Edital 029/2011, por Campi.	43
Tabela XII. Resumo do Edital n. 29/2011	43
Tabela XIII. Pós- Graduação Stricto Sensu em andamento.....	44
Tabela XIV. Pós-Graduação Lato Senso - PROEJA	44
Tabela XV – Demonstrativo da execução por Programa e Ações de Governo	52
Tabela XVI – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da Instituição	74
Tabela XVII – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	75
Tabela XVIII. Resumo geral da execução programática.....	78
Tabela XIX. Comparação entre a execução do exercício e os anos anteriores.....	79
Tabela XX. Programação de despesas correntes	80
Tabela XXI. Programação de despesas de capital.....	81
Tabela XXII. Remanejamento de Créditos (Créditos Adicionais)	82
Tabela XXIII. Resumo da Programação de Despesas	82
Tabela XXIV. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	84
Tabela XXV. Resumo das movimentações internas ou externas	87
Tabela XXVI. Créditos orçamentários recebidos por descentralização	89
Tabela XXVII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.....	91
Para o preenchimento dos quadros Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (Tabela XXVIII) e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (Tabela XXIX) foram considerados como referência os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011 discriminados em ordem decrescente desse montante.....	92
Tabela XXX. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.....	92
Tabela XXXI. Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.	93
Tabela XXXII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação....	94
Tabela XXXIII. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	95
Tabela XXXIV. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	96
Tabela XXXV. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	97
Tabela XXXVI. Situação de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora.....	97
Tabela XXXVII. Situação de restos a pagar processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora	99
Tabela XXXVIII. Saldo de Restos a Pagar para o exercício de 2012	100
Tabela XXXIX. Gastos correntes por aluno/ano.....	101
Tabela XL. Percentual de gastos com pessoal.....	102
Tabela XLI. Percentual de gastos com outros custeios.....	103
Tabela XLII. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	104
Tabela XLIII. Gastos com outras descentralizações de créditos.....	105
Tabela XLIV. Gastos com investimentos/gastos totais.....	106

Tabela XLV. Investimentos com obras	107
Tabela XLVI. Investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes	107
Tabela XLVII. Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.....	108
Tabela XLVIII. Relação candidato por vaga.....	109
Tabela XLIX. Relação ingressos por alunos.....	116
Tabela L. Relação de concluintes por alunos.....	123
Tabela LI. Índice de eficiência acadêmica.....	131
Tabela LII. Índice de retenção do fluxo escolar.....	138
Tabela LIII. Outras Movimentações de alunos.....	145
Tabela LIV. Relação alunos por docentes em tempo integral.....	151
Tabela LV. Índice de Titulação do Corpo Docente	153
Tabela LVI. Índice de Renda Familiar Per Capita.....	155
Tabela LVII. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes	156
Tabela LVIII. Força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011	159
Tabela LIX. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011	159
Tabela LX. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada – Situação em 31/12/2011.....	160
Tabela LXI. Quantidade de servidores por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011.....	160
Tabela LXII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	161
Tabela LXIII. Quantidade de servidores por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011	161
Tabela LXIV. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	161
Tabela LXV. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2011	162
Tabela LXVI. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2011	162
Tabela LXVII. Composição do Quadro de Estagiários	163
Tabela LXVIII. Vagas de estágio preenchidas no exercício de 2011.....	163
Tabela LXIX. Quadro de Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	164
Tabela LXX. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-MT (Atual Campus Cuiabá)	165
Tabela LXXI. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-Cuiabá (Atual Campus São Vicente).....	166
Tabela LXXII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – EAF Cáceres (Atual Campus Cáceres).....	167
Tabela LXXIII. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	168
Tabela LXXIV. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	168
Tabela LXXV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cuiabá.....	169
Tabela LXXVI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cáceres.....	169
Tabela LXXVII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Juína.....	170
Tabela LXXVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Pontes e Lacerda.....	170
Tabela LXXIX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus São Vicente.....	171
Tabela LXXX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Confresa.....	171
Tabela LXXXI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Barra do Garças	172

Tabela LXXXII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Rondonópolis.....	172
Tabela LXXXIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Bela Vista.....	172
Tabela LXXXIV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria.....	173
Tabela LXXXV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cuiabá.....	173
Tabela LXXXVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Campo Novo do Parecis.....	174
Tabela LXXXVII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus São Vicente.....	175
Tabela LXXXVIII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Bela Vista.....	175
Tabela LXXXIX. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Confresa.....	176
Tabela XC. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Juína.....	177
Tabela XCI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cáceres.....	177
Tabela XCII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Reitoria.....	178
Tabela XCIII. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2011.....	179
Tabela XCIV. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2010.....	179
Tabela XCV. Ocorrências registradas no SIASS.....	179
Tabela XCVI. Desligamentos por Campi ocorridos em 2010 e 2011.....	180
Tabela XCVII. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	182
Tabela XCVIII. Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência.....	183
Tabela XCIX. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	183
Tabela C. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.....	183
Tabela CI. Prestações de contas realizadas e pendentes de atendimento dos créditos recebidos por meio de descentralização.....	184
Tabela CII. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	187
Tabela CIII. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	189
Tabela CIV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	193
Tabela CV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	193
Tabela CVI. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ.....	194
Tabela CVII. Gestão da Tecnologia da Informação.....	198
Tabela CVIII. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	200
Tabela CIX. Despesa com cartão de crédito corporativo.....	200
Tabela CX. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	202
Tabela CXI. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	212
Tabela CXII. Situação das deliberações do TCU anteriores ao exercício de 2011 que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	214
Tabela CXIII. Cumprimento das deliberações da CGU atendidas no exercício.....	215
Tabela CXIV. Cumprimento das deliberações da CGU anteriores ao exercício de 2011 e atendidas no exercício.....	218
Tabela CXV. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	220
Tabela CXVI. Situação das deliberações da CGU anteriores ao exercício de 2011 que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	222
Tabela CXVII. Plano de Providências da Unidade de Auditoria Interna do IFMT.....	225

Tabela CXVIII. Falhas e/ou Irregularidades (Estrutura padrão para descrição de irregularidades verificadas, com ou sem dano apurado, e consequente caracterização da responsabilidade dos gestores envolvidos).280

FIGURAS

Figura 1. Presença do IFMT no Estado de Mato Grosso	15
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 Projetos de Extensão	37
Gráfico 2. Dotação versus execução - 2011	79
Gráfico 3. Saldo dos Restos a Pagar para o exercício de 2012	100
Gráfico 4. Gastos correntes por aluno	102
Gráfico 5. Percentual de gastos com pessoal.	103
Gráfico 6. Percentual de gastos com outros custeios.	104
Gráfico 7. Gastos com os recursos diretamente arrecadados	105
Gráfico 8. Gastos com outras descentralizações de créditos.....	106
Gráfico 9. Evolução da Concorrência	115
Gráfico 10. Potencial de vagas ofertadas	122
Gráfico 11. Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos	130
Gráfico 12. Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em períodos equivalentes	137
Gráfico 13. Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.....	145
Gráfico 14. Relação alunos por docentes em tempo integral.....	153
Gráfico 15. Evolução no índice de titulação do corpo docente.....	155
Gráfico 16. Índice de Renda Familiar Per Capita	156
Gráfico 17. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes	157
Gráfico 18. Evolução das despesas com cartão de pagamento do governo federal.	201

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
2	INTRODUÇÃO	13
3	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	15
3.1	COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL.....	15
3.2	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	16
4	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 26	
4.1	ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO.....	31
4.2	ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO	32
5	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	52
5.1	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO	52
5.2	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS	75
6	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/ FINANCEIRO	80
6.1	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	80
6.1.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	80
6.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	91
6.2.2	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	97
6.2.3	Pagamentos e cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores	97
7	INDICADORES INSTITUCIONAIS	101
7.1	Dos indicadores de gestão financeira	101
7.2	Dos indicadores de gestão acadêmica	108
8	RECURSOS HUMANOS	159
8.1	Demonstração da força de trabalho à disposição	159
8.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	162
8.3	Composição do Quadro de Estagiários	163
8.4	Quadro de custos de recursos humanos.....	164
8.5	Terceirização de mão de obra empregada	168
8.6	Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	168
8.6.1	Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	169
8.6.2	Serviços com locação de mão-de-obra	173
8.7	Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	178
9	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	182
10	TRANSFERÊNCIAS	183
11	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	187
12	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	189
12.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	189
13	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	193
13.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	193
14	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	198
15	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	200
16	DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	200
17	RECOMENDAÇÕES DO TCU/CGU.....	202
17.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	202
17.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	212
17.3	Deliberações do TCU anteriores ao exercício de 2011 e pendentes de atendimento ao final do exercício corrente.....	214

17.4	Recomendações da CGU atendidas no exercício	215
17.5	Recomendações da CGU dos exercícios anteriores a 2011 e atendidas no exercício ...	218
17.6	Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício	220
17.7	Recomendações da CGU dos exercícios anteriores a 2011 e pendentes de atendimento 222	
17.8	Recomendações do Controle Interno (Auditoria Interna do IFMT).....	225
18	CONTRATOS DE GESTÃO	269
19	TERMOS DE PARCERIA	269
20	DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	270
21	ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	271
22	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	274
23	DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV 279	
24	RELATÓRIO DE CORREIÇÃO (SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS) 280	
25	CONCLUSÃO	285

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela I. Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			
Denominação abreviada: Instituto Federal de Mato Grosso			
Código SIORG: 100916	Código LOA: 26414	Código SIAFI: 158144	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-0-00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3616-4100	(065) 3616-4119	(065) 3616-4105
E-mail: gabinete@ifmt.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifmt.edu.br			
Endereço Postal: Rua Comandante Costa, 1.144, Centro Sul, Cuiabá – MT, CEP 78020-400			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009 – Lei de Criação			
Portaria n. 4, de 06/01/2009, do Ministério da Educação, publicada no DOU 07/01/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto – Resolução n. 01, de 01/09/2009, publicada no DOU 04/09/2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2009/2014			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158144	Reitoria		
158333	Campus Cuiabá		
158334	Campus Cáceres		
158335	Campus São Vicente		
158492	Campus Campo Novo do Parecis		
158493	Campus Juína		
158494	Campus Bela Vista		
158495	Campus Pontes e Lacerda		
158496	Campus Confresa		
158497	Campus Barra do Garças		
158498	Campus Rondonópolis		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158144		26414	
158333			
158334			
158335			
158492			
158493			
158494			
158495			
158496			
158497			
158498			

Fonte: IFMT

2 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, tem como missão principal oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade. Dessa forma, o objetivo deste Relatório de Gestão é apresentar as ações realizadas pelo IFMT em 2011, na área do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, bem como a gestão orçamentária e financeira da Instituição nos moldes da Instrução Normativa TCU n. 117/2010, Decisão Normativa TCU n. 108/2010 e Portaria TCU n. 123/2011.

Este Relatório de Gestão 2011 busca expressar o compromisso da Instituição com o desenvolvimento da sociedade, por meio de um crescimento sustentável, científico e tecnológico, observando e respeitando as diferenças sociais, econômicas e culturais.

Por sua vez, visa demonstrar ainda, os desafios e dificuldades encontradas durante o exercício pela Instituição, na cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, principalmente, no que tange ao Programa de Expansão da Educação Profissional Tecnológica, na qual especificamente o IFMT participa por meio dos seus 10 campi (São Vicente, Cuiabá, Cáceres, Bela Vista, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis), dos Núcleos Avançados (Campo Verde, Jaciara, Pantanal) e dos pólos da Educação a Distância (Primavera do Leste, Barra do Bugres, Juara, Ribeirão Cascalheira, Guarantã do Norte, Pontes e Lacerda e Coromandel (MG)), e ainda, aos atrasos e/ou interrupções decorrentes do movimento grevista ocorrido no exercício de 2011.

Da mesma forma, temos como desafio e compromisso a implantação dos Campi Sorriso, Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste a partir de 2012.

As dificuldades enfrentadas pelo IFMT envolvem, em sua essência, essa nova institucionalidade, que se caracteriza por uma estrutura *multicampi* e pluricurricular. Esse desenho não só representa a riqueza da diversidade e da abrangência regional, como também o desafio na busca do fortalecimento da participação coletiva e representativa no processo construtivo de desenvolvimento institucional numa comunidade quantitativamente maior e detentora de especificidades.

As distâncias territoriais dos Campi e as especificidades de cada município e região ao qual o Campus encontra-se inserido também são fatores que contribuem para o desafio da Instituição, haja vista, que vários municípios possuem dificuldades estruturais, principalmente nas áreas da saúde, habitação, educação e infraestrutura. Situações essas que contribuem para o aumento no número de pedidos de remoção e exoneração, e/ou ainda, dificuldades na contratação de professores para as regiões mais abastadas.

A insatisfação dos servidores com o plano de cargos e carreiras, principalmente no que tange as remunerações e benefícios, também é um fator preponderante, tanto é, que em 2011 o IFMT sofreu com mais de 60 dias de paralisação das atividades docentes e administrativas, em razão das reivindicações propostas ao Governo Federal.

A falta de pessoal e a não liberação de códigos de vagas e/ou autorização para concurso público também é um problema recorrente no IFMT, principalmente para os Campi mais distantes do Capital do Estado. Todavia, em 2011, tal situação foi minimizada parcialmente com a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a contratação de professores temporários.

Outro fator de sucesso para a Instituição, em 2011, foi a liberação de R\$ 22.852.663,00 do Acordo de Metas e Compromissos firmado pelo IFMT com o Ministério da Educação, o qual

possibilitou a execução de diversos projetos e melhoria na infraestrutura de todos os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Porém, o regime de contingência estabelecido pelo Decreto n. 7.446, de 01/03/2011 e as dificuldades na obtenção das cotas-limite para empenho, e a falta de pessoal na área administrativa, impossibilitaram e/ou atrasaram a realização dos projetos de melhoria e desenvolvimento do IFMT.

Nesse mesmo sentido, a Instituição passou por diversos momentos de preocupação e desconforto, em relação aos atrasos nos repasses dos recursos financeiros, por parte dos órgãos superiores, causando alguns problemas e desgaste junto aos fornecedores contratados pela Instituição.

Há muitos desafios a serem enfrentados, contudo, com a força da comunidade interna e externa, esperamos superá-los, de forma a cumprir a missão da Instituição e contribuir para o desenvolvimento do país, seja por meio da implantação de novos Campi no Estado de Mato Grosso e/ou também pelo fortalecimento, reestruturação e modernização dos Campi existentes, de forma a ampliar a oferta de vagas na Instituição e atender as demandas da sociedade relativo a educação profissional.

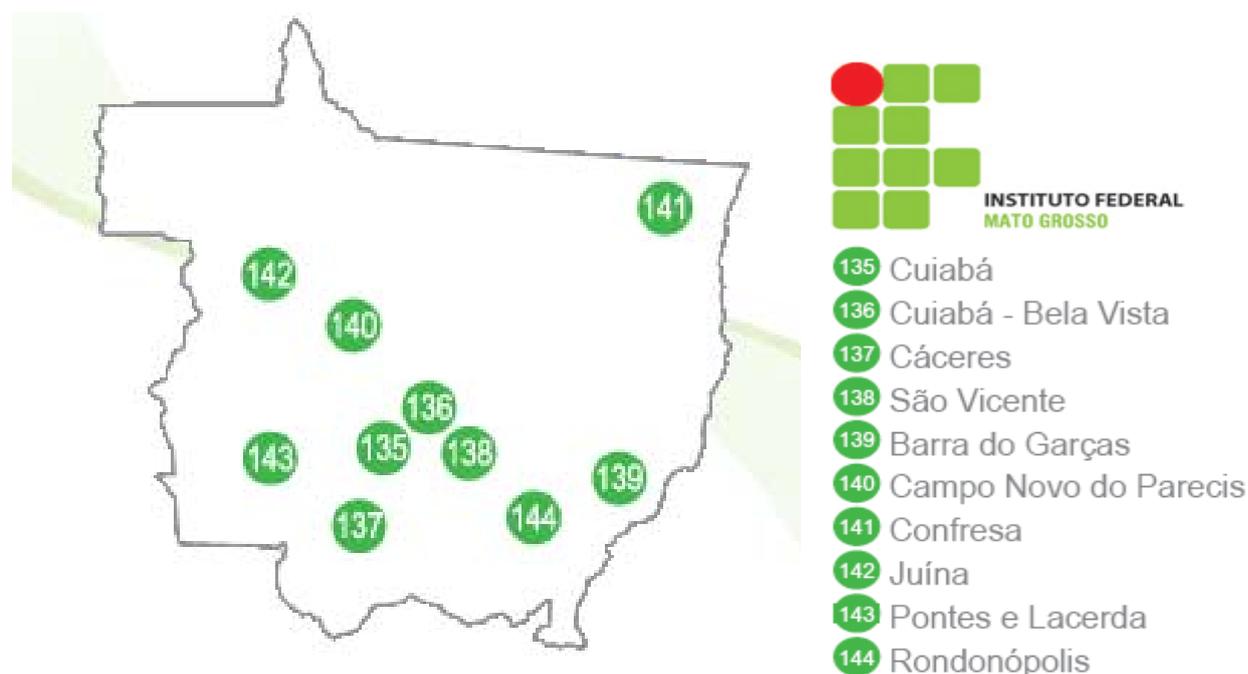
Por conseguinte, fica a comunidade convidada à leitura deste relatório que se constitui num importante documento para conhecimento da Instituição e, conseqüentemente, para a avaliação propositiva do trabalho e esforço conjunto realizado pelos docentes, discentes, técnicos-administrativos e colaboradores da Instituição.

3.1 COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

De acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Figura 1. Presença do IFMT no Estado de Mato Grosso



Fonte: MEC

O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso na execução das políticas públicas está estabelecido pela correspondência entre às diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação – MEC, especificamente por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, e por meio do seu planejamento estratégico, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Já o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT disciplina que todas as ações realizadas no âmbito da instituição devem ser pautadas por um objetivo comum, a saber, a geração de conhecimentos socialmente referenciados.

Assim, a autonomia do IFMT pode ser compreendida em suas dimensões social e política, balizando a sua capacidade em aplicar tais conhecimentos no atendimento à sociedade. As ações em prol do desenvolvimento local, regional e nacional.

Para tanto a missão do IFMT é a de proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

A organização e o funcionamento estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 1, de 01 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2009. No Sistema de Administração Financeira – SIAFI, o Código da Instituição é a 26414, a Unidade Gestora da Reitoria é a 158144, divididas em mais 10 (dez) unidades gestoras, que representam os Campi do IFMT.

Cada Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, possui autonomia delegada, para a execução orçamentária e financeira de sua unidade gestora e ainda, a gestão patrimonial e administrativa do seu Campus. Essa estrutura descentralizada que compõe o sistema *multicampi*, está presente nos seguintes municípios: Cuiabá (02 campi), Santo Antônio do Leverger, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Cáceres, Confresa, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis.

3.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos do IFMT estão consubstanciados no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Tendo como base as metas e ações apontadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o IFMT tem por objetivos para serem aplicadas ao longo de cinco anos (2009-2014):

- ministrar educação profissional técnica de nível médio (mínimo de 50% de suas vagas), preferencialmente na forma de cursos integrados, mas também atendendo os cursos subsequentes ou concomitantes, incluindo-se PROEJA;
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica (mínimo de 20% de suas vagas);
 - cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;

- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica;

- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas modalidades presencial e à distância, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

- fomentar a cultura do empreendedorismo e de apoio à inovação tecnológica, em consonância com as ações em curso no Estado de Mato Grosso;

- apoiar a oferta do ensino de ciências nas escolas públicas das redes municipal e estadual.

Tendo uma missão tão árdua e importante para a sociedade mato-grossense e brasileira, de uma forma geral, o PDI propôs estratégias e ações, sendo:

- **Ensino:**

Estratégia I - Consolidar a Política de Ensino no IFMT

- Ações:

1. Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino.
2. Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias.
3. Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.
4. Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.
5. Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.
6. Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.

Estratégia II - Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do IFMT

- Ações:

1. Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.
2. Estabelecer parceria com a Pró-Reitoria de Pós-graduação visando à capacitação de profissionais da educação.

3. Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.
4. Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.

Ensino

Estratégia III - Garantir a efetivação de Ações Institucionais com vistas a atender ao

- Ações:

1. Fortalecer o sistema de avaliação institucional.
2. Implantar um programa único de sistema acadêmico.
3. Garantir a efetivação da gestão democrática.

Estratégia IV - Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas

- Ações:

1. Ofertar cursos de PROEJA.
2. Desenvolver programa de apoio aos discentes com deficiência (Bolsas de Estágio reserva de vagas ao Ensino Médio e Técnico e Núcleo de Apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais- NAPNEs).
3. Estabelecer programa de Concomitância Externa (Reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).
4. Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.
5. Valorizar o aluno-trabalhador com concessão de pontos a experiência profissional devidamente comprovada, no processo seletivo dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Estratégia V - Desenvolver Programas de Incentivo à Permanência.

- Ações:

1. Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.
2. Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; Isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos *campi* que assim permitir.
3. Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que estes possam completar ou iniciar seus estudos.
4. Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
5. Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.
6. Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.
7. Promover a cultura, o esporte e o lazer.

Estratégia VI - Incentivar a Inserção do Aluno Concluinte no Mercado de Trabalho

- Ações:

1. Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.
2. Estabelecer parcerias com a Pró-Reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.
3. Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.

Estratégia VII - Estruturar adequadamente as Bibliotecas

- Ações:

1. Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos *Campi* são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.
2. Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT.
3. Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo, salas de acesso à Internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.
4. Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.
5. Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente.
6. Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema unificado.
7. Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.
8. Implantar sistema de empréstimos *on-line*, assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.

Estratégia VIII - Implantar um sistema gerenciador de Bancos de Dados

- Ações:

1. Digitalizar a produção acadêmica do IFMT, propiciando a criação de um banco de dados constantemente atualizado.
2. Criar *links* para outras Bibliotecas Virtuais e Temáticas do Brasil e exterior.
3. Intensificar o intercâmbio do acervo com outras bibliotecas, quer através dos métodos tradicionais, quer através dos recursos digitais de transferência de dados.

• **Pós-Graduação**

Estratégia I – Consolidar a política de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Definição de parâmetros para a consolidação dos programas de pós-graduação.
2. Compor grupos de estudo para a implantação dos programas regulares de pós-graduação – *Stricto sensu*, em 2011.
3. Articular os cursos com os programas regulares de pós-graduação às linhas de pesquisa estabelecidas na IES.
4. Elaboração de programas regulares de pós-graduação compatíveis com as linhas de pesquisa existentes.
5. Consolidar a sistemática de avaliação das atividades de pós-graduação até 2010.

Estratégia II – Desenvolver programas de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Implantar programas de pós-graduação *Lato Sensu* em cada área de graduação do IFMT.
2. Implantar programas especiais e desenvolver novos cursos de pós-graduação.
3. Implantar novos programas de pós-graduação a partir de 2010.
4. Aperfeiçoar e dar continuidade as atividades de pós-graduação empreendidas.
5. Celebrar convênios com outras IES para a realização de programas de pós-graduação, ampliando o número de convênios para um total de 2 (dois) convênios a cada ano letivo, através de recursos próprios e por agências de fomento.

Estratégia III – Consolidar a política de divulgação das atividades de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Ampliar os veículos institucionais regulares para a divulgação das atividades de pós-graduação.
2. Implantar, durante o período de 2009 a 2014, novos meios de divulgação permanentes para atividades de pós-graduação.

Estratégia IV – Consolidar a Política de Qualificação dos servidores do IFMT

- Ações:

1. Dar continuidade ao programa de capacitação docente/técnico-administrativo, mediante a oferta de cursos de especialização.
2. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação dos técnicos administrativos.
3. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação do corpo docente.

- **Educação a Distância**

Estratégia I - Fortalecer a qualidade do Ensino a Distância

- Ações:

1. Capacitar adequadamente os servidores docentes, técnico e cooperadores bolsistas para atender as necessidades dos cursos oferecidos.
2. Criar a Comissão de Avaliação Interna da EaD.
3. Desenvolver programas de reformulação e atualização curricular dos cursos de graduação em andamento.
4. Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para uso nos diversos níveis de ensino.
5. Difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto à comunidade acadêmica.
6. Implementar políticas e programas de educação à distância (EaD), visando à democratização do acesso à educação, a informação e ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas.
7. Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico, mediante ações de inclusão digital e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Estratégia II - Estabelecer a relação Ensino/Pesquisa e Extensão na EaD

- Ações:

1. Ofertar cursos de pós-graduação com cursos *Lato sensu* à comunidade da UAB/IFMT.
2. Criar cursos de extensão à distância.
3. Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.
4. Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Estratégia III - Difundir os conhecimentos de EaD

- Ações:

1. Estruturar a revista científica para a divulgação das produções relacionadas à EaD.
2. Organizar o seminário anual de EaD.

• **Pesquisa**

Estratégia I - Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados no IFMT com todas as informações referentes à pesquisa, tais como Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, dados de cada pesquisador, número de pesquisas, número de bolsistas e demais informações necessárias para acompanhamento, avaliação e bom andamento dos projetos de pesquisa.
2. Implantar o Programa de Qualificação Institucional (PQI) no IFMT.
3. Formar grupos de pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisas institucionais.
4. Criar mecanismos de proteção à propriedade intelectual, estimulando o registro de patentes, processos, softwares, entre outros.
5. Criar mecanismos para apoiar, nos *campi* agrícolas, a realização de pesquisas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs).

Estratégia II - Ampliar e modernizar a infraestrutura para a pesquisa e para os pesquisadores

- Ações:

1. Obter acesso irrestrito na consulta do portal de periódico da CAPES.
2. Criar espaço físico para o trabalho dos pesquisadores, com salas individuais ou para grupos de pesquisa.
3. Ampliar a destinação de recursos para aquisição de materiais para pesquisa.
4. Aumentar o número de servidores técnico administrativos de apoio à pesquisa.
5. Criar laboratórios de pesquisa, priorizando os necessários para abertura dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do IFMT.

Estratégia III - Ampliar e melhorar a participação do DISCENTE na pesquisa

- Ações:

1. Fomentar, no âmbito do IFMT, a importância da participação discente no desenvolvimento de projetos de pesquisa.
2. Buscar, nas entidades de fomento a pesquisa, recursos para concessão de bolsas de pesquisa para os discentes.

3. Criar um Programa Institucional de Iniciação Científica para concessão de bolsas de pesquisa aos discentes.
4. Gerir a política de distribuição de bolsas, considerando o número de grupos de pesquisa, o número de docentes e de discentes de cada *Campus*.
5. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos às bolsas de pesquisa.
6. Incentivar a criação de Núcleos ou Grupos de Estudo nas diferentes áreas, com servidor orientador e discentes, como forma de fomentar o interesse pela pesquisa;

Estratégia IV - Valorizar e Incentivar o servidor pesquisador

- Ações:

1. Viabilizar a distribuição de carga horária, como forma de contemplar o servidor que realiza pesquisa, incluindo a pesquisa como parte da avaliação docente ou para concessão de Dedicção Exclusiva (DE), incluindo também o tempo dedicado pelo servidor na orientação de discentes.
2. Institucionalizar o incentivo ao afastamento para realização de capacitação.
3. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos ao afastamento para capacitação e os auxílios financeiros aos projetos de pesquisa obtidos pelo pesquisador ou grupo de pesquisa.

Estratégia V - Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do

IFMT

- Ações:

1. Prever, no orçamento anual, recursos do IFMT para apoio à pesquisa;
2. Garantir a criação da Comissão de Ética na Pesquisa.
3. Viabilizar o apoio técnico à pesquisa, visando auxiliar o pesquisador ou grupo de pesquisa nas atividades inerentes à pesquisa.
4. Promover a capacitação de docentes na elaboração de projetos de pesquisa através de cursos e treinamentos específicos, visando à captação de recursos externos para pesquisa.
5. Fortalecer as linhas de pesquisa prioritárias de cada *campus*, incentivando e apoiando formação de novos Grupos de Pesquisa.
6. Dar condições efetivas aos pesquisadores para participar de eventos e congressos científicos mediante aprovação do Comitê da área.

Estratégia VI - Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, e instituições públicas e privadas

- Ações:

1. Buscar a ampliação de recursos externos destinados à pesquisa, tanto para apoio financeiro aos projetos, como para concessão de bolsas de pesquisa para docentes e discentes.
2. Firmar parcerias com empresas públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, bem como para testar novos produtos, equipamentos ou serviços.
3. Melhorar a participação em conselhos, comitês e demais fóruns regionais e estaduais relativos à pesquisa e inovação tecnológica.
4. Buscar a realização de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de pesquisa.
5. Garantir a propriedade da produção intelectual dos pesquisadores.

Estratégia VII - Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna quanto a externa

- Ações:

1. Realizar ações em conjunto com a extensão para a divulgação da pesquisa, através de dias de campo, palestras e cursos dentre outros, na comunidade interna e externa.
2. Melhorar a divulgação da pesquisa através da Publicação Periódica de Revista Científica (impressa e eletrônica).
3. Publicar, a cada dois anos, coletâneas de resumos das publicações do IFMT;
4. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
5. Divulgar todos os eventos relacionados à pesquisa, tais como a aprovação de projetos de pesquisa, a aprovação de trabalhos em congressos, premiações e demais ações relativas à pesquisa.
6. Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre o IFMT e a comunidade externa visando, principalmente, captar as demandas e as necessidades reais de cada região.

Estratégia VIII - Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Estratégia IX Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

• **Extensão**

Estratégia I - Institucionalizar e Sistematizar as atividades de Extensão no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados na Pró-Reitoria de Extensão do IFMT com todas as informações referentes às atividades de Extensão desenvolvidas nos *campi*, no âmbito da sua abrangência.
2. Fortalecer Diretorias, Coordenações, fóruns e grupos de Extensão, nos *campi*, principalmente por intermédio de treinamentos e compartilhamento de experiências.

Estratégia II - Promover a integração e a cooperação, na área de Extensão, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

Estratégia III - Fomentar novas iniciativas de extensão no *campi*

Ações

1. Criar programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, e outros produtos acadêmicos, que beneficiem o servidor e docente extensionista.
2. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Estratégia IV - Promover integração entre o IFMT e a sociedade

- Ações:

1. Incentivar a participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.
2. Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
3. Articular políticas com municípios, estado e iniciativa privada que oportunizem o acesso à Formação Inicial e Continuada (FIC).
4. Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto.
5. Desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural, consolidando a participação do IFMT como agente cultural nas regiões onde atua.
6. Aprofundar o relacionamento institucional com as comunidades já atingidas pelas ações de extensão.
7. Promover em parceria com o setor público e privado ações de inclusão social nos campos da educação, saúde e cidadania.
8. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.
9. Ampliar as parcerias com órgãos públicos para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.

Estratégia V – Intensificar o acompanhamento aos discentes na busca e desenvolvimento do Estágio e Emprego

Ações

1. Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e empresas nacionais e internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios.
2. Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas da sua inserção no mundo do trabalho bem como sua satisfação pessoal e profissional.

Estratégia VI - Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão com vistas a atingir a comunidade interna e a externa

- Ações:

1. Realizar ações em conjunto com a pesquisa para a divulgação da extensão, através de dias de informativo periódico, palestras e cursos dentre outros;
2. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
3. Realizar publicações em jornais de circulação e abrangência estadual.
4. Divulgar atividades de Extensão em programas televisivos de abrangência local, regional e estadual.

Estratégia VII - Avaliar as ações da Extensão no IFMT de forma sistematizada e periódica.

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *Campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

4 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

As estratégias da Instituição estão atreladas ao seu Estatuto e ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como as diretrizes definidas pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e pelas políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação e ainda as definidas no PPA e na LOA 2011.

Em 2011, foram efetivadas diversas ações tais como: implantação e reorganização das unidades gestoras, consolidação da gestão de recursos humanos e tecnologia da informação, fortalecimento da auditoria interna, melhorias na infraestrutura física dos Campi, ofertas de novos cursos e/ou ampliação na ofertas de vagas, incentivo a pesquisa e a extensão e outros.

A expansão da Rede Federal alterou a rotina institucional e exigiu esforços e organização e agilidade na tomada de decisões, dada à realidade posta e a necessidade de gerenciamento, tanto do quadro de pessoal, como dos recursos orçamentários, financeiros e materiais, a fim de viabilizar a construção, ampliação e reestruturação dos Campi.

Os Campi já implantados e em fase de implantação receberam recursos para reforma, manutenção e ampliação da sua infraestrutura existente, bem como novos servidores docentes e administrativos foram nomeados para esses Campi.

Contudo, houve diversos obstáculos e dificuldades enfrentadas pela Instituição, tais como a insuficiência de pessoal, as fragilidades de comunicação entre os Campi, principalmente em razão das grandes distâncias, a falta de qualificação/capacitação dos servidores, o grande volume de servidores solicitando remoção dos Campi localizados no interior do Estado para a Capital, a paralização das atividades em razão do movimento grevista dos servidores e outros.

Logo, diante de tal situação, os gestores do IFMT, tiveram por muitas vezes limitar as opções de atuação e até mesmo abandonar outras opções, em razão das limitações internas e externas da Instituição, e conseqüentemente, muitas das ações estratégicas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI tiveram que ser suspensas ou prorrogadas para os próximos exercícios.

Dessa forma, diante da necessidade de se revisar o PDI, em 2011, foi constituída uma comissão de revisão e adequação das metas e objetivos ali propostos, de forma a contemplar as novas perspectivas da Instituição.

Porém, dentre as diretrizes, prioridades e ações estratégicas previstas, destacam-se as seguintes realizações registradas no exercício de 2011:

1. Continuidade no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

A implementação e o fortalecimento dos *campi* e dos núcleos avançados, com a possibilidade da transformação destes em outros *campi*, configuram a solidez da função social e educativa da instituição, bem como a sistematização de espaço para a construção de sentido e significado de vida em coletividade, estimulando sempre a vivência de uma cidadania ativa e participante, como pode-se constatar por meio da:

- a) Transformação do Núcleo Avançado de Sorriso em Campus Sorriso;
- b) Criação do Núcleo Avançado do Pantanal (Poconé);
- c) Autorização do Governo Federal para implantação de Campus nas cidades de Primavera do Leste, Várzea Grande e Alta Floresta.

2. Ampliação e melhoria dos ambientes educacionais os diversos Campi (construção, reforma e ampliação) e aquisição de novos equipamentos;

Todos os Campi do IFMT receberam no exercício de 2011, recursos para a realização de investimentos na infraestrutura física do Campus, bem como para equipar e modernização os laboratórios, bibliotecas e centros de pesquisa.

3. Organização e gestão administrativa e pedagógica (harmonização e estabelecimento de novos procedimentos e práticas)

Um dos maiores desafios do IFMT foi tentar consolidar, harmonizar, revisar e estabelecer novos procedimentos, práticas e normativas institucionais. Pois antes da criação do Instituto, cada ex-Centro Federal de Educação Tecnológica (Cuiabá e Mato Grosso), Escola Agrotécnica Federal e Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED's) possuíam diversas normativas, portarias e resoluções disciplinando a gestão administrativa e pedagógica.

Com a criação do IFMT tais normativas necessitaram passar por novas reformulações, de modo, com que fosse possível a aplicação não só para uma unidade (Campus), mas para toda a Instituição. Isso demandou tempo, discussão e avaliação de melhores práticas e propostas.

Sendo assim, as Pró-Reitorias, Colégio de Dirigentes e Conselho Superior assumiram tal desafio, que ocasionou a publicação de diversos atos administrativos para organização da gestão, tais como:

a) Atos Normativos do Colégio de Dirigentes:

- PORTARIA Nº 417/GR, DE 25 DE ABRIL DE 2011 - Normatiza os turnos de trabalho e o registro de frequência dos servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
- PORTARIA Nº 1.497/2011 – Normatiza uso de veículos oficiais, alugados, cedidos ou emprestados pertencentes à frota do IFMT.

b) Atos Normativos do Conselho Superior:

- Resolução nº 01/2011 - Criação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas Juína
- Resolução nº 02/2011 - Criação do curso de Licenciatura em Matemática Juína.
- Resolução nº 03/2011 - Aprovar Resolução ad referendum 20/2010
- Resolução nº 04/2011 - Aprovar resolução ad referendum 21/2010
- Resolução nº 05/2011 - Aprovar resolução ad referendum 22/2010
- Resolução nº 06/2011 - Aprovar resolução ad referendum 25/2010
- Resolução nº 07/2011 - Aprovar resolução ad referendum 26/2010
- Resolução nº 08/2011 - Aprovar resolução ad referendum 29/2010
- Resolução nº 09/2011 - Aprovar Resolução ad referendum 30/2010
- Resolução nº 10/2011 - Aprovar resolução ad referendum 31/2010
- Resolução nº 11/2011 - Aprovar resolução ad referendum 15/2010
- Resolução nº 12/2011 - Aprovar resolução ad referendum 26/2010
- Resolução nº 13/2011 - Aprovar resolução ad referendum 17/2010
- Resolução nº 14/2011 - Aprovar resolução ad referendum 23/2010
- Resolução nº 15/2011 - Aprovar resolução ad referendum 24/2010
- Resolução nº 16/2011 - Aprovar resolução ad referendum 27/2010
- Resolução nº 17/2011 - Aprovar resolução ad referendum 28/2010

- Resolução N° 18/2011 - Deflagrar eleição BV. e CAS
- Resolução n° 19/2011 - Exclusão Marilu resolução n° 18/2011
- Resolução n° 20/2011 - Aprovar resolução ad referendum 18/2011
- Resolução n° 21/2011 - Aprovar resolução ad referendum 19/2011
- Resolução n° 22/2011 - Deflagrar eleição São Vicente.
- Resolução n° 23/2011 - Aprovar normativa elaboração de PPCs Médio.
- Resolução n° 24/2011 - Aprovar normativa elaboração de PPCs Superior.
- Resolução n° 25/2011 - Aprovar calendário discussão regimento geral.
- Resolução n° 26/2011 - Aprovar alteração do art. 2° Regimento mestrado alimentos.
- Resolução n° 27/2011 - Autorizar afastamento do país Prof. Bispo.
- Resolução n° 28/2011 - Aprovar criação de curso técnico edificações Pontes.
- Resolução n° 29/2011 - Aprovar regulamentação DE.
- Resolução n° 30/2011 - Aprovar alteração curso de guia de turismo Cuiabá.
- Resolução n° 31/2011 - Aprovar programa de avaliação desempenho dos Tec.Adm.
- Resolução n° 32/2011 - Aprovar aditamento para adequação de carga horária Sistema UAB.
- Resolução n° 33/2011 - Aprovar regulamentação estágio probatório.
- Resolução n° 34/2011 - Aprovar instrução normativa emissão 2° via diploma.
- Resolução n° 35/2011 - Aprovar criação curso Sup. de Tecnologia em Alimentos Campo Verde.
- Resolução n° 36/2011 - Aprovar criação de curso Téc.Sub. em química ROO.
- Resolução n° 37/2011 - Aprovar criação curso de Bach. em eng. de controle de automação Cbá.
- Resolução n° 38/2011- Aprovar instrução normativa emissão certificado ENEM 2011
- Resolução n° 39/2011 - Aprovar a criação curso Téc. Int. ao Ensino Médio em secretariado ROO/2011.
- Resolução n° 40/2011 - Aprovar normativa para o exame de competência Téc. Guia de Turismo.
- Resolução n° 41/2011 - Aprovar criação curso Téc. Sub. Manut. e Suporte Informática - Barra/2011.
- Resolução n° 42/2011 - Aprovar criação curso Téc. Sub. em Comércio - C.N.P. Sapezal.
- Resolução n° 43/2011 - Aprovar criação curso tec. integrado e comércio. - Barra.
- Resolução n° 44/2011 - Aprovar criação curso Tec. Sub. em secretariado - Barra.
- Resolução n° 45/2011 - Aprovar criação curso Téc. em controle Ambiental - Ponte e Lacerda.
- Resolução n° 46/2011 - Aprovar criação curso téc. int. em controle Ambiental - Barra.
- Resolução n° 47/2011 - Aprovar instrução normativa núcleo docente estruturante - NDE.
- Resolução n° 48/2011 - Aprovar criação curso téc. sub. em química - Pontes e Lacerda
- Resolução n° 49/2011 - Aprovar regimento interno CTI.IFMT.

- Resolução nº 50/2011 - Aprovar criação curso sup. de Tec. em redes de comp. - Pontes e Lacerda.
- Resolução nº 51/2011 - Aprovar criação curso sup. licenc. em física - Pontes e Lacerda.
- Resolução nº 52/2011 - Aprovar criação curso tec. int. em informática - Barra.
- Resolução nº 53/2011 - Aprovar criação curso tec. sub. manut. e suporte em inf. 2012 - Barra.
- Resolução nº 54/2011 - Homologar o resultado final comissão eleitoral dos campi 2011.
- Resolução nº 55/2011 - Aprovar criação curso sup. tec. em comércio exterior - Pontes e Lacerda.

c) Atos Normativos da Reitoria:

- Portaria nº. 181, de 23.02.2011: Regulamenta o afastamento dos titulares dos Cargos de Direção, Assessoramento, Diretores-Gerais dos Campi, Diretores Sistêmicos e Pró-Reitores, em obediência às determinações impostas pela Lei nº. 8.112/1990, bem como o Decreto nº. 5.992/2006.
 - Portaria nº. 182, de 23.02.2011: Disciplina as rotinas administrativas relacionadas a celebração de Convênios e/ou Termo de Cooperação Técnica, para obtenção, execução ou destinação de recursos orçamentários e financeiros, junto às instituições de fomento e/ou órgãos integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, ou qualquer órgão ou entidade, de direito público ou privado, para fins de execução descentralizada no âmbito do IFMT.
 - Portaria nº. 183, de 23.02.2011: Delega competência aos Diretores-Gerais dos *Campi* do IFMT, para, respeitando os dispositivos legais e regulamentares, empreenderem, no âmbito de suas unidades, os atos e procedimentos relacionados nesta Portaria, sem prejuízo de suas atribuições.
 - Portaria nº. 218, de 10.03.2011: Estabelece o cronograma de implantação dos módulos integrantes do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA-ADM) no âmbito deste Instituto e dá outras providências.
 - Portaria nº. 219, de 10.03.2011: Dispõe sobre a obrigatoriedade de tramitação de processos por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA-ADM) e dá outras providências.
 - Portaria nº. 261, de 16.03.2011: Regulamenta o deslocamento de servidores no interesse do serviço, bem como de colaboradores eventuais e convidados, para execução de trabalhos e participação em reuniões de serviço, fóruns e similares, no âmbito nacional e internacional, mediante o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.
 - Portaria nº. 324, de 30.03.2011: Regulamenta o uso de suprimentos de fundos no âmbito do IFMT, estabelecendo princípios e condutas básicas a serem seguidas, tendo como base os princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - Portaria nº. 336, de 04.04.2011: Disciplina a concessão de bolsa-auxílio aos alunos matriculados nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e de Formação Inicial Continuada (PROEJA-FIC), até a publicação da Regulamentação da Assistência Estudantil.

- Portaria nº. 417, de 25.04.2011: Normatiza os turnos de trabalho e o registro de frequência dos servidores técnico-administrativos do IFMT.
- Portaria nº. 527, de 13.05.2011: Altera a Portaria nº. 261, de 16.03.2011, que regulamenta o deslocamento de servidores no interesse do serviço, bem como de colaboradores eventuais e convidados, para execução de trabalhos e participação em reuniões de serviço, fóruns e similares, no âmbito nacional e internacional, mediante o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.
- Portaria nº. 780, de 30.06.2011: Instituir o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI, no âmbito do IFMT, em cumprimento ao determinado no Inciso IV, do Parágrafo Único do Art. 4º da Instrução Normativa nº. 04, de 19.05.2008, publicada na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Portaria nº. 1008, de 29.07.2011: Aprova o Plano Anual de Capacitação do Ano de 2012.
- Portaria nº. 1481, de 23.11.2011: Declara os serviços relacionados na referida portaria como serviços de prestação contínua (continuados);
- Instrução Normativa nº. 01, de 25.02.2011: Estabelece as normas para a emissão de Certificado e Atestado de Conclusão do Ensino Médio e Declaração do Resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2010.
- Instrução Normativa nº. 02, de 06.06.2011: Orienta quanto aos procedimentos em casos de transferências internas e externas de alunos, bem como análise curricular para aproveitamento de estudos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- Instrução Normativa nº. 03, de 12.08.2011: Estabelece normas para a emissão de certificado de cursos, palestras, seminários e outros, ministrados pelas Pró-Reitorias do IFMT.
- Instrução Normativa DGTI 01/2011 - Nomenclatura de Equipamentos
- Instrução Normativa DGTI nº 02/2011 - Criação e Nomenclatura de Contas de Usuário
- Instrução Normativa DGTI nº 03/2011 - Criação de Sites Institucionais
- Instrução Normativa DGTI nº 04/2011 - Adoção de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS

4. Ampliação no número de vagas nos cursos do IFMT:

Com a implantação de novos Campi, no exercício de 2011, diversos Campi puderam oferecer novos cursos e ampliar o número de vagas para a sociedade.

Da mesma forma, o processo de ampliação da infraestrutura física e a nomeação de novos servidores, contribuíram para esse processo de expansão, seja na oferta de novas vagas para os cursos técnicos, subsequentes, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, conforme apresentaremos de forma mais detalhada no decorrer deste relatório de gestão.

5. Ampliação da assistência estudantil:

O ano de 2011 foi muito importante para a Instituição, no que tange a assistência estudantil, pois pela primeira vez houve uma ampliação nos recursos financeiros destinados à essa ação, seja ela realizada por meio de programas de assistência e/ou por meio de programas e projetos de pesquisa e extensão.

Dessa forma, a ampliação dessas ações visam diminuir a evasão escolar e incentivar a permanência do aluno no ambiente escolar, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento educacional, social, científico e tecnológico, conforme apresentaremos de forma mais detalhada no decorrer deste relatório de gestão.

6. Intensificar e ampliar as ações de extensão, pesquisa e inovação tecnológica:

As ações de extensão foram intensificadas no exercício de 2011, a partir do fortalecimento das coordenações de extensão dos Campi, bem como por meio da promoção de novas ações e estratégias, tais como o Programa Nilo Peçanha – PRONILO, Programa Mulheres Mil, Rede CERTIFIC, Programas de Pesca e Aquicultura, PRONATEC e outros.

Do lado da pesquisa e inovação tivemos a ampliação no número de vagas e a divulgação de novos editais de fomento, com incentivo a participação e a propositura de novos projetos de pesquisa.

No entanto, cabe ressaltar, que algumas ações planejadas não puderam ser realizadas em razão da interrupção no calendário escolar, por conta do movimento grevista dos servidores, ocorrida no 2º semestre/2011.

7. Ampliação no quadro de recursos humanos do IFMT:

Com a expansão da rede federal no Estado de Mato Grosso, por meio da criação de novos Campi e novos cursos, a Instituição foi contemplada com a autorização para a nomeação de docentes e técnicos-administrativos. Diante disso, tivemos um aumento na força de trabalho oriunda do Concurso Público realizado em 2010.

Para 2012 esperamos ampliar o quadro de pessoal, de modo, a atender as necessidades da Instituição, bem como promover novas ações de expansão e consolidação da educação profissional e tecnológica.

8. Ampliação e atualização do acervo bibliográfico do IFMT:

Em 2011 foram ampliados os recursos disponíveis para a ampliação e atualização do acervo bibliográfico, com isso, foi possível a aquisição de novos livros e periódicos para as Bibliotecas dos Campi, bem como atender, as exigências do Ministério da Educação, no que tange, a garantia da quantidade necessária das bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos pela Instituição.

4.1 ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Como já registramos anteriormente, o plano estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso encontra-se inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o qual contém os objetivos e ações estratégicas para os exercícios de 2009 a 2014.

Sendo assim, além das citadas acima, apresentamos a seguir as análises detalhadas do plano de ação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, por área de atuação, realizadas tanto pelas Pró-Reitorias quanto pelas Diretorias e pelos Campi do IFMT:

4.2 ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

- **Área de Tecnologia da Informação:**

AÇÕES PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS E/OU EM PROCESSO DE EXECUÇÃO
<p>Estratégia I: Definir equipes, políticas, normatizações e levantamentos para implantação de sistemas. Comentário: Foi realizado em fevereiro de 2010, no Campus Cuiabá o eTIC, o primeiro encontro de TI dos servidores do IFMT. Foi implementado um fórum eletrônico, no formato de lista de discussão, para os servidores de TI compartilhar informações. Também foi realizado, em conjunto com o CTI, uma palestra com analista do Ministério do Planejamento, Anderson Souza de Araújo, no Campus Bela Vista, em 09 de Dezembro de 2011, sobre legislação de TI.</p>
<p>Estratégia II: Levantar, implementar e customizar sistemas pela própria equipe de TIC Comentário: A equipe técnica adotou o framework Adempiere. Trata-se de um aplicativo <i>open source</i> que permite a customização para atender as necessidades do IFMT. Atualmente, encontra-se disponível e sendo utilizados os seguintes aplicativos: Sistema de Seleção de Fiscais de Processo Seletivo, Sites Institucionais, Registro de Diploma e o “Fale Conosco”. Após a implementação dos sites institucionais, houve melhoria significativa no processo de publicação de notícias, pois a utilização do sistema antigo era necessária recadastrar a notícia em cada site da instituição. Atualmente, o registro é feito apenas uma única vez, e então se seleciona os sites que deverão exibir as notícias.</p>
<p>Estratégia III: Implantar Serviço de Mensageira Eletrônica e Serviços Web Comentário: O serviço de mensageira eletrônica é disponibilizado para todos os servidores e estagiários do IFMT através de um provedor de serviços externo e cada campus administra as contas de e-mail de seus usuários. O CTI criou um grupo de trabalho para avaliar soluções para administração de contas de e-mail hospedadas internamente.</p>
<p>Estratégia V: Readequar e/ou Implantar Ambientação e Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica e Refrigeração Comentário: Os servidores (hardware) utilizados pela Reitoria estão fisicamente instalados no Campus Cuiabá. O Campus realizou, há alguns meses, a substituição dos nobreaks que utilizados na sala de equipamento. Antes desta instalação, os nobreaks antigos estavam com problemas, e quando ocorria falha no fornecimento de energia pela empresa concessionária, todos os servidores (hardware) eram desligados de forma abrupta. Houve melhora da disponibilidade dos serviços oferecida pela IFMT/Reitora. Todavia, ressaltamos que os CTI’s dos Campi são responsáveis pela implementação e melhoria dessa ação.</p>
<p>Estratégia VIII: Padronizar as Comunicações Comentário: O desenvolvimento do aplicativo para gerenciar os sites institucionais do IFMT permitiu a utilização de padrão de formatação do layout, contribuindo para o fortalecimento da identidade institucional. Porém, ainda não foram implantados os portais únicos de alunos e professores. O IFMT está utilizando quatro sistemas acadêmicos distintos, sendo três oriundos das autarquias que formaram o instituto. Os portais únicos para docentes e discentes poderão ser disponibilizados quando for concluído a implantação de um único sistema acadêmico no IFMT.</p>
<p>Estratégia IX: Desenvolvimento do Marketing Institucional Comentário: Foi adotado o BrOffice, suíte de escritório aderente ao <i>e-ping</i>. Os sites institucionais foram desenvolvidos considerando padrões de acessibilidades, mas ainda existem algumas mudanças que precisam ser realizadas, que deverão ser concluídas em breve (chamado ID 224). Os aplicativos SIGA EPCT foram desenvolvidos com padrões aderentes à acessibilidade como apresentando em http://www.renapi.gov.br/sigaepct/sigaadm/accessibility-info e http://www.renapi.gov.br/sigaepct/noticias/9.</p>
<p>Estratégia X: Desenvolvimento do Marketing Institucional Comentário: A padronização dos sites institucionais teve contribuição significativa para firmar a imagem da Instituição perante a sociedade e público interno. Cada Pró-Reitoria, Diretorias Sistêmicas e Campi possuem autonomia para divulgar seus eventos e notícias a sociedade através dos sites institucionais, contribuindo para o marketing institucional.</p>
<p>Estratégia XI: Padronização de Sistemas e Serviços de Dados Institucionais</p>

Comentário: Esta estratégia apresenta ações de adoção a padrões sugeridos pela SETEC/MEC, como os utilizados nos sites institucionais.

Estratégia XII: Infraestrutura para a Universidade Aberta do Brasil

Comentário: A Universidade Aberta do Brasil possui equipe e equipamentos próprios utilizados para disponibilizar os serviços oferecidos para seus alunos e a sociedade.

Fonte: DGTI

ACÇÕES NÃO PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS

Ação: Adesão à Federação CAFe

Comentário: Como descrito no site do projeto, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é uma federação de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Através da CAFe, um usuário mantém todas as suas informações na instituição de origem e pode acessar serviços oferecidos pelas instituições que participam da federação. Para o usuário, a principal vantagem da CAFe é o conforto, já que não precisa se cadastrar em sistemas diferentes, nem gerenciar senhas distintas. O IFMT participa como Provedor de Identidade, propiciando acesso ao Portal de Periódicos da CAPES sem o uso de conexões de VPN ou Proxy, através das credenciais (usuário e senha) já utilizadas para autenticação na rede local.

Ação: Criação do CTI

Comentário: O Comitê de Tecnologia da Informação foi criado, conforme a portaria nº 780, de 30 de junho de 2011, que possui como atribuição o acompanhamento dos investimentos em TIC e alinhamento ao objetivos do IFMT, além de priorizar os projetos nesta área e coordenar as atualizações e ajustes no PDTI.

Ação: Criação do CSI

Comentário: O Comitê de Segurança da Informação possui atribuição de assessoramento ao IFMT na consecução das diretrizes da PSI, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos à Segurança da Informação.

Ação: Implantação de Sistema de Registro e Acompanhamento de Chamados

Comentário: Foi implantando, em agosto, o software livre chamado GLPI. Esta aplicação permite o registro e acompanhamento de todos os atendimentos realizados pela DGTI. Até a data de 28 de dezembro, foram cadastrados 359 chamados, sendo 331 atendidos (fechados), e o restante está em atendimento.

Fonte: DGTI

ACÇÕES PREVISTAS NO PDI E NÃO EXECUTADAS

Estratégia IV: Implantar Segurança da Informação

Comentário: A segurança da informação não deve ser prevista como uma estratégia simples, pois envolve a conscientização de usuários, atividade que não é trivial. Além disso, é necessário definir, publicar e utilizar a Política de Segurança da Informação, que deve abranger toda a instituição, não apenas a área de TI. Com este objetivo, foi criado o CSI, conforme Portaria Nº 1110, de 18 de Agosto de 2011. O CSI está em processo de finalização da proposta da Política de Segurança da Informação

Estratégia VI: Implantar sistemas de Telecomunicações

Comentário: Esta estratégia incluir a utilização de VoIP. Porém, o funcionamento desta tecnologia, para uso externo ao campus, depende de conectividade à Internet. Alguns campi ainda estão em processo de melhoria da conexão à Internet. Além disso, o uso interno depende de infraestrutura de rede, com a utilização de QoS. Como os não possuem esta implementação, a utilização de VoIP é inviável.

Fonte: DGTI

• Área de Extensão:

ACÇÕES PREVISTAS NO PDI EXECUTADAS E/OU EM PROCESSO DE EXECUÇÃO

Estratégia I - Institucionalizar e Sistematizar as atividades de Extensão no IFMT

Ações:

- Criar um banco de dados na pró-Reitoria de Extensão do IFMT com todas as informações referentes às atividades de Extensão desenvolvidas nos *campi*, no âmbito da sua abrangência.
- Fortalecer e empoderar Diretorias, Coordenações, fóruns e grupos de Extensão, nos *campi*, principalmente por intermédio de treinamentos e compartilhamento de experiências.

Estratégia realizada e vem sendo cumprida satisfatoriamente. A Pró Reitoria de extensão conseguiu no ano de 2011 efetivar toda a sistemática das ações extensionistas nos Campi proporcionando um documento intitulado “Regulamento de atividades de extensão do IFMT” (ANEXO I) que deverá ser aprovado pelo conselho superior no ano de 2012.

Iniciou-se os lançamentos das atividades extensionistas do IFMT no banco de dados do SIGA – Módulo extensão disponibilizado pelo Ministério da Educação no ano de 2011, para testes e validação.

Estratégia II - Promover a integração e a cooperação, na área de Extensão, entre os CAMPI do IFMT
Ações

- Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
- Criar um banco de informações relativas a disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
- Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

Estratégia totalmente alcançada. Esta estratégia permitiu inclusive a aprovação de vários projetos de extensão, pesquisa e inovação nos diversos campi do IFMT e a criação de um Programa de Mestrado acadêmico.

Estratégia III - Fomentar novas iniciativas de extensão no campi
Ações

1. Criar programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, e outros produtos acadêmicos, que beneficiem o servidor e docente extensionista.
2. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Estratégia realizada em sua íntegra por meio do investimento em bolsas de projetos de extensão iniciado no ano de 2010 com 09 (nove) projetos aprovados e consolidado no ano de 2011 com 40 (quarenta) projetos aprovados.

Estratégia IV - Promover integração entre o IFMT e a sociedade
Ações

1. Incentivar a participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
2. Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
3. Articular políticas com municípios, estado e iniciativa privada que oportunizem o acesso à Formação Inicial e Continuada (FIC);
4. Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto.;
5. Desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural, consolidando a participação do IFMT como agente cultural nas regiões onde atua.;
6. Aprofundar o relacionamento institucional com as comunidades já atingidas pelas ações de extensão;
7. Promover em parceria com o setor público e privado ações de inclusão social nos campos da educação, saúde e cidadania;
8. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;
9. Ampliar as parcerias com órgãos públicos para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.

Estratégia plenamente alcançada. A Pró Reitoria de Extensão incentivou, orientou e capacitou coordenadores de extensão e servidores do IFMT nos diversos programas governamentais de qualificação profissional, auxiliando a captação de recursos financeiros para atividades extensionistas, como é o caso dos Programas de Extensão CERTIFIC, PROEJA FIC, MULHERES MIL, PRONATEC, PROEXT MEC/SESU.

Estratégia V – Intensificar o acompanhamento aos discentes na busca e desenvolvimento do Estágio e Emprego

1. Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e

empresas nacionais e internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios.

2. Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas da sua inserção no mundo do trabalho bem como sua satisfação pessoal e profissional.

Estratégia totalmente realizada. A Pró reitoria de extensão por intermédio das coordenações de extensão dos Campi intensificou as ações de formalização de convênios com diversas empresas do estado e país, proporcionando aos estudantes um maior leque de opções para estágios curriculares, bem como intercâmbios internacionais para estudantes e servidores do IFMT.

Fonte: PROEX

AÇÕES PREVISTAS NO PDI NÃO EXECUTADAS

Estratégia VI - Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão com vistas a atingir a comunidade interna e a externa

Ações

1. Realizar ações em conjunto com a pesquisa para a divulgação da extensão, através de dias de informativo periódico, palestras e cursos dentre outros;
2. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
3. Realizar publicações em jornais de circulação e abrangência estadual.
4. Divulgar atividades de Extensão em programas televisivos de abrangência local, regional e estadual.

Estratégia não realizada. Apesar da Pró reitoria de Extensão possuir página de internet, observamos que a divulgação das atividades extensionistas no IFMT ainda necessitam ser trabalhados por diversos meios de divulgação. As dificuldades encontradas para o não atendimento a esta ação ainda são as relacionadas ao baixo número de recursos humanos.

Estratégia VII - Avaliar as ações da Extensão no IFMT de forma sistematizada e periódica.

Ações

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de extensão no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da extensão, envolvendo todos os *Campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a extensão, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Estratégia não realizada. Tal estratégia vêm ao longo dos anos de 2009 a 2011 sendo alcançadas, porém nos limitamos a processos mais quantitativos devido ao número reduzido de servidores.

Fonte: PROEX

Tabela II. Das atividades de extensão previstas no PDI para o ano de 2011

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO
1	Viabilizar as condições de participação de docentes, técnicos administrativos e alunos em programas e atividades de extensão.	Realizado. O IFMT ofertou bolsas de incentivo a Extensão e adquiriu equipamentos para implantação dos núcleos de extensão nos <i>Campi</i> .
2	Aprimorar e intensificar as ações de extensão já desenvolvidas nos <i>campi</i> .	Realizado. As ações de extensão estão sendo diversificadas e aprimoradas nos <i>Campi</i> . No ano de 2011 por meio de visitas in loco e reuniões com coordenadores de extensão desenvolveu-se uma formalização padrão nos internos de extensão nos <i>Campi</i>
3	Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional	Realizado. O IFMT participou no ano de 2011 de editais de extensão visando a ampliação e o acesso da sociedade a programas e projetos de capacitação profissional, como Programa CERTIFIC, PROEJA FIC, Mulheres Mil e PRONATEC E Edital MEC/SESU PROEXT 2011.
4	Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.	Realizado. Incentivo às atividades extensionistas por intermédio do Programa de Bolsas de extensão do IFMT, com foco nas áreas de extensão tecnológica, desenvolvimento social e cultura e lazer.

5	Desenvolver programas para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC),	REALIZADO. Apoio a projetos e programas institucionais e interinstitucionais na oferta de cursos FIC. CERTIFIC, PROEJA FIC, Mulheres Mil e PRONATEC E Edital MEC/SESU PROEXT 2011
6	Realizar parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural	Parcialmente realizado. Há a necessidade de avançarmos nas questões relativas a Esporte e cultura.
7	Atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.	REALIZADO. A PROEX prestou apoio na realização de eventos tecnológicos bem como o acompanhamento da incubadora de empresas ATIVA.
8	Elaborar Programas Institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com Instituições e Empresas Nacionais e Internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao Estágio Curricular e intercâmbios	REALIZADO. Mediante realização de convênios nacionais e internacionais, para a realização de estágios curriculares.
9	Elaborar e implantar programas de avaliação e acompanhamento de egressos	Parcialmente realizado. Iniciado o uso do sistema informatizado aberto de gerenciamento acadêmico – SIGA, módulo extensão, desenvolvido pela SETEC/MEC. Primariamente disponibilizado na página da internet da Pró Reitoria de Extensão para testes, validação, ajustes e treinamento e no ano de 2012 disponibilizado a todos os <i>Campi</i> do IFMT.
10	Avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas.	Parcialmente realizado. Houve discussões acerca da importância da elaboração do PLANEJAMENTO 2012, em cada <i>Campus</i> , citando critérios de avaliação das atividades de extensão e a partir dos planejamentos executados em 2010 e 2011, realizou-se avaliações pontuais por meio de reunião da PROEX com coordenadores de extensão dos <i>Campi</i> do IFMT.
11	Realizar discussões para a institucionalização do Conselho de Extensão	Realizado. Houve discussões com as coordenações de extensão nos <i>Campi</i> , sobre a importância da institucionalização do conselho de extensão que gerou uma minuta de proposta de regulamentação de atividades de extensão no IFMT. Tal proposta foi submetida a consulta pública no site do Instituto durante 3 meses, e posteriormente realizados os ajustes propostos e o mesmo encaminhado a Procuradoria Federal para parecer e envio ao Conselho Superior para apreciação e possível aprovação.

Fonte: PROEX

Do Programa de Extensão:

A PROEX, conforme Edital N° 30/2011 e Edital N° 37/2011, destinou 40 (quarenta) bolsas de Extensão para servidores e 40 (quarenta) para estudantes de todos os *campi* do IFMT. Para garantir a legitimidade do processo foi designada pela Portaria N° 1.105/2010 a Comissão Avaliadora de Projetos para Bolsas de Extensão.

Abaixo quadro quantitativo dos projetos submetidos e aprovados nos respectivos editais.

Tabela III. Dos projetos submetidos e aprovados (Tema/Campus) – Edital n. 30/2011 e 37/2011

Campus	Projetos Submetidos						Aprovados
	Arte/Esporte	Tecnológica	Meio Ambiente	Qualificação	Área Livre	Total	
Barra do Garças	0	0	3	0	0	3	3
Bela Vista	0	0	1	2	2	5	3
Cáceres	0	3	1	0	1	5	3
Campo Novo do Parecis	1	0	3	2	1	7	4
Confresa	2	2	2	4	4	14	4

Cuiabá	1	0	1	1	4	7	4
Juína	0	0	1	1	3	5	3
Pontes e Lacerda	1	3	1	3	1	9	4
Rondonópolis	0	0	0	5	0	5	3
São Vicente	3	3	2	2	10	20	4
Sorriso	0	0	2	2	2	6	3
Total	8	11	17	22	28	86	38

Fonte: PROEX

Gráfico 1 Projetos de Extensão

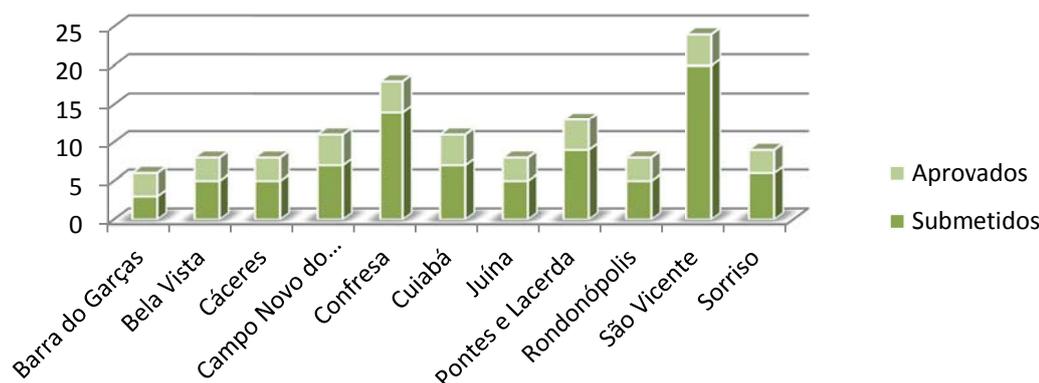


Tabela IV. Projetos de extensão aprovados no Edital n. 37/2011

Projeto	Nº Prof. Participantes	Nº de Alunos Participantes	Custo do Projeto
Zomenoe: Espetáculo da Vida	3	25	2.997,00
Gestão Ambiental em Instituições de Ensino: Sua Escola quer uma Proposta	01	01	374,00
Capacitação a distância em aplicativos Br-Office 3.3 – Para comunidade no entorno do Campus Bela Vista e Instituições Públicas.	01	01	720,00
Planejamento Familiar – Solidificando Sonhos	01	01	720,00
Essa escola também é minha	01	01	1.162,00
Curso de Capacitação em Instalação Elétricas Residenciais	01	01	0
Desenvolvimento de Ações para Melhoria da Feira Livre do Município de Confresa	01	01	3.100,00
Reciclagem de papel para Aproveitamento em Artesanato	01	01	750,00
Projeto de Capacitação de Professores em Educação Especial	01	01	100,09
Uma Experiência Agroecológica entre Acadêmicos do IFMT/CNP e Agricultores Familiares do loteamento Seis Lagoas	01	01	1.000,00
Fabricação de Sabão Artesanal – Uma questão de Conscientização Ambiental	01	01	204,00
Desenvolvimento da Suinocultura na Comunidade Seis Lagoas	01	01	85,00
Empresas Sustentáveis – Orientação Jurídica para Gestão Ambiental	01	01	2.950,00
Criação do Núcleo de Artes Dramáticas no IFMT	01	01	0
Saúde Xavante – Desafios e Possibilidade	01	01	1.277,00
Banco Digital de Imagens como subsidio para atividades de educação ambiental	01	01	98,50
Lixo Eletrônico	01	01	1.000,00
Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos Secos no entorno do IFMT – SRS	01	01	1.255,00
Movimentos Culturais em Sorriso	01	01	3.490,00
Laboratório de Pintura	01	01	6.628,00

Oficina de Reciclagem de Papel no IFMT-SVC e Escola Estadual Gustavo Dutra	01	01	1.980,00
Biblioteca Mediadora	01	01	529,80
Capacitação dos Comerciantes da Feira na Cidade de Campo Verde Sobre a Manipulação Higiênica dos Alimentos	01	01	2.912,00
Atendimento ao Público do Setor de Alimentos	01	01	480,00
Cultura da Paz – Contribuições do Trabalho Pedagógico para a Superação da Violência	01	01	500,00
Poesia do Brasil – Grupo de Leitura Solidária	01	01	0
O Poder da Palavra	01	01	1.855,00
Projeto Piloto de Educação Ambiental e Reciclagem na Vila Guaporé	01	01	940,00
Vida Ativa na Melhor Idade	01	01	600,00
Estudo Químico de Plantas Medicinais da Região de transição Cerrado-Amazônia	01	01	2.398,00
Merenda Escolar – Qualidade e Segurança Alimentar, Direito de Todos	01	01	1.000,00
Usando a geometria e a pavimentação caleidoscópica de planos na construção de mosaico, como forma de decoração de ambientes do <i>campus</i> São Vicente – IFMT	01	01	1.479,00
English Conversation Club	01	01	742,50
CAD para todos	01	01	2.250,00
Cultura Inglesa para a Melhor Idade	01	01	404,00
Grupo de Estudo: Teatro na Escola	01	01	8.156,00
Arte e Terapia	01	01	872,75
Capacitação Profissional de merendeiras da rede municipal e estadual do município de Cáceres em boas práticas de fabricação em cozinhas escolares e beneficiamento e aproveitamento de carne de frango.	01	01	1.255,00
Total	40	62	56.264,64

Fonte: PROEX

Tabela V. Investimentos realizados nos Editais n. 32/2010 e 30/2011

INVESTIMENTOS FINANCEIROS EDITAIS N° 32/2010 E 30/2011				
Item	Campus	Investimento Coordenador	Investimento Estudante	Investimento Total
1	BLV	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
2	CAS	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
3	CNP	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
4	CFS	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
5	CBA	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
6	JNA	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00

7	PLC	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
8	SVC	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00
				R\$ 67.200,00

Fonte: PROEX

Tabela VI. Investimentos realizados no Edital n. 37/2011

CUSTO EDITAL N° 37/2011					
Item	Campus	Custo Coordenador	Custo Estudante	Custo Total (Projeto)	Custo Total (Campus)
1	BAG	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
2	BLV	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
3	CAS	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$ 8.400,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
4	CNP	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
5	CFS	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
6	CBA	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
7	JNA	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
8	PLC	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$8.400,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
9	ROO	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
10	SOR	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
11	SVC	R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	R\$12.600,00
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
		R\$ 2.400,00	R\$ 1.800,00	R\$ 4.200,00	
Total		R\$ 74.400,00	R\$ 55.800,00	R\$ 130.200,00	R\$ 130.200,00

Fonte: PROEX

Tabela VII. Acordos/Termos de Cooperação celebrado para desenvolvimento de estágios e/ou atividades de extensão

INSTITUIÇÕES	FOCO	TIPO DE ACORDO	SOLICITANTE	STATUS
Eletronorte (2011)	Estágio obrigatório; estágio curricular não obrigatório.	Acordo de Cooperação	Campus Pontes e Lacerda	Executado
SEDUC	Estágio Curricular obrigatório. Realização de práticas de Ensino	Acordo de Cooperação	PROEN/UAB	Executado
EMBRAPA	Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Extensão nas áreas agrícola e ambiental.	Acordo de Cooperação	Campus Campo Novo dos Parecis	Em andamento
UFLA – Universidade Federal de Lavras - MG	Estágios Curriculares. Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Extensão nas áreas agrícola e ambiental.	Acordo de Cooperação	Campus São Vicente	Em andamento
UFMT	Estágio obrigatório; estágio curricular não obrigatório.	Acordo de Cooperação	Reitoria	Executado
UNIRONDON	Estágio obrigatório; estágio curricular não obrigatório.	Acordo de Cooperação	Reitoria	Executado
SEMA	Estágio obrigatório; estágio curricular não obrigatório. Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Extensão ambiental.	Acordo de Cooperação	Campus Bela Vista	Em andamento
ACRISMAT	Estágios Curriculares. Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Extensão nas áreas agrícola e ambiental.	Acordo de Cooperação	Campus São Vicente	Em andamento
Syngenta	Estágios Curriculares. Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Extensão nas áreas agrícola e ambiental.	Acordo de Cooperação	Campus Campo Novo dos Parecis	Em andamento
Friedrich Schiller University, Jena - Alemanha	Estágios e formação profissional em Geoinformática, Agricultura, meio ambiente, sustentabilidade.	Memorando de Entendimento	Campus Cuiabá	Executado
Universidade de Portugal	Estágios e Formação profissional em Secretariado executivo, línguas, ciências humanas	Memorando de Entendimento	Campus Cuiabá	Executado
University North of Virgínia – Estados Unidos	Estágios e Formação Profissional em Agricultura, meio ambiente, sustentabilidade, florestas.	Memorando de Entendimento	Campus Cuiabá/Campus Bela Vista	não Executada
2011				
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	Concessão de Bolsa de Estágio para alunos destas instituições, Qualificação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Acordo de Cooperação	Campus Cáceres	Executado
UNIC – Universidade de Cuiabá	Cooperação Mútua para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas, especialmente o uso compartilhado de infraestrutura e materiais para a disciplina de Educação Física	Acordo de Cooperação	Campus Rondonópolis	Executado

Fonte: PROEX

- **Área de Pesquisa e Inovação:**

AÇÕES PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS E/OU EM PROCESSO DE EXECUÇÃO			
ESTRATÉGIA 1. Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT			
Resultado: Todas as ações estão em andamento. Foram obtidos grandes avanços nos itens na institucionalização da pesquisa, principalmente pela criação do Programa Institucional de Iniciação Científica;			
ESTRATÉGIA 2. Ampliar e modernizar a infra estrutura para a pesquisa e para os pesquisadores			
Resultado: Alguns avanços foram obtidos, mas ainda aquém do necessário. É uma ação que não dependa apenas da PROPES. A principal causa deve-se a falta de recursos financeiros específicos para a pesquisa e a falta da “cultura investigativa” do corpo docente da instituição. Isto só será alcançado com o passar do tempo.			
ESTRATÉGIA 3. Ampliar e melhorar a participação do ALUNO na pesquisa			
Resultado: Todas as ações previstas nesta estratégia foram atingidas plenamente. O IFMT fechou o ano de 2011 com 412 alunos bolsistas.			
ESTRATÉGIA 4. Valorizar e Incentivar o professor pesquisador			
Resultado: Ações em andamento. Algumas ações foram atingidas plenamente. Outras ainda não foram implantadas. O IFMT criou o primeiro curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. As ações que ainda não foram implantadas referem-se a distribuição de carga horária dos professores para contemplar aqueles que se dedicam a pesquisa. Estas ações não dependem apenas da PROPES e portanto carecem de uma regulamentação específica.			
ESTRATÉGIA 5. Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do IFMT			
Resultado: Ações em andamento. Algumas atingidas plenamente. Ainda não foi criado o comitê de ética na pesquisa, que deverá ser contemplado quando da aprovação do regimento geral do IFMT.			
ESTRATÉGIA 6. Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, instituições públicas e privadas.			
Resultado: Metas atingidas. O IFMT participa de diversos comitês de pesquisa e inovação. Firmou convênio com a FAPEMAT para concessão de 30 bolsas de iniciação científica para estudantes dos cursos superiores.			
ESTRATÉGIA 7. Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna como a externa.			
AÇÕES			
Resultado: Ações prejudicadas devido a greve dos servidores do IFMT de agosto a outubro. Seria realizado o 2º Workshop de Pesquisa e Inovação mas foi adiado para junho de 2012. A PROPES lançou em 2011 os Anais do 1º Workshop de Pesquisa e Inovação do IFMT onde foram publicados 40 trabalhos de pesquisa e inovação			
ESTRATÉGIA 8. Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica.			
Resultado: Metas atingidas plenamente em andamento e em andamento. Os dirigentes de pesquisa de cada Campi compõem o comitê assessor da PROPES e reúnem-se periodicamente para discutir e avaliar a pesquisa no âmbito do IFMT.			
ESTRATÉGIA 9. Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT.			
Resultado: Metas atingidas plenamente em andamento e em andamento. Os dirigentes de pesquisa de cada Campi compõem o Comitê Assessor da PROPES e reúnem-se periodicamente para discutir e avaliar a pesquisa no âmbito do IFMT. Há necessidade ainda de melhorar o intercâmbio entre os Campi do IFMT, visando maximizar as ações da pesquisa.			

Fonte: PROPES

1. Implantação e Consolidação dos Grupos de Pesquisa

Tabela VIII. Indicadores dos Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq

Indicadores	Ano: 2009	Ano: 2010	Ano: 2011
Grupos de Pesquisa Certificados pelo CNPq	5	20	24
Número de Pesquisadores nos Grupos	36	121	157

Número de Doutores nos Grupos	10	48	62
Número de Estudantes nos Grupos	10	67	87
Numero de Técnicos nos Grupos	4	16	16
Número de Linhas de Pesquisa	17	66	70

Fonte: Diretório Grupos de Pesquisa – CNPq

Os indicadores do Diretório “Grupos de Pesquisa do CNPq” indicam pequeno avanço em 2011, em relação ao ano anterior. Havia uma demanda reprimida que foi atendida em 2010, quando foram criados vários novos grupos de pesquisa. Em 2011 houve pequeno avanço em todos os indicadores, porém os números indicam a consolidação destes grupos e o crescimento em número de grupos será, certamente, menos nos próximos anos. Espera-se, daqui para frente, o crescimento na produção científica dos grupos de pesquisa.

2. Editais de apoio a projetos de iniciação científica

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação lançou em maio de 2011 o Edital 029/2011 e em dezembro o Edital 089/2011 para seleção de projetos de pesquisa e seleção de bolsistas de iniciação científica em diferentes programas, conforme tabela abaixo:

Tabela IX. Oferta de bolsa de Iniciação Científica em 2011

PROGRAMA/ Edital	Destinação	Nº de Bolsas	Valor da Bolsa (R\$)	Custo do Programa (R\$)	Fonte de Recursos
FAPEMAT Edital 029/11	Ensino superior	30	450,00	162.000,00	Externa
PIBITI/CNPq Edital 029/11	Ensino Superior	33	360,00	142.560,00	Externa
PIBIC/CNPq Edital 029/11	Ensino Superior	5	360,00	21.600,00	Externa
PROIC/IFMT Edital 029/11	Ensino Superior	95	300,00	342.000,00	IFMT
PROIC/IFMT Edital 029/11	Ensino Técnico	108	200,00	259.200,00	IFMT
PIBIC EM/CNPq Edital 089/11	Ensino Técnico	160	100,00	192.000,00	Externa
TOTAL	-	431	-	1.119.360,00	-

Fonte: PROPEs

Do total de recursos aplicados na Iniciação científica, R\$ 518.160,00 foram obtidos de fontes externas. Isto representou 46,2% do total. Os outros R\$ 601.200,00 (53,8%) são recursos do IFMT, divididos entre a reitoria e os Campi que tiveram alunos contemplados.

Tabela X. Número de projetos apresentados e bolsas solicitadas, por Campi – Edital 029/2011

Campus	Nº Projetos Apresentados	Nº de Bolsas Solicitadas		Total de bolsas solicitadas
		Médio/Técnico	Graduação	
São Vicente	58	11	89	100
Cuiabá	29	28	31	59
Cáceres	18	18	17	35
Bela Vista	16	9	22	31
Confresa	23	23	17	40
Juína	10	15	9	24
Campo Novo	18	11	20	31
Pontes e Lacerda	4	9	2	11

Rondonópolis	8	8	-	8
Barra do Garças	3	8	-	8
TOTAL	187	140	207	347

Fonte: PROPES

Tabela XI. N° total de professores X N° de professores participantes do Edital 029/2011, por Campi.

INDICADORES DE PESQUISA - Edital 029/2011				
Campi	N° de professores do Campus*	N° de professores participantes do Edital	N° de projetos apresentados	N° de alunos contemplados
Cuiabá	227	23 (10,1%)	29	56
São Vicente	81	38 (46,9%)	58	46
Bela Vista	59	9 (15,2%)	16	26
Cáceres	56	15 (26,7%)	18	25
Juína	40	7 (17,5%)	10	21
Campo Novo	35	10 (28,5%)	18	27
Pontes e Lacerda	34	4 (11,7%)	4	11
Confresa	26	12 (46,1%)	23	24
Rondonópolis	24	7 (29,1%)	8	8
Barra do Garça	16	3 (18,7%)	3	8
Reitoria	12	0	0	0
Sorriso	9	0	0	0
TOTAL	619	128 (20,6%)	187	252

* Dados obtidos no DSGP em 5/9/2011

Fonte: PROPES

Tabela XII. Resumo do Edital n. 29/2011

Campus	PROIC Técnico		PROIC Graduação		FAPEMAT		PIBIC/PIBITI		TOTAL/Campus		% de Bolsas Aprovadas
	Solicita do	Apro v.	Solicita do	Apro v.	Solicita do	Apro v.	Solicita do	Apro v.	Solicita do	Apro v.	
Cuiabá	28	28	20	18	8	7	3	3	59	56	95,0%
São Vicente	11	8	50	16	21	7	18	15	100	46	46,0%
Cáceres	18	8	10	8	4	4	3	5	35	25	71,4%
Bela Vista	9	8	5	8	7	4	10	6	31	26	83,8%
Campo Novo	11	8	16	13	4	4	0	2	31	27	87,0%
Juína	15	14	9	4	0	0	0	3	24	21	87,5%
Confresa	23	8	4	8	8	4	5	4	40	24	60,0%
Pontes e Lacerda	9	9	2	2	0	0	0	0	11	11	100%
Barra do Garças	8	8	-	-	-	-	-	-	8	8	100%
Rondonópolis	8	8	-	-	-	-	-	-	8	8	100%
Total	140	107	116	77	52	30	39	38	347	252	72,6%

Fonte: PROPES

3. Pós-Graduação

Tabela XIII. Pós- Graduação Stricto Sensu em andamento

Curso	Nível	Convênio	Início	Nº Alunos
Psicologia Social	Dinter	UFPB	Jul/2010	20
Química	Dinter	UNESP	Ago/2010	15
Eng ^a Elétrica	Minter	UNB	Jul/2010	20
Eng ^a Elétrica	Dinter	UNESP	Abr/2009	18
Geotecnia	Dinter	UNB	Abr/2010	10
Ciências Políticas	Minter	UFPE	Jan/2011	16
Educação Agrícola	Minter	UFRRJ	Abr/2011	30
TOTAL	-	-	-	129

Fonte: PROPES

Tabela XIV. Pós-Graduação Lato Senso - PROEJA

LOCAL (Campus)	Nº Alunos			Início
	IFMT	Outras	TOTAL	
Cuiabá	79	09	88	Nov/10
São Vicente	12	25	37	Nov/10
Cáceres	13	25	38	Nov/10
Campo Novo	22	19	41	Nov/10
Confresa	12	49	61	Nov/10
Juína	36	32	68	Nov/10
TOTAL	174	159	333	-

Fonte: PROPES

4. Núcleo de Inovação Tecnológica

Meta 1 – Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica

- Capacitação do corpo de Pesquisadores do IFMT.
- Prospecção dos Ativos Tecnológicos do IFMT.
- Nomeação da Comissão Permanente de Propriedade Intelectual do IFMT.

Meta 2 – Disseminação da Cultura de Inovação e Propriedade Intelectual

- Capacitação em PI para todos os campi do IFMT.
- Depósito de Marcas, Patentes, Modelos de Utilidade, Software e outros.
- Realização do Primeiro Evento focado em Inovação.
- Confecção do Manual de Propriedade Intelectual do IFMT.
- Criação do Catálogo Virtual de Tecnologias do IFMT.
- Seminários de PI para alunos da Pós-Graduação do IFMT.
- Elaboração do 1º Censo da Pesquisa do IFMT

• Área do Ensino:

AÇÕES PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS E/OU EM PROCESSO DE EXECUÇÃO	
Estratégia I - Consolidar a Política de Ensino do IFMT	
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino. • Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias. • Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.

- Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.
- Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.
- Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.

Comentários

Para consolidar a Política de Ensino do IFMT foram realizadas assessorias didático pedagógicas *in loco* com a realização de palestras, cursos e seminários com foco no desenvolvimento das atividades docentes e pedagógicas, além da construção de normativas para subsidiar a organização, elaboração e reformulação dos trabalhos pedagógicos nos campi, bem como da reorganização dos PPC's dos diferentes cursos.

Visando otimizar os trabalhos e diminuir a distância e os gastos com diárias e passagens, foram adquiridos pela reitoria equipamentos de videoconferência para todos os campi.

Foram realizadas parcerias entre o IFMT e órgãos e instituições ligadas ao estado e a sociedade civil, como forma de garantir a participação social nas ações educativas desenvolvidas pelo IFMT, com foco na formação dos trabalhadores.

Todas as ações desenvolvidas pela PROEN tiveram como objetivo ressignificar as práticas pedagógicas no interior dos campi, assim como a melhoria da qualidade do processo ensino/aprendizagem, a otimização da utilização do tempo com resultados positivos junto à comunidade escolar e local.

A PROEN analisou e orientou todos os projetos de solicitação de Dedicção Exclusiva de maneira a incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas por parte dos professores e a participação efetiva dos estudantes das diferentes modalidades de ensino nos projetos propostos. Todavia, quando os projetos não envolviam a participação dos estudantes ou não apresentavam relevância social para o contexto educativo, a PROEN orientava a reformulação dos mesmos, com base na missão da instituição. Contudo, tal incentivo não será mais possível tendo em vista a revogação da necessidade de apresentação de um projeto de pesquisa para a efetivação da solicitação do DE.

Estratégia V - Desenvolver programas de incentivo à permanência

Ações

- Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as bolsas de iniciação científica e as bolsas de monitoria.
- Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos campi que assim permitir.
- Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que esses possam completar ou iniciar seus estudos.
- Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização de soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.
- Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.
- Promover a cultura, o esporte e o lazer.

Comentários

O IFMT via Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação tem desenvolvido diversos programas de incentivo à permanência com a oferta de bolsas de monitoria, iniciação científica e estágios remunerados. Todos os campi, de acordo com suas possibilidades oferecem cursos em diversas modalidades e níveis no período noturno, com o objetivo de possibilitar aos trabalhadores complementar, completar ou iniciar seus estudos.

Cada campus tem autonomia para desenvolver programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico aos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

Em relação ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, o IFMT embora não consiga implementar o NAPNE em todos os campi e realizar um atendimento personalizado, de acordo com as reais necessidades individuais de cada estudante, busca, viabilizar formas de atendimento sempre que o campus solicita. Em relação ao atendimento ao aluno com deficiência auditiva a instituição conseguiu avançar, com a nomeação de 3 professores de LIBRAS que desenvolvem materiais de auxílio ao atendimento dessa especificidade e com a elaboração de projeto de capacitação em LIBRAS para servidores.

Em cumprimento a Lei Nº 10.639/03, alterada pela Lei Nº 11.645/08, o IFMT desenvolve várias atividades voltadas para a temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”. Em dois campi do IFMT o calendário acadêmico contempla a realização de uma semana de reflexão sobre a temática e a realização de um seminário anual, envolvendo toda a comunidade escolar e externa nas discussões que perpassam o assunto, conseguindo desencadear ao

longo do ano letivo diversas atividades interdisciplinares, incluindo painéis, oficinas e debates.

Embora alguns campi não possuam infraestrutura própria para a realização de atividades voltadas para a prática da cultura, esporte e lazer, o desenvolvimento de tais práticas é contemplado na maioria dos campi do IFMT, via atividades diversificadas e intercampi.

Estratégia VII - Estruturar adequadamente as Bibliotecas

Ações

- Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos Campi são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.
- Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT
- Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo. Salas de acesso à internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.
- Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.
- Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente
- Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema unificado.
- Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.
- Implantar sistema de empréstimos on-line assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.

Comentários

Com a criação do Sistema Integrado de Bibliotecas, o Instituto Federal de Mato Grosso, por meio da Pró Reitoria de Ensino, passa a ter um setor que se preocupa com as questões das unidades de informações e com as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de ações qualitativas no campo da informação institucional e socialização do conhecimento.

Das ações preteridas pelo IFMT em relação as bibliotecas do sistema integrado, foi criado em 2010 uma comissão de estudo que diagnosticou a situação de todas as bibliotecas da rede, gerando relatórios que subsidiaram as melhorias de cada uma das unidades; da mesma forma foi orientada a aquisição de novas obras, atualizando o acervo, dando condições de trabalho para os profissionais que atuam nessas unidades.

Um outro aspecto relevante ao desenvolvimento das políticas de ensino do IFMT foi a definição em matriz orçamentária de reservas para aquisição de acervos bibliográficos, técnicos especializados, que venham a suprir as necessidades informacionais dos campi.

O único aspecto que ainda está em desenvolvimento é a implantação de um sistema de automação de dados para a biblioteca que seja capaz de gerir os dados e informações dos mesmos.

Estratégia VIII - Implantar um sistema gerenciador de Bancos de Dados

Ações

- Digitalizar a produção acadêmica do IFMT, propiciando a criação de um banco de dados constantemente atualizados.
- Criar links para outras Bibliotecas Virtuais e Temáticas do Brasil e Exterior
- Intensificar o intercâmbio do acervo com outras bibliotecas, quer através dos métodos tradicionais, quer através dos recursos digitais de transferência de dados.

Comentários

Dada a ausência de um sistema que possibilite a integração digital dos dados informacionais dos campi, e em especial que possa mapear as produções intelectuais produzidas pelo IFMT, as metas propostas de gerenciar e disseminar essas informações de forma democrática, ficam impossibilitadas de serem levadas a diante, assim, quando o sistema SIGA-EPCT for implementado e o módulo biblioteca possibilitar essa integração as metas serão atingidas plenamente.

Das Políticas de Educação a Distância

Estratégia I - Fortalecer a qualidade do Ensino a Distância

Ações

- Capacitar adequadamente os servidores docentes, técnico e cooperadores bolsistas para atender as necessidades dos cursos oferecidos.
- Criar a Comissão de Avaliação Interna da EaD.
- Desenvolver programas de reformulação e atualização curricular dos cursos de graduação em andamento.

- Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para uso nos diversos níveis de ensino.
- Difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto a comunidade acadêmica.
- Implementar políticas e programas de educação a distância (EaD), visando à democratização do acesso à educação, a informação e ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas.
- Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico, mediante ações de inclusão digital e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Comentários

Para melhorar a qualidade da formação de professores do Curso de Licenciatura em Química, modalidade a distância, o Projeto Pedagógico do Curso foi alterado, enfatizando nesta nova versão da matriz curricular a prática docente, com a antecipação do Estágio I para o 4º semestre (na primeira versão da matriz o estágio iniciava-se no 5º semestre). O Estágio ocorre em 3 semestres nesta nova matriz, (Estágio I: 100h, Estágio II: 140h e Estágio III: 160h). O Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet primou por adequar a grade curricular, com aumento de carga de horária e implantação de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) em substituição ao estágio, incentivando os alunos a iniciação de pesquisas científicas.

Em 2011 foi implantado o estúdio na sede administrativa da UAB visando a produção de vídeo aulas, cuja ação foi implementada e vem sendo ampliada a cada semestre. Tanto o Curso de Licenciatura em Química quanto o de Sistemas para Internet utilizaram a ferramenta da Web Conf. Esta ferramenta permite o uso da Internet para a transmissão de áudio, vídeo, materiais didáticos e chat em tempo real para os alunos de todos os polos, aproximando professor e cursistas por meio das TICs.

Em 2011 não foram liberados recursos para o projeto de capacitação, portanto esta ação não foi atendida em 2011 e está programada para 2012.

Em 2011 não foram abertas novas vagas para os cursos de Licenciatura em Química e Sistemas para Internet. O Curso de Química não teve vagas autorizadas pela CAPES devido a ausência de laboratórios nos polos. O Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet não teve oferta de novas vagas porque a política da CAPES em 2011 privilegiava os cursos de licenciatura.

Fonte: PROEN

ACÇÕES PREVISTAS NO PDI E NÃO EXECUTADAS

Estratégia II - Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do IFMT

Ações

- Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.
- Estabelecer parceria com a Pró Reitoria de Pós-Graduação visando à capacitação de profissionais da educação.
- Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.
- Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.

Comentários

As dificuldades em torno da implementação da Política de Formação de Profissionais da Educação do IFMT, se dão por falta de articulação entre as demais pró reitorias e a PROEN. Falta no IFMT um espaço de planejamento e reflexão conjunta das ações a serem desenvolvidas por cada pró reitoria, além da falta de infraestrutura para a organização da reitoria. A inexistência do Regimento Interno da instituição inviabiliza parte significativa das ações da Pró Reitoria de Ensino e consequentemente dos campus, haja vista que não há definição oficial da estrutura organizacional das pró reitorias.

Estratégia III – Garantir a efetivação de Ações Institucionais com vistas a atender o ensino

Ações

- Fortalecer o sistema de avaliação institucional
- Implantar um programa único de sistema acadêmico
- Garantir a efetivação da gestão democrática

Comentários

Como forma de garantir a efetivação de ações institucionais com vistas a atender o ensino, o IFMT consegue visualizar apenas a prática da gestão democrática, porém não em sua totalidade. No que se refere ao sistema acadêmico, existem no IFMT atualmente 4 tipos diferentes em funcionamento, o que tem ocasionado dificuldades na

operacionalização dos trabalhos junto aos registros acadêmicos. Da mesma maneira, o IFMT ainda não possui constituída uma CPA – Comissão Própria de Avaliação que impede que a avaliação institucional seja realizada a contento.

Estratégia IV - Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas

Ações

- Ofertar cursos de PROEJA
- Desenvolver programa de apoio aos discentes com deficiência (Bolsas de estágio reserva de vagas no ensino médio e técnico e Núcleo de Apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais - NAPNE's)
- Estabelecer programa de Concomitância Externa (reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).
- Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.
- Valorizar o aluno – trabalhador com concessão de pontos a experiência profissional devidamente comprovada, no processo seletivo dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Comentários

A PROEN ainda não conseguiu implementar formas de facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas. No IFMT ainda temos campus que não ofertam cursos na modalidade PROEJA. O processo seletivo para a entrada de estudantes na instituição, ainda se dá de maneira pouco eficaz, sem considerar as especificidades que envolvem a realidade de vida desses candidatos.

Ainda não foi possível ao IFMT a implantação dos NAPNE's em todos os campi, tendo em vista o não envolvimento de alguns campi e falta de empenho por parte dos gestores regional e estadual para concretizar a proposta.

Nos cursos superiores a instituição já oferece 50% das vagas via SISU, que torna mais democrático o processo seletivo nessa modalidade. Porém as ações afirmativas ainda não foram institucionalizadas no IFMT.

Estratégia VI - Incentivar a Inserção do aluno concluinte no mercado de trabalho

Ações

- Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.
- Estabelecer parcerias com a pró reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.
- Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.

Considerando que tais atividades não se constituem responsabilidade direta da PROEN, as mesmas não foram desenvolvidas diretamente por essa Pró-Reitoria. No entanto às Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa e Inovação, tem fomentado atividades de incentivo para essa área.

• Apoio à Capacitação de Professores (PAR)

Em 12 de Maio de 2010, via Ofício nº 171/2010, Reitoria/IFMT, foi comunicado à Coordenação Geral de Programas de Apoio à Formação e Capacitação de Docentes da Educação Básica, a reavaliação do quadro de ofertas de acesso e vagas por parte do IFMT, bem como a impossibilidade de operacionalizar a demanda em 2010. Em decorrência solicitou-se a retirada dos dados concernentes a este Instituto da Plataforma Freire.

Em 13 de Outubro de 2010 foi construído um documento chamado de “Segundo Termo de Acordo Coletivo” que consiste em um acordo que entre si estabelecem a SEDUC/MT, a UFMT, a UNEMAT e o IFMT. Nesse documento o IFMT argumenta a impossibilidade de se comprometer com um programa especial, dada a fase de estruturação de cursos regulares em que se encontra, embora o IFMT continue tendo participação ativa no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente de Mato Grosso, inclusive contribuindo com o planejamento para o atendimento das demandas para formação continuada

Das Políticas de Educação a Distância

Estratégia II - Estabelecer a relação Ensino/Pesquisa e Extensão na EaD

Ações

- Ofertar cursos de pós-graduação com cursos *Lato sensu* à comunidade da UAB/IFMT.
- Criar cursos de extensão a distância.

- Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.
- Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Comentários

Esta estratégia não foi cumprida devido à falta de uma política estruturada em EaD no Instituto Federal de Mato Grosso.

Estratégia III - Difundir os conhecimentos da EaD

Ações

- Estruturar a revista científica para a divulgação das produções relacionadas a EaD.
- Organizar o seminário anual de EaD.

Comentários

Esta estratégia não foi cumprida devido à falta de uma política estruturada em EaD no Instituto Federal de Mato Grosso.

Fonte: PROEN

ACÇÕES NÃO PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS

Realização do levantamento da realidade pedagógica e de registros acadêmicos dos campi Confresa, Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres e Pontes e Lacerda.

Elaboração de 6 Instruções Normativas para orientar os campi quanto a realização das atividades didático-pedagógicas com vistas a facilitação do desenvolvimento das ações nos campi.

Continuidade no processo de construção das Orientações Didáticas do Ensino Médio/Técnico e Superior com a participação da comunidade educacional na construção do documento.

Fonte: PROEN

• Área de Recursos Humanos

ACÇÕES PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS E/OU EM PROCESSO DE EXECUÇÃO

a) Promover eventos de capacitação e qualificação específicos para os diversos setores da Instituição, de modo que, até o final de 2014, cada servidor tenha participado de, pelo menos, 02 (dois) eventos.

Subordinado a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, em março de 2010, foi criado o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, que, mesmo se estruturando, vem realizando os trabalhos de elaboração do programa de capacitação, para que até o final de 2014, possamos atingir a meta de que cada servidor tenha participado de, pelo menos, 02 (dois) eventos.

Através da Portaria 1.008, de 29.07.2011 foi iniciado o Plano de Capacitação 2011 e devido a greve ele encerrará no ano de 2012.

b) Promover treinamentos específicos para os docentes e técnico administrativo das diversas áreas, com metas definidas para cada ano letivo, incluindo programa de formação continuada, além de curso de capacitação pedagógica para os servidores docentes recém ingressos que não possuem licenciatura e de iniciação ao serviço público a todos os servidores ingressantes no quadro de pessoal do IFMT.

Embora encontrar-se presente no Plano de Capacitação do ano de 2011 vários cursos que capacitem às carreiras dos docentes e técnico-administrativos, considerando-se estes específicos, a formação continuada demanda o elaboração do inventário de competências para que se possa alinhar as competências requeridas dos servidores e setores aos objetivos estratégicos do Instituto Federal e também o melhor gerenciamento das ações de capacitação. O inventário de competências permite a combinação sinérgica da tríade Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHA) expressos pelo desempenho profissional. O diagnóstico de competências, a identificação de lacunas, bem como o plano de desenvolvimento depende de uma melhor estruturação departamental, com infraestrutura e pessoal, tendo em vista a amplitude do número de servidores, cargos e áreas deste Instituto Federal de Mato Grosso.

A questão didática para os novos servidores docentes será conteúdo do permanente dos Planos de Capacitação, inclusive, tema debatido pela comissão da Portaria IFMT, nº 1.027/2011, ao qual se pretende incluir conteúdo relativo a metodologia do ensino, em seus diversos níveis da nossa Instituição.

Em relação ao conteúdo Introdutório ao Serviço Público, além das oficinas de ingresso efetivamente implantadas, fora elaborado curso introdutório ao serviço público, à distância, através da plataforma *moodle*, com conteúdos pertinentes a todo novo ingressante no serviço público. O conteúdo teve início de sua elaboração no ano de 2011 e possui a previsão de estar disponível a partir de março/2012.

Encontra-se também em andamento a estruturação do Curso de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais direcionado aos servidores deste IFMT e que também estará disponível com previsão para março/2012.

c) Maximizar o número de servidores com pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) em suas áreas de atuação, tendo em vista as necessidades da Instituição.

Devido a especificidade dessas ações, os projetos de pós-graduação institucional encontram-se realizadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. Porém, o trâmite processual de afastamentos para participação de programas de pós-graduação está sob o encargo da DGSP.

Por sugestão da DSGP, fora constituída, através da Portaria IFMT nº 1.027/2011, comissão de trabalho para estudo e criação de curso de pós-graduação, em nível de especialização, para servidores deste IFMT, cujos trabalhos terão continuidade no ano de 2012 e o objetivo será a oferta de conteúdos direcionados a gestão pública das instituições de ensino.

d) Buscar o apoio e a participação de todas as instâncias administrativas da Instituição, para a implementação da política de capacitação dos servidores docentes e técnico administrativo da Instituição.

Em nossas capacitações contamos com a participação das Pró-Reitorias, em especial da Pró-Reitoria de Ensino, e também dos Departamentos Educacionais dos Campis do IFMT, bem como realizamos consultas aos servidores (através de recursos tecnológicos) sobre os cursos que podem agregar, contribuir e capacitá-los à uma melhor execução de suas atividades no IFMT.

e) Oficina de Ingresso para novos servidores

Foi realizado palestras para os novos servidores dos *campi* Cáceres e Confresa, com fins a orientá-los sobre direitos e deveres do servidor público, com a participação de aproximadamente 70 servidores. No entanto, apesar da nomeação de novos servidores para os demais Campi, não foi possível realizar a oficina de ingresso para todos, em razão, da falta de pessoal.

f) Definir critérios de remoção inter-campus.

Foi encaminhado para análise da área jurídica deste IFMT proposta de regulamentação de remoção inter-campus, conforme Memorando nº 923/2011.

g) Ofertar cursos de relações humanas aos servidores pelo menos uma vez por ano.

Foi incluído no Plano de Capacitação de 2011 o curso de Relações Interpessoais, porém o mesmo será executado nos próximos exercícios.

Fonte: DSGP

ações não previstas no PDI e executadas

a) Participação em processos seletivos de estagiários

A DSGP trabalhou em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão na gestão de processos seletivos de estagiários, durante o exercício de 2011. Nas diferentes áreas, participamos de pesquisas, entrevistas e análise curricular.

Fonte: DSGP

ações previstas no PDI e não executadas

a) Criar centro de treinamento com infraestrutura para cursos e hospedagem.

A Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas ainda tem como um de seus projetos, a criação de um centro de treinamento e capacitação para atendimento aos servidores da Reitoria e de todos os *campi* do IFMT. Tal projeto poderá ser viabilizado nos próximos anos tendo em vista a compra de um imóvel que comporta as necessidades da Reitoria.

b) Mensurar força de trabalho dentro dos campi e levantar a necessidade de alocação de pessoal.

A ação não foi executada pois a mesma depende da publicação do Regimento Geral e Interno, pois através desses documentos será possível analisar os ambientes organizacionais com suas demandas e competências *versus* quantidade de servidores.

c) Distribuir aos servidores as oportunidades de participação em eventos científicos e culturais de forma proporcional às necessidades das áreas e dos setores administrativos e conforme critérios estabelecidos neste documento.

Embora não seja atividade finalística da Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas desenvolver oportunidades de participação em eventos científicos e cultural, a DSGP contribui e apoia a participação dos servidores em referidos eventos, porque entende que essas atividades contribuem para a formação do indivíduo profissionalmente, para melhoria da qualidade de vida e de seu ambiente organizacional.

d) Criar uma comissão para análise curricular dos funcionários, sondagem das habilidades e do potencial dos técnicos para orientar a lotação.

Assim como a mensuração de força de trabalho, a ação não foi executada pois a mesma depende da publicação do Regimento Geral, porém, houve capacitação de servidores desta diretoria para estabelecer diretrizes com fins a análise dos ambientes organizacionais e das competências individuais dos servidores deste IFMT.

e) Promover capacitações específicas visando formar um quadro de servidores aptos a ocupar funções gerenciais.

Apesar da Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas ter avançado no quesito capacitação, no ano de 2011, não foi possível realizar essa capacitação, por falta de infraestrutura e pessoal. Porém pretende-se realizar tal capacitação nos próximos exercícios.

Fonte: DSGP

5 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

5.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

Não há nenhum programa sob a responsabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, haja vista que os mesmos estão sob a responsabilidade dos órgãos superiores. Sendo que cabe ao IFMT o auxílio na execução das ações orçamentárias, correspondente aos seguintes programas:

- 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0901 – Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais;
- 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- 0750 – Apoio Administrativo;
- 1067 – Gestão de Política de Educação;
- 1061 – Brasil Escolarizado;
- 1448 – Qualidade na Escola;

A seguir apresentamos os programas e ações executadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2011:

Tabela XV – Demonstrativo da execução por Programa e Ações de Governo

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 0181.26414.0051 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Gerente: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
14.604.838,00	17.013.158,00	16.837.132,03	16.837.132,03	-	16.837.132,03	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa beneficiada	31/12/2011	302	319	-	319
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Número de aposentados + pensionistas						
Análise do Resultado Alcançado						
Na LOA 2011, a meta de pessoas beneficiadas com o Programa 0089 – Pagamento de aposentadorias não						

foi inserida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todavia, a Instituição manteve o controle e o acompanhamento do índice.

No início do exercício a Instituição registrou 302 servidores (198 aposentados e 104 pensionistas) e encerrou o exercício com 319 servidores (214 aposentados e 105 pensionistas).

Em comparação com o exercício anterior (2010), percebe-se que houve um aumento de 5,62% no índice e 10,34% no montante empenhado, decorrente principalmente das aposentadorias concedidas.

Exercício	Índice	Despesa Empenhada
2010	302 (198 aposentados e 104 pensionistas)	15.258.670,96
2011	319 (214 aposentados e 105 pensionistas).	16.837.132,03
% de aumento	5,62%	10,34%

Fonte: SIMEC e DSGP

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0901		Denominação: Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Tipo do Programa: Operações especiais						
Ação: 0005.26414.0051 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas						
Objetivo Geral: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Objetivos Específicos: Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.						
Gerente: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa/ Ana Maria Vasconcelos			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/ Procuradora Federal			
Público Alvo: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
41.230,00	38.915,00	38.914,62	38.914,62	-	38.914,62	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
O Programa e as ações relativo às Operações Especiais são executadas em nível de Ministério, no entanto, registramos a seguinte série histórica.						
Exercício	Despesa Empenhada					
2010	206.133,28					
2011	38.914,62					
% de diminuição	- 81,12%					

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0901		Denominação: Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Tipo do Programa: Operações especiais						
Ação: 00G5.26414.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Objetivo Geral: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Objetivos Específicos: Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.						
Gerente: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa/ Ana Maria Vasconcelos			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/ Procuradora Federal			
Público Alvo: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.442,00	5.442,00	5.442,00	5.442,00	-	5.442,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O Programa e as ações relativo às Operações Especiais são executadas à nível de Ministério, no entanto, registramos a seguinte série histórica.</p>						
Exercício		Despesa Empenhada				
2010		27.579,00				
2011		5.442,00				
% de diminuição		-80,26%				

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa e Ações de Governo	
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 09HB.26414.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	
Objetivos Específicos: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco	Responsável: Administração Direta

Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.440.376,00	15.940.376,00	14.177.885,53	14.177.885,53	-	14.177.885,53	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
O aumento na despesa com essa ação orçamentária se deve ao ingresso de novos servidores, bem como as regularizações previdenciárias realizadas pela Instituição, durante o exercício.						
Exercício		Despesa Empenhada				
2010		8.453.465,40				
2011		14.177.885,53				
% Aumento		67,72%				

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2004.26414.0051 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.341.564,00	1.791.564,00	1.781.873,33	1.781.873,33	-	1.781.873,33	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada	31/12/11	754	1.774	1.553	1.774
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa beneficiada (Servidor + Dependentes)						

Análise do Resultado Alcançado		
<p>Ressaltamos que o aumento nas despesas com assistência médica e odontológica no exercício de 2011, se deve ao ingresso de novos servidores na Instituição, bem como dos seus dependentes.</p> <p>Outro fator de acréscimo nas despesas com a Assistência Médica, se deve ao fato, que o reajuste implementado pela Portaria Conjunta SRH/SOF n. 01 de 29/12/2009, no convênio que a Instituição mantém com a GEAP, só fora efetivado no exercício de 2011.</p>		
Exercício	Índice	Despesa Empenhada
2010	681	1.358.922,04
2011	1.774	1.781.873,33
% de aumento	160%	31,12%
Descrição		Qnt. De Beneficiados em 2011
Servidores		1.751
Pensionistas		23
Total		1.774

Fonte: SIMEC e DSGP.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2010.26414.0051 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
131.735,00	169.735,00	166.071,23	166.071,23	-	166.071,23	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Criança atendida	31/12/11	143	185	148	185
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Criança atendida						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O incremento da despesa com essa ação orçamentária é decorrente do aumento no número de servidores da Instituição, bem como no número de crianças com idade de 0 a 6 anos de idade.</p>						
Exercício	Índice atingido		Despesa Empenhada			
2010	145		135.624,19			
2011	185		166.071,23			
% de aumento	27,58%		22,44%			

Fonte: SIMEC.

Identificação do Programa e Ações de Governo

Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo					
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 2011.26414.0051 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.						
Gerente: Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.143.430,00	1.143430,00	1.119.827,49	1.119.827,49	-	1.119.827,49	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/11	502	558	541	558
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						
Considerando que houve um aumento no número de servidores atendidos, houve a necessidade de que os créditos orçamentários dessa ação fossem suplementados em 1,64%.						
Cabe salientar que o crescimento no índice, se deve aos novos ingressos ocorridos no exercício de 2011.						
Exercício	Índice atingido		Despesa Empenhada			
2010	478		1.101.691,98			
2011	558		1.119.827,49			
% de aumento	16,73%		1,64%			

Fonte: SIMEC e DSGP

Identificação do Programa e Ações de Governo					
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Ação: 2012.26414.0051 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos					
Objetivos Específicos: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.					
Gerente: Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de		

Costa		Pessoas/IFMT				
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.522.637,00	4.070.637,00	4.049.943,21	4.049.943,21	-	4.049.943,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/11	1.012	1.180	966	1.180
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O IFMT executou a atividade, concedendo o benefício conforme legislação vigente, no entanto, devido a posse dos novos concursados, houve um incremento na meta física e conseqüentemente aumento na despesa da instituição.</p>						
Exercício	Índice atingido			Despesa Empenhada		
2010	1.019			3.615.863,48		
2011	1.180			4.049.943,21		
% de aumento	15,17%			12%		

Fonte: SIMEC e DSGP.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Ação: 20CW.26414.0001 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.						
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: Eni Neves da Silva de França			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
86.131,00	131,00	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor Beneficiado	31/12/11	-	-	479	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado						

Em 2010 foi constituída uma comissão para implementação dos exames periódicos no IFMT através da Portaria nº 235, de 22 de março de 2010, sendo que o trabalho foi prejudicado pela ausência de muitos dos servidores participantes da comissão nas várias reuniões convocadas, e após encerramento dos trabalhos pela comissão o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal do IFMT que realizou alguns apontamentos para providências sendo que até o final do exercício de 2010 o processo não havia sido concluído, retornado a esta DSGP em 26.01.2011 para providências quanto a elaboração do termo de referência para realização de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais.

Diante desses atrasos, tal ação não pode ser realizada no exercício de 2010 e conseqüentemente em 2011 a DSGP não conseguiu finalizar os procedimentos necessários para a execução dessa ação orçamentária, tendo em vista o indeferimento de processo para contratação da GEAP como prestadora/viabilizadora dos exames periódicos, a impossibilidade do SIASS em executar os exames periódicos, bem como a falta de profissionais na área de Gestão de Pessoas que possa dedicar-se integralmente a execução dos mesmos. Situação que estamos tentando regularizar ainda em 2012.

Fonte: SIMEC e DSGP

Identificação do Programa e Ações de Governo																	
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão de Política de Educação															
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais																	
Ação: 4572.26414.0051 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação																	
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação																	
Objetivos Específicos: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.																	
Gerente: Paulo Eduardo de Nunes Moura Rocha			Responsável: Administração Direta														
Coord. De Ação: Leo Kessel			Responsável: Administração Direta														
Coord. Ação Local: Fernanda Christina Garcia da Costa			Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas/IFMT e Diretores-Gerais e Coordenações de Gestão de Pessoas dos Campi do IFMT														
Público Alvo: Governo																	
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00												
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos												
Inicial	Final																
1.411.431,00	1.411.431,00	910.127,94	683.142,61	226.985,33	660.601,38												
Informações sobre os resultados alcançados																	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício											
		Data	Índice inicial	Índice final													
1	Servidor Capacitado	31/12/11	35	870	793	870											
Fórmula de Cálculo do Índice:																	
Servidor capacitado																	
Análise do Resultado Alcançado																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Exercício</th> <th>Índice atingido</th> <th>Despesa Empenhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>884</td> <td>917.303,31</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>870</td> <td>910.127,94</td> </tr> <tr> <td>%</td> <td>-1,58%</td> <td>- 0,78%</td> </tr> </tbody> </table>						Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada	2010	884	917.303,31	2011	870	910.127,94	%	-1,58%	- 0,78%
Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada															
2010	884	917.303,31															
2011	870	910.127,94															
%	-1,58%	- 0,78%															
<p>As capacitações foram realizadas no exercício de 2011, por meio das Pró-Reitorias/Diretorias e pelos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.</p> <p>Foram realizadas diversas capacitações, principalmente na área administrativa, em razão do ingresso de novos servidores e ao processo de implantação dos Campi do IFMT. Já nos Campi implantados o foco na capacitação foi</p>																	

para área pedagógica, como por exemplo, citamos os Campi Cuiabá e Pontes e Lacerda, que efetuaram capacitações dos professores das áreas técnicas, tais como: construção civil, eletro-eletrônica, informática e outros.

A seguir apresentamos a quantidade de servidores capacitados, por Campi:

Executor	2010		2011		Situação da Meta
	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	
Reitoria	-	183	200	170	Parcial
Pontes e Lacerda	40	37	40	61	Atingida
Bela Vista	40	16	71	18	Insuficiente
Juína	40	30	52	32	Parcial
Rondonópolis	40	9	30	27	Parcial
Confresa	40	17	20	35	Atingida
Cuiabá	180	196	150	348	Atingida
São Vicente	100	232	150	47	Insuficiente
Campo Novo do Parecis	52	34	60	47	Parcial
Cáceres	130	130	30	71	Atingida
Barra do Garças	-	-	30	12	Insuficiente
Sorriso	-	-	30	02	Insuficiente
Total	662	884	863	870	

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi, SCDP e DSGP.

Legenda: Parcial: mais de 50% da meta atingida; Insuficiente: menos de 50% da meta atingida; Atingida: atingiu 100% ou mais da meta física estabelecida.

Posição em 31.12.2011

Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	316.600,00	195.082,18	154.591,54	154.591,54	40.490,64
Pontes e Lacerda	49.000,00	43.351,50	43.129,95	43.129,95	221,55
Bela Vista	69.510,00	20.000,00	2.590,65	2.590,65	17.409,35
Juína	62.200,00	38.102,57	37.753,17	37.753,17	349,40
Confresa	40.500,00	24.487,38	22.309,58	22.309,58	2.177,80
Cuiabá	363.000,00	277.403,74	143.550,60	139.114,60	133.853,14
São Vicente	210.000,00	140.562,72	126.682,72	126.682,72	13.880,00
Campo Novo do Parecis	160.000,00	40.903,66	38.630,42	38.630,42	2.273,24
Cáceres	140.621,00	130.234,19	113.903,98	95.798,75	16.330,21
Total	1.411.431,00	910.127,94	683.142,61	660.601,38	226.985,33

Fonte: SIAFI Gerencial e Proad

Percebe-se que em relação ao ano anterior, houve uma diminuição no número de pessoas capacitadas, em razão dos seguintes fatores:

- Insuficiência de pessoal para organizar e promover cursos de capacitação;
- Dificuldades na contratação de pessoal especializado para a promoção de capacitações;
- Dificuldades no deslocamento dos servidores;
- Dificuldades na obtenção de infraestrutura adequada para a realização de capacitação dos servidores (laboratórios, salas de treinamento/capacitação e outros);
- Contingenciamento nas despesas com diárias, passagens e locomoção em razão do disposto no Decreto n. 7.446, de 01/03/2011;
- Paralisação das atividades educacionais e administrativas, decorrentes do movimento grevista ocorrido no 2º semestre/2011;
- Especificamente nos Campi de Sorriso e Barra do Garças, a meta não foi atingida em razão, que grande parte dos servidores foram nomeados no 2º semestre.

Todavia, apesar de todas as dificuldades encontradas, o IFMT conseguiu atingir 96,61% da sua meta e utilizar 64,48% da sua dotação inicial.

Cabe salientar ainda, que no 2º Semestre/2011, foi realizada ainda o remanejamento de R\$ 110.000,00 da verba de custeio para a verba de capital, relativo aos créditos que não seriam utilizados pelo Campus Cuiabá. Com

isso, foi possível a aquisição 49 notebooks, para ser utilizados nas capacitações do Campus Cuiabá.

A seguir apresentamos de forma, resumida, alguns cursos de capacitação promovidos pelas Pró-Reitorias e Diretorias no exercício de 2011:

1. Curso Básico de Licitações

Ministrante: Ércio de Arruda Lins

Duração: 02 a 06/05/2011 (36 horas)

Capacitados: 30 servidores que atuam na área compras e licitações

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

2. Treinamento sobre o Novo CPR

Ministrante: Equipe da PROAD

Período: Dezembro/2011

Capacitados: 21 servidores que atuam na área contábil

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

3. Treinamento sobre o SPIUNET

Ministrante: Saulo Ferreira (Analista da SPU/MT)

Período: 1º Semestre/2011

Capacitados: 15 servidores que atuam na área contábil e patrimonial

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD e SPU/MT

4. Treinamento sobre SIAFI

Ministrante: Equipe da PROAD

Período: Novembro/2011

Capacitados: 05 servidores que atuam na área contábil do Campus Rondonópolis

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

5. Treinamento sobre Pregões Eletrônicos

Ministrante: Equipe da PROAD

Período: Agosto/2011

Capacitados: 05 servidores que atuam na área de licitações do Campus Confresa

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

6. Treinamento sobre o Encerramento do Exercício

Ministrante: Equipe da PROAD

Período: Agosto/2011

Capacitados: 20 servidores que atuam na área administrativa e contábil

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

7. Curso de capacitação na área de gestão de pessoas

Ministrante: Vânia Prisca Dias Santiago

Capacitados: 30 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DSGP

8. Curso de Capacitação sobre a IN n. 04/2010

Ministrante: Anderson Araújo (Analista da SLTI/MPOG)

Duração: 09/12/2011 (08 Horas)

Capacitados: 32 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DGTI

Em 2011, o IFMT com parceria com a Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Pesquisa, possibilitou a

capacitação de diversos servidores da área de TI, conforme detalhamento abaixo:

1. Cursos de capacitação: Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança

Período: 04/04/2011 a 08/04/2011

Capacitados: 05 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

2. Cursos de capacitação: Gerência de Redes de Computadores.

Período: 02/05/2011 a 06/05/2011

Capacitados: 03 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

3. Cursos de capacitação: Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP.

Período: 16/05/2011 a 20/05/2011

Capacitados: 02 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

4. Cursos de capacitação: Virtualização de Servidores.

Período: 22/08/2011 a 26/08/2011

Capacitados: 05 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

5. Cursos de capacitação: ITIL - Information Technology Infrastructure Library.

Período: 28/11/2011 a 29/11/2011

Capacitados: 04 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

6. Cursos de capacitação: Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002.

Período: 21/11/2011 a 25/11/2011

Capacitados: 09 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

7. Cursos de capacitação: Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet.

Período: 09/05/2011 a 13/05/2011

Capacitados: 05 servidores que atuam na área da tecnologia da informação

Financiamento: RENAPI

Realização: DGTI e RENAPI

Fonte: SIMEC, SIAFI Gerencial, DSGP e Campi

Identificação do Programa e Ações de Governo	
Código no PPA: 1061	Denominação: Brasil Escolarizado
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 8429.26414.0051 - Formação Inicial e Continuada a Distância	
Objetivo Geral: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência	
Objetivos Específicos: Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.	
Gerente: Adalberto Domingos Paz	Responsável: Administração Direta

Coord. De Ação: Celso José da Costa		Responsável: Administração Direta															
Coord. Ação Local: Ghilson Ramalho Corrêa Alexandre José Schumacher		Responsável: Pró-Reitor de Ensino Coordenador-Geral de Educação a Distância/UAB															
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens																	
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00												
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos												
Inicial	Final																
705.752,00	705.752,00	494.328,42	379.277,44	115.050,98	379.010,94												
Informações sobre os resultados alcançados																	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício											
		Data	Índice inicial	Índice final													
1	Aluno matriculado	31/12/11	530	555	530	555											
Fórmula de Cálculo do Índice:																	
Aluno matriculado																	
Análise do Resultado Alcançado																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Exercício</th> <th>Índice atingido</th> <th>Despesa Empenhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>602</td> <td>349.854,93</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>555</td> <td>494.328,42</td> </tr> <tr> <td>%</td> <td>- 7,8%</td> <td>41,29%</td> </tr> </tbody> </table>						Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada	2010	602	349.854,93	2011	555	494.328,42	%	- 7,8%	41,29%
Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada															
2010	602	349.854,93															
2011	555	494.328,42															
%	- 7,8%	41,29%															
<p>Essa ação destinada a manutenção dos cursos ofertados pela Instituição, na modalidade de educação a distância, especificamente aqueles ofertados através do Sistema da Universidade Aberta do Brasil.</p> <p>A Instituição oferece dois cursos nessa modalidade: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet em 06 (seis) Pólos: Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Juara, Barra do Bugres, Ribeirão Cascalheira e Coromandel (MG).</p> <p>No que tange a execução da despesa, os recursos dessa ação foram utilizados exclusivamente para atender a Educação a Distância, sendo principalmente utilizada para as despesas com diárias, passagens e locomoção dos tutores da UAB.</p> <p>Porém ressaltamos que tanto em 2010 quanto em 2011 não houve a abertura de novas turmas, o que prejudicou o cumprimento da meta física.</p> <p>Outro fator preponderante que atrapalhou os trabalhos, foi o regime de contingenciamento de diárias e passagens, bem como a não descentralização de créditos orçamentários para complementação das atividades de fomento da educação à distância.</p>																	

Fonte: SIMEC e PROEN

Identificação do Programa e Ações de Governo	
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 1H10.26414.0051 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	
Objetivos Específicos: Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco	Responsável: Administração Direta
Coord. De Ação: -	Responsável: Administração Direta
Coord. Ação Local: Josias do Espírito Santo Coringa	Responsável: Pró-Reitor de Administração
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional	
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária	
Em R\$	

						1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.292.034,00	1.292.034,00	691.933,10	67.198,66	624.734,44	62.269,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade de ensino implantada	31/12/11	11	11	07	11
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade de ensino implantada (Campus)						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Os recursos previstos para essa ação orçamentária foram destinados ao processo de implantação de novas unidades de ensino/Campi, bem como a melhoria na infraestrutura dos Campi, de forma a possibilitar a ampliação da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica. Dessa forma, os recursos destinados para essa ação foram gastos principalmente na aquisição de mobiliários, equipamentos, veículos e outros.</p> <p>No entanto cabe ressaltar que R\$ 600.000,00 dos R\$ 1.292.034,00, referem-se à emenda parlamentar do Dep. Wellington Fagundes, que foi consignada no LOA 2011 para atender o Núcleo Avançado de Campo Verde. Todavia, até o encerramento do exercício, o referido crédito não foi devidamente liberado pelo Governo Federal, comprometendo as atividades previstas para o referido núcleo.</p> <p>Sendo assim, somente R\$ 692.034,00 puderam ser executados pelo IFMT, e desse montante somente R\$ 4.419,41 não foram executados, em razão da não liberação de novas cotas de limite de empenho para a Instituição.</p> <p>Apesar das intempéries a Instituição considera que houve êxito no objetivo proposto, cujo recurso disponibilizado na presente ação orçamentária, puderam auxiliar na melhoria da infraestrutura da Instituição. A seguir apresentamos os principais investimentos realizados com essa ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de pontos eletrônicos para controle da frequência dos servidores; • Aquisição de mobiliários e equipamentos para os Campi Sorriso, Barra do Garças e Rondonópolis; • Aquisição de veículo para Confresa; • Contratação de serviços de elaboração de projetos de engenharia para o Campus Rondonópolis; e • Outros. 						

Fonte: SIMEC, PROAD e Campi.

Identificação do Programa e Ações de Governo					
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico					
Ação: 2319.26414.0051 - Prestação de Serviços à Comunidade					
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade					
Objetivos Específicos: Garantir uma maior aproximação junto à sociedade visando o desenvolvimento da cidadania e a integração da instituição com a comunidade, possibilitando a troca de experiências e a prática dos ensinamentos ministrados aos alunos.					
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta		
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta		
Coord. Ação Local: João Vicente Neto			Responsável: Pró-Reitor de Extensão Darlon Alves de Almeida – Diretor-Geral do Campus Campo Novo do Parecis Leone Covari – Diretor-Geral do Campus São Vicente		
Público Alvo: Comunidade interna e externa					
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
20.000,00	20.000,00	12.951,33	8.864,34	4.086,99	8.864,34

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa atendida	31/12/11	70	95	70	95
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa atendida						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Essa ação orçamentária são executadas pelos Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis, para a promoção de diversas atividades de extensão.</p> <p>No que tange especificamente ao Campus Campo Novo do Parecis, o investimento realizado, visa atender e promover a prática esportiva no Campus, principalmente de crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 13 anos de idade, do município em vulnerabilidade social.</p> <p>A seguir apresentamos a meta física e executada por cada Campi:</p>						
Campi		Meta Física Prevista		Meta Física Executada		
São Vicente		20		45		
Campo Novo do Parecis		50		50		
Posição em 31.12.2011						
Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP	
São Vicente	5.000,00	4.995,33	908,34	908,34	4.086,99	
Campo Novo do Parecis	15.000,00	7.956,00	7.956,00	7.956,00	0	
Total	20.000,00	12.951,33	8.864,34	8.864,34	4.086,99	
Fonte: SIAFI Gerencial e						
Principais dificuldades encontradas na execução dessa ação orçamentária:						
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência e/ou deficiência de projetos; • Atrasos na execução; • Paralisação das atividades decorrentes do movimento grevista no 2º semestre/2011, e • Outros. 						

Fonte: SIMEC e Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2992.26414.0051 - Funcionamento da Educação Profissional						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Ghilson Ramalho Corrêa			Responsável: Pró-Reitor de Ensino, Diretor-Geral e Chefes de Departamento de Ensino dos Campi do IFMT			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
86.680.616,00	100.821.661,00	97.802.068,61	85.376.083,17	12.425.985,04	17.316.931,52	

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	31/12/11	12.716	13.644	12.597	13.644

Fórmula de Cálculo do Índice:

Aluno matriculado (desconsiderado os alunos matriculados nos Cursos à Distância/UAB)

Análise do Resultado Alcançado

Os recursos dessa ação orçamentária são destinados para o pagamento da folha de pessoal e das despesas de custeio e investimento, conforme detalhamento abaixo:

Tipo de Despesas	Valor Inicial	Valor Final	Valor Executado	Valor Não Utilizado
Pessoal	53.365.903,00	67.990.546,00	67.547.391,39	1.195.395,13
Custeio – Fonte 112	22.378.180,00	19.292.613,00	17.372.392,49	1.920.220,51
Custeio – Fonte 250	620.594,00	620.594,00	612.327,60	8.266,80
Custeio – Fonte 280	100.000,00	118.000,00	64.486,64	53.513,36
Custeio – Fonte 100 (Emenda Parlamentar)	700.000,00	0	0	0
Investimento – Fonte 112	8.902.071,00	11.987.638,00	11.986.919,60	718,40
Investimento – Fonte 250	545.452,00	761.854,00	218.550,89	543.303,11
Investimento – Fonte 280	50.416,00	50.416,00	0	50.416,00
Total	86.662.616,00	100.821.661,00	97.802.068,61	3.771.833,31

Fonte: SIMEC e SIAFI Gerencial

De acordo com o demonstrativo acima, percebe-se que dos créditos orçamentários destinados para pagamento de pessoal, foram executados 98,24%; para o custeio foram executados 90,10% e para investimentos foram executados 95,35%. Ou seja, no geral a execução dessa ação compreendeu a execução de 96,25%.

No entanto, R\$ 700.000,00 de emendas parlamentares não foram executados em razão da não liberação da cota limite para empenho.

Cabe informar, que o acréscimo nas despesas se deve aos seguintes fatores:

- Ingresso de novos servidores;
- O início das atividades dos novos Campi: Barra do Garças, Rondonópolis e Sorriso;
- Aumento nas contratações de estagiários e professores substitutos;
- Aumento nas despesas com a manutenção básica (energia, telefone, água, telefone e outros) em razão na ampliação da infraestrutura física dos Campi e no número de servidores e alunos matriculados;
- Aumento no número de alunos e cursos oferecidos, e
- Outros.

Quanto a meta física, o IFMT atingiu meta prevista e superou-a em 8,31%, conforme informações extraídas do SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, cujo demonstrativo detalhado apresentamos abaixo:

Campus	Alunos Matriculados 2010			Alunos Matriculados 2011		
	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença
Cuiabá	3.533	3.581	+ 48	4.254	4.661	+407
Bela Vista	1.186	957	- 229	950	1.397	+447
Pontes e Lacerda	845	736	- 109	1.000	959	-41
São Vicente	1.620	1.285	-335	2.085	1.791	-294
Campo Novo do Parecis	800	605	-195	917	759	-158
Confresa	460	517	+57	820	897	+77
Juína	395	590	+195	565	851	+286
Cáceres	1.263	1.241	-22	1.486	1.983	+497
Barra do Garças	240	0	-240	240	111	-129

Rondonópolis	350	0	-350	280	139	-141
Sorriso	-	-	-	-	96	+96
Total	10.692	9.512	- 1.180	12.597	13.644	+ 1.047

Fonte: PLOA 2011 e PROEN/SISTEC / Posição em 31.12.2011

Dotação e execução de custeio e capital por unidade gestora executora:

Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	7.201.316,50	6.435.578,75	4.020.986,88	4.009.806,38	2.414.591,87
Pontes e Lacerda	2.003.992,00	1.701.257,20	1.034.721,43	1.003.593,76	666.535,77
Bela Vista	2.190.770,00	2.035.407,95	642.141,46	618.934,10	1.393.266,49
Juína	2.023.018,00	1.685.511,19	858.660,52	832.309,93	826.850,67
Confresa	2.949.579,00	2.976.014,09	1.731.521,88	1.669.247,87	1.244.492,21
Cuiabá	5.939.189,00	5.197.826,80	1.950.815,37	1.949.415,37	3.247.011,43
São Vicente	4.016.540,00	3.939.817,09	3.011.102,19	2.897.835,76	928.714,90
Campo Novo do Parecis	2.771.273,00	2.689.041,46	1.884.192,73	1.742.453,75	804.848,73
Cáceres	4.300.530,50	3.594.222,29	2.694.549,32	2.593.334,60	899.672,97
Total	33.396.208,00	30.254.676,82	17.828.691,78	17.316.931,52	12.425.985,04

Fonte: SIAFI Gerencial

No exercício de 2011, os Campi Bela Vista e Cáceres conseguiram atingir as suas metas, melhorando a sua situação em relação ao ano de 2010, onde não conseguiram atingir o número previsto na LOA 2010.

Porém os Campi Pontes e Lacerda, São Vicente, Campo Novo do Parecis, Barra do Garças e Rondonópolis, mantiveram a situação de 2010, em não atingir as suas metas físicas. Porém cabe destacar as seguintes ocorrências/justificativas:

- **Campus Pontes e Lacerda:** a atual estrutura não comporta a abertura de novas turmas, em razão do número insuficiente de salas de aulas, laboratórios e recursos humanos. Para sanar tais problemas o Campus iniciou em 2010 a construção do Bloco Educacional II, com o intuito de aumentar a atual estrutura física, porém houve atrasos na entrega da obra, a qual somente será efetivada em 2012.

A insuficiência de pessoal se deve ao fato que muitos servidores foram removidos ou exonerados, principalmente pelo fato de terem sido aprovados em outros concursos públicos.

Outro fator de destaque se deve ao número expressivo da evasão escolar, cujos principais motivos são: a distância do Campus; a falta de transporte coletivo no município e a falta de um restaurante/refeitório no Campus.

Para o exercício de 2012, o Campus estará trabalhando para sanar tais dificuldades, de modo a atingir as metas estabelecidas na PLOA 2012 e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, por meio do controle da evasão escolar e a ampliação no número de vagas e cursos oferecidos.

- **Campus Campo Novo do Parecis:** a meta estabelecida não foi atingida, tendo como motivo diversos fatores, tais como: infraestrutura mínima adequada, como salas de aulas, corpo docente, equipamentos e materiais de laboratório e outros.

No entanto, no exercício de 2011 o Campus efetuou diversas atividades e investimento na melhoria da infraestrutura, de modo a possibilitar a oferta de novos cursos e ampliação de mais vagas para a sociedade. Para o exercício o Campus contará com mais 8 salas de aulas, com capacidade para comportar o número de alunos previsto pela Instituição.

- **Campus São Vicente:** as metas não foram atingidas em razão das condições estruturais do Campus, bem como dos seus Núcleos Avançados, bem como a insuficiência de servidores e a evasão escolar.

- **Campus Barra do Garças:** houveram paralisação na obra do novo prédio do Campus e também atrasos na licitação de reforma e adequação da antiga escola municipal doada para o IFMT. Com isso, as atividades do Campus foram iniciadas por meio de uma estrutura cedida pela UFMT até a conclusão das pendências estruturais do Campus. Da mesma forma, o Campus encontra-se em dificuldade na área de pessoal (administrativo e docentes), o que consequentemente impede a abertura de novas turmas e/ou cursos. Até a

presente data, o Campus não conseguiu a autonomia da sua execução orçamentária e financeira, em razão, da falta de pessoal e demais problemas internos.

- **Campus Rondonópolis:** houve atraso na nomeação dos novos servidores concursados, impossibilitando a abertura de novas turmas e/ou cursos. Da mesma forma, essa situação atrasou as atividades administrativas do Campus, em razão, da insuficiência de pessoal na área administrativa, de modo a suprir e/ou possibilitar meios para a aquisição de todos os materiais e serviços necessários para o bom funcionamento do Campus.

Fonte: SIMEC, PLOA 2010, PLOA 2011, SIAFI e Campi.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 2994.26414.0051 - Assistência ao Educando da Educação Profissional						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Ghilson Ramalho Corrêa			Responsável: Pró-Reitor de Ensino, Diretor-Geral e Chefes de Departamento de Ensino dos Campi do IFMT			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.877.492,00	4.877.492,00	3.589.562,48	1.776.775,80	1.812.786,68	1.734.316,78	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno assistido	31/12/11	1.601	6.586	3.596	6.586
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno assistido						
Análise do Resultado Alcançado						
Com o intuito de propor políticas públicas que possibilitem a oferta de condições para a permanência e melhoria do desempenho escolar dos alunos da Instituição, no exercício de 2011 houve um aumento nos créditos orçamentários para o custeio dessa ação orçamentária, conforme demonstramos na tabela abaixo:						
Exercício	Índice atingido		Despesa Empenhada			
2010	2.336		653.345,31			
2011	6.586		3.589.562,48			
% de aumento	181,93%		449,42%			
Cabe salientar que esse incremento só foi possível, a partir dos incentivos e garantias oferecidas pelo Ministério da Educação, ao destinar mais recursos para essa ação orçamentária. Assim, com os investimentos realizados pelo MEC, o IFMT conseguiu ampliar seu poder de atuação no Programa de Assistência Estudantil.						
Esses incentivos foram essenciais para a diminuição na evasão escolar, bem como, o desenvolvimento de ações assistenciais e de promoção do conhecimento por meio da extensão, pesquisa e inovação.						
Assim, a Instituição teve condições de conceder algumas bolsas auxílio para os alunos, principalmente para os alunos mais carentes, e ainda, outras bolsas de incentivo, tais como: Bolsa Alimentação, Bolsa Artes, Bolsa PROIC, Bolsa Extensão e outros. Da mesma forma, esses recursos também puderam ser destinados à ajuda de custo aos alunos que necessitam realizar viagens e/ou visitas técnicas, para aprimoramento das atividades educacionais.						
A seguir apresentamos a meta e a execução física de todos os Campi do IFMT:						

Campus	2010		2011		
	Meta Física	Meta Executada	Meta Física	Meta Executada	Situação da meta
Campo Novo do Parecis	30	30	150	94	Parcial
Cuiabá	250	450	900	1.235	Atingida
São Vicente	200	1.370	254	1.438	Atingida
Pontes e Lacerda	100	136	300	600	Atingida
Confresa	100	175	60	118	Atingida
Juína	100	135	40	178	Atingida
Cáceres	33	40	222	974	Atingida
Bela Vista	100	Não informado	170	264	Sem avaliação
Barra do Garças	0	0	0	3	Atingida
Rondonópolis	0	0	0	139	Atingida
Sorriso	0	0	0	3	Atingida
Reitoria	0	0	1500	1.540	Atingida
TOTAL	913	2.336	3596	6.586	

Posição em 31.12.2011

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi.

Legenda: Parcial: mais de 50% da meta atingida; Insuficiente: menos de 50% da meta atingida; Atingida: atingiu 100% ou mais da meta física estabelecida.

Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	2.342.747,00	129.708,75	24.669,18	16.701,80	105.039,57
Pontes e Lacerda	202.474,00	100.626,12	63.643,42	63.643,42	36.982,70
Bela Vista	197.681,00	187.780,88	117.639,77	113.189,15	70.141,11
Juína	76.583,00	335.283,00	72.451,10	72.451,10	262.831,90
Confresa	159.048,00	365.505,18	94.104,13	94.104,13	271.401,05
Cuiabá	990.243,00	850.843,08	549.356,94	549.356,94	301.486,14
São Vicente	276.827,00	442.631,45	298.741,98	280.414,98	143.889,47
Campo Novo do Parecis	247.588,00	353.563,12	87.869,28	86.755,88	265.693,74
Cáceres	384.301,00	823.621,00	468.300,00	457.700,00	355.321,00
Total	4.877.492,00	3.589.562,58	1.776.775,8	1.734.317,4	1.812.786,68

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: Alguns Campi executaram mais que a sua dotação inicial, em razão dos repasses efetuados pela Reitoria para o atendimento das necessidades dos Campi, e dos Programas PROIC, PROEJA, Extensão e outros.

Apesar da Instituição ter conseguido atingir a sua meta física, o IFMT deparou com diversas dificuldades na execução dessa ação orçamentária tais como:

- Diversidades e dificuldades regionais;
- Ausência e/ou insuficiência de projetos;
- Atrasos nas execuções do programas assistenciais;
- Ausência e/ou insuficiência de assistentes sociais e psicólogos no quadro efetivo do IFMT; e
- Outros.

Fonte: SIMEC, PROEN e Campi.

Identificação do Programa e Ações de Governo	
Código no PPA: 1062	Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa: Finalístico	
Ação: 6301.26414.0051 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade	
Objetivos Específicos: Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.	
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco	Responsável: Administração Direta
Coord. De Ação: -	Responsável: Administração Direta

Coord. Ação Local: Ghilson Ramalho Corrêa	Responsável: Pró-Reitor de Ensino e Diretores-Gerais e Chefes de Departamento de Ensino dos Campi
--	--

Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.

Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.040.100,00	1.040.100,00	1.008.587,10	190.722,65	817.864,45	82.894,12

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Volume disponibilizado	31/12/11	1.000	12.640	7.855	12.640

Fórmula de Cálculo do Índice:

Volume disponibilizado

Análise do Resultado Alcançado

Com o intuito de melhorar e ampliar o acervo bibliográfico da Instituição, no exercício de 2011, foi executado R\$ 1.008.587,10 em aquisições de livros e periódicos para as Bibliotecas dos Campi, sendo que foram atendidos 10 (dez) Campi do IFMT, inclusive os novos Campi de Barra do Garças e Rondonópolis.

No entanto, houveram alguns atrasos na aquisição desses materiais, em razão da demora na especificação e definição dos volumes a serem adquiridos, o que consequentemente acarretou atrasos na contratação e no fornecimento dos materiais.

Outro fator de destaque se deve aos problemas operacionais junto aos fornecedores contratados, haja vista, que muitos livros e periódicos solicitados pelos professores da Instituição, encontram-se esgotados ou inexistentes. E isso faz com que haja atrasos nas entregas dos materiais. No entanto, para minimizar tais problemas, a administração tem realizado várias análises das listas encaminhadas pelos professores, de modo a evitar inconsistências ou atrasos na entrega dos materiais.

Abaixo apresentamos a meta física de cada Campi:

Campus	Ano 2010		Ano 2011		Situação da meta
	Meta Física	Volume Adquirido	Meta Física	Volume Adquirido	
Cuiabá	1.500	2.106	1.200	2.171	Atingido
São Vicente	1.500	3.095	500	845	Atingido
Bela Vista	1.500	879	727	1.158	Atingido
Confresa	1.500	1.374	500	1.803	Atingido
Campo Novo do Parecis	1.500	360	778	2.426	Atingido
Pontes e Lacerda	1.700	1.817	800	1.527	Atingido
Juína	1.500	1.505	1.250	1.450	Atingido
Barra do Garças	1.500	1.500	800	Não informado	Não Avaliado
Rondonópolis	1.500	1.400	800	1.260	Atingido
Cáceres	1.500	1.500	500	Não informado	Não avaliado
Total	15.000	15.536	7.855	12.640	

Posição em 31.12.2011

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi.

Legenda: Parcial: mais de 50% da meta atingida; Insuficiente: menos de 50% da meta atingida; Atingida: atingiu 100% ou mais da meta física estabelecida.

Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Barra do Garças	100.100,00	85.908,80	0	0	85.908,80
Rondonópolis	100.000,00	99.952,81	0	0	99.952,81
Pontes e Lacerda	120.000,00	102.911,21	74.326,69	68.552,59	28.584,52
Bela Vista	60.000,00	59.968,46	0	0	59.968,46
Juína	100.000,00	100.000,00	0	0	100.000,00

Confresa	50.000,00	49.984,48	0	0	49.984,48
Cuiabá	120.000,00	119.988,96	81.811,86	0	38.177,10
São Vicente	100.000,00	99.975,91	34.584,10	14.341,53	65.391,81
Campo Novo do Parecis	140.000,00	139.947,87	0	0	139.947,87
Cáceres	150.000,00	149.948,60	0	0	149.948,60
Total	1.040.100,00	1.008.587,10	190.722,65	82.894,12	817.864,45

Fonte: SIAFI Gerencial

Principais dificuldades encontradas:

- Insuficiência de pessoal na área administrativa, principalmente, na área de aquisições, contratos e licitações;
- Atrasos no encaminhamento das listas de livros e periódicos a serem adquiridos;
- Atrasos na execução;
- Falta de espaço físico em alguns campi para abrigar novos livros e periódicos;
- Desestruturação da Coordenação-geral de Bibliotecas/PROEN, em razão da falta de pessoal e a nomeação do coordenador como Diretor-Geral do Campus Sorriso;
- Dificuldades na implantação de um sistema informatizado para as bibliotecas;
- Paralisação das atividades decorrentes do movimento grevista no 2º semestre/2011, e
- Outros.

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 6364.26414.0051 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Adquirir veículos para transporte de alunos, professores e técnicos, visando facilitar e melhorar o desempenho de atividades que contribuem para o êxito da Educação Profissional.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Josias do Espírito Santo Coringa			Responsável: Pró-Reitor de Administração e Diretores-Gerais e Chefes de Departamento de Administração e Planejamento dos Campi			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e servidores da Instituição.						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.290.000,00	1.290.000,00	1.236.040,00	0	1.236.040,00	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Veículo adquirido	31/12/11	0	6	3	6
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Veículo adquirido						
Análise do Resultado Alcançado						
Durante a execução dessa ação o IFMT deparou com diversas dificuldades, principalmente em razão da						

publicação do Decreto n. 7.446, de 01/03/2011, na qual proibiu a aquisição de qualquer veículo para as instituições federais.

No entanto, essa vedação somente foi superada no final do 1º semestre/2011, com a publicação de novas autorizações para aquisição, o qual foi essencial para a Instituição, haja vista ao processo de implantação de novos Campi.

Os campi do IFMT estão localizados em diversas regiões do Estado de Mato Grosso, no entanto, o principal meio de transporte é aquele realizado via terrestre. Dessa forma, o uso de veículos é essencial para o desempenho das atividades administrativas e educacionais da Instituição.

Do montante reservado para essa ação orçamentária, R\$ 1.200.000,00 é oriundo de emenda parlamentar, a qual somente foi liberado no mês Dezembro/2011, o que dificultou a execução orçamentária e conseqüentemente impactou o montante de restos a pagar da Instituição.

Todavia, cabe salientar que os veículos adquiridos puderam atender diversos campi tais como:

- Campus Rondonópolis: aquisição de um ônibus escolar;
- Campus Cuiabá: aquisição de um ônibus escolar;
- Campus Barra do Garças: aquisição de um veículo de tração mecânica;
- Campus Bela Vista: aquisição de um ônibus escolar;
- Campus Campo Novo do Parecis: aquisição de um veículo utilitário;
- Campus São Vicente: aquisição de um veículo;

Unidade Gestora	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Barra do Garças	75.040,00	75.040,00	0	0	75.040,00
Rondonópolis	357.000,00	357.000,00	0	0	357.000,00
Bela Vista	357.000,00	357.000,00	0	0	357.000,00
Campo Novo do Parecis	60.000,00	60.000,00	0	0	60.000,00
São Vicente	30.000,00	30.000,00	0	0	30.000,00
Cuiabá	357.000,00	357.000,00	0	0	357.000,00
Total	1.236.040,00	1.236.040,00	0	0	1.236.040,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Fonte: SIMEC e Campi.

Identificação do Programa e Ações de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Finalístico						
Ação: 8650.26414.0051 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade						
Objetivos Específicos: Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Administração Direta			
Coord. De Ação: -			Responsável: Administração Direta			
Coord. Ação Local: Rupert Carlos Toledo Pereira			Responsável: Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Diretores-Gerais dos Campi do IFMT			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica.						
Informações orçamentárias e financeiras da Ação Orçamentária						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
22.852.663,00	22.852.663,00	22.051.492,16	5.131.500,85	16.919.991,31	4.037.095,77	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade modernizada	31/12/11	11	12	11	12
Fórmula de Cálculo do Índice:						

Unidade modernizada

Análise do Resultado Alcançado

Os créditos orçamentários dessa ação são oriundos do Termo de Metas firmado entre o IFMT e o Ministério da Educação, para fins de estruturação, organização e expansão das ações da educação profissional e tecnológica no Estado de Mato Grosso.

Os recursos dessa ação orçamentária foi assim dividida:

Local	Natureza de Despesa	Valor Disponibilizado Inicialmente	Acréscimo realizados por meio de descentralização entre Campi	Valor Executado
Reitoria*	339000	0		24.576,90
	449000	4.282.915,00	- 4.060.486,54	221.554,00
Cuiabá	339000	3.325.254,68		3.108.139,45
	449000	1.905.830,63	1.500.000,00	3.405.571,42
Bela Vista	339000	969.420,44		737.216,19
	449000	1.041.266,27	1.160.190,97	2.201.437,29
Pontes e Lacerda	339000	545.299,00	-100.283,23	366.705,14
	449000	885.618,53	766.812,59	1.652.291,10
São Vicente	339000	967.638,42		1.051.208,82
	449000	1.040.612,29	121.940,52	1.051.820,78
Campo Novo	339000	554.209,11	100.283,23	100.274,06
	449000	888.888,44		1.443.087,59
Confresa	339000	547.972,03		419.468,69
	449000	886.599,50	498.949,44	1.385.548,67
Juína	339000	461.543,92		317.663,19
	449000	854.881,37	-121.940,52	843.462,00
Cáceres	339000	908.831,67	501,50	908.786,41
	449000	1.019.030,88		1.017.836,33
Barra do Garças	339000	111.376,43		32.765,60
	449000	726.373,88		726.373,88
Rondonópolis	339000	123.850,59		114.672,32
	449000	730.951,76	110.113,94	840.739,82
Sorriso	339000	54.351,70		17.346,92
	449000	19.946,45	24.419,60	44.336,44
Total		22.852.663,00		22.032.883,01

* Dos recursos destinado à Reitoria, R\$ 4.060.486,54 foram descentralizados aos Campi do IFMT para melhoria na infraestrutura física.

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi.

Principais aplicações dos créditos orçamentários:

- **Campus Cuiabá:** Reestruturação dos laboratórios das áreas de informática, construção civil e eletro-eletrônica;
- **Campus Pontes e Lacerda:** Dos créditos disponíveis 18,16% dos gastos correntes foram utilizados na aquisição de material de consumo, contratação de serviços de natureza continuada e outros de manutenção e funcionamento da unidade. Já 81,84% foram alocados em ações como aquisição de bens permanentes, implantação da rede estrutura e lógica de telefonia, aquisição de ônibus para viagens e visitas técnicas, e na obra de conclusão do Bloco Educacional II;
- **Campus Juína:** Os recursos destinados para essa ação foram gastos principalmente na aquisição de ônibus escolar, equipamentos de laboratórios, implementos e insumos agrícolas, contratação de empresa de engenharia para elaboração de projetos e outros;

- **Campus Confresa:** Entre as principais estão às seguintes: aquisição de equipamentos agrícolas, tronco de contenção e balança para manejo de bovinos, compra de carnes e gás GLP para atender a demanda do restaurante do campus, jogo de mesas que foram colocadas nos alojamentos proporcionando aos alunos um local de estudos em seu próprio dormitório. Porém em maior relevância de recursos alocados tem-se a aquisição de um ônibus rural, específico a circulação em estradas de terra, isto irá facilitar o deslocamento de nossos alunos para a zona rural do município e região, a fim de participar de aulas práticas, dinâmicas de campo, visitas técnicas entre outras e irá aproximar a escola das comunidades mais afastadas, fazendo cumprir uma das disposições proposta em nosso PDI que de auxiliar o desenvolvimento regional e contribuir para implantação de novas técnicas de produção e novos produtos no cenário regional. Além disso, uma parte desse recurso possibilitou a construção de bloco de salas de aulas e centro de convivência
- **Campus Campo Novo do Parecis:** Os recursos desta ação foram aplicados na aquisição de bens permanentes para atender a atividade fim da instituição tais como: complemento do recurso para construção das salas de aula novas, aquisição de mobiliários de biblioteca, laboratório de informática, almoxarifado, equipamentos de laboratório, equipamentos de refrigeração para salas de aula novas, implementos agropecuários para mecanização agrícola, zootecnia, insumos agropecuários, ferramentas e outros.
 - **Campus São Vicente:** não informou
 - **Campus Cáceres:** não informou
 - **Campus Rondonópolis:** Este recurso foi destinado para a obra de construção da guarita e alambrado para aumentar a segurança do Campus e realizar as adequações necessárias para os pavilhões do prédio receberem o setor administrativo, os laboratórios de Química, Física, Biologia e Informática e a Biblioteca. Com este recurso também forma adquiridos mobiliários e equipamentos.
 - **Campus Barra do Garças:** os recursos foram utilizados na obra de reforma e adequação do Campus Barra do Garças e também para a aquisição de insumos para os laboratórios de química.
 - **Campus Bela Vista:** não informou.

Apesar da Instituição ter conseguido atingir a sua meta física, o IFMT deparou com diversas dificuldades na execução dessa ação orçamentária tais como:

- Ausência e/ou insuficiência de projetos;
- Dificuldades e/ou atrasos na conclusão dos processos licitatórios;
- Insuficiência de pessoal na área administrativa, principalmente, na área de aquisições, contratos e licitações;
- Insuficiência de pessoal na área de engenharia;
- Atrasos na execução;
- Paralisação das atividades decorrentes do movimento grevista no 2º semestre/2011, e
- Outros.

Fonte: SIMEC e campi

Tabela XVI – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da Instituição

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
IFMT	0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais.	0005	Cumprimento de Sentença Judicial –Precatórios
			00G5	Precatórios de pequeno valor
	0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	0181	Pagamento de aposentadorias e pensões
	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	09HB	Contribuição para o custeio do Regime de Previdência
			1H10	Expansão da Rede Federal
			2319	Prestação de serviços à comunidade
			2994	Assistência ao Educando
			2992	Funcionamento da Educação Profissional
	6301	Acervo Bibliográfico		

			6364	Veículos e transporte escolar
			8650	Reestruturação da Rede Federal
	0750	Apoio Administrativo	2004	Assistência Médica
			2010	Assistência Pré-Escolar
			2011	Auxílio transporte
			2012	Auxílio alimentação
			20CW	Exames periódicos
	1067	Gestão da Política de Educação	4572	Capacitação dos servidores
	1061	Brasil Escolarizado	8429	Formação inicial e continuada a distância

Comentários do responsável:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não é responsável pela execução de nenhum Programa Orçamentário, haja vista que tal responsabilidade está ligada diretamente aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cabe ao IFMT somente a execução das ações orçamentárias. Além disso, na época da formulação da proposta orçamentária, cabe ao IFMT a definição das metas e alocação de recursos somente das ações de execução direta, excluindo-se as ações ligadas às despesas com pessoal e cumprimentos de sentenças judiciais.

Periodicamente a Instituição, promove atualização e monitoramento das ações orçamentárias, através do SIMEC – Sistema Integrado do Ministério da Educação, que por sua vez alimenta automaticamente os dados constantes no SIGPLAN.

Os comentários sobre a execução e os resultados alcançados em cada ação orçamentária encontram-se detalhada na tabelas anteriores.

Fonte: IFMT

5.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Tabela XVII – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	A	3	Pessoa Beneficiada	-	319	Não há informação na PLOA 2012
12	122	1062	09HB	A	3	-	-	-	-
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	793	870	801
28	846	0901	0005	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	00G5	OP	4	-	-	-	-
12	301	0705	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	1.553	1.774	1.611
12	301	0705	2010	A	3	Criança Atendida	148	185	189
12	301	0705	2011	A	3	Servidor beneficiado	541	558	649
12	306	0705	2012	A	3	Servidor beneficiado	966	1.180	1.053
12	301	0705	20CW	A	3	Servidor beneficiado	479	0	479
12	363	1072	1H10	P	1	Unidade implantada	7	11	Ação não inclusa na LOA 2012
12	363	1062	2319	A	3	Pessoa atendida	70	95	Ação não inclusa na LOA 2012
12	363	1062	2992	A	3	Alunos matriculados	12.597	13.644	13.129
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	3.596	6.586	3.509
12	363	1062	6301	A	1	Volume disponibilizado	7.855	12.640	Ação não inclusa na LOA 2012
12	363	1062	6364	A	3	Veículo adquirido	3	6	Ação não inclusa na LOA 2012
12	363	1062	8650	A	1	Unidade reestruturada	11	12	Ação não inclusa na LOA 2012
12	128	1061	8429	A	1	Alunos matriculados	530	555	Ação não inclusa na LOA 2012

Fonte: SIMEC, SIAFI e LOA 2012

Análise crítica

A) Ações que foram cumpridas as metas físicas ou que superaram as metas estabelecidas:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	A	3	Pessoa Beneficiada	-	319	Não há informação na PLOA 2012
Análise: Para 2011 a meta física não foi estabelecida pelo MPOG, no entanto, o IFMT registrou 319 pessoas beneficiadas com essa ação orçamentária. Para 2012 também não há nenhuma meta estabelecida pelo MPOG, no entanto, considerando a perspectivas de servidores em processo de aposentadoria e ainda, com base no número de pensionistas registrados nos últimos exercícios, estimamos que a meta física não ultrapassara a 350 pessoas.									
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	793	870	801
Análise: Apesar da insuficiência de pessoal, a Instituição conseguiu atingir a meta estabelecida. Porém para o exercício de 2012 a meta sofreu uma diminuição, em razão da disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição.									
12	301	0705	2010	A	3	Criança Atendida	148	185	189
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento, expedida pelo Ministério da Educação. Em 2010, a Instituição tinha como previsão 200 crianças atendidas, porém em razão dos atrasos na nomeação de novos servidores e ainda a não liberação dos códigos de vagas, em 2011 o IFMT atingiu 185 crianças atendidas. Para o exercício de 2012, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da nomeação de novos servidores e ainda a realização de novo concurso público. No entanto, a meta física estabelecida pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o exercício de 2012, está um pouco abaixo da projeção da Instituição. Estimamos para o exercício de 2012, o atendimento de 200 crianças.									
12	301	0705	2011	A	3	Servidor beneficiado	541	558	649
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento, expedida pelo Ministério da Educação. Para 2012 o MPOG estabeleceu 649 servidores beneficiados, porém acreditamos que o IFMT poderá atingir somente 600 servidores, haja vista, que grande parte dos novos ingressos são para os campi do interior e que não há sistema de transporte.									
12	306	0705	2012	A	3	Servidor beneficiado	966	1.180	1.053
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento, expedida pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2012, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da nomeação de novos servidores e ainda a realização de novo concurso público. No entanto, a meta física estabelecida pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o exercício de 2012, está um pouco abaixo da projeção da Instituição. Estimamos para o exercício de 2012, o atendimento de 1.300 servidores.									
12	301	0705	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	1.553	1.774	1.611
Análise: O aumento na meta física se deve ao ingresso de novos servidores, oriundos das Portarias de autorização de provimento, expedida pelo Ministério da Educação. Para o exercício de 2012, espera-se que haja um aumento no número de pessoas beneficiadas, em razão da									

nomeação de novos servidores e da possibilidade da realização de novos concursos públicos.									
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	3.596	6.586	3.509
<p>Análise: O aumento na meta física se deve as ampliações das ações de assistência estudantil e ainda, a disponibilização de mais recursos por ocasião do Termo de Metas. Para o exercício de 2012, o montante disponibilizado será menor, e conseqüentemente o número de alunos assistidos sofrerá decréscimo.</p>									
12	363	1072	1H10	P	1	Unidade implantada	7	11	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise: O aumento na meta física dessa ação orçamentária se deve ao fato, os recursos dessa ação foram destinadas não só aos 7 campi que estão em processo de implantação, mas também foi possível atender os 3 Campi que já estão implantados. Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir.</p>									
12	363	1062	2992	A	3	Alunos matriculados	12.597	13.644	13.129
<p>Análise: Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir e passará a ter nova nomenclatura, porém a meta já está consignada no PLOA.</p>									
12	128	1061	8429	A	1	Alunos matriculados	530	555	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise: Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir.</p>									
12	363	1062	2319	A	3	Pessoa atendida	70	95	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise: Essa ação foi executada pelos Campi São Vicente e Campo Novo do Parecis, os quais conseguiram atingir a sua meta física. Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir.</p>									
12	363	1062	8650	A	1	Unidade reestruturada	11	12	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise: Os recursos dessa ação foram destinados ao atendimento dos 10 Campi do IFMT, bem como a Reitoria. Porém também os créditos dessa ação possibilitou o atendimento do mais um Campus (Campus Sorriso). Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir e passará a ter nova nomenclatura.</p>									
12	363	1062	6364	A	3	Veículo adquirido	3	6	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise: Apesar das dificuldades encontradas na execução, conforme já informado anteriormente, o IFMT conseguiu superar a sua meta física. Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir.</p>									
12	363	1062	6301	A	1	Volume disponibilizado	7.855	12.640	Ação não incluída na LOA 2012
<p>Análise:</p>									

Apesar das dificuldades encontradas na execução, conforme já informado anteriormente, o IFMT conseguiu superar a sua meta física.

Em 2012, em razão das alterações no PPA e no PLOA 2012, essa ação orçamentária deixará de existir.

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

B) Ações que apresentaram problemas na execução ou não cumpriram totalmente a meta física estabelecida:

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	301	0705	20CW	A	3	Servidor beneficiado	479	-	479

Análise:

Devido aos problemas na implantação da ação e o atraso na conclusão e no trâmite do processo por parte da Comissão e da Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, tal ação não pode ser realizada no exercício de 2011, ficando sua execução adiada para o exercício de 2012.

Fonte: SIMEC, PROEN, PROAD e Campi

Tabela XVIII. Resumo geral da execução programática

Programa		Ação		Dotação Final	Dotação Executada	Dotação Não Utilizada
Nº	Título	Número	Título			
0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais.	0005	Cumprimento de Sentença Judicial – Precatórios	38.915,00	38.914,62	0,38
		00G5	Precatórios de pequeno valor	5.442,00	5.442,00	0
0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	0181	Pagamento de aposentadorias e pensões	19.090.231,33	19.090.231,33	0
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	09HB	Contribuição para o custeio do Regime de Previdência	15.945.818,00	14.183.327,53	1.762.490,47
		1H10	Expansão da Rede Federal	1.292.034,00	691.933,10	600.100,90
		2319	Prestação de serviços à comunidade	20.000,00	12.951,33	7.048,57
		2992	Funcionamento da Educação Profissional	101.521.661,00	97.802.068,21	3.719.592,79
		2994	Assistência ao Educando	4.877.492,00	3.589.562,48	1.287.929,52
		6301	Acervo Bibliográfico	1.040.100,00	1.008.587,10	31.512,90
		6364	Veículos e transporte escolar	1.290.000,00	1.236.040,00	53.960,00
0750	Apoio Administrativo	8650	Reestruturação da Rede Federal	22.852.663,00	22.046.306,16	801.170,84
		2004	Assistência Médica	1.791.564,00	1.781.873,33	9.690,67
		2010	Assistência Pré-Escolar	169.735,00	166.071,23	3.663,77
		2011	Auxílio transporte	1.143.430,00	1.119.827,49	23.602,51
		2012	Auxílio alimentação	4.070.637,00	4.049.943,21	20.693,79
1067	Gestão da Política de Educação	20CW	Exames periódicos	86.131,00	0	86.131,00
1067	Gestão da Política de Educação	4572	Capacitação dos servidores	1.411.431,00	886.127,94	525.303,06

1061	Brasil Escolarizado	8429	Formação inicial e continuada a distância	705.752,00	494.328,42	211.423,58
TOTAL				177.353.036,33	168.203.535,48	9.144.314,75

Fonte: SIMEC e SIAFI Gerencial

Tabela XIX. Comparação entre a execução do exercício e os anos anteriores

Exercício	Dotação Final			Montante Executado					
	Pessoal e Sentenças Judiciais	Custeio e Capital	Total	Pessoal e Sentenças Judiciais		Custeio e Capital		Total	
				VL.	%	VL.	%	VL.	%
2010	89.844.466,00	42.057.333,00	131.901.799,00	88.388.662,74	98,38	38.947.924,97	92,61	127.336.587,71	96,54
2011	110.332.449,33	67.020.587,00	177.353.036,33	107.983.022,13	97,87	60.220.513,35	89,85	168.203.535,48	87,72

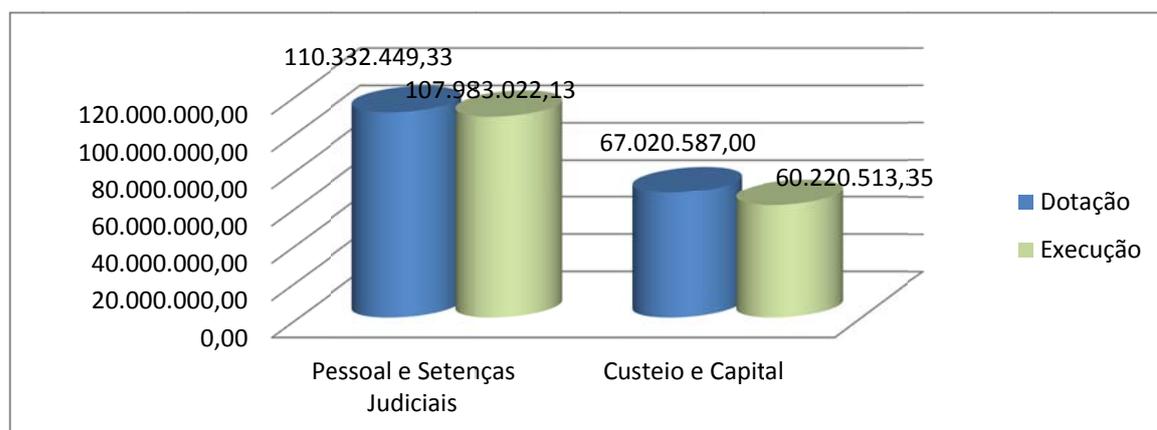
Fonte: SIMEC e SIAFI

Na tabela acima, percebe-se que Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conseguiu executar 87,72% do seu orçamento. Em relação ao exercício de 2010, percebe-se que o percentual de execução é menor, todavia, a diminuição no poder de execução ocorreu devido aos seguintes fatores:

- Falta de pessoal na área administrativa, principalmente, na área contábil, aquisições, contratos e licitações;
- Aumento no volume de recursos geridos, em decorrência do acréscimo no número de alunos matriculados, novos campi implantados e dos créditos orçamentários disponibilizados no Termo de Metas;
- Paralisação das atividades no 2º semestre/2011, em decorrência do movimento grevista;
- Atrasos na conclusão dos processos licitatórios;
- Licitações desertas;
- Alterações no calendário escolar;
- Publicação do decreto de contingenciamento de despesas; e
- Outros.

Ressaltando, R\$ 1.400.000,00 oriundos de emendas parlamentares não puderam ser utilizados em razão da não liberação da cota-limite de empenho por parte do Governo Federal.

Gráfico 2. Dotação versus execução - 2011



6.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

6.1.1 Programação Orçamentária da Despesa

Todas as informações contidas nas tabelas a seguir foram consolidadas por Órgão, haja vista, que não foi possível extrair os dados por Campi/Unidades Gestoras no SIAFI Gerencial.

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Reitoria	26414	158144
Campus Cuiabá		158333
Campus Cáceres		158334
Campus São Vicente		158335
Campus Campo Novo do Parecis		158492
Campus Juína		158493
Campus Bela Vista		158494
Campus Pontes e Lacerda		158495
Campus Confresa		158496
Campus Barra do Garças		158497
Campus Rondonópolis		158498

Fonte: IFMT

Tabela XX. Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	*	*	-	-	39.650.640,00	22.917.830,00	
	PLOA	77.457.789,00	65.455.428,00	-	-	39.650.640,00	22.917.830,00	
	LOA	77.457.789,00	65.455.428,00	-	-	45.626.694,00**	25.217.772,00	
CRÉDITOS	Suplementares	23.532.963,00	17.585.000,00	-	-	1.036.000,00	4.333.725,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	- 2.315,00	- 2.798,00	-	-	- 3.835.776,00***	-	-
Outras Operações			-	-	-		-	
Total		100.988.437,00	83.037.630,00	-	-	42.826.918,00	29.551.497,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

* O IFMT não é o responsável pela propositura da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais.

** Acréscimo oriundo de emendas parlamentares

*** Desses créditos cancelados R\$ 86.000,00 refere-se aos créditos não utilizados da ação relativo a Assistência Médica/ Exames Periódicos e R\$ 3.749.776,00 refere-se aos créditos remanejados de custeio para capital.

Na tabela acima, percebe-se que os maiores incrementos na programação da despesas da Instituição estão atreladas a área de pessoal e encargos sociais, o qual houve um aumento de 21,61% em relação ao exercício de 2010. Esse aumento na programação de despesas com pessoal e

encargos sociais, se deve, ao aumento no número de servidores, bem como nas progressões funcionais registradas.

Em relação as outras despesas correntes, percebemos um incremento de 44,92% em relação ao ano anterior, oriundo dos seguintes fatores:

- a) Aumento na dotação orçamentária do Instituto, em razão do Termo de Metas e o incremento no número de alunos matriculados;
- b) Emendas parlamentares;
- c) Aumento nas dotações da assistência estudantil e educação a distância; e
- d) Criação de novos Campi.

6.1.1.1 Programação de Despesas de Capital

Tabela XXI. Programação de despesas de capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	24.910.954,00	17.526.874,00	-	--	-	-
	PLOA	24.910.954,00	17.526.874,00	-	-	-	-
	LOA	27.402.988,00	18.976.874,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	3.749.776,00*	348.000,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos		-	-	-	-
		Reabertos		-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos		-	-	-	-
		Reabertos		-	-	-	-
	Créditos Cancelados			-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	
Total		31.152.764,00	19.324.874,00	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

* Créditos remanejados de custeio para capital

Em relação ao exercício anterior, o IFMT registrou em 2011, o aumento de 61,20% da sua programação de despesas de capital, decorrentes dos seguintes fatores:

- a. Aumento na dotação orçamentária do Instituto, em razão do Termo de Metas e o incremento no número de alunos matriculados;
- b. Emendas parlamentares;
- c. Aumento nas dotações da assistência estudantil e educação a distância; e
- d. Criação de novos Campi.

6.1.1.2 Créditos Adicionais

Considerando o regime de contingenciamento estabelecido pelo Decreto n. 7.446, de 01/03/2011 e ainda os créditos orçamentários do Termo de Metas, houve uma grande sobra de créditos de custeio. Sendo assim, no exercício de 2011, o IFMT promoveu o remanejamento de alguns créditos, de modo a atender as necessidades da Instituição, conforme detalhamento abaixo:

Tabela XXII. Remanejamento de Créditos (Créditos Adicionais)

Informações	De	Para
Campus Cuiabá		
PTRES	31545 – Ação de Capacitação	31545 – Ação de Capacitação
ND	339000	449000
Valor	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Campus Juína		
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 526.082,92	R\$ 526.082,92
Campus Barra do Garças		
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
Campus Rondonópolis		
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
Campus Sorriso		
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Campus Campo Novo do Parecis		
PTRES	31553 – Ação de Reestruturação da Rede	31553 – Ação de Reestruturação da Rede
ND	339000	449000
Valor	R\$ 554.209,11	R\$ 554.209,11
Campus Bela Vista		
PTRES	31549 – Ação da Educação Profissional	31549 – Ação da Educação Profissional
ND	339000	449000
Valor	R\$ 509.483,35	R\$ 509.483,35
TOTAL REMANEJADO DE CUSTEIO PARA CAPITAL		
	PTRES	VALOR
	31549	3.085.567,00
	31545	110.000,00
	31553	554.209,00
	Total	3.749.776,00

Fonte: PROAD

6.1.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas**Tabela XXIII. Resumo da Programação de Despesas**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	122.384.483	90.673.200	24.910.954	17.526.874	-	-	
	PLOA	123.084.483	90.673.200	24.910.954	17.526.874	-	-	
	LOA	123.084.483	90.673.200	27.402.988	18.976.874	-	-	
CREDI TOS	Suplementares	23.532.963	17.585.000	3.749.776	348.000	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-

	Extraordinários	Abertos		-		-	-	-
		Reabertos		-		-	-	-
	Créditos Cancelados		-			-	-	-
		3.835.776,00	-2.798		-	-	-	-
	Outras Operações			-	-	-	-	-
	Total	142.781.670	108.255.402	31.152.764	19.324.874		-	-

Fonte: Siafi Gerencial

As suplementações ocorridas no exercício de 2011 se devem principalmente em razão das despesas com pessoal, principalmente em decorrência do:

- Aumento no número de servidores;
- Progressões realizadas (por capacitação, por tempo de serviços e etc);
- Aumento nas despesas com auxílio-alimentação e nos benefícios assistenciais, tais como assistência médica e odontológica e assistência pré-escolar;
- Aumento nas despesas com o regime de previdência dos servidores públicos;
- Aumento nas despesas com aposentadorias e pensionistas;
- Aumento no número de dedicação exclusiva – DE concedida ao professores;
- Aumento nas despesas com estagiários;
- Aumento nas despesas com ajuda de custo dos servidores, em razão das remoções realizadas.

Os impactos das suplementações ocorridas estão ligados diretamente em nível de pessoal, porém cabe ressaltar que tal medida é essencial para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, principalmente no que tange a ampliação do número de vagas e cursos ofertados.

Em razão do aumento no número de servidores e nos acréscimos concedidos para tais benefícios, os créditos iniciais não eram suficientes para o pagamento da folha de pessoal da Instituição, dessa forma, houve a necessidade de solicitar créditos adicionais, porém até que a mesma fosse aprovada e liberada pelos órgãos superiores, essa situação causou preocupação ao gestor, principalmente, porque tais créditos suplementares eram liberados parcialmente.

No entanto, cabe ressaltar, que ao final do exercício tal situação fora resolvida e atendeu plenamente as necessidades da Instituição.

Em contrapartida, o aumento no número de servidores, alunos e infraestrutura física acarretam também o aumento nas despesas básicas de manutenção, tais como: energia elétrica, água e esgoto, materiais de expediente, materiais pedagógicos, materiais de limpeza e outros.

No exercício de 2011, assim como nos anteriores, houve-se superávit na arrecadação o que possibilitou a solicitação de créditos adicionais na fonte 250. No entanto, infelizmente, nem todas as cotas limites para empenho foram liberadas pelos órgãos superiores, o que impossibilitou a execução dos créditos disponíveis.

Da mesma forma, os problemas e os atrasos nos repasses financeiros prejudicaram os andamentos das atividades da Instituição, causando atrasos e desconfortos perante aos compromissos firmados com os fornecedores contratados pela administração.

6.1.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela XXIV. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	158144	12363106263580001			125.200,00
		158144	12363106263800001			199.369,77
		158144	12128106184290001			231.603,00
		158144	12128803486AD0001			89.552,40
		158144	12306106187440001			249.541,84
		158144	12128106184290051			6.000,00
		158144	12128106745720051			612.821,16
		158144	12363106223190051			12.951,33
		158144	12363106229920051			14.062.982,09
		158144	12363106229940051			3.560.336,30
		158144	12363106286500000			7.124.635,77
	Recebidos	158333	12363106263580001			2.000,00
		158334	12363106263580001			43.669,61
		158335	12363106263580001			45.930,39
		158493	12363106263580001			33.600,00
		158335	12363106263800001			35.600,76
		158496	12363106263800001			163.769,01
		158494	12128106184290001			231.603,00
		158335	12128803486AD0001			89.552,40
		158334	12306106187440001			24.922,00
		158335	12306106187440001			123.358,06
		158492	12306106187440001			40.504,51
		158493	12306106187440001			23.012,83
		158496	12306106187440001			37.744,44
		158494	12128106184290051			6.000,00
		158333	12128106745720051			168.853,74
		158334	12128106745720051			136.221,00
		158335	12128106745720051			140.562,72
		158492	12128106745720051			40.903,66
		158493	12128106745720051			38.102,57
		158494	12128106745720051			20.000,00
		158495	12128106745720051			43.690,09
		158496	12128106745720051			24.487,38
158335	12363106223190051			4.995,33		
158492	12363106223190051			7.956,00		
158333	12363106229920051			1.796.188,46		
158334	12363106229920051			3.235.054,10		

		158335	12363106229920051			3.126.814,26
		158492	12363106229920051			1.892.311,46
		158493	12363106229920051			757.634,37
		158494	12363106229920051			671.764,30
		158495	12363106229920051			933.062,28
		158496	12363106229920051			1.423.011,15
		158498	12363106229920051			227.141,71
		158333	12363106229940051			851.343,08
		158334	12363106229940051			834.641,00
		158335	12363106229940051			442.631,45
		158492	12363106229940051			353.563,02
		158493	12363106229940051			335.283,00
		158494	12363106229940051			187.780,88
		158495	12363106229940051			107.257,12
		158496	12363106229940051			365.505,18
		158498	12363106229940051			82.331,57
		158333	12363106286500051			3.108.139,45
		158334	12363106286500051			909.287,91
		158335	12363106286500051			1.051.208,82
		158492	12363106286500051			100.274,06
		158493	12363106286500051			317.663,19
		158494	12363106286500051			737.216,19
		158495	12363106286500051			366.705,14
		158496	12363106286500051			419.468,69
158498	12363106286500051			114.672,32		
Movimentação Externa	Concedidos	150014	12122106722720001			7.139,48
		150014	12363106220AW0001			31.400,00
		150014	12363106263580001			486.457,01
		150014	12363106263800001			234.380,77
		150014	12366106085260001			26.965,82
		154003	12128106184290001			231.603,00
		153173	12128803486AD0001			89.998,80
		153173	12306106187440001			249.541,84
		158144	28846090100050051	44.357,00		
	Recebidos	158144	12122106722720001			7.139,48
		158144	12363106220AW0001			31.400,00
		158144	12363106263580001			486.457,01
		158144	12363106263800001			234.380,77
		158144	12366106085260001			26.965,82
		158144	12128106184290001			231.603,00
		158144	12128803486AD0001			89.998,80
		158144	12306106187440001			249.541,84
		090032	28846090100050051	44.357,00		
Natureza da Movimentação	UG	Classificação da	Despesas de Capital			

de Crédito		concedente ou recebedora	ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158144	1236310621H100001	60.402,00		
		158144	12363106263580001	276.840,85		
		158144	12363106263800001	1.312.299,96		
		158144	12128106745720051	109.270,00		
		158144	1236310621H100051	519.714,33		
		158144	12363106229920051	10.834.233,81		
		158144	12363106263010051	922.678,30		
		158144	12363106263640051	1.204.000,00		
		158144	12363106286500051	13.841.795,00		
	Recebidos	158334	1236310621H100001	60.402,00		
		158333	12363106263580001	19.148,00		
		158334	12363106263580001	252.189,00		
		158335	12363106263580001	5.503,85		
		158333	12363106263800001	4.020,00		
		158334	12363106263800001	536.478,31		
		158335	12363106263800001	294.477,73		
		158492	12363106263800001	4.020,00		
		158493	12363106263800001	4.020,00		
		158494	12363106263800001	2.250,00		
		158495	12363106263800001	304.020,00		
		158496	12363106263800001	158.993,92		
		158498	12363106263800001	4.020,00		
		158333	12128106745720051	109.270,00		
		158333	1236310621H100051	114.599,10		
		158334	1236310621H100052	9.500,00		
		158335	1236310621H100053	28.336,66		
		158492	1236310621H100054	9.500,00		
		158494	1236310621H100055	9.500,00		
		158495	1236310621H100056	6.900,00		
		158496	1236310621H100057	211.260,00		
		158498	1236310621H100058	130.118,57		
		158333	12363106229920051	3.401.784,04		
		158334	12363106229920051	371.980,95		
		158335	12363106229920051	813.002,83		
158492	12363106229920051	796.730,00				
158493	12363106229920051	927.876,82				
158494	12363106229920051	1.363.643,65				
158495	12363106229920051	777.327,19				
158496	12363106229920051	1.553.002,94				
158498	12363106229920051	828.885,39				
158333	12363106263010051	119.988,96				
158334	12363106263010051	149.948,60				

		158335	12363106263010051	99.975,91				
		158492	12363106263010051	139.947,87				
		158493	12363106263010051	100.000,00				
		158494	12363106263010051	59.968,46				
		158495	12363106263010051	102.911,21				
		158496	12363106263010051	49.984,48				
		158498	12363106263010051	99.952,81				
		158333	12363106263640051	357.000,00				
		158335	12363106263640051	30.000,00				
		158492	12363106263640051	60.000,00				
		158494	12363106263640051	357.000,00				
		158498	12363106263640051	400.000,00				
		158333	12363106286500051	3.405.571,42				
		158334	12363106286500051	1.017.836,33				
		158335	12363106286500051	1.051.820,78				
		158492	12363106286500051	1.443.087,59				
		158493	12363106286500051	843.462,00				
		158494	12363106286500051	2.201.437,29				
		158495	12363106286500051	1.652.291,10				
		158496	12363106286500051	1.385.548,67				
		158498	12363106286500051	840.739,82				
		Movimentação Externa	Concedidos	150014	1236310621H100001	60.402,00		
				150014	12363106263580001	276.840,85		
150014	12363106263800001			1.356.084,96				
150014	12363106286500001				6.121.000,00			
Recebidos	158144		1236310621H100001	60.402,00				
	158144		12363106263580001	276.840,85				
	158144		12363106263800001	1.356.084,96				
	158144		12363106286500001		6.121.000,00			

Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela XXV. Resumo das movimentações internas ou externas

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos	158144	Diversos	26.274.993,66	
	Recebidos	158333	Diversos	5.926.524,73	
		158334	Diversos	5.183.795,62	
		158335	Diversos	5.060.654,19	
		158492	Diversos	2.435.512,71	
		158493	Diversos	1.505.295,96	
		158494	Diversos	1.854.364,37	
		158495	Diversos	1.450.714,63	
		158496	Diversos	2.433.985,85	
		158498	Diversos	424.145,60	
	Total			26.274.993,66	
Movimentação Externa	Concedidos	150014	Diversos	786.343,08	
		154003	Diversos	231.603,00	

		153173	Diversos	339.540,64
		158144	Diversos	44.357,00
		Total		1.401.843,72
	Recebidos	158144	Diversos	1.401.843,72
		090049	Diversos	44.356,62
		Total		1.446.200,34
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital
				4 – Investimentos
Movimentação Interna	Concedidos	158144	Diversos	29.081.234,25
	Recebidos	158333	Diversos	7.531.381,52
		158334	Diversos	2.398.335,19
		158335	Diversos	2.323.117,76
		158492	Diversos	2.453.285,46
		158493	Diversos	1.875.358,32
		158494	Diversos	3.993.799,40
		158495	Diversos	2.843.449,50
		158496	Diversos	3.358.790,01
		158498	Diversos	2.303.716,59
	TOTAL		29.081.233,75	
Movimentação Externa	Concedidos	150014	Diversos	7.814.327,81
	Recebidos	158144	Diversos	7.814.327,81

Fonte: SIAFI Gerencial

As concessões efetuadas pela instituição tratam exclusivamente das movimentações dos créditos orçamentários inseridos na Unidade Gestora da Reitoria para a os Campi, haja vista, que as Unidades Gestoras dos Campi são executores, como a Reitoria.

Já dos créditos recebidos, temos a destacar que todas as descentralizações relativas aos Planos de Trabalho, Projetos e/ou Termo de Cooperação Técnica são direcionadas para a Unidade Gestora da Reitoria, a qual por sua vez, de acordo com o objeto de cada projeto reencaminha tais créditos para os Campi responsáveis pela sua execução.

Assim, no exercício de 2011 as movimentações de créditos orçamentários externos, pertencentes ao orçamento de outros órgãos, foram destacados ao Instituto Federal de Mato Grosso, através da UG da Reitoria e executados por ela ou descentralizados aos *Campi*, como dispunham os Planos de Trabalho de cada projeto. Em sua maioria, os créditos recebidos por movimentação externa pertenciam a ações orçamentárias da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE.

Dessa forma, para complementar as tabelas acima, apresentamos a seguir, todas as descentralizações recebidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2011, bem como os valores executados e devolvidos.

Cabe ressaltar, que grande parte dos recursos devolvidos, se deve ao fato que muitos desses projetos foram descentralizados no 2º semestre/2011, dessa forma, as viagens previstas para o 1º semestre não foram realizadas e conseqüentemente os créditos tiveram que ser devolvidos. No mesmo sentido, houve atrasos nas licitações e aquisições, e ainda, o cancelamento/suspensão de algumas ações, por decorrência da falta de pessoal, alteração no calendário escolar em razão do movimento grevista e etc.

Tabela XXVI. Créditos orçamentários recebidos por descentralização

ITEM	PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.
1.	1	CURSO DE SIAFI GERENCIAL PARA REL.GESTÃO	SPO	1212210672272	1.255,55	1.255,55	100	0
2.	2	PORT.34 PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES	SETEC	1236310626358	600.000,00	600.000,00	100	0
3.	3	PROJETO SEGUNDO TEMPO PONTES E LACERDA	SETEC	123631062638	300.000,00	300.000,00	100	0
4.	5	PROJETO SEGUNDO TEMPO SÃO VICENTE	SETEC	123631062638	277.752,73	277.752,73	100	0
5.	6	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE PROEJA	SETEC	1236310626358	242.695,21	187.067,32	77	55.627,89
6.	12	PROJETO SEGUNDO TEMPO CONFRESA	SETEC	123631062638	295993,43	295.993,43	100	0
7.	17	NULCEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA SÃO VICENTE	SETEC	1236310626358	25.200,00	25.200,00	100	0
8.	19	AGREGAÇÃO DE VALOR ÀS CADEIAS PROD. DA AQUICULTURA E PESCA DE MT. PORT. 310	SETEC	123631062638	53.690,83	48.305,76	90	5.385,07
9.	20	PROJ. DE CURTIMENTO PEIXE PELE E PRODU. DE ART PORT 312	SETEC	1236310626358	20.760,00	18.518,17	89	2.241,83
10.	21	PROJETO DE DESENV. DE HAMBURGUER E NUGGUTS DE JACARE PORT 310	SETEC	1236310626358	14.416,00	9.189,00	64	5.227,00
11.	22	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE-MC	FNDE	1230610618744	302.880,00	249.541,84	82	53.338,16
12.	26	PROJETO MULHERES MIL PORT 321 BELA VISTA	SETEC	123631062638	18.458,00	0	0	18.458,00
13.	27	PROJETO MULHERES MIL PORT 321 CACERES	SETEC	123631062638	28.458,00	0	0	28.458,00
14.	28	PROJETO MULHERES MIL PORT 321 CONFRESA	SETEC	123631062638	24.110,00	0	0	24.110,00
15.	29	PROJ. MANU E DESENV. DE COMU. APREND VIRTUAL MULTIMIDIA EM REDE SOCIAL EJA	SECAD	1236610608526	34.694,00	26.965,82	78	7.728,18
16.	30	PRO JOVEM CAMPO PT 9935 IFECT	FNDE	12128803486AD	150.500,63	0	0	150.500,63
17.	31	NUCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA JUINA	SETEC	1236310626358	33.600,00	33.600,00	100	0

18.	32	PRO JOVEM CAMPO PT 9210 IFECT SÃO VICENTE	FNDE	12128803486AD	241.367,60	89.998,80	37	151.368,80
19.	33	ESTUDO E MONITORAMENTO DA QUAL. DA AGUA DE ABAST. PARA O SETOR DE PSICULTURA PORT. 312	SETEC	1236310626358	41.856,10	26.234,94	63	15.621,16
20.	34	ESPECIALIZAÇÃO PROEJA	SETEC	1236310626358	175.129,72	137.693,83	79	37.435,89
21.	35	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NILO PEÇANHA PORT. 321	SETEC	123631062638	119.047,00	113.206,00	95	5.841,00
22.	36	AQUISICAO DE LABORATORIO MOVEL PORT 321	SETEC	1236310626358	268.060,00	248.600,00	93	19.460,00
23.	37	CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO PANTANAL E AMAZONIA	SETEC	1236310621H1	61.720,00	60.402,00	98	1.318,00
24.	38	CURSOS DE CAPACITAÇÃO DO NOVO CPR	SPO	123631062638	4.644,08	4.644,08	100	0
25.	39	CURSO DE CAPACITAÇÃO DP ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	SPO	123631062638	1.340,35	1.340,35	100	0
26.	40	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CERTIFIC PORTARIA 308	SPO	1236310626358	88.256,17	40.689,51	46	47.566,66
27.	41	AQUISIÇÃO DO IMOVEL DA REITORIA	SETEC	1236310628650	6.121.000,00	6.121.000,00	100	0
28.	42	PREDIO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA AMAZONIA	SETEC	12363106263	521.476,31	519.450,00	99	2.026,31
TOTAL					10.068.361,71	9.436.649,13	2090	631.712,58

Fonte: SIAFI e PROAD

Em 2011 foram abertos 42 processos de descentralização (PD), relativo ao encaminhamento de planos de trabalhos e termos de cooperação técnica para descentralização de recursos extra-orçamentários, no entanto, somente 28 processos foram contemplados pelos órgãos de formento.

6.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

6.2.1.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

6.2.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XXVII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	16.988.631,99	13.882.144,16	15.533.464,68	13.914.812,24
Convite	156.918,96	437.815,06	115.041,96	410.080,87
Tomada de Preços	1.837.997,26	1.235.639,93	1.757.046,99	1.234.435,16
Concorrência	289.778,83	1.418.152,55	289.778,83	1.415.749,60
Pregão	14.703.936,94	10.790.536,62	13.371.596,90	10.854.546,61
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	4.506.023,72	3.754.165,84	4.196.178,65	3.510.041,24
Dispensa	3.794.997,47	3.153.633,06	3.524.280,27	2.960.280,24
Inexigibilidade	711.026,25	600.532,78	671.898,38	549.761,00
Regime de Execução Especial	51.286,58	69.000,88	51.286,58	69.000,88
Suprimento de Fundos	51.286,58	69.000,88	51.286,58	69.000,88
Pagamento de Pessoal	108.130.719,60	90.745.650,84	108.130.719,60	90.730.433,85
Pagamento em Folha	106.952.777,08	89.545.701,77	106.952.777,08	89.545.701,77
Diárias	1.177.942,52	1.199.949,07	1.177.942,52	1.184.732,08
Outros	4.576.716,66	3.065.264,18	3272078,83	2.906.440,14
Totais	134.253.378,55	111.516.225,90	134.090.168,48	111.130.728,35

Fonte: SIAFI Gerencial

No somatório das despesas com diárias, exercícios financeiros de 2009 e 2010, foram consideradas as seguintes naturezas de despesas: 339014-14 (diárias pessoal civil) 339014-16 (diárias internacional), 339036-02 (diárias colaborador eventual) e 339092-14 (ressarcimento de diárias).

Informamos ainda, que os valores relativo as despesas com pregão e registro de preços, estão todos alocados em Pregão, haja vista que o Registro de Preços é realizado por meio de Pregão Eletrônico, dessa feita, os atuais sistemas gerenciais não consideram o Registro de Preço como uma modalidade, mas sim como uma forma de contratação. Sendo que a primeira a contratação pode ser realizada de imediata, e a segunda, por ser efetuada tanto de forma imediata, quanto posteriormente, quando do surgimento da necessidade e desde que não ultrapasse o período de validade da Ata de Registro de Preços.

Na tabela acima, percebe-se que as maiores despesas estão relacionadas à área de pessoal, porém entre as modalidades de maior despesa, estão as aquelas realizadas por meio de pregão eletrônico. Quanto ao aumento nas despesas com dispensa de licitação, cabe ressaltar, que grande parte se deve ao aumento nas despesas com manutenção básica, tais como: energia, água e esgoto, correios, imprensa nacional e outros. Pois com o funcionamento de novos campi e ampliação da infraestrutura, conseqüentemente aumenta-se as despesas com água e esgoto, energia elétrica e outros.

6.2.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Para o preenchimento dos quadros Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (Tabela XXVIII) e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ (Tabela XXIX) foram considerados como referência os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011 discriminados em ordem decrescente desse montante.

Tabela XXX. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal		98.606.919,13	82.073.275,03	98.606.919,13	82.073.275,03	-	-	98.606.919,13	82.073.275,03
Nome 1º elemento de despesa 339111		65.860.898,41	56.521.044,09	65.860.898,41	56.521.044,09	-	-	65.860.898,41	56.521.044,09
Nome 2º elemento de despesa 339113		14.177.885,53	8.453.465,40	14.177.885,53	8.453.465,40	-	-	14.177.885,53	8.453.465,40
Nome 3º elemento de despesa 339101		12.743.233,50	11.466.911,33	12.743.233,50	11.466.911,33	-	-	12.743.233,50	11.466.911,33
Demais elementos do grupo		5.824.901,69	5.631.854,21	5.824.901,69	5.631.854,21	-	-	5.824.901,69	5.631.854,21
2 – Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes		37.280.035,38	27.495.992,53	27.096.044,47	16.442.718,25	10.183.990,91	4.800.836,29	25.902.118,47	22.046.298,55
Nome 1º elemento de despesa 339039		10.858.982,34	7.041.134,01	6.187.274,57	4.789.975,15	4.671.707,77	2.251.158,86	5.478.547,22	4.584.641,56
Nome 2º elemento de despesa 339037		6.447.241,98	4.719.926,83	5.355.463,12	3.998.810,51	1.091.778,86	1.855.969,39	5.187.695,82	3.844.789,68
Nome 3º elemento de despesa 339030		6.040.072,31	4.456.701,28	3.065.736,82	2.863.957,44	2.974.335,49	457.890,77	2.793.468,26	2.707.903,85

Demais elementos do grupo	13.933.738,75	11.278.230,41	12.487.569,96	4.789.975,15	1.446.168,79	235.817,27	12.442.407,17	10.908.963,46
Totais	135.886.954,51	109.569.267,56	125.702.963,60	98.515.993,28	10.183.990,91	4.800.836,29	124.509.037,60	104.119.573,58

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XXXI. Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		30.087.379,23	17.867.269,15	6.087.844,92	5.469.711,18	24.284.225,91	12.397.557,97	5.497.580,64	4.879.126,46
1º elemento de despesa 449052		15.187.862,45	9.411.108,63	3.710.344,19	2.696.495,88	11.477.518,26	6.714.612,75	3.354.988,78	2.168.926,97
2º elemento de despesa 449051		14.528.360,08	8.448.640,52	2.357.187,13	2.773.215,30	12.171.172,95	5.675.425,22	2.142.591,86	2.710.199,49
3º elemento de despesa 449039		284.691,60	7.520,00	-	-	284.691,60	7.520,00	-	-
Demais elementos do grupo		86.465,10	-	20.313,60	-	350.843,10	-	-	-
5 – Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		30.087.379,23	17.867.269,15	6.087.844,92	5.469.711,18	24.284.225,91	12.397.557,97	5.497.580,64	4.879.126,46

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.1.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

6.2.1.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXXII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.011.607,40	1.723.026,52	1.619.138,28	163.229,87
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	1.397.195,16	582.115,75	1.130.462,73	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	614.412,24	1.140.910,77	488.675,55	163.229,87
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	6.425.096,09	201.862,53	6.163.161,90	109.715,50
Dispensa	6.176.496,09	201.862,53	6.163.161,90	109.715,50
Inexigibilidade	248.600,00	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	320.137,04	-	315.534,59
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	320.137,04	-	315.534,59
Outras	501.034,73	1.234.720,00	280.719,42	1.087.643,47
Totais	8.937.738,22	3.479.746,09	8.063.019,60	1.676.123,43

Fonte: Siafi Gerencial

Destacamos que o aumento nas despesas com dispensa de licitação, se deve ao fato, a aquisição do novo prédio da Reitoria, o qual foi realizado por meio de descentralização de recursos do Ministério da Educação, no montante de R\$ 6.121.000,00.

6.2.1.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXXIII. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3- Outras Despesas Correntes	1.125.436,72	1.480.005,40	461.025,01	780.842,37	496.212,84	699.163,03	526.197,18	627.268,13	
1º elemento de despesa 339036	323.718,15	352.213,48	173.803,55	327.293,78	149.914,60	24.919,70	126.378,15	228.572,43	
2º elemento de despesa 339039	284.740,31	389.581,06	37.258,80	133.379,20	247.481,51	256.201,86	37.258,80	93.133,60	
3º elemento de despesa 339032	249.541,84	18.220,26	64.780,87	-	16.562,10	18.220,26	184.760,97	-	
Demais elementos do grupo	267.436,42	719.990,60	185.181,79	320.169,39	82.254,63	399.821,21	177.799,26	305.562,10	
Totais	1.125.436,72	1.480.005,40	461.025,01	780.842,37	496.212,84	699.163,03	526.197,18	627.268,13	

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.1.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela XXXIV. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.691.301,50	963.866,15	276.006,88	14.532,95	1.415.294,62	949.333,20	157.040,51	14.532,95
1º elemento de despesa 449051	1.242.434,65	585.040,75	266.732,43	-	975.702,22	585.040,75	153.451,51	-
2º elemento de despesa 449052	448.866,85	378.825,40	9.274,45	14.532,95	439.592,40	364.292,45	3.589,00	14.532,95
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	6.121.000,00	-	-	-	6.121.000,00	-	-	-
1º elemento de despesa 449061	6.121.000,00	-	-	-	6.121.000,00	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	7.812.301,50	963.866,15	276.006,88	14.532,95	7.536.294,62	949.333,20	157.040,51	14.532,95

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve tal situação no exercício de 2011.

6.2.3 Pagamentos e cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela XXXV. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	728.116,63	0,00	433.779,40	294.337,23
2008	2.131.411,09	43.125,25	116.315,80	1.971.970,04
2009	1.044.470,93	513.481,25	411.915,64	119.074,04
2010	18.843.340,23	1.552.203,25	15.039.686,83	2.251.450,15
TOTAL	22.747.338,88	2.108.809,75	16.001.697,67	4.636.831,46
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	142.983,57	858,99	123.165,48	18.959,10
2008	240.087,94	0	90.312,34	149.775,60
2009	201.914,38	1.950,00	158.601,49	41.362,89
2010	1.393.516,65	0	1.387.503,48	6.013,17
TOTAL	1.978.502,54	2.808,99	1.759.582,79	216.110,76
TOTAL GERAL	24.725.841,42	2.111.618,74	17.761.280,46	4.852.942,22

Fonte: SIAFI Gerencial

No IFMT a execução orçamentária e financeira é descentralizada, em que cada Campus possui uma unidade executora e é responsável pela execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e administrativa.

Diante dessa situação, nas tabelas a seguir apresentamos a situação dos restos a pagar de cada unidade gestora. Lembrando que para o Campi de Barra do Garças e Rondonópolis, a execução orçamentária e financeira é de responsabilidade da Reitoria, em razão do processo de implantação desses Campi. No entanto, a gestão administrativa das suas aquisições e contratações está sob a responsabilidade dos Campi.

Tabela XXXVI. Situação de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora

Restos a Pagar não Processados Por Unidade Gestora				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
CAMPUS CUIABÁ				
2007	725.248,97	0	433.779,40	291.469,57

CAMPUS SÃO VICENTE				
2007	2.867,66	0	0	2.867,66
2007	728.116,63	0,00	433.779,40	294.337,23
CAMPUS CUIABÁ				
2008	1.594.764,77	27.661,00	109.128,30	1.457.975,47
CAMPUS CÁCERES				
2008	6.465,00	6.465,00	0	0
CAMPUS SÃO VICENTE				
2008	530.181,32	8.999,25	7.187,50	513.994,57
2008	2.131.411,09	43.125,25	116.315,80	1.971.970,04
CAMPUS CUIABÁ				
2009	401.228,01	301.187,21	35.847,03	64.193,77
CAMPUS CÁCERES				
2009	189.677,59	173.559,61	16.117,98	0
CAMPUS SÃO VICENTE				
2009	453.565,33	38.734,43	359.950,63	54.880,87
2009	1.044.470,93	513.481,25	411.915,64	119.074,04
CAMPUS BELA VISTA				
2010	1.740.531,39	0	1.184.639,43	555.891,96
CAMPUS PONTES E LACERDA				
2010	481.798,47	31.004,10	440.529,79	10.264,58
CAMPUS JUÍNA				
2010	1.605.634,35	18.368,30	1.530.901,62	56.364,43
CAMPUS CÁCERES				
2010	2.882.805,51	17.005,10	2.422.383,07	443.417,34
CAMPUS CONFRESA				
2010	1.519.154,87	14.169,14	1.378.519,96	126.465,77
CAMPUS CUIABÁ				
2010	2.745.492,05	114.919,76	1.919.779,63	710.792,66
CAMPUS SÃO VICENTE				
2010	2.348.941,07	1.047.576,33	1.243.319,10	58.045,64
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E RONDONÓPOLIS				
2010	3.448.350,54	238.554,78	3.018.837,90	190.957,86
2010	18.843.340,23	1.552.203,25	15.039.686,83	2.251.450,15
TOTAL	22.747.338,88	2.108.809,75	16.001.697,67	4.636.831,46

Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela XXXVII. Situação de restos a pagar processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
CAMPUS CUIABÁ				
2007	142.983,57	858,99	123.165,48	18.959,10
2007	142.983,57	858,99	123.165,48	18.959,10
CAMPUS CUIABÁ				
2008	226.326,48	0	76.550,88	149.775,60
CAMPUS CÁCERES				
2008	13.761,46	0	13.761,46	0
2008	240.087,94		90.312,34	149.775,60
CAMPUS CUIABÁ				
2009	166.169,38	1.950,00	122.856,49	41.362,89
CAMPUS SÃO VICENTE				
2009	35.745,00	0	35.745,00	0
2009	201.914,38	1.950,00	158.601,49	41.362,89
CAMPUS BELA VISTA				
2010	126.146,10	0	126.146,10	0
CAMPUS PONTES E LACERDA				
2010	1.002,20	0	1.002,20	0
CAMPUS CONFRESA				
2010	200.248,11	0	200.248,11	0
CAMPUS CÁCERES				
2010	128.695,87	0	128.637,54	58,33
CAMPUS CUIABÁ				
2010	85.237,02	-	79.581,33	5.655,69
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS				
2010	107.253,97	0	106.954,82	299,15
CAMPUS SÃO VICENTE				
2010	297.835,02	0	297.835,02	2.348.941,07
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E RONDONÓPOLIS				
2010	447.098,36	0	447.098,36	0
2010	1.393.516,65	0	1.387.503,48	6.013,17
TOTAL	1.979.446,54	2.808,99	1.760.526,79	216.110,76

Fonte: SIAFI Gerencial

Os montantes inscritos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, refere-se a execução das ex-atarquias. Sendo que grande parte refere-se as obras em andamento.

Em 2011 o IFMT possui acumulado R\$ 24.725.841,42 de restos a pagar processados e não processados à pagar, porém por meio de um esforço coletivo, a Instituição conseguiu reduzir seus estoques de restos a pagar em R\$ 4.852.942,22, ou seja, 80,37% do seu montante. Sendo que a unidade executora que possui maior índice de eficiência na redução dos seus estoques de restos à pagar está o Campus Pontes e Lacerda, o qual conseguiu reduzir seus estoques em 97,87%.

Da mesma forma, conforme demonstramos a seguir, a Unidade Executora que possui maior montante em restos a pagar é o Campus Cuiabá, os quais são oriundos principalmente de contratos de obras e reformas.

Tabela XXXVIII. Saldo de Restos a Pagar para o exercício de 2012

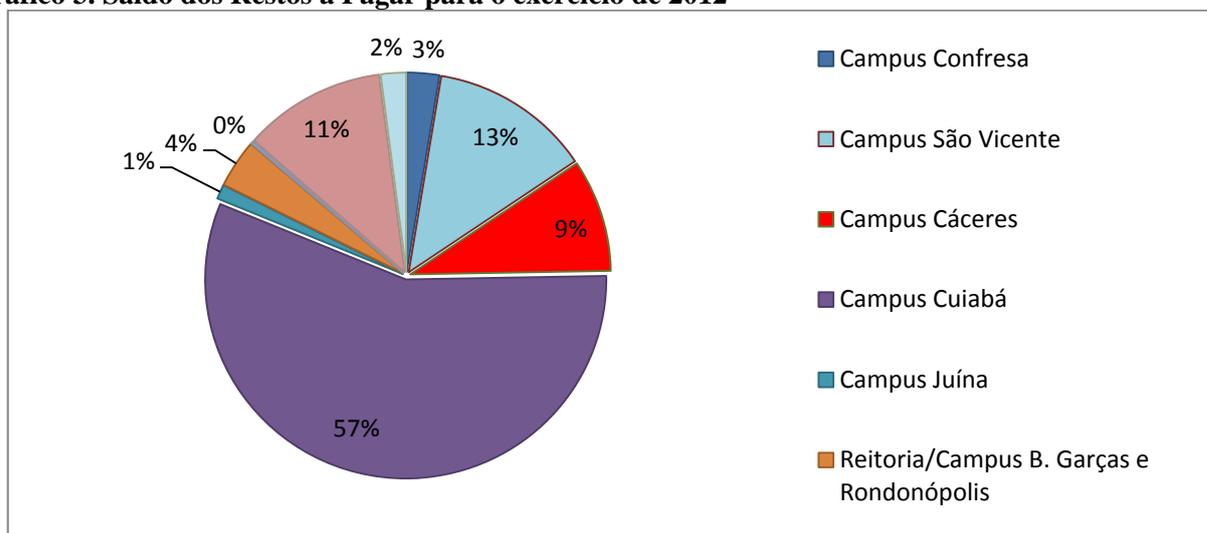
Unidade Gestora	Total de RAP	RAP a Pagar em 2012	% de Execução
Campus Cuiabá	6.087.450,25	2.740.184,75	54,98
Campus São Vicente	3.669.135,40	629.788,14	82,83
Campus Bela Vista	1.866.677,49	555.891,96	70,22
Campus Cáceres	3.221.405,43	443.475,67	86,23
Reitoria/Campus B. Garças e Rondonópolis	3.895.448,90	190.957,86	95,09
Campus Confresa	1.719.402,98	126.465,77	92,65
Campus Campo Novo do Parecis	2.177.885,95	99.549,06	95,43
Campus Juína	1.605.634,35	56.364,43	96,48
Campus Pontes e Lacerda	482.800,67	10.264,58	97,87
Total		4.852.942,22	

Fonte: SIAFI Gerencial

(Total de RP Processados e Não Processados – Cancelados – Pagos)

Comparando a situação de cada Campus, percebe-se no gráfico a seguir que o Campus Cuiabá é o que possui maior percentual do montante total do IFMT a executar no próximo exercício e conseqüentemente o que apresentou o menor índice de eficiência.

Gráfico 3. Saldo dos Restos a Pagar para o exercício de 2012



Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos segundo deliberação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U em 03/01/2006, e ainda, conforme discussões do Fórum de Dirigentes de Ensino e Fórum de Planejamento e Administração do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF.

7.1 Dos indicadores de gestão financeira

Elaborado por: Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino

Fontes: SIAFI, SIAPE e SISTEC

Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano

Tabela XXXIX. Gastos correntes por aluno/ano.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos correntes por aluno/ano		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Gastos correntes por aluno = $\frac{\text{Total de Gastos correntes}}{\text{Número de matrículas}}$		
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)		
Exercício	Total de gastos correntes (R\$)	Número de Matrículas*	Indicador (R\$)
2009	58.995.085,64	6.356	9.281,79
2010	87.049.081,95	10.114	8.606,79
2011	118.874.775,77	14.199	8.372,05

*Alunos da Educação Profissional + Educação à distância

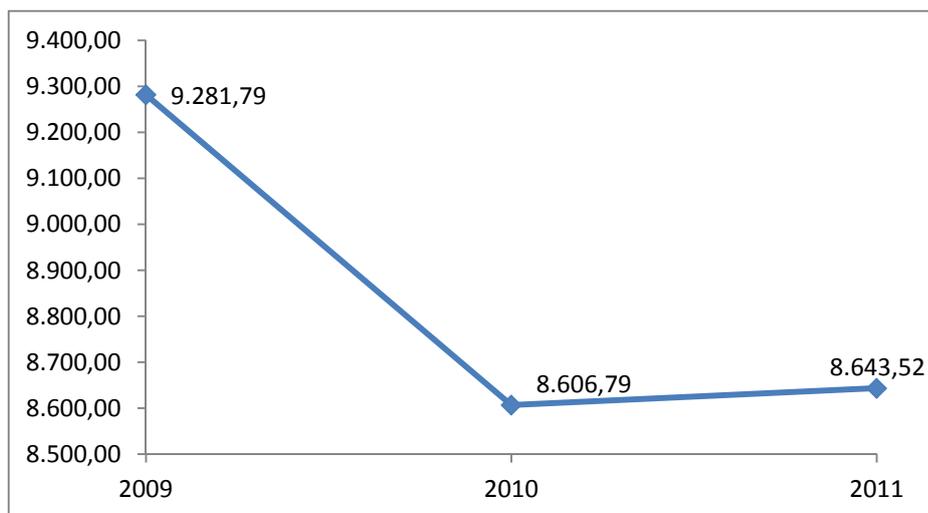
Fonte: IFMT

Neste indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas para se adequar à norma e para o total de gastos correntes incluíram-se as descentralizações de crédito. Outra informação relevante no cálculo deste indicador é que do total dos gastos correntes foram excluídos os montantes referente aos investimentos, precatórios, inativos e pensionistas.

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia, tem crescido os gastos correntes por aluno/ano.

Outro destaque a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que se divididos por doze (12) meses representou em 2009 (R\$ 773,48), em 2010 (R\$ 717,00) e em 2011 (R\$ 697,67) de gasto com o aluno/mês, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4. Gastos correntes por aluno.



Assim, a Instituição pode assegurar que tem cumprido seu papel com uma considerável redução no desembolso de recursos por aluno/ano e ampliado o atendimento. Pois da mesma forma em que se tem aumentado as despesas correntes, tem-se o aumento no número de alunos, porém com redução no custo por aluno. Essa redução no custo por aluno, demonstra que a Instituição tem conseguido manter o controle de suas despesas, mesmo com o aumento na infraestrutura física, no número de servidores e alunos matriculados.

Indicador 02 – Gastos com pessoal

Tabela XL. Percentual de gastos com pessoal.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com pessoal		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos com pessoal em relação aos gastos totais		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal = $\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$		
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa (Pessoal, Sentenças Judiciais, Custeio, Investimento e outros).		
Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com pessoal (%)
2009	71.454.732,04	84.554.732,63	84,51%
2010	82.073.275,03	103.985.704,46	78,93%
2011	98.606.765,57	165.974.180,18	59,42%

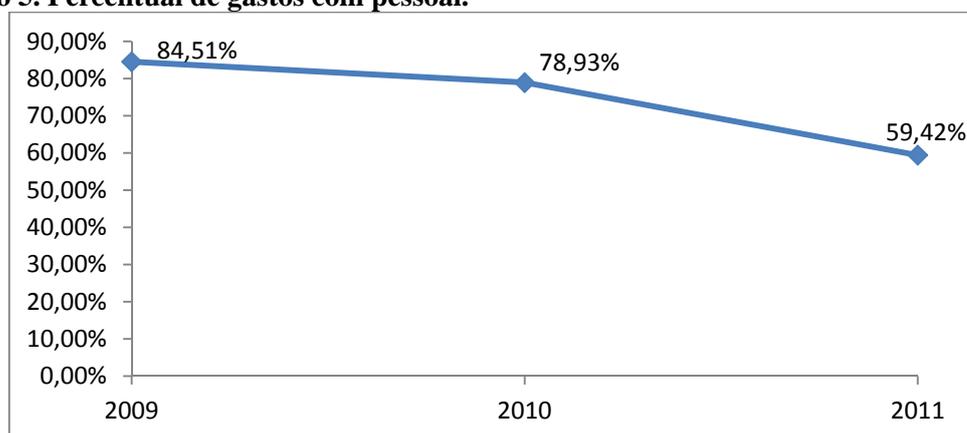
Fonte: IFMT

Esse indicador possibilita avaliar o nível de gastos com a folha de pessoal. O que se observa no indicador do percentual de gastos totais com pessoal é que em 2010 reduziram-se os gastos numa proporção pequena se comparado com o exercício anterior, mas que merece algum

comentário devido à série apresentada. O que ocorreu é que neste ano houve aumento nos custos totais, em razão do aporte de mais créditos orçamentários de custeio e investimento oriundo do Termo de Metas.

E apesar de 2011 tem registrado uma despesa maior com pessoal, oriundo principalmente da nomeação de novos servidores, progressão funcional e dedicação exclusiva, percebe-se que o gastos com pessoal representou 59,42% dos gastos totais, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 5. Percentual de gastos com pessoal.



Para 2012, essa realidade será diferente, em razão que não há perspectiva de aporte de mais recursos para atender as despesas com custeio e investimento.

Indicador 03 – Percentual de Gastos com Outros Custeios

Tabela XLI. Percentual de gastos com outros custeios.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Percentual de gastos com outros custeios		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outros custeios= Total de Gastos com Outros Custeios X100 Gastos totais		
Definições	Gastos com outros custeios = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa (Pessoal, Sentenças Judiciais, Custeio, Investimento e outros).		
Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2009	75.410.826,4	84.554.732,63	89,18%
2010	85.383.740,16	103.985.704,46	82,11%
2011	128.624.823,08***	165.974.180,18	77,49%

*** Foi considerado como benefícios o auxílio creche, auxílio transporte, auxílio alimentação e o auxílio saúde.

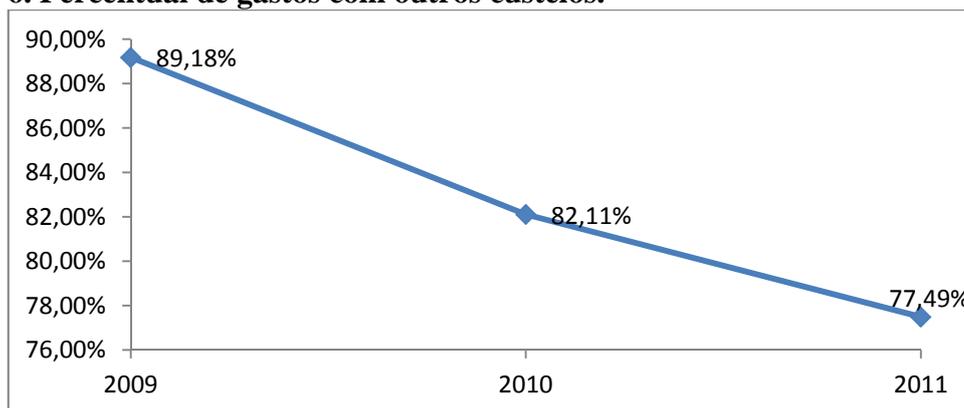
Fonte: IFMT

Os gastos com outros custeios referem-se, principalmente, a manutenção da Instituição através da Ação Funcionamento da Educação Profissional. A maior parte deste recurso é gasto com as contratações e aquisições para a manutenção dos Campi e da Reitoria do IFMT.

Como em 2011, houve um incremento nos créditos orçamentários de custeio, por ocasião da celebração do Termo de Metas, há também um aporte maior de créditos disponíveis em razão dos programas de assistência estudantil e do aumento no número de alunos matriculados.

Outro fator de destaque no aumento das despesas com o custeio, se deve, ao fato que nos exercícios anteriores a Instituição promoveu a ampliação da sua infraestrutura, por meio da realização de novas construções, adaptações, reformas e ampliação de salas de aula, laboratório e etc. A consequência do aumento na infraestrutura, é o acréscimo nas despesas com o custeio da Instituição, isso pode ser demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 6. Percentual de gastos com outros custeios.



Em 2011 o processo de expansão e reestruturação dos Campi também foi ampliado, por meio da construção de novas salas de aulas, quadras poliesportivas, laboratórios, centros de convivência e etc, com isso para o próximo exercício espera-se um aumento na despesas de custeio.

Indicador 04 – Gastos com os Recursos Diretamente Arrecadados

Tabela XLII. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com os recursos diretamente arrecadados.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outras fontes} = \frac{\text{Total de Gastos com Outras Fontes} \times 100}{\text{Gastos Totais com recursos do Tesouro Nacional}}$		
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita Própria.		
Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro exceto Receita Própria (R\$)	Gastos com outras fontes (%)
2009	551.903,96	84.002.828,67	0,66%
2010	1.250.617,60	102.735.086,86	1,22%
2011	910.689,73	165.063.490,45	0,55%

Fonte: IFMT

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados pelo IFMT demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Os esforços e obrigatoriedade de

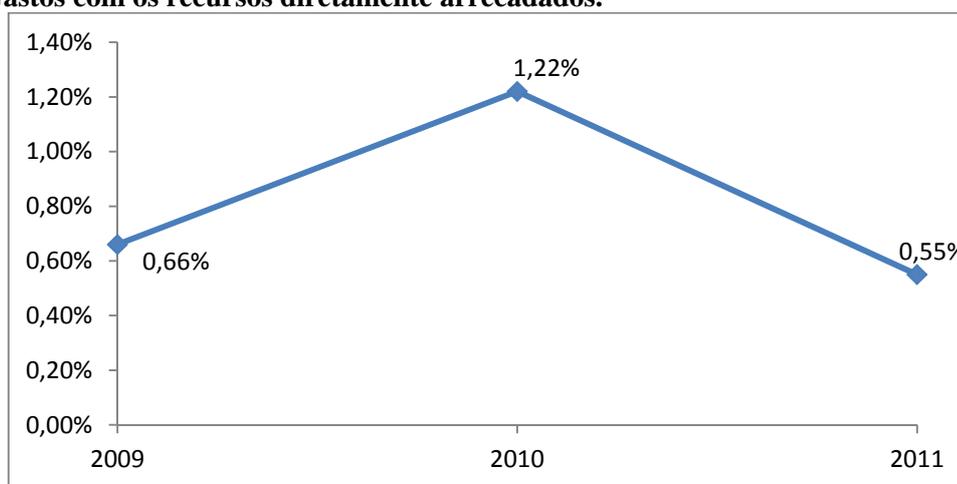
arrecadação são revertidos para cobrir despesas com a realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias (PIS/PASEP) e manutenção da Instituição.

Outro destaque a ser relatado acerca deste indicador faz referência a manifestação de uma maior procura pelos serviços ofertados na Instituição demonstrada na realização dos processos seletivos do IFMT, principalmente em 2010, nas taxas arrecadadas com a realização de concursos públicos e outras taxas obrigatórias.

Porém em 2011, a Instituição obteve decréscimo na arrecadação própria em razão da adesão ao SISU (Sistema de Seleção Unificada) que conseqüentemente carretou na diminuição na vagas ofertadas. Da mesma forma, em 2011, não houve a realização de nenhum concurso público.

No Gráfico a seguir, pode ser visualizada a evolução desta relação de arrecadação e os gastos com os recursos do Tesouro Nacional nos últimos três anos.

Gráfico 7. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.



Indicador 05 – Gastos com Outras Descentralizações de Créditos

Tabela XLIII. Gastos com outras descentralizações de créditos.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com outras descentralizações de créditos.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (descentralizações de crédito) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.		
Tipo	De eficácia		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes= $\frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Descentralizações de Crédito} \times 100}{\text{Gastos Totais de todas as Fontes e todos os Grupos de Despesas}}$		
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de Descentralizações de Créditos e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.		
Exercício	Total de gastos com recursos de Descentralizações de Crédito (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Descentralizações de Crédito (%)
2009	4.093.570,35	84.554.732,63	4,84%
2010	1.841.956,86	103.985.704,46	1,77%
2011	8.937.738,22	165.974.180,18	5,38%

Fonte: IFMT

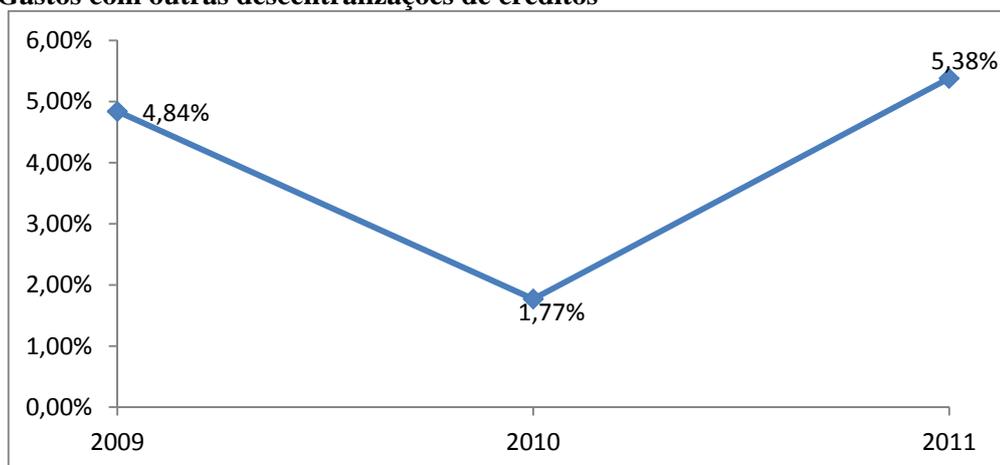
Em 2009, o índice do indicador em Descentralizações Crédito foi maior que em 2010, devido, principalmente, ao investimento que o Governo Federal promoveu na Expansão Rede

Federal de Educação Profissional. Para o exercício em análise, foi disponibilizado recursos para a implantação do Campus Juína, Confresa, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Rondonópolis.

Já em 2010, o Ministério da Educação, consignou uma parte desses recursos diretamente na matriz orçamentária da Instituição, as quais foram possíveis adquirir materiais permanentes e realizar construções, ampliações e/ou reformas. Enfim, o resultado obtido foi muito satisfatório, pois representa à modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a adequação dos espaços e a modernização da área administrativa.

Porem em 2011, foi liberado pelo MEC recursos de saldos invertidos na ordem de 6.121.00,00 para aquisição de imóvel para a alocação da sede do IFMT, isso proporcionou um incremento substancial do indicador de acordo com o Gráfico abaixo:

Gráfico 8. Gastos com outras descentralizações de créditos



Indicador 06 – Gastos com Investimentos.

Tabela XLIV. Gastos com investimentos/gastos totais.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com Investimentos.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.		
Tipo	De eficiência		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)} = \frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$		
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa, inclusive despesas com pessoal, benefícios e sentenças judiciais.		
Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2009	11.066.265,52	84.554.732,63	13,08%
2010	18.823.615,30	103.985.704,46	18,10%
2011	30.000.374,13	165.874.180,18	18,08%

Fonte: IFMT

A Tabela acima apresenta o total de investimentos do triênio: 2009, 2010 e 2011 no IFMT e seus Campi, incluindo os recursos da LOA 2011 e das descentralizações de crédito. Para melhor compreensão foram separado os recursos destinados as obras civis e instalações dos recursos destinados a aquisição de equipamentos e mobiliários por Campus.

Nas tabelas a seguir, verifica-se que houve um aumento nas despesas com investimentos, seja relacionadas as obras civis ou na aquisição de equipamentos.

Isso decorre do processo de expansão do Instituto Federal de Mato Grosso, com a ampliação da sua infraestrutura física, de modo a atender as necessidades da comunidade por meio da criação de novos Campi e oferta de novos cursos e vagas para a sociedade.

Da mesma forma, em que se preocupa em expandir a infraestrutura física da Instituição, tem se investido, na aquisição de mobiliários, equipamentos de tecnologia, e para laboratórios e demais ambientes educacionais. Isso demonstra o cuidado e o zelo em manter o equilíbrio destes investimentos, pois para a Instituição não é preciso somente melhorar a infraestrutura, mas sim fazê-la acompanhada da modernização dos equipamentos e demais materiais permanentes.

Tabela XLV. Investimentos com obras

Locais	Total			%		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Cuiabá	165.555,25	2.949.644,37	2.120.039,08	16,70%	32,65%	14,60%
Bela Vista	0,00	588.816,57	3.095.926,95	0,00%	6,52%	21,31%
São Vicente	745.687,32	1.118.216,63	1.404.283,66	75,23%	12,38%	9,66%
Cáceres	79.904,62	1.320.494,27	720.738,57	8,07%	14,62%	4,96%
Pontes e Lacerda	0,00	72.894,46	1.198.939,95	0,00%	0,81%	8,25%
Campo Novo do Parecis	0,00	719.115,47	1.460.496,36	0,00%	7,96%	10,05%
Juina	0,00	604.383,09	668.079,31	0,00%	6,69%	4,60%
Rondonópolis***			1.051.183,86			7,24%
Confresa	0,00	168.264,76	1.576.420,66	0,00%	1,86%	10,85%
Reitoria (Barra do Garças e Rondonópolis)	0,00	1.491.851,65	1.232.251,68	0,00%	16,51%	8,48%
TOTAL	991.147,19	9.033.681,27	14.528.360,08	100%	100%	100,00%

Fonte: SIAFI

*** execução a partir de agosto de 2011.

Tabela XLVI. Investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Locais	Total			%		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Cuiabá	4.304.160,84	819.286,84	5.301.709,34	42,72%	8,37%	34,26%
Bela Vista	0,00	459.217,75	895.622,45	0,00%	4,69%	5,78%
São Vicente	4.509.204,65	1.286.868,13	828.527,31	44,76%	13,14%	5,35%
Cáceres	1.261.752,84	1.280.203,85	618.852,52	12,52%	13,07%	3,99%
Pontes e Lacerda	0,00	535.947,40	1.340.489,55	0,00%	5,47%	8,66%
Campo Novo do Parecis	0,00	1.074.957,02	988.769,10	0,00%	10,98%	6,39%
Juina	0,00	576.562,64	1.203.259,51	0,00%	5,89%	7,77%
Rondonópolis***			1.205.451,99			7,79%
Confresa	0,00	591.389,62	1.622.835,43	0,00%	6,04%	10,48%
Reitoria, Barra do Garças e Rondonópolis.	0,00	3.165.500,78	1.466.496,85	0,00%	32,33%	9,47%
SUBTOTAL	10.075.118,33	9.789.934,03	15.472.014,05	100%	100%	100%

Fonte: SIAFI

*** execução a partir de agosto de 2011.

Os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho, com foi percebido no panorama de 2009 a 2011.

No que se refere aos gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios conforme demonstrado na Tabela abaixo, percebe-se que, no triênio de 2009, 2010 e 2011, obtiveram respectivamente indicadores de 15,06% , 22,04% e 23,32%, apresentando acréscimo significativo, espelhando as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição no que concerne a educação profissional e tecnológica.

Esta política vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidos pela Instituição e pelo Governo Federal, pois é uma forma de fortalecer a educação profissional e tecnológica no estado de Mato Grosso, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Tabela XLVII. Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos com Investimentos / OCC (%)
2009	11.066.265,52	73.488.467,11	15,06%
2010	18.823.615,30	85.383.740,16	22,04%
2011	30.000.374,13	128.624.823,08	23,32%

Fonte: SIAFI

Portanto, essas transformações possibilitam à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do estado onde está inserida.

Dessa forma, deve-se continuar disponibilizando recursos para investimentos em todas as áreas de atuação das instituições ou o plano ficará totalmente comprometido, pois a Instituição não conseguirá atender as demandas existentes e às vezes reprimidas e as que possam surgir num novo cenário.

7.2 Dos indicadores de gestão acadêmica

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos pela Pró-Reitoria de Ensino e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Pesquisa Institucional segundo a legislação vigente da mesma forma que no ano anterior e, utilizando a mesma fonte de dados que é o **SISTEC** – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, e baseando-se nas especificações do Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica disponibilizado em Janeiro de 2012 pela SETEC/MEC. isso por que o IFMT ainda não dispõe de Sistema Acadêmico único e o SISTEC a partir do Ofício nº 1.157 /2010/DRSEPT/SETEC/MEC, de 25 de maio de 2010, é ressaltado como fonte de coleta oficial para cálculo da Matriz Orçamentária de cada Instituto Federal.

Destacamos ainda que a utilização do SISTEC e dos outros sistemas de controle da Instituição, visa assegurar maior fidedignidade dos dados e respeito à solicitação do Acórdão

2267/2005 do TCU. No entanto, o IFMT deixou de utilizar os indicadores calculados automaticamente pelo SISTEC em razão das inconsistências apresentadas pelo sistema.

Indicador 07 – Relação candidato por vaga

Tabela XLVIII. Relação candidato por vaga.

Dados gerais do indicador												
Nome do Indicador	Relação candidato por vaga.											
Objetivo do Indicador	Identificar a relação de Candidatos Inscritos/Vagas Ofertadas											
Tipo	Capacidade de Oferta de Vagas											
Área responsável	A Gerência de Políticas de Ingresso disponibilizou os dados de inscritos nos processos seletivos.											
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação candidato/vaga = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Inscrições}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas ofertadas}}$											
Definições	<p>Nº Inscrições = quantidade de candidatos inscritos nos processos seletivos. Nº Vagas ofertadas = quantidade de vagas ofertadas em processos seletivos desconsiderando aquelas destinadas ao preenchimento de vagas remanescentes.</p>											
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	QUANTIDADE DE VAGAS			QUANTIDADE DE INSCRITOS			RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA			
			2011/1	2011/2	2011	2011/1	2011/2	2011	2011/1	2011/2	2011	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	220	150	370	1493	637	2130	6,8	4,2	5,8	
	2010	SUBSEQUENTE	50	50	100	173	198	371	3,5	4,0	3,7	
		BACHARELADO	35	35	70	287	250	537	8,2	7,1	7,7	
		TECNOLÓGICO	50	50	100	545	608	1153	10,9	12,2	11,5	
		INTEGRADO	145		145	612		612	4,2		4,2	
				280	135	415	1617	1056	2673	5,8	7,8	6,4
	2011	BACHARELADO	36		36	677		677	18,8		18,8	
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	120	25	145	592	125	717	4,9	5,0	4,9	
		LICENCIATURA										
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
SUBSEQUENTE		50	50	100	172	147	319	3,4	2,9	3,2		
TECNOLOGIA	52	50	102	1612	142	1754	31,0	2,8	17,2			
TOTAL BLV			258	125	383	3053	414	3467	11,8	3,3	9,1	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	2009	NÃO COMPUTADO									8,0	
	2010	SUBSEQUENTE	240		240	512		512	2,1		2,1	

CAMPUS CÁCERES		PROEJA	80		80	121		121	1,5		1,5
		INTEGRADO	120		120	703		703	5,9		5,9
		FIC - PROEJA									
		TECNOLÓGICO	40		40	443		443	11,1		11,1
		BACHARELADO	40		40	340		340	8,5		8,5
		520		520	2119		2119	4,1		4,1	
2011		BACHARELADO	40		40	380		380	9,5		9,5
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA	80		80	93		93	1,2		1,2
		SUBSEQUENTE	240		240	369		369	1,5		1,5
		TECNOLOGIA	40		40	377		377	9,4		9,4
	TECNOLOGIA UAB										
TOTAL CAS			400		400	1219		1219	3,0		3,0
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	800	666	1466	3816	2406	6222	4,8	3,6	4,2
	2010	BACHARELADO	35	35	70	501	735	1236	14,3	21,0	17,7
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO	330		330	2534		2534	7,7		7,7
		PÓS-GRADUAÇÃO									
		PROEJA		55	55		355	355		6,5	6,5
		SUBSEQUENTE	357	245	602	1562	1333	2895	4,4	5,4	4,8
	TECNOLÓGICO	115	160	275	978	1946	2924	8,5	12,2	10,6	
			837	495	1332	5575	4369	9944	6,7	8,8	7,5
	2011	BACHARELADO	36	35	71	2173	157	2330	60,4	4,5	32,8
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	30		30	44		44	1,5		1,5
		FIC									
FIC - PROEJA											
INTEGRADO		365		365	2754		2754	7,5		7,5	
LICENCIATURA											
LICENCIATURA UAB											
MULHERES MIL											
PROEJA		60	60	120	335	167	502	5,6	2,8	4,2	
SUBSEQUENTE		340	285	625	1203	608	1811	3,5	2,1	2,9	
TECNOLOGIA	146	185	331	3868	384	4252	26,5	2,1	12,8		
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL CBA			977	565	1542	10377	1316	11693	10,6	2,3	7,6
INSTITUTO	2009	NÃO EXISTIA									

FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2010	BACHARELADO	40	40	398	398	10,0	10,0
		INTEGRADO	280	280	799	799	2,9	2,9
		PROEJA	40	40	134	134	3,4	3,4
		LICENCIATURA	70	70	423	423	6,0	6,0
		PÓS-GRADUAÇÃO						
		430	430	1754	1754	4,1	4,1	
2011	BACHARELADO							
	CONCOMITANTE							
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
	FIC							
	FIC - PROEJA							
	INTEGRADO	80	80	327	327	4,1	4,1	
	LICENCIATURA	74	74	463	463	6,3	6,3	
	LICENCIATURA UAB							
	MULHERES MIL							
	PROEJA	40	40	39	39	1,0	1,0	
	SUBSEQUENTE							
	TECNOLOGIA							
TECNOLOGIA UAB								
TOTAL CFS		194	194	829	829	4,3	4,3	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO		280		796	2,8	
	2010	TECNOLÓGICO	35	35	412	412	11,8	11,8
		BACHARELADO	35	35	261	261	7,5	7,5
		INTEGRADO	140	140	289	289	2,1	2,1
		PROEJA	35	35	116	116	3,3	3,3
		PÓS-GRADUAÇÃO						
	LICENCIATURA	35	35	115	115	3,3	3,3	
			280	280	1193	1193	4,3	4,3
	2011	BACHARELADO	36	36	223	223	6,2	6,2
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
FIC - PROEJA								
INTEGRADO		70	70	229	229	3,3	3,3	
LICENCIATURA		36	36	161	161	4,5	4,5	
LICENCIATURA UAB								
MULHERES MIL								
PROEJA		35	35	50	50	1,4	1,4	
SUBSEQUENTE								
TECNOLOGIA		36	36	110	110	3,1	3,1	
TECNOLOGIA UAB								
TOTAL CNP		213	213	773	773	3,6	3,6	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	SUBSEQUENTE	35	35	384	384	11,0	11,0

CAMPUS JUINA		INTEGRADO	140		140	446		446	3,2		3,2	
		FIC										
		PÓS-GRADUAÇÃO										
		PROEJA	75		75	196		196	2,6		2,6	
			250		250	1026		1026	4,1		4,1	
	2011		BACHARELADO									
			CONCOMITANTE									
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
			FIC									
			FIC - PROEJA									
			INTEGRADO	185		185	352		352	1,9		1,9
			LICENCIATURA	72		72	603		603	8,4		8,4
			LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
		SUBSEQUENTE	35		35	31		31	0,9		0,9	
		TECNOLOGIA	36		36	436		436	12,1		12,1	
	TECNOLOGIA UAB											
TOTAL JNA			328		328	1422		1422	4,3		4,3	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	210	90	300	331	262	593	1,6	2,9	2,0	
	2010	PROEJA	30		30	62		62	2,1		2,1	
		SUBSEQUENTE	90	30	120	442		442	4,9		3,7	
		LICENCIATURA	30		30	135		135	4,5		4,5	
		INTEGRADO	180		180	432		432	2,4		2,4	
			330	30	360	1071		1071	3,2		3,0	
	2011		BACHARELADO									
			CONCOMITANTE									
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
			FIC									
			FIC - PROEJA									
			INTEGRADO	180		180	214		214	1,2		1,2
			LICENCIATURA	30		30	87		87	2,9		2,9
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA	30		30	14		14	0,5		0,5	
		SUBSEQUENTE										
		TECNOLOGIA										
	TECNOLOGIA UAB											
TOTAL PLC			240		240	315		315	1,3		1,3	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO			691			1353			2,0	
	2010	BACHARELADO	105		105	919		919	8,8		8,8	
		CONCOMITANTE										
		INTEGRADO	140		140	411		411	2,9		2,9	

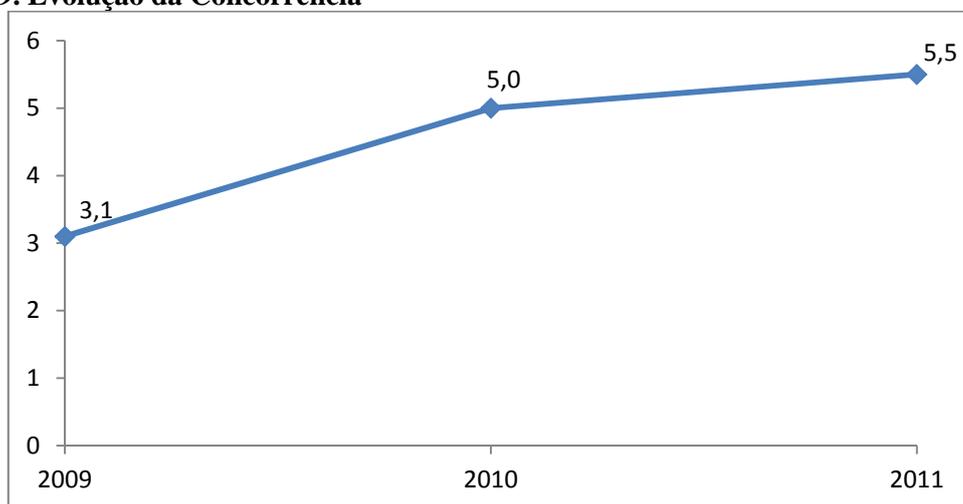
	LICENCIATURA	80	40	120	250	126	376	3,1	3,2	3,1	
	PÓS-GRADUAÇÃO										
	PROEJA										
	SUBSEQUENTE		35	35		84	84		2,4	2,4	
	TECNOLÓGICO	70		70	225		225	3,2		3,2	
		395	75	470	1805	210	2015	4,6	2,8	4,3	
2011	BACHARELADO	108		108	1023		1023	9,5		9,5	
	CONCOMITANTE										
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
	FIC										
	FIC - PROEJA										
	INTEGRADO	140		140	361		361	2,6		2,6	
	LICENCIATURA	40		40	122		122	3,1		3,1	
	LICENCIATURA UAB										
	MULHERES MIL										
	PROEJA										
	SUBSEQUENTE										
	TECNOLOGIA	72		72	217		217	3,0		3,0	
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL PLC		360		360	1723		1723	4,8		4,8	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009	Campus não Existia									
	2010	Campus não Existia									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO	80		80	93		93	1,2		1,2
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE	80		80	48		48	0,6		0,6
TECNOLOGIA											
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL BAG		160		160	141		141	0,9		0,9	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009	Campus não Existia									
	2010	Campus não Existia									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
FIC											

		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO	70		70	164		164	2,3		2,3
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA	35		35	63		63	1,8		1,8
		SUBSEQUENTE	35		35	64		64	1,8		1,8
		TECNOLOGIA									
		TECNOLOGIA UAB									
TOTAL ROO			140		140	291		291	2,1		2,1
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	450	340	790	584	495	1079	1,3	1,5	1,4
	2010	LICENCIATURA	190		190	234		234	1,2		1,2
		TECNOLÓGICO	150		150	90		90	0,6		0,6
			340		340	324		324	1,0		1,0
	2011	LICENCIATURA UAB									
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL UAB											
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado EXTENSÃO (cursos FIC)	2009	NÃO COMPUTADO	1460	1096	2556	4731	3163	7894	3,2	2,9	3,1
	2010	BACHARELADO	290	70	360	2706	985	3691	9,3	14,1	10,3
		CONCOMITANTE									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO	1475		1475	6226		6226	4,2		4,2
		LICENCIATURA	405	40	445	1157	126	1283	2,9	3,2	2,9
		PÓS-GRADUAÇÃO									
		PROEJA	260	55	315	629	355	984	2,4	6,5	3,1
		SUBSEQUENTE	772	360	1132	3073	1615	4688	4,0	4,5	4,1
	TECNOLÓGICO	460	210	670	2693	2554	5247	5,9	12,2	7,8	
			3662	735	4397	16484	5635	22119	4,5	7,7	5,0
	2011	BACHARELADO	256	35	291	4476	157	4633	17,5	4,5	15,9
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	30		30	44		44	1,5		1,5
		FIC									
		FIC - PROEJA									
INTEGRADO		1290	25	1315	5086	125	5211	3,9	5,0	4,0	
LICENCIATURA		252		252	1436		1436	5,7		5,7	
LICENCIATURA UAB											
MULHERES MIL											
PROEJA		280	60	340	594	167	761	2,1	2,8	2,2	
SUBSEQUENTE		780	335	1115	1887	755	2642	2,4	2,3	2,4	
TECNOLOGIA	382	235	617	6620	526	7146	17,3	2,2	11,6		
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL IFMT			3270	690	3960	20143	1730	21873	6,2	2,5	5,5

Fonte: IFMT

Desse modo, realizamos as análises dos indicadores com base nos itens mencionados anteriormente, com o intuito de esclarecer e comparar a evolução dos Indicadores nesse primeiro triênio de trabalho deste Instituto Federal. Em 2009, o IFMT alcançou o indicador de 3,1 candidatos por cada vaga e em 2011 alcançou 5,5, o qual evidencia que o Instituto Federal de Mato Grosso atua como centro de referência regional destacando a procura por seus cursos, conforme se visualiza no gráfico abaixo:

Gráfico 9. Evolução da Concorrência



A relação entre o número de inscritos nos processos seletivos nas vagas ofertadas dos diversos cursos e modalidade de ensino possibilita dimensionarmos o nível de atratividade e expectativas da região no curso que está sendo ofertado. Desta forma, se essa relação for alta significa que a modalidade é de grande interesse da região, porém nos leva a considerar que não estamos atendendo as expectativas com relação à oferta de vagas em número suficiente para atender a demanda existente, por outro lado, se essa relação for baixa representa que estamos conseguindo atender a demanda existente, a não ser que essa relação seja menor que 1, que demonstra desinteresse pela modalidade.

Para o cálculo desse indicador relacionamos todos os ciclos de matrícula cadastrados no SISTEC que tiveram início no ano de 2011. Também pesquisamos todos os processos seletivos que ofertaram vagas para os mesmos e solicitamos da Gerência de Políticas de Ingresso o número de inscritos em cada processo seletivo.

Comparando o ano letivo de 2011 com o de 2010, novamente as modalidades de Bacharelado (15,9) e Tecnologia (11,6) representaram índices muito superiores às outras modalidades e com significativo crescimento. Podemos destacar que um dos motivos pelo aumento da procura nessas modalidades foi a significativa colocação que obtivemos no ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, com destaque para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, que obteve nota máxima nessa avaliação, e no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, ambos elaborados pelo Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Vale ressaltar que o ensino superior não é prioridade dos Institutos Federais, porém temos demonstrado grande potencial para a oferta dessa modalidade.

O número de vagas se manteve estável com relativa diminuição em relação ao ano anterior principalmente pelo recente processo de reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2014, que proporcionou a reavaliação da nossa capacidade de absorção de alunos visto que no processo de criação dos Institutos Federais o governo federal planejou um crescimento maior do que foi executado até o momento.

No que se refere às demais modalidades de ensino, a relação permaneceu estável o que atende as expectativas da sociedade com a oferta de vagas dentro da demanda existente.

Ressaltamos, também, o início efetivo dos trabalhos em 3 (três) novos campi, que são Barra do Garças, Rondonópolis e Sorriso. Sendo que no campus Sorriso mesmo não tendo ofertado vagas absorveu os alunos do curso de extensão que era ofertado em parceria entre o Município com o campus Cuiabá.

Indicador 08 – Relação de ingressos por aluno

Tabela XLIX. Relação ingressos por alunos.

Dados gerais do indicador									
Nome do Indicador	Relação ingressos por alunos.								
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos matriculados.								
Tipo	Capacidade de Oferta de Vagas								
Área responsável	Pesquisador Institucional								
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação Ingressantes/Alunos = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de ingressos}}{\text{N}^\circ \text{ de Matrículas}} \times 100$								
Definições	Nº Ingressos = quantidade de ingressantes por meio dos processos seletivos. Nº de Matrículas = quantidade de matrículas registradas no ano.								
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	INGRESSANTES			RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS			
			2011/1	2011/2	2011	2011/1	2011/2	2011	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	227	162	389	25,6	18,3	44,0	
	2010	SUBSEQUENTE	46	44	90	15,2	14,6	29,8	
		BACHARELADO	28	42	70	40,0	60,0	100,0	
		TECNOLÓGICO	48	63	111	19,0	24,9	43,9	
		INTEGRADO	148		148	44,6		44,6	
				270	149	419	28,2	15,6	43,8
	2011	BACHARELADO	34		34	32,4		32,4	
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
		FIC							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO	125	22	147	26,4	4,7	31,1	
		LICENCIATURA							
		MULHERES MIL							
		PROEJA							
		SUBSEQUENTE	51	51	102	12,6	12,6	25,2	
	TECNOLOGIA	58	47	105	16,2	13,1	29,3		
	TOTAL BLV			268	120	388	19,2	8,6	27,8
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO						56,0	
	2010	SUBSEQUENTE	236		236	51,0		51,0	
		PROEJA	71		71	55,0		55,0	

		INTEGRADO	135		135	40,3		40,3
		FIC - PROEJA						
		TECNOLÓGICO	40		40	100,0		100,0
		BACHARELADO	40		40	100,0		100,0
			522		522	42,1		42,1
	2011	BACHARELADO	41		41	50,6		50,6
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	69		69	100,0		100,0
		FIC						
		FIC - PROEJA	127		127	34,8		34,8
		INTEGRADO	130		130	29,6		29,6
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL		100	100		100,0	100,0
		PROEJA	79		79	39,5		39,5
		SUBSEQUENTE	226		226	35,0		35,0
		TECNOLOGIA	43		43	51,8		51,8
	TECNOLOGIA UAB							
TOTAL CAS			715	100	815	36,1	5,0	41,1
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	798	698	1496	24,4	21,3	45,7
	2010	BACHARELADO	35	39	74	47,3	52,7	100,0
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	343		343	58,9		58,9
		PÓS-GRADUAÇÃO						
		PROEJA		56	56		13,1	13,1
		SUBSEQUENTE	380	242	622	21,0	13,4	34,4
	TECNOLÓGICO	125	181	306	19,7	28,5	48,1	
			883	518	1401	24,7	14,5	39,1
	2011	BACHARELADO	33	29	62	24,3	21,3	45,6
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	26		26	43,3		43,3
		FIC	47		47	100,0		100,0
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	372		372	39,4		39,4
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
PROEJA		61	45	106	12,6	9,3	21,9	
SUBSEQUENTE		343	253	596	16,9	12,5	29,4	
TECNOLOGIA	136	182	318	14,4	19,3	33,7		
TECNOLOGIA UAB								
TOTAL CBA			1018	509	1527	21,8	10,9	32,8
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	BACHARELADO	41		41	100,0		100,0

CONFRESA		INTEGRADO	277		277	100,0		100,0	
		PROEJA	42		42	100,0		100,0	
		LICENCIATURA	70		70	100,0		100,0	
		PÓS-GRADUAÇÃO							
			430		430	83,2		83,2	
	2011		BACHARELADO	34		34	31,8		31,8
			CONCOMITANTE						
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	63		63	42,0		42,0
			FIC		100	100		100,0	100,0
			FIC - PROEJA						
			INTEGRADO	79		79	22,4		22,4
			LICENCIATURA	65		65	63,1		63,1
			LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL							
		PROEJA	38		38	45,2		45,2	
		SUBSEQUENTE							
		TECNOLOGIA							
	TECNOLOGIA UAB								
TOTAL CFS			279	100	379	31,1	11,1	42,3	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO			279			93,0	
	2010	TECNOLÓGICO	35		35	55,6		55,6	
		BACHARELADO	36		36	35,0		35,0	
		INTEGRADO	140		140	49,1		49,1	
		PROEJA	35		35	100,0		100,0	
		PÓS-GRADUAÇÃO							
		LICENCIATURA	35		35	44,3		44,3	
			281		281	46,4		46,4	
	2011		BACHARELADO	39		39	27,7		27,7
			CONCOMITANTE						
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
			FIC						
			FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	70		70	23,6		23,6	
		LICENCIATURA	36		36	31,3		31,3	
		LICENCIATURA UAB							
		MULHERES MIL							
		PROEJA	35		35	54,7		54,7	
		SUBSEQUENTE							
		TECNOLOGIA	36		36	36,0		36,0	
	TECNOLOGIA UAB								
TOTAL CNP			216		216	28,5		28,5	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009	NÃO EXISTIA							
	2010	SUBSEQUENTE	70		70	100,0		100,0	
		INTEGRADO	140		140	100,0		100,0	

		FIC						
		PÓS-GRADUAÇÃO						
		PROEJA	71		71	100,0		100,0
			281		281	47,6		47,6
		BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC	104		104	70,7		70,7
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	251		251	64,5		64,5
	2011	LICENCIATURA	78		78	100,0		100,0
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE	25		25	32,5		32,5
		TECNOLOGIA	38		38	100,0		100,0
		TECNOLOGIA UAB						
		TOTAL JNA	496		496	58,3		58,3
	2009	NÃO COMPUTADO	216	90	306	52,3	21,8	74,1
		PROEJA	31		31	33,3		33,3
		SUBSEQUENTE	90	32	122	36,1	12,9	49,0
		LICENCIATURA	22		22	59,5		59,5
		INTEGRADO	177		177	49,6		49,6
			320	32	352	43,5	4,3	47,8
		BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	119		119	26,2		26,2
	2011	LICENCIATURA	20		20	35,1		35,1
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA	24		24	25,3		25,3
		SUBSEQUENTE		87	87		24,6	24,6
		TECNOLOGIA						
		TECNOLOGIA UAB						
		TOTAL PLC	163	87	250	17,0	9,1	26,1
	2009	NÃO COMPUTADO			691			55,5
		BACHARELADO	136		136	45,3		45,3
		CONCOMITANTE						
		FIC						
		INTEGRADO	110		110	37,3		37,3
		LICENCIATURA	81	40	121	66,9	33,1	100,0

		PÓS-GRADUAÇÃO						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE		30	30		43,5	43,5
		TECNOLÓGICO	54		54	26,9		26,9
			381	70	451	29,6	5,4	35,1
	2011	BACHARELADO	93		93	24,7		24,7
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	125		125	28,9		28,9
		LICENCIATURA	77	40	117	32,9	17,1	50,0
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE						
		TECNOLOGIA	52		52	21,4		21,4
		TECNOLOGIA UAB						
TOTAL PLC			347	40	387	19,4	2,2	21,6
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009	Campus não Existia						
	2010	Campus não Existia						
		BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO	56		56	100,0		100,0
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE	55		55	100,0		100,0
	TECNOLOGIA							
	TECNOLOGIA UAB							
TOTAL BAG			111		111	100,0		100,0
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009	Campus não Existia						
	2010	Campus não Existia						
		BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
	FIC							
	FIC - PROEJA							

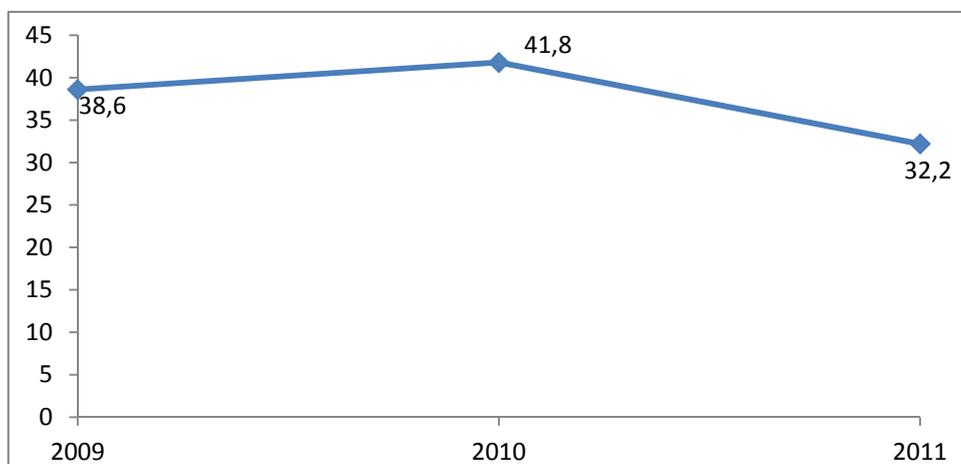
		INTEGRADO	72		72	100,0		100,0	
		LICENCIATURA							
		LICENCIATURA UAB							
		MULHERES MIL							
		PROEJA	30		30	100,0		100,0	
		SUBSEQUENTE	37		37	100,0		100,0	
		TECNOLOGIA							
		TECNOLOGIA UAB							
TOTAL ROO			139		139	100,0		100,0	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009	Campus não Existia							
	2010	Campus não Existia							
	2011		BACHARELADO						
			CONCOMITANTE						
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
			FIC						
			FIC - PROEJA						
			INTEGRADO						
			LICENCIATURA						
			LICENCIATURA UAB						
			MULHERES MIL						
			PROEJA						
		SUBSEQUENTE							
	TECNOLOGIA								
	TECNOLOGIA UAB								
TOTAL SOR									
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	354	295	649	31,4	26,2	57,6	
	2010	LICENCIATURA	67		67	20,1		20,1	
		TECNOLÓGICO	27		27	10,1		10,1	
			94		94	15,6		15,6	
2011	LICENCIATURA UAB								
	TECNOLOGIA UAB								
TOTAL UAB									
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado EXTENSÃO (cursos FIC)	2009	NÃO COMPUTADO	1368	1083	2451	21,5	17,0	38,6	
	2010	BACHARELADO	316	81	397	50,3	12,9	63,2	
		CONCOMITANTE							
		FIC							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO	1470		1470	56,5		56,5	
		LICENCIATURA	275	40	315	42,9	6,2	49,1	
		PÓS-GRADUAÇÃO							
		PROEJA	250	56	306	30,3	6,8	37,1	
		SUBSEQUENTE	822	348	1170	27,8	11,8	39,5	
TECNOLÓGICO		329	244	573	22,5	16,7	39,2		

		3462	769	4231	34,2	7,6	41,8
2011	BACHARELADO	274	29	303	29,0	3,1	32,0
	CONCOMITANTE						
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	158		158	21,3		21,3
	FIC						
	FIC - PROEJA	127		127	33,0		33,0
	INTEGRADO	1399	22	1421	35,8	0,6	36,4
	LICENCIATURA	276	40	316	47,0	6,8	53,8
	LICENCIATURA UAB						
	MULHERES MIL		100	100		100,0	100,0
	PROEJA	267	45	312	25,6	4,3	29,9
	SUBSEQUENTE	737	391	1128	19,5	10,3	29,8
	TECNOLOGIA	363	229	592	20,6	13,0	33,5
	TECNOLOGIA UAB						
TOTAL IFMT		3601	856	4457	26,0	6,2	32,2

Fonte: IFMT

É possível com esse indicador analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Em 2009, a taxa de ingresso na ordem de 38,6% sobre o total de matrículas, é considerada razoavelmente satisfatória no modelo adotado pela Instituição, que busca manter um equilíbrio entre ingressos e concluintes. Porém o potencial de vagas ofertadas diminuiu em comparado com o exercício de 2010 que foi de 41,8%, já em 2011 foi de 32,2%,

Gráfico 10. Potencial de vagas ofertadas



Em 2011 a relação ingresso/alunos matriculados diminuiu representando uma estabilização dessa relação que se justifica também pela reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional que adequou nossa capacidade de absorção de alunos para a realidade que vivenciamos.

Cumprir destacar, que mesmo sendo um modelo para manutenção, e não de expansão do número de matrículas adotado nos últimos anos, a Instituição vem ofertando novos cursos e/ou Para que a Instituição venha adotar novamente, um modelo expansionista, buscando o crescimento do número de alunos matriculados, torna-se necessária à ampliação do quadro de servidores, bem como, construção de salas de aula, laboratórios, etc.

Nessa tabela estão corrigidos os cálculos por semestres do ano de 2010, referente à Relação Ingressantes/Alunos de cada modalidade que foram apresentados no relatório e calculados equivocadamente em relação aos candidatos e não aos alunos matriculados. Esse equívoco não prejudicou a análise anterior, pois o cálculo referente ao total de cada campus e do ano estavam corretos.

Os ingressantes considerados nessa tabela são todos os cadastrados no SISTEC em ciclos de matrículas que tiveram início no ano de 2011 e os alunos matriculados considerados para o cálculo da relação estão na tabela que apresenta o Índice de Retenção do Fluxo Escolar.

Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos

Tabela L. Relação de concluintes por alunos.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação de concluintes por alunos.
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados.
Tipo	Da eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Pesquisador Institucional
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação Concluintes/Alunos = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{N}^\circ \text{ de Matrículas}} \times 100$
Definições	Nº de Concluintes = quantidade de alunos que concluíram o curso. Concluinte é o aluno que foi aprovado em todas as disciplinas e já fez o trabalho de conclusão de curso e/ou estágio e está apto a colar grau e/ou emissão de diploma ou certificado de conclusão. Nº de Matrículas = quantidade de matrículas registradas no ano.

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS						
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011		
							Nº	Tx.	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	39	4,4	28	3,2	67	7,6	
	2010	SUBSEQUENTE	44	14,6	24	7,9	68	22,5	
		BACHARELADO							
		TECNOLÓGICO	6	2,4			6	2,4	
		INTEGRADO			50	15,1	50	15,1	
				50	16,9	74	0,7	124	13,0
	2011	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
		FIC							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO	50	10,6			50	10,6	
		LICENCIATURA							
MULHERES MIL									
PROEJA									

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS						
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011		
							Nº	Tx.	
		SUBSEQUENTE	68	16,8	30	7,4	98	24,3	
		TECNOLOGIA	6	1,7	8	2,2	14	3,9	
TOTAL BLV			124	8,9	38	2,7	162	11,6	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO						23,2	
	2010	SUBSEQUENTE			1	0,2	1	0,2	
		PROEJA							
		INTEGRADO							
		FIC - PROEJA							
		TECNOLÓGICO							
			BACHARELADO			1	1	0,1	
	2011	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
		FIC							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO	91	20,7			91	20,7	
		LICENCIATURA							
		LICENCIATURA UAB							
		MULHERES MIL							
		PROEJA	20	10,0			20	10,0	
	SUBSEQUENTE	121	18,7			121	18,7		
	TECNOLOGIA								
			TECNOLOGIA UAB						
TOTAL CAS			232	11,7			232	11,7	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	323	9,9	201	6,1	524	16,0	
	2010	BACHARELADO							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO			117	20,1	117	20,1	
		PÓS-GRADUAÇÃO							
		PROEJA			42	9,8	42	9,8	
		SUBSEQUENTE	164	9,1	120	6,6	284	15,7	
	TECNOLÓGICO	11	1,7	6	0,9	17	2,7		
				175	1,7	285	2,8	460	12,8
	2011	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
		FIC							
FIC - PROEJA				10	50,0	10	50,0		
		INTEGRADO	117	12,4			117	12,4	

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS					
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011	
							Nº	Tx.
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA	42	8,7	32	6,6	74	15,3
		SUBSEQUENTE	169	8,3	155	7,7	324	16,0
		TECNOLOGIA	7	0,7	38	4,0	45	4,8
		TECNOLOGIA UAB						
TOTAL CBA			335	7,2	235	5,0	570	12,2
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	BACHARELADO						
		INTEGRADO						
		PROEJA						
		LICENCIATURA						
		PÓS-GRADUAÇÃO						
	2011	BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE						
	TECNOLOGIA							
	TECNOLOGIA UAB							
	TOTAL CFS							
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO						
	2010	TECNOLOGICO						
		BACHARELADO						
		INTEGRADO						
		PROEJA						
		PÓS-GRADUAÇÃO						
		LICENCIATURA						
	2011	BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
FIC								

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS					
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011	
							Nº	Tx.
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE						
		TECNOLOGIA						
		TECNOLOGIA UAB						
TOTAL CNP								
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009	NÃO EXISTIA						
	2010	SUBSEQUENTE						
		INTEGRADO						
		FIC	74	30,2	127	51,8	201	82,0
		PÓS-GRADUAÇÃO						
		PROEJA						
			74	0,7	127	1,3	201	34,1
	2011	BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC			2	1,4	2	1,4
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
PROEJA								
SUBSEQUENTE			38	49,4	38	49,4		
TECNOLOGIA								
TECNOLOGIA UAB								
TOTAL JNA					40	4,7	40	4,7
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO						
	2010	PROEJA						
		SUBSEQUENTE	15	6,0			15	6,0
		LICENCIATURA						
		INTEGRADO						
			15	0,1			15	2,0
	2011	BACHARELADO						
CONCOMITANTE								
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)								
FIC								

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS						
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011		
							Nº	Tx.	
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO			54	11,9	54	11,9	
		LICENCIATURA							
		LICENCIATURA UAB							
		MULHERES MIL							
		PROEJA							
		SUBSEQUENTE	1	0,3	106	30,0	107	30,3	
		TECNOLOGIA							
		TECNOLOGIA UAB							
TOTAL PLC			1	0,1	160	16,7	161	16,8	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO					96	7,7	
	2010	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		FIC							
		INTEGRADO			56	19,0	56	19,0	
		LICENCIATURA							
		PÓS-GRADUAÇÃO							
		PROEJA							
		SUBSEQUENTE							
	TECNOLÓGICO	26	12,9			26	12,9		
				26	0,3	56	0,6	82	6,4
	2011	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
		FIC							
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO	57	13,2			57	13,2	
		LICENCIATURA							
		LICENCIATURA UAB							
MULHERES MIL									
PROEJA									
SUBSEQUENTE									
TECNOLOGIA	26	10,7			26	10,7			
TECNOLOGIA UAB									
TOTAL PLC			83	4,6			83	4,6	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009	Campus não Existia							
	2010	Campus não Existia							
	2011	BACHARELADO							
CONCOMITANTE									
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									

CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS					
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011	
							Nº	Tx.
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE						
		TECNOLOGIA						
		TECNOLOGIA UAB						
TOTAL BAG								
	2009	Campus não Existia						
	2010	Campus não Existia						
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2011	BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						
		SUBSEQUENTE						
		TECNOLOGIA						
TECNOLOGIA UAB								
TOTAL ROO								
	2009	Campus não Existia						
	2010	Campus não Existia						
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2011	BACHARELADO						
		CONCOMITANTE						
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)						
		FIC						
		FIC - PROEJA						
		INTEGRADO						
		LICENCIATURA						
		LICENCIATURA UAB						
		MULHERES MIL						
		PROEJA						

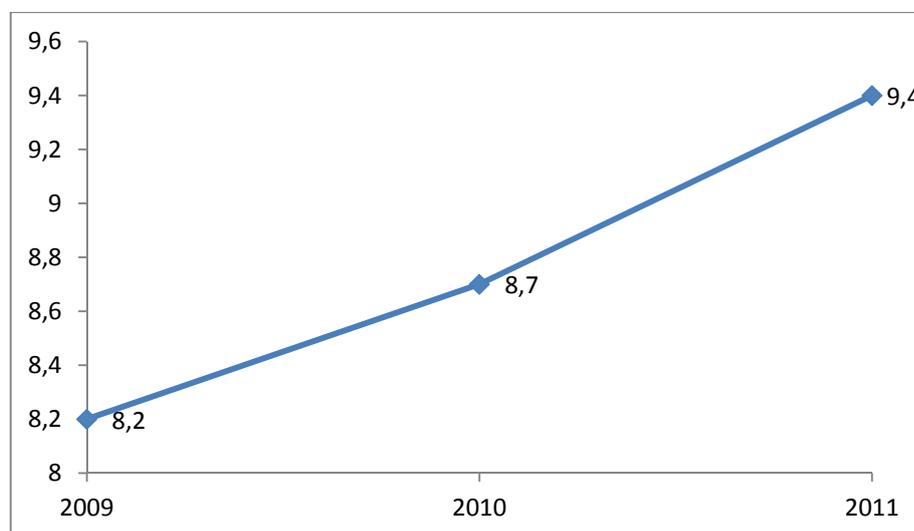
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNOS						
			2011/1	Taxa	2011/2	Taxa	2011		
							Nº	Tx.	
		SUBSEQUENTE							
		TECNOLOGIA							
		TECNOLOGIA UAB							
TOTAL SOR									
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO							
	2010	LICENCIATURA							
		TECNOLOGICO							
	2011	LICENCIATURA UAB			40	12,7	40	12,7	
		TECNOLOGIA UAB			21	8,8	21	8,8	
TOTAL UAB					61	11,0	61	11,0	
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado EXTENSÃO (cursos FIC)	2009	NÃO COMPUTADO	323	5,1	201	3,2	524	8,2	
	2010	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		FIC	74	26,2	127	45,0	201	71,3	
		FIC - PROEJA							
		INTEGRADO			223	8,6	223	8,6	
		LICENCIATURA							
		PÓS-GRADUAÇÃO							
		PROEJA			42	5,1	42	5,1	
		SUBSEQUENTE	223	7,5	145	4,9	368	12,4	
	TECNOLOGICO	43	2,9	6	0,4	49	3,4		
				340	3,4	543	5,4	883	8,7
	2011	BACHARELADO							
		CONCOMITANTE							
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)							
FIC									
FIC - PROEJA				10	2,6	10	2,6		
INTEGRADO		315	8,1	54	1,4	369	9,4		
LICENCIATURA									
LICENCIATURA UAB				40	12,7	40	12,7		
MULHERES MIL									
PROEJA		62	5,9	32	3,1	94	9,0		
SUBSEQUENTE	359	9,5	329	8,7	688	18,2			
TECNOLOGIA	39	2,2	46	2,6	85	4,8			
TECNOLOGIA UAB			21	8,8	21	8,8			
TOTAL IFMT			775	5,6	532	3,8	1307	9,4	

Fonte: IFMT

O indicador em questão possibilita a análise da taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Em 2010, tivemos uma taxa na ordem de 8,70% que se comparada com o ano 2009 e teve um crescimento gradativo que era de 8,2% e passando a 9,4% em 2011. Isso é proporcionado

pelo aumento da oferta de novas modalidades de ensino e o processo de expansão sofrido pelas unidades, demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 11. Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos



Para tanto, o IFMT vem adotando uma série de medidas, tais como a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica, promoção de atividades extraclasse, melhoria dos laboratórios acadêmicos, atualização contínua do acervo bibliográfico, laboratórios nos mais diversos campi, para o fortalecimento das políticas de manutenção de seu corpo discente, principalmente, os alunos dos cursos noturnos, que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam a noite.

A modalidade que apresentou maior índice em 2011 se refere aos cursos Subsequentes, que em relação a 2010, teve aumento de 46,8%. Tal aumento demonstra a nossa busca pela melhoria desse indicador, que está apresentando crescimento mesmo sem o fechamento do ano letivo para a grande maioria dos cursos.

Diferente do especificado no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica disponibilizado em Janeiro de 2012, pela SETEC/MEC, em nosso cálculo consideramos concluintes apenas os alunos que não tem nenhuma pendência para emissão do diploma ou certificado de conclusão. Por isso não poderíamos inserir os alunos com situação informada de “Integralizou Fase Escolar” no SISTEC, pois esses ainda devem o TCC e/ou Estágio Curricular para concluírem o curso.

Comparado com os anos anteriores podemos concluir que o Instituto está avançando no desenvolvimento dos aspectos pedagógicos. Estamos conseguindo proporcionar aos estudantes formas significativas de aprendizagem que permitem seu desenvolvimento, participação e envolvimento nas atividades propostas, e como consequência, a permanência do estudante no curso até a conclusão.

É importante comparar o indicador relação concluinte por alunos com a relação ingresso por alunos, pois quanto mais próximos eles estiverem, maior é a eficiência de conclusão, possibilitando a oferta de novas matrículas para o preenchimento das vagas referentes aos estudantes que concluíram o curso. Porém influenciam para esse indicador as evasões, desligamentos e transferências, conforme demonstrado na tabela outras movimentações de alunos.

Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica

Tabela LI. Índice de eficiência acadêmica.

Dados gerais do indicador												
Nome do Indicador	Índice de eficiência acadêmica.											
Objetivo do Indicador	Quantificar a eficiência das Instituições											
Tipo	Da eficácia e eficiência acadêmica											
Área responsável	Pesquisador Institucional											
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\sum \text{Número de concluintes}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$											
Definições	<p>Nº de Concluintes = quantidade de alunos que concluíram o curso. Concluinte é o aluno que foi aprovado em todas as disciplinas e já fez o trabalho de conclusão de curso e/ou estágio e está apto a colar grau e/ou emissão de diploma ou certificado de conclusão.</p> <p>Nº de Ingressos = quantidade de ingressantes que correspondem aos alunos que estão concluindo.</p>											
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	INGRESSANTES IEA			CONCLUINTES IEA			ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA			
			2011/1	2011/2	2011	2011/1	2011/2	2011	2011/1	2011/2	2011	
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	90	100	190				43,3	28,0	35,3	
	2010	SUBSEQUENTE	71	64	135				62,0	37,5	50,4	
		BACHARELADO										
		TECNOLÓGICO	28		28				21,4		21,4	
		INTEGRADO		51	51					98,0	98,0	
				99	115	214				50,5	64,3	57,9
	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	57		57	50		50	87,7		87,7	
		LICENCIATURA										
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
		SUBSEQUENTE	147	182	329	68	79	98	46,3	43,4	29,8	
TECNOLOGIA		32	67	99	6	14	14	18,8	20,9	14,1		
TOTAL BLV			236	249	485	124	93	162	52,5	37,3	33,4	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	2009	NÃO COMPUTADO									41,5	
	2010	SUBSEQUENTE		43	43					2,3	2,3	

CAMPUS CÁCERES		PROEJA									
		INTEGRADO									
		FIC - PROEJA									
		TECNOLÓGICO									
		BACHARELADO									
			43	43					2,3	2,3	
2011		BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO	100		100	91		91	91,0		91,0
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA	20		20	20		20	100,0		100,0
		SUBSEQUENTE	348		348	122		122	35,1		35,1
		TECNOLOGIA									
	TECNOLOGIA UAB										
TOTAL CAS			468		468	233		233	49,8	49,8	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	550	300	850				58,7	67,0	61,6
	2010	BACHARELADO									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO		127	127					92,1	92,1
		PÓS-GRADUAÇÃO									
		PROEJA		86	86					48,8	48,8
		SUBSEQUENTE	383	476	859				42,8	25,2	33,1
		TECNOLÓGICO	23	32	55				47,8	18,8	30,9
			406	721	1127				43,1	39,5	40,8
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
FIC - PROEJA			20	20		10	10		50,0	50,0	
INTEGRADO		127		127	117		117	92,1		92,1	
LICENCIATURA											
LICENCIATURA UAB											
MULHERES MIL											
PROEJA		86	105	191	42	56	74	48,8	53,3	38,7	
SUBSEQUENTE		840	860	1700	259	404	438	30,8	47,0	25,8	
	TECNOLOGIA	45	141	186	8	41	46	17,8	29,1	24,7	
	TECNOLOGIA UAB										
TOTAL CBA			1098	1126	2224	426	511	685	38,8	45,4	30,8
INSTITUTO	2009	NÃO EXISTIA									

FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2010	BACHARELADO									
		INTEGRADO									
		PROEJA									
		LICENCIATURA									
		PÓS-GRADUAÇÃO									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE									
		TECNOLOGIA									
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL CFS											
	2009	NÃO COMPUTADO									
	2010	TECNOLÓGICO									
		BACHARELADO									
		INTEGRADO									
		PROEJA									
		PÓS-GRADUAÇÃO									
	LICENCIATURA										
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE									
		TECNOLOGIA									
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL CNP											
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO	2009	NÃO EXISTIA									
	2010	SUBSEQUENTE									

CAMPUS JUINA		INTEGRADO									
		FIC	74	130	204			100,0	97,7	98,5	
		PÓS-GRADUAÇÃO									
		PROEJA									
			74	130	204			100,0	97,7	98,5	
2011		BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC		54	54		54	54	100,0	100,0	
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE		73	73		38	38	52,1	52,1	
		TECNOLOGIA									
	TECNOLOGIA UAB										
TOTAL JNA				127	127		92	92	72,4	72,4	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO									
	2010	PROEJA									
		SUBSEQUENTE	15		15				100,0		100,0
		LICENCIATURA									
		INTEGRADO									
				15	15				100,0		100,0
	2011		BACHARELADO								
			CONCOMITANTE								
			ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)								
			FIC								
			FIC - PROEJA								
			INTEGRADO		125	125		54	54	43,2	43,2
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE	30	204	234	1	110	110	3,3	53,9	47,0
	TECNOLOGIA										
	TECNOLOGIA UAB										
TOTAL PLC			30	329	359	1	164	164	3,3	49,8	45,7
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO									
	2010	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		FIC									
	INTEGRADO		185	185				30,3	30,3		

	LICENCIATURA										
	PÓS-GRADUAÇÃO										
	PROEJA										
	SUBSEQUENTE										
	TECNOLÓGICO	59		59			44,1		44,1		
		59	185	244			44,1	30,3	33,6		
2011	BACHARELADO										
	CONCOMITANTE										
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
	FIC										
	FIC - PROEJA										
	INTEGRADO	187		187	57		57	30,5		30,5	
	LICENCIATURA										
	LICENCIATURA UAB										
	MULHERES MIL										
	PROEJA										
	SUBSEQUENTE										
	TECNOLOGIA	59		59	26		26	44,1		44,1	
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL PLC		246		246	83		83	33,7		33,7	
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009	Campus não Existia									
	2010	Campus não Existia									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
SUBSEQUENTE											
TECNOLOGIA											
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL BAG											
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009	Campus não Existia									
	2010	Campus não Existia									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)											
FIC											

		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
		SUBSEQUENTE									
		TECNOLOGIA									
		TECNOLOGIA UAB									
TOTAL ROO											
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009	Campus não Existia									
	2010	Campus não Existia									
	2011	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
		FIC									
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO									
		LICENCIATURA									
		LICENCIATURA UAB									
		MULHERES MIL									
		PROEJA									
	SUBSEQUENTE										
TECNOLOGIA											
TECNOLOGIA UAB											
TOTAL SOR											
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO									
	2010	LICENCIATURA									
		TECNOLÓGICO									
	2011	LICENCIATURA UAB		200	200		40	40		20,0	20,0
TECNOLOGIA UAB			250	250		21	21		8,4	8,4	
TOTAL UAB				450	450		61	61	13,6	13,6	
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado EXTENSÃO (cursos FIC)	2009	NÃO COMPUTADO	550	300	850				58,7	67,0	61,6
	2010	BACHARELADO									
		CONCOMITANTE									
		FIC	74	130	204				100,0	97,7	98,5
		FIC - PROEJA									
		INTEGRADO		363	363					61,4	61,4
		LICENCIATURA									
		PÓS-GRADUAÇÃO									
		PROEJA		86	86					48,8	48,8
SUBSEQUENTE	469	583	1052				47,5	24,9	35,0		

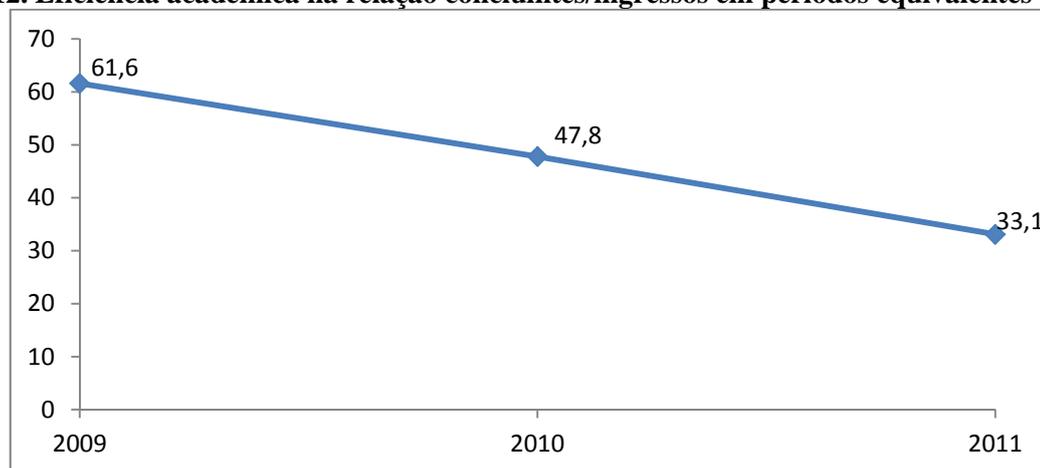
	TECNOLÓGICO	110	32	142				39,1	18,8	34,5
		653	1194	1847				52,1	45,5	47,8
2011	BACHARELADO									
	CONCOMITANTE									
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)									
	FIC									
	FIC - PROEJA		20	20		10	10		50,0	50,0
	INTEGRADO	471	125	596	315	54	369	66,9	43,2	61,9
	LICENCIATURA									
	LICENCIATURA UAB		200	200		40	40		20,0	20,0
	MULHERES MIL									
	PROEJA	106	105	211	62	56	94	58,5	53,3	44,5
	SUBSEQUENTE	1365	1319	2684	450	631	806	33,0	47,8	30,0
	TECNOLOGIA	136	208	344	40	55	86	29,4	26,4	25,0
TECNOLOGIA UAB		250	250		21	21		8,4	8,4	
TOTAL IFMT		2078	2227	4305	867	867	1426	41,7	38,9	33,1

Fonte: IFMT

O indicador permitiu avaliar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas iniciais desses concluintes. Em 2011, tivemos uma taxa na ordem de 33,1%, sendo em 2010, 47,8% que se comparada com o ano de 2009 em torno de 61,6% teve um decréscimo sensível.

Porém a avaliação do exercício de 2011 foi prejudicada em razão, que os alunos que estavam previstos para concluir os estudos em 2011 só irão efetivamente terminar o ano letivo em Março/2012, em decorrência da greve dos servidores.

Gráfico 12. Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em períodos equivalentes



O Índice de Eficiência Acadêmica permite mensurar a taxa de concluintes em relação aos ingressantes equivalentes em cada modalidade. Para o cálculo desse indicador é bastante evidente a eficiência do SISTEC, porém para o ano de 2011 tivemos que acrescentar uma coluna com as informações de alunos concluintes para o cálculo do indicador. Isso porque os alunos que concluíram o curso depois do período final do ciclo (os alunos que estavam retidos) seriam contados como os únicos formandos no ciclo, caso considerássemos apenas os concluintes demonstrados na tabela anterior.

A coluna de concluinte IEA foi necessária apenas para o ano de 2011, devido o tempo de utilização do SISTEC que dispensava seu uso por não ter concluintes registrados em outros anos que não o de 2010. Nessa Tabela corrigimos também os índices semestrais totais do ano de 2010 que apareciam como zero equivocadamente, porém isso não prejudicou a análise anterior que foi baseada no total do ano.

Cabe ressaltar, que a análise de eficiência só é possível se fizermos um acompanhamento dos ingressos de determinada modalidade de ensino até que esses ingressantes concluam o curso, considerando as diferenças existentes entre os cursos.

Na tabela podemos observar que o índice tem diminuído nos últimos anos em desencontro com as metas institucionais, porém essa já é uma preocupação antiga da Instituição que tem trabalhado com diversos mecanismos de controle de evasão e no aprimoramento do sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Acredita-se que esse número comece a crescer nos próximos anos, pois esses dados ainda se referem a um período em que não tínhamos mecanismos eficientes, inclusive para acompanhamento dos dados.

Ao longo de 2012 prevemos também um acompanhamento mais eficiente dos campi no preenchimento do SISTEC que ficou prejudicado pela greve em 2011.

Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar

Tabela LII. Índice de retenção do fluxo escolar.

Dados gerais do indicador							
Nome do Indicador	Índice de retenção do fluxo escolar.						
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos matriculados						
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica						
Área responsável	Pesquisador Institucional						
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados}} \times 100$						
Definições	<p>Nº de Retidos = quantidade de alunos retidos no curso devido trancamento ou reprovação.</p> <p>Nº de Matrículas = quantidade de matrículas registradas no ano.</p>						
CAMPUS	ANO	MODALIDADES	MATRÍCULAS		ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR		
			Nº	%	Trancado	Retido	Índice
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	885	14,6	32		3,6
	2010	SUBSEQUENTE	302	31,6		67	22,2
		BACHARELADO	70	7,3			
		TECNOLÓGICO	253	26,4		22	8,7
		INTEGRADO	332	34,7		1	0,3
				957	9,5		90
2011	BACHARELADO	105	7,5				
	CONCOMITANTE						

		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)					
		FIC	57	4,1			
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	473	33,9		7	1,5
		LICENCIATURA					
		MULHERES MIL					
		PROEJA					
		SUBSEQUENTE	404	28,9		119	29,5
		TECNOLOGIA	358	25,6		53	14,8
		TOTAL BLV	1397	100,0		179	12,8
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009	NÃO COMPUTADO					19,6
	2010	SUBSEQUENTE	463	37,3		42	9,1
		PROEJA	129	10,4			
		INTEGRADO	335	27,0			
		FIC - PROEJA	234	18,9			
		TECNOLÓGICO	40	3,2			
		BACHARELADO	40	3,2			
			1241	12,3		42	0,4
	2011	BACHARELADO	81	4,1			
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	69	3,5			
		FIC					
		FIC - PROEJA	365	18,4			
		INTEGRADO	439	22,1		9	2,1
		LICENCIATURA					
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL	100	5,0			
		PROEJA	200	10,1			
		SUBSEQUENTE	646	32,6		190	29,4
		TECNOLOGIA	83	4,2			
TECNOLOGIA UAB							
		TOTAL CAS	1983	100,0		199	10,0
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	NÃO COMPUTADO	3270	54,1	68	15	2,5
	2010	BACHARELADO	74	2,1			
		FIC - PROEJA	20	0,6			
		INTEGRADO	582	16,3		10	1,7
		PÓS-GRADUAÇÃO	34	0,9			
		PROEJA	428	12,0		44	10,3
		SUBSEQUENTE	1807	50,5		575	31,8
		TECNOLÓGICO	636	17,8		38	6,0
			3581	35,4		667	6,6
	2011	BACHARELADO	136	2,9			

		CONCOMITANTE				
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	60	1,3		
		FIC	47	1,0		
		FIC - PROEJA	20	0,4	10	50,0
		INTEGRADO	943	20,2	10	1,1
		LICENCIATURA				
		LICENCIATURA UAB				
		MULHERES MIL				
		PROEJA	485	10,4	51	10,5
		SUBSEQUENTE	2026	43,5	508	25,1
		TECNOLOGIA	944	20,3	116	12,3
		TECNOLOGIA UAB				
		TOTAL CBA	4661	100,0	695	14,9
	2009	NÃO EXISTIA				
	2010	BACHARELADO	41	7,9		
		INTEGRADO	277	53,6		
		PROEJA	42	8,1		
		LICENCIATURA	70	13,5		
		PÓS-GRADUAÇÃO	87	16,8		
			517	5,1		
	2011	BACHARELADO	107	11,9		
		CONCOMITANTE				
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	150	16,7		
		FIC	100	11,1		
		FIC - PROEJA				
		INTEGRADO	353	39,4		
		LICENCIATURA	103	11,5		
		LICENCIATURA UAB				
		MULHERES MIL				
		PROEJA	84	9,4		
		SUBSEQUENTE				
		TECNOLOGIA				
	TECNOLOGIA UAB					
		TOTAL CFS	897	100,0		
	2009	NÃO COMPUTADO	300	4,7	46	15,3
	2010	TECNOLÓGICO	63	10,4		
		BACHARELADO	103	17,0		
		INTEGRADO	285	47,1		
		PROEJA	35	5,8		
		PÓS-GRADUAÇÃO	40	6,6		
		LICENCIATURA	79	13,1		
			605	6,0		
	2011	BACHARELADO	141	18,6		
		CONCOMITANTE				

		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	43	5,7			
		FIC					
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	296	39,0			
		LICENCIATURA	115	15,2			
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA	64	8,4			
		SUBSEQUENTE					
		TECNOLOGIA	100	13,2			
		TECNOLOGIA UAB					
TOTAL CNP			759	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009	NÃO EXISTIA					
	2010	SUBSEQUENTE	70	11,9			
		INTEGRADO	140	23,7			
		FIC	245	41,5		3	1,2
		PÓS-GRADUAÇÃO	64	10,8			
		PROEJA	71	12,0			
			590	5,8		3	
	2011	BACHARELADO					
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	62	7,3			
		FIC	147	17,3			
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	389	45,7			
		LICENCIATURA	78	9,2			
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA	60	7,1			
SUBSEQUENTE		77	9,0		14	18,2	
TECNOLOGIA	38	4,5					
TECNOLOGIA UAB							
TOTAL JNA			851	100,0		14	1,6
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	413	6,8	3		0,7
	2010	PROEJA	93	12,6			
		SUBSEQUENTE	249	33,8			
		LICENCIATURA	37	5,0			
		INTEGRADO	357	48,5			
			736	7,3			
	2011	BACHARELADO					
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)					
		FIC					
FIC - PROEJA							

		INTEGRADO	454	47,3		69	15,2
		LICENCIATURA	57	5,9			
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA	95	9,9			
		SUBSEQUENTE	353	36,8		94	26,6
		TECNOLOGIA					
		TECNOLOGIA UAB					
TOTAL PLC			959	100,0		163	17,0
	2009	NÃO COMPUTADO	1246	19,6		32	2,6
	2010	BACHARELADO	300	23,3			
		CONCOMITANTE	32	2,5			
		FIC	37	2,9			
		INTEGRADO	295	23,0		106	35,9
		LICENCIATURA	121	9,4			
		PÓS-GRADUAÇÃO	203	15,8			
		PROEJA	27	2,1			
		SUBSEQUENTE	69	5,4			
		TECNOLÓGICO	201	15,6		2	1,0
			1285	12,7		108	1,1
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2011	BACHARELADO	376	21,0			
		CONCOMITANTE	32	1,8			
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	358	20,0			
		FIC					
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	433	24,2		130	30,0
		LICENCIATURA	234	13,1			
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA	27	1,5			
		SUBSEQUENTE	88	4,9			
		TECNOLOGIA	243	13,6		33	13,6
		TECNOLOGIA UAB					
TOTAL PLC			1791	100,0		163	9,1
	2009	Campus não Existia					
	2010	Campus não Existia					
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2011	BACHARELADO					
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)					
		FIC					
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	56	50,5			
		LICENCIATURA					

		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA					
		SUBSEQUENTE	55	49,5			
		TECNOLOGIA					
		TECNOLOGIA UAB					
TOTAL BAG			111	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009	Campus não Existia					
	2010	Campus não Existia					
	2011	BACHARELADO					
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)					
		FIC					
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO	72	51,8			
		LICENCIATURA					
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA	30	21,6			
		SUBSEQUENTE	37	26,6			
TECNOLOGIA							
TECNOLOGIA UAB							
TOTAL ROO			139	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009	Campus não Existia					
	2010	Campus não Existia					
	2011	BACHARELADO					
		CONCOMITANTE					
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)					
		FIC					
		FIC - PROEJA					
		INTEGRADO					
		LICENCIATURA					
		LICENCIATURA UAB					
		MULHERES MIL					
		PROEJA					
		SUBSEQUENTE	96	100,0			
TECNOLOGIA							
TECNOLOGIA UAB							
TOTAL SOR			96	100,0			
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	1127	18,6	8	0,7	
	2010	LICENCIATURA	334	55,5			
		TECNOLÓGICO	268	44,5			

		602	6,0			
2011	LICENCIATURA UAB	316	56,9			
	TECNOLOGIA UAB	239	43,1			
TOTAL UAB		555	100,0			
2009	NÃO COMPUTADO	6356	100,0	79	93	2,7
2010	BACHARELADO	628	6,2			
	CONCOMITANTE	32	0,3			
	FIC	282	2,8		3	1,1
	FIC - PROEJA	254	2,5			
	INTEGRADO	2603	25,7		117	4,5
	LICENCIATURA	641	6,3			
	PÓS-GRADUAÇÃO	428	4,2			
	PROEJA	825	8,2		44	5,3
	SUBSEQUENTE	2960	29,3		684	23,1
	TECNOLÓGICO	1461	14,4		62	4,2
		10114	100,0		910	9,0
2011	BACHARELADO	946	6,8			
	CONCOMITANTE	32	0,2			
	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	742	5,4			
	FIC					
	FIC - PROEJA	385	2,8		10	2,6
	INTEGRADO	3908	28,2		225	5,8
	LICENCIATURA	587	4,2			
	LICENCIATURA UAB	316	2,3			
	MULHERES MIL	100	0,7			
	PROEJA	1045	7,5		51	4,9
	SUBSEQUENTE	3782	27,3		925	24,5
	TECNOLOGIA	1766	12,8		202	11,4
	TECNOLOGIA UAB	239	1,7			
TOTAL IFMT		13848	100,0		1413	10,2

TOTAL GERAL IFMT –
desconsiderado EXTENSÃO
(cursos FIC)

Fonte: IFMT

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar também é um indicador que nos permite visualizar parte da eficiência acadêmica da Instituição, sendo que quanto maior o índice, menor a eficiência, demonstrando que se faz necessário rever o processo ensino aprendizagem.

Como mencionado anteriormente, tomando-se como referência os índices dos indicadores apresentados, os resultados proporcionam uma reflexão na busca de mecanismos futuros para planejarmos melhorias gradativas no desenvolvimento dos processos ensino/aprendizagem

Uma das estratégias utilizadas para otimizar os resultados em torno desta questão é a aprovação via CONSUP – Conselho Superior do Instituto, que aprovou as resoluções que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores e Médios, sendo que muitos já passaram por reformulações em seus PPC's.

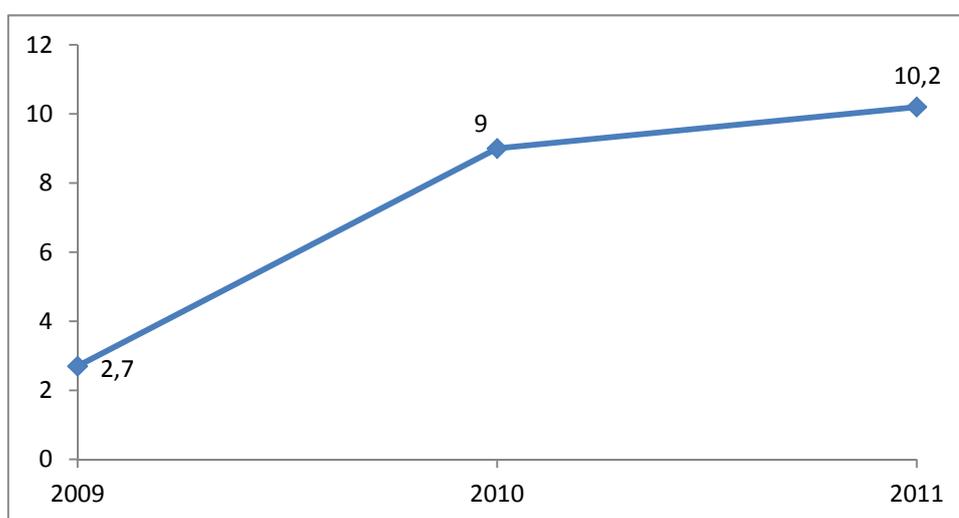
Ao longo do ano de 2011, as visitas técnicas *in loco* e orientações pedagógicas contribuíram para a reorganização de ações pedagógicas em cada campus.

Vale ressaltar que houve um incremento significativo no número total de matriculados no ano de 2011 e os trabalhos de incentivo à permanência do aluno podem ter ajudado no aumento desse indicador.

Através desse indicador é possível avaliar o índice de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos), que em 2011 foi de 10,2%, dentro de padrões aceitáveis. Mesmo assim, a Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e assistência ao educando.

A seguir pode-se visualizar que temos um indicador que merece uma atenção especial, pois se percebe um razoável acréscimo no índice de retenção do fluxo escolar no exercício de 2011, contrastando com o incremento de matrículas em 2011 e os trabalhos de incentivo à permanência do aluno podem ter auxiliado no incremento desse indicador.

Gráfico 13. Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.



No cálculo de alunos matriculados considerados nos indicadores foram incluídos todos os alunos que em algum momento estiveram com o status em curso em 2011. Por isso, é importante acrescentar a tabela com **Outras Movimentações de alunos** que serão os quantitativos a descontar no levantamento de 2012 no caso dos evadidos, desligados e transferidos externamente.

Tabela LIII. Outras Movimentações de alunos

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	NÃO COMPUTADO	6	0,7	93	10,5			6	0,7		
	2010	SUBSEQUENTE										
		BACHARELADO	2	2,9								
		TECNOLÓGICO	1	0,4								
		INTEGRADO			1	0,3						
			3	0,3	1	0,1						
2011	BACHARELADO	17	15,2	9	17,3			1	5,6			
	CONCOMITANTE ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)											

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESCLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	13	11,6	11	21,2			16	88,9		
		LICENCIATURA										
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
		SUBSEQUENTE	38	33,9	6	11,5					8	44,4
		TECNOLOGIA	44	39,3	26	50,0			1	5,6	10	55,6
		TOTAL BLV	112	100,0	52	100,0			18	100,0	18	100,0
	2009	NÃO COMPUTADO										
	2010	SUBSEQUENTE			51	11,0						
		PROEJA			6	4,7			1	0,8		
		INTEGRADO	2	0,6	4	1,2			15	4,5		
		FIC - PROEJA										
		TECNOLÓGICO										
		BACHARELADO										
			2	0,2	61	4,9			16	1,3		
	2011	BACHARELADO							2	5,6		
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA	47	36,7								
		INTEGRADO	4	3,1					34	94,4		
		LICENCIATURA										
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA	3	2,3								
	SUBSEQUENTE	74	57,8	1	50,0					9	100,0	
	TECNOLOGIA			1	50,0							
		TECNOLOGIA UAB										
		TOTAL CAS	128	100,0	2	100,0			36	100,0	9	100,0
	2009	NÃO COMPUTADO	23	0,7	175	5,4	3	0,1	19	0,6		
	2010	BACHARELADO										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	2	0,3	3	0,5			6	1,0		
		PÓS-GRADUAÇÃO										
		PROEJA			47	11,0			1	0,2		
		SUBSEQUENTE	7	0,4	147	8,1						
		TECNOLÓGICO										
			9	0,3	197	5,5			7	0,2		
	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	6	2,7	1	4,3			12	92,3		
		LICENCIATURA										
	LICENCIATURA UAB											
	MULHERES MIL											
	PROEJA	73	32,7					1	7,7			

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR		
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
			SUBSEQUENTE		TECNOLOGIA		TECNOLOGIA UAB						
			12	54,3	1	4,3							
			23	10,3	21	91,3							
			22	100,0	23	100,0			13	100,0			
		TOTAL CBA	3	0	23	100,0			13	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2009	NÃO EXISTIA											
	2010	BACHARELADO											
		INTEGRADO											
		PROEJA											
		LICENCIATURA											
		PÓS-GRADUAÇÃO											
	2011	BACHARELADO	6	20,0	4	15,4			1	1,4			
		CONCOMITANTE											
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)			9	34,6							
		FIC											
		FIC - PROEJA											
		INTEGRADO	14	46,7	12	46,2			70	95,9			
		LICENCIATURA	5	16,7	1	3,8							
		LICENCIATURA UAB											
		MULHERES MIL											
PROEJA		5	16,7					2	2,7				
SUBSEQUENTE													
TECNOLOGIA													
TECNOLOGIA UAB													
		TOTAL CFS	30	100,0	26	100,0			73	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	NÃO COMPUTADO											
	2010	TECNOLÓGICO			5	7,9							
		BACHARELADO	4	3,9	9	8,7			2	1,9			
		INTEGRADO	7	2,5	8	2,8			61	21,4			
		PROEJA	1	2,9	10	28,6							
		PÓS-GRADUAÇÃO											
	LICENCIATURA	1	1,3	5	6,3								
				13	2,1	37	6,1			63	10,4		
	2011	BACHARELADO	22	19,6	7	36,8			5	7,8			
		CONCOMITANTE											
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	14	12,5	2	10,5							
		FIC											
		FIC - PROEJA											
		INTEGRADO	5	4,5	2	10,5			57	89,1			
		LICENCIATURA	21	18,8	4	21,1							
LICENCIATURA UAB													
MULHERES MIL													
PROEJA		16	14,3	1	5,3								
SUBSEQUENTE													
TECNOLOGIA	34	30,4	3	15,8			2	3,1					
TECNOLOGIA UAB													
		TOTAL CNP	11	100,0	19	100,0			64	100,0			
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009	NÃO EXISTIA											
	2010	SUBSEQUENTE	21	30,0									
		INTEGRADO			13	9,3			2	1,4			
				3	1,2								

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
			PÓS-GRADUAÇÃO		PROEJA							
			2	3,1								
			10	14,1	9	12,7			1	1,4		
			33	5,6	25	4,2			3	0,5		
	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	16	57,1	3	42,9			10	90,9		
		LICENCIATURA			1	14,3						
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA	9	32,1	1	14,3			1	9,1		
		SUBSEQUENTE	3	10,7	1	14,3						
		TECNOLOGIA			1	14,3						
	TECNOLOGIA UAB											
TOTAL JNA			28	100,0	7	100,0			11	100,0		
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	NÃO COMPUTADO	4	1,0								
	2010	PROEJA	16	17,2	47	50,5			1	1,1		
		SUBSEQUENTE	55	22,1	13	5,2						
		LICENCIATURA	3	8,1								
		INTEGRADO	28	7,8	89	24,9			7	2,0		
			102	13,9	149	20,2			8	1,1		
	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO			31	34,1			25	96,2		
LICENCIATURA				3	3,3							
LICENCIATURA UAB												
MULHERES MIL												
PROEJA		1	3,0	9	9,9			1	3,8			
SUBSEQUENTE	32	97,0	48	52,7								
TECNOLOGIA												
TECNOLOGIA UAB												
TOTAL PLC			33	100,0	91	100,0			26	100,0		
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	NÃO COMPUTADO										
	2010	BACHARELADO	11	3,7								
		CONCOMITANTE										
		FIC									32	86,5
		INTEGRADO	1	0,3					13	4,4	23	7,8
		LICENCIATURA	3	2,5								
		PÓS-GRADUAÇÃO									44	21,7
		PROEJA									27	100,0
		SUBSEQUENTE										
	TECNOLÓGICO	17	8,5					1	0,5	64	31,8	
			32	2,5					14	1,1	190	14,8
	2011	BACHARELADO	8	11,9	21	42,9			2	3,7		
CONCOMITANTE										32	15,2	
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)		26	38,8							43	20,4	

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO	10	14,9	7	14,3			50	92,6	20	9,5
		LICENCIATURA			3	6,1						
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA									27	12,8
		SUBSEQUENTE	18	26,9	2	4,1					27	12,8
		TECNOLOGIA	5	7,5	16	32,7			2	3,7	62	29,4
		TECNOLOGIA UAB										
TOTAL PLC			67	100,0	49	100,0			54	100,0	211	100,0
	2009	Campus não Existia										
	2010	Campus não Existia										
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO										
		LICENCIATURA										
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
		SUBSEQUENTE										
		TECNOLOGIA										
TECNOLOGIA UAB												
TOTAL BAG												
	2009	Campus não Existia										
	2010	Campus não Existia										
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										
		FIC										
		FIC - PROEJA										
		INTEGRADO										
		LICENCIATURA										
		LICENCIATURA UAB										
		MULHERES MIL										
		PROEJA										
		SUBSEQUENTE										
		TECNOLOGIA										
TECNOLOGIA UAB												
TOTAL ROO												
	2009	Campus não Existia										
	2010	Campus não Existia										
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2011	BACHARELADO										
		CONCOMITANTE										
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)										

CAMPUS	AN O	MODALIDADES	EVADID O		DESLIGAD O		TRANSF. INTERN A		TRANSF. EXTERN A		INTEGRALIZO U FASE ESCOLAR		
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
		FIC											
		FIC - PROEJA											
		INTEGRADO											
		LICENCIATURA											
		LICENCIATURA UAB											
		MULHERES MIL											
		PROEJA											
		SUBSEQUENTE											
		TECNOLOGIA											
		TECNOLOGIA UAB											
TOTAL SOR													
TOTAL UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - IFMT	2009	NÃO COMPUTADO	3	0,3	119	10,6							
	2010	LICENCIATURA TECNOLÓGICO											
	2011	LICENCIATURA UAB TECNOLOGIA UAB											
TOTAL UAB													
TOTAL GERAL IFMT – desconsiderado PESQUISA/EXTENSÃO/U AB	2009	NÃO COMPUTADO	30	0,5	294	4,6	3		19	0,3			
	2010	BACHARELADO	17	2,7	9	1,4				2	0,3		
		CONCOMITANTE											
		FIC			3	1,1						32	11,3
		FIC - PROEJA											
		INTEGRADO	40	1,5	118	4,5				10 4	4,0	23	0,9
		LICENCIATURA	7	1,1	5	0,8							
		PÓS-GRADUAÇÃO	2	0,5								44	10,3
		PROEJA	27	3,3	119	14,4				4	0,5	27	3,3
	SUBSEQUENTE	83	2,8	211	7,1								
	TECNOLÓGICO	18	1,2	5	0,3				1	0,1	64	4,4	
				19 4	1,9	470	4,6			11 1	1,1	190	1,9
	2011	BACHARELADO	53	7,2	41	15,2				11	3,7		
		CONCOMITANTE										32	13,4
		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	40	5,5	11	4,1						43	18,1
		FIC											
		FIC - PROEJA	47	6,4									
INTEGRADO		68	9,3	67	24,9				27 4	92,9	20	8,4	
LICENCIATURA		26	3,5	12	4,5								
LICENCIATURA UAB													
MULHERES MIL													
PROEJA		10 7	14,6	11	4,1				5	1,7	27	11,3	
SUBSEQUENTE	28 6	39,0	59	21,9						44	18,5		
TECNOLOGIA	10 6	14,5	68	25,3				5	1,7	72	30,3		
TECNOLOGIA UAB													
TOTAL IFMT			73 3	100, 0	269	100,0			29 5	100, 0	238	100,0	

Fonte: IFMT

Essa tabela foi acrescentada no relatório desse ano, pois entendemos que é importante para maior clareza e compreensão das demais tabelas apresentando outras movimentações dos alunos

como a Evasão, Desligamento, Transferência Interna, Transferência Externa e Integralizou Fase Escolar que ainda não são considerados em outros indicadores acadêmicos.

Nessa tabela podemos observar que existem 195 alunos que Integralizaram a Fase Escolar, ou seja, estão próximos de concluírem o curso, pois estão devendo apenas o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Estágio Curricular. Nesse contexto, ainda os consideramos como alunos uma vez que demandam esforços dos professores no intuito do acompanhamento e orientação nessa fase final do curso.

No ano de 2011 houve um registro significativo no quantitativo de evasões, o que atribuímos à falta de registros constante do sistema por parte dos campi. Porém em nosso cotidiano Institucional observamos que existe por parte de muitos alunos a tentativa de retorno aos cursos e de nossa parte são analisados caso a caso, com o intuito de reingressá-los oportunizando a conclusão do curso anteriormente iniciado.

No caso de Desligamento são os próprios alunos que solicitam o cancelamento de sua matrícula, nesses casos, a medida do possível, a instituição tem buscado a ocupação dessas vagas com mais chamadas nos processos seletivos e a publicação de editais de vagas remanescentes.

As Transferências Externas tiveram o aumento principalmente pelo fato da ocorrência da greve e os alunos que não queriam ter parte do ano perdido solicitaram a transferência para outras instituições, isso se evidencia pelo registro de 274 transferências terem sido registradas nos cursos integrados, sendo 92,9% do total.

Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Tabela LIV. Relação alunos por docentes em tempo integral.

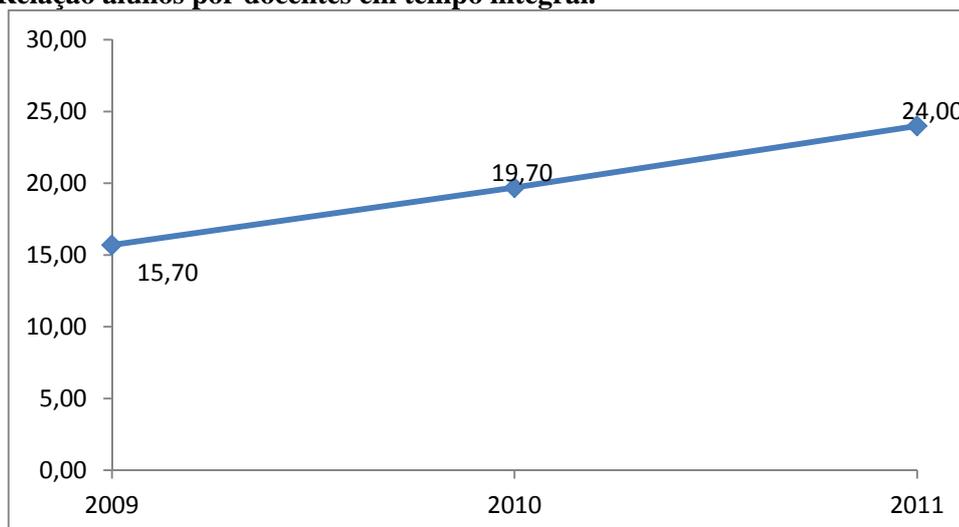
Dados gerais do indicador						
Nome do Indicador	Relação alunos por docentes em tempo integral.					
Objetivo do Indicador	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.					
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica					
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação = $\frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$					
Definições	Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Docentes em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) = O docente presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).					
Campus	Ano	Docentes 40h e DE	Docentes em 20h	Docentes em Tempo Integral	Alunos Matriculados	Relação Alunos/Docentes em tempo integral.
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009					
	2010					
	2011	9	1	9,5	96	10,1
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009					
	2010	2		2,0		
	2011	15	2	16,0	111	6,9

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	29	13	35,5	885	24,9
	2010	31	17	39,5	957	24,2
	2011	43	12	49,0	1397	28,5
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009	44	2	45,0		
	2010	48	3	49,5	1241	25,1
	2011	51	4	53,0	1983	37,4
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	29	2	30,0	300	10,0
	2010	26	5	28,5	605	21,2
	2011	33	7	36,5	759	20,8
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2009					
	2010	24	6	27,0	517	19,1
	2011	24	1	24,5	897	36,6
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	193	8	197,0	3270	16,6
	2010	178	42	199,0	3581	18,0
	2011	180	47	203,5	4661	22,9
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009					
	2010	27	6	30,0	590	19,7
	2011	35	3	36,5	851	23,3
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	14	12	20,0	413	20,7
	2010	18	9	22,5	736	32,7
	2011	27	7	30,5	959	31,4
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009					
	2010	3		3,0		
	2011	18	8	22,0	139	6,3
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	53	2	54,0	1246	23,1
	2010	62	11	67,5	1285	19,0
	2011	67	8	71,0	1791	25,2
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO REITORIA	2009	8		8,0		
	2010	13	1	13,5		
	2011	16		16,0		
TOTAL IFMT	2009	370	39	389,5	6114	15,7
	2010	432	100	482,0	9512	19,7
	2011	518	100	568,0	13644	24,0

Fonte: IFMT

O potencial da força de trabalho do IFMT, com a demonstração no gráfico abaixo é possível de ser avaliado, através desse indicador. Em 2011, tivemos uma relação de 24,40% alunos por docente, que se comparado com o exercícios de 2009 e 2010, conforme dados encontrados, houve um sensível aumento neste indicador devido a abertura de novos campi que entraram em funcionamento e ao incremento no quadro de docentes muito pequeno devido a recursos jurídicos em relação ao concurso publico realizado.

Gráfico 14. Relação alunos por docentes em tempo integral.



Indicador 13 – Índice de Titulação do Corpo Docente

Tabela LV. Índice de Titulação do Corpo Docente

Dados gerais do indicador								
Nome do Indicador	Índice de Titulação do Corpo Docente							
Objetivo do Indicador	Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substitutos.							
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica							
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas							
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $((G*1)+(A*2)+(E*3)+(M*4)+(D*5)) / (G+A+E+M+D)$							
Definições	Onde: G=Graduado; A=Aperfeiçoado; E=Especializado; M=Mestre;D=Doutor.							
Campus	Ano	Docentes sem Graduação	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009							
	2010							
	2011		1		4	5		3,3
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009							
	2010				2			3,0
	2011				12	5		3,3
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009		3		15	19	5	3,5
	2010		4		15	21	8	3,6
	2011		4		15	25	11	3,7
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009		10		6	28	2	3,3
	2010		11		5	31	4	3,3
	2011		6		5	36	8	3,7
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009		4		13	10	4	3,3
	2010		6		13	10	2	3,1
	2011		6		13	19	2	3,3

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONFRESA	2009							
	2010		14		6	10		2,4
	2011		2		12	10	1	3,3
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	3	14		113	47	24	3,3
	2010	3	10		100	81	26	3,5
	2011	3	11		96	88	29	3,6
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009							
	2010		6		16	10	1	3,0
	2011		6		22	9	1	3,0
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009		4		11	10	1	3,2
	2010		1		15	11		3,3
	2011		1		14	19		3,5
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009							
	2010		1		1	1		2,7
	2011		3		9	13	1	3,3
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009		9		12	24	10	3,5
	2010		13		12	34	14	3,5
	2011		9		15	39	12	3,6
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO REITORIA	2009		1		4	1	2	3,4
	2010		1		10	1	2	3,2
	2011		1		10	2	3	3,4
TOTAL IFMT	2009	3	45		174	139	48	3,4
	2010	3	67		195	210	57	3,4
	2011	3	50		227	270	68	3,5

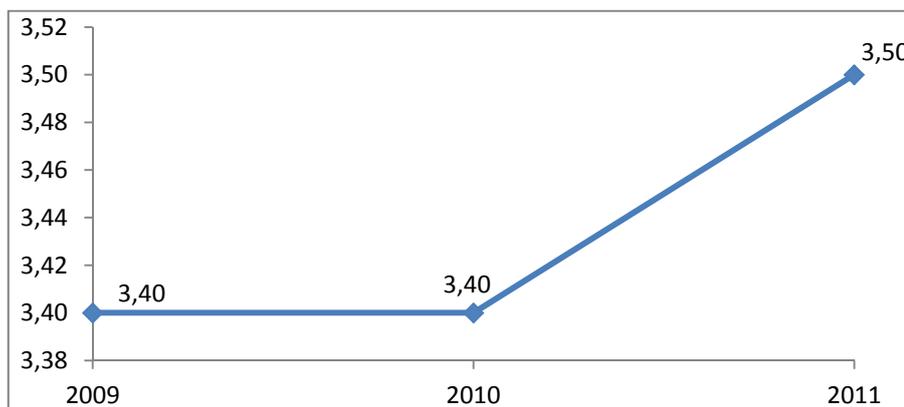
Fonte: IFMT

Através desse indicador é possível avaliar a qualificação profissional do quadro de docentes, isto nos permite inferir que o IFMT é composto em sua maioria por docentes especialistas e mestres.

Como pode ser analisado na tabela acima e conforme a descrição da metodologia de cálculo utilizado, o nível de qualificação dos profissionais da Instituição, e ainda, as oportunidades de oferta para esse público.

Diante desses dados e da necessidade de melhoria da qualificação dos nossos servidores, o IFMT tem ofertado diversos programas de Minter e Dinter em parceria com várias outras Instituições de Ensino, a fim de elevar o nível de qualificação profissional dos profissionais da Instituição, que ainda se encontra em fase de execução, portanto as turmas estão em andamento. Portanto o IFMT, em relação ao quadro de servidores docentes ainda permanece em sua maioria com especialistas conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Evolução no índice de titulação do corpo docente



Indicador 14 – Número de alunos matriculados classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

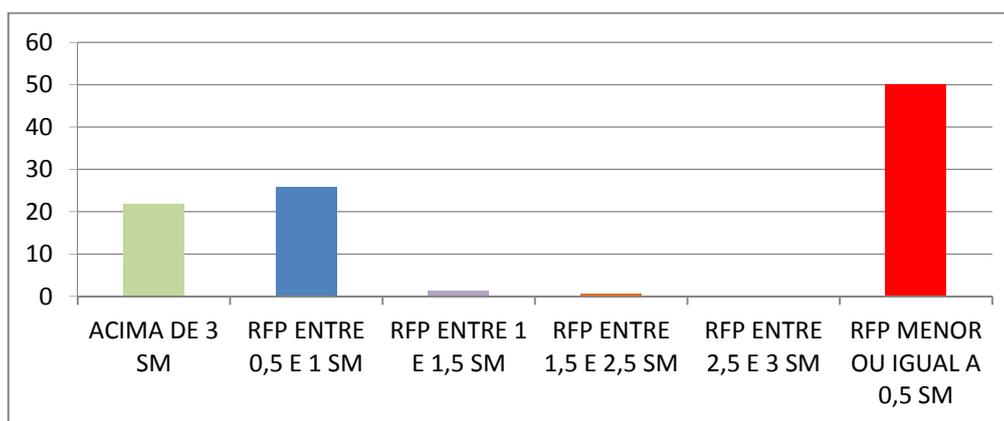
Tabela LVI. Índice de Renda Familiar Per Capita

Dados gerais do indicador						
Nome do Indicador	Índice de Renda Familiar Per capita					
Objetivo do Indicador	Identificar a renda familiar dos alunos da instituição					
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica					
Área responsável	Pró-Reitoria de Ensino					
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Total de alunos matriculados, classificados por Renda Familiar					
Definições	SM = Salário Mínimo					
RENDA FAMILIAR PER CAPITA (RFP)	SEXO		TOTAL	PORCENTAGEM (%)		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO		FEMININO	MASCULINO	
ACIMA DE 3 SM	627	1112	1739	17,4	25,7	21,9
RFP ENTRE 0,5 E 1 SM	929	1122	2051	25,8	26,0	25,9
RFP ENTRE 1 E 1,5 SM	52	57	109	1,4	1,3	1,4
RFP ENTRE 1,5 E 2,5 SM	12	30	42	0,3	0,7	0,5
RFP ENTRE 2,5 E 3 SM	5	10	15	0,1	0,2	0,2
RFP MENOR OU IGUAL A 0,5 SM	1981	1992	3973	54,9	46,1	50,1
TOTAL	3606	4323	7929	100,0	100,0	100,0

Fonte: IFMT

Neste indicador é possível identificar que a renda familiar dos alunos matriculados na Instituição compreende na sua maioria de alunos carentes, pois grande parte possui uma renda familiar per capita menor ou igual a 0,5 (meio) salário mínimo, conforme o gráfico abaixo expressando em porcentagem, destacando que esses valores são relativos a 2011.

Gráfico 16. Índice de Renda Familiar Per Capita



Indicador 15 – Relação entre número de técnicos administrativos e docentes

Tabela LVII. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes

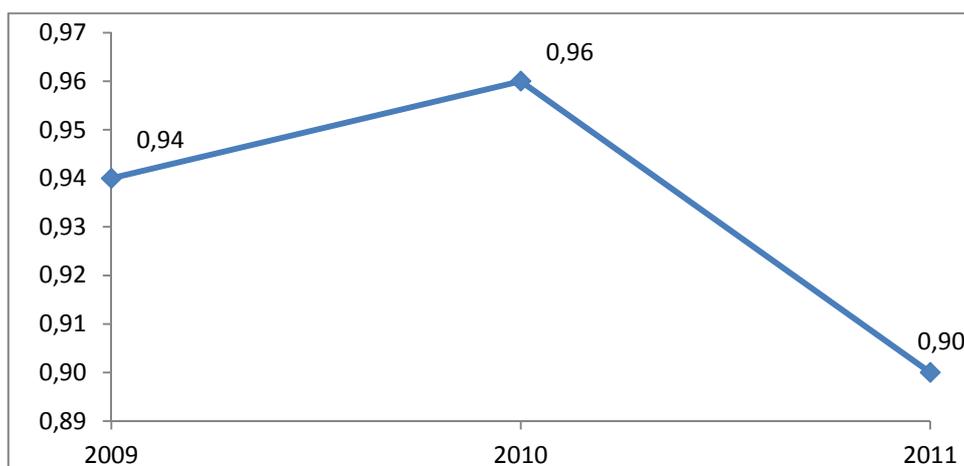
Dados gerais do indicador								
Nome do Indicador	Relação entre o número de técnicos administrativos e o número de docentes							
Objetivo do Indicador	Mensurar a relação entre técnicos administrativos efetivos e docentes efetivos.							
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica							
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas							
Fórmula de cálculo e método de medição	Índice= número de técnicos administrativos/número de docentes							
Campus	Ano	Téc. Administrativos sem Graduação	Téc. Administrativos Graduados	Téc. Administrativos Aperfeiçoados	Téc. Administrativos Especialistas	Téc. Administrativos Mestres	Téc. Administrativos Doutores	Relação
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	2009							
	2010							
	2011		1		2	1		0,42
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPOS BARRA DO GARÇA	2009							
	2010		2		1			1,50
	2011	4	6		7	1		1,13
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	2009	8	6		5	1		0,56
	2010	10	5		9	2		0,66
	2011	9	7		11	2		0,59
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CÁCERES	2009	44	22		9	2		1,71
	2010	43	24		14	2		1,68
	2011	38	27		18	2		1,60
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	2009	6	12		7			0,83
	2010	5	9		8			0,77
	2011	5	6		11			0,60
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO	2009							
	2010	4	12		6			0,81

CAMPUS CONFRESA	2011	7	8		7	1		0,94
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CUIABÁ	2009	57	39		41	4		0,72
	2010	42	27		41	3		0,57
	2011	33	25		50	3		0,55
INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	2009							
	2010	10	9		3			0,73
	2011	7	11		6			0,66
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	2009	7	7		2			0,80
	2010	5	2		5	1		0,58
	2011	5	6		7	1		0,62
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓPOLIS	2009							
	2010				2			0,67
	2011	6	10		4			0,91
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	2009	52	26		10	1		1,65
	2010	46	29		12	3		1,33
	2011	38	27		16	3		1,18
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO REITORIA	2009							
	2010	16	24		26	3		5,11
	2011	13	22		37	2		4,63
TOTAL IFMT	2009	174	112		74	8		0,94
	2010	181	143		127	14		0,96
	2011	165	156		176	16		0,90

Fonte: IFMT

O potencial da força de trabalho do IFMT, através desse indicador, foi avaliado na sua correlação entre técnicos administrativos e docentes, o quadro demonstra fragilidade neste quesito, pois o IFMT apresenta uma relação que fora reduzida de 0,96 em 2010 para 0,90% em 2011, conforme o gráfico.

Gráfico 17. Relação entre o Número de Técnicos Administrativos e o Número de Docentes



Em 2011 o índice diminuiu em razão da nomeação de mais docentes do que técnicos-administrativos, principalmente para o atendimento dos novos Campi. E isso tem causado sérios

transtornos para a administração, pois não há técnicos-administrativos suficientes para atender toda a demanda, bem como promover o devido suporte e apoio ao trabalho desenvolvido pelos docentes.

Este cenário indica a necessidade de novas nomeações de técnicos-administrativos para que o processo melhore sua eficácia e eficiência, principalmente, quando consideramos que os Campi com vocação agrícola necessitam de mais servidores técnicos-administrativos, para a operacionalização e manutenção da sua produção e da criação de animais.

Da mesma forma, há necessidade de aumentar a força de trabalho na Reitoria, em razão, do volume de atividades desenvolvidas, principalmente aquelas relativas à gestão, assessoramento, supervisão e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Campus.

Com esse indicador esta demonstrada a fragilidade da Instituição no que tange a falta de pessoal, e junto com o ensino a área administrativa encontra-se totalmente carente de pessoal, causando fadiga e estresse aos servidores, devido ao aumento no volume de trabalho em razão da expansão e desenvolvimento da Instituição, bem como as novas responsabilidades impostas pelo Governo Federal.

8.1 Demonstração da força de trabalho à disposição

Tabela LVIII. Força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1262	1139	176	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1196	1134	176	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	61	61	53	16
3. Total de Servidores (1+2)	1323	1200	229	74

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Com a criação do instituto da equivalência através dos Decretos nº 7.311 e 7.312 de 2010, houve uma maior facilidade de reposição dos profissionais do IFMT, bem como a expansão da Rede Federal de Ensino Técnico possibilitou a autorizações de novas vagas para provimento de cargo efetivo, no entanto as autorizações ainda estão aquém da real necessidade do Instituto.

Tabela LIX. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	19
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	9
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	10 sendo 1 - Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009 2 - Lei nº 9.028, de 12.04.95 7 - art. 84 §2º da Lei nº 8.112/90
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	53
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	51
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	101
3.1. De ofício, no interesse da Administração	38
3.2. A pedido, a critério da Administração	59
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	50
4.1. Doença em pessoa da família	30
4.2. Capacitação	20
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0

5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	16
6.1. Redistribuídos	15
6.2. Afastamento para integrar representação nacional em competição desportiva no país ou no exterior	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	241

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Os afastamentos para capacitação em nível de Pós-graduação reduzem a força de trabalho temporariamente sendo que quando do retorno dos mesmos sua qualificação traz benefícios tanto ao IFMT quanto a sociedade que usufruirá dos conhecimentos aprimorados e reconhecidos desses profissionais.

Quanto o instituto da remoção em nível de Instituição não produz redução da força de trabalho, pois, os servidores continuam no quadro do Instituto, porém, para alguns campi há a referida redução, e o IFMT tem grande trabalho para reposição desses profissionais seja através de nomeação de candidatos classificados, seja no cumprimento de decisões judiciais ou abertura de concurso público.

Tabela LX. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada – Situação em 31/12/2011.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	83	81	29	27
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	80	78	29	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	2	2	0	1
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções gratificadas	233	201	96	74
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	233	201	96	74
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	316	282	125	101

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tanto o quantitativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas são inferiores a necessidade do Instituto, tendo em vista que não foram criadas proporcionalmente a sua expansão.

Tabela LXI. Quantidade de servidores por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	242	236	213	133	33
1.3. Servidores com Contratos	33	18	7	3	0

Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	21	25	24	2
2.3. Funções gratificadas	54	63	40	33	11
3. Totais (1+2)	338	338	285	193	46

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tabela LXII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	264	291	251	175	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	245	281	247	172	48
1.3. Servidores com Contratos Temporários	19	10	4	3	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	12	27	33	8	0
2. Provedimento de cargo em comissão	56	69	54	58	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	27	22	21	1
2.3. Funções gratificadas	47	42	32	37	5

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Conforme quadro acima verificamos que o ingresso de servidores na faixa etária de até 40 anos foi maior que as demais faixas etárias em comparação ao ano de 2010.

Tabela LXIII. Quantidade de servidores por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	8	11	102	159	293	239	45
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	33	15	10	0
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	11	36	18	10
2.3. Funções gratificadas	0	0	3	4	39	43	70	30	12
3. Totais (1+2)	0	0	11	15	147	249	414	297	67

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tabela LXIV. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	0	29	153	239	326	224	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

1.2.	Servidores de Carreira	0	0	0	29	153	212	319	223	57
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	27	7	1	1
1.4.	Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	1	4	18	13	39	5
2.	Provimento de cargo em comissão	0	0	0	7	51	47	80	35	23
2.1.	Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	9	9	31	18	13
2.3.	Funções gratificadas	0	0	0	7	42	38	49	17	10

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Considerando o quadro de servidores por nível de escolaridade do ano de 2010, verificamos que além do ingresso de servidores qualificados no ano de 2011 houve aumento da qualificação dos servidores já pertencentes ao quadro do IFMT.

8.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Tabela LXV. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	2010		2011	
	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias
1 Integral	129	12	164	21
1.1 Voluntária	121	12	156	20
1.2 Compulsório	-	-	-	-
1.3 Invalidez Permanente	7	-	8	1
1.4 Outras	-	-	-	-
2 Proporcional	50	1	50	-
2.1 Voluntária	44	-	44	-
2.2 Compulsório	3	1	3	-
2.3 Invalidez Permanente	3	-	3	-
2.4 Outras	-	-	-	-
3 Totais (1+2)	179	13	214	21

Fonte: Coordenação de Legislação e Normas/DSGP

Houve aumento da quantidade de aposentadorias em relação ao ano de 2010 de quase 100%.

Tabela LXVI. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
Aposentado	46	5
1.1 Integral	36	2
1.2 Proporcional	10	3
Em Atividade	60	5
Total (1+2)	106	10

Fonte: Coordenação de Legislação e Normas/DSGP

8.3 Composição do Quadro de Estagiários

Tabela LXVII. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	109	105	132	141	R\$ 915.060,83
1.1 Área Fim	47	37	48	53	
1.2 Área Meio	62	68	84	88	
2. Nível Médio	31	33	32	28	R\$ 164.275,30
2.1 Área Fim	8	8	10	8	
2.2 Área Meio	23	25	22	20	
3. Total (1+2)	140	138	164	169	R\$ 1.079.336,13

Fonte: Campi, PROEX e SIAPE.

A Pró-Reitoria de Extensão junto com a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas realizou os procedimentos para formalização e acompanhamento dos estágios curriculares não obrigatórios, nos termos da lei 11.788/2008 e da portaria 313 do Ministério do Planejamento, realizando processos seletivos por meio dos editais PROEX IFMT Ns. 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; e 09/2011.

As vagas de estágio estão assim preenchidas:

Tabela LXVIII. Vagas de estágio preenchidas no exercício de 2011.

CAMPUS	ESTAGIÁRIOS NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIOS NÍVEL SUPERIOR	TOTAL
São Vicente	0	18	18
Cuiabá Octayde	06	46	52
Bela Vista	0	11	11
Cáceres	0	03	03
Pontes e Lacerda	08	0	08
Campo Novo	04	16	20
Juína	01	04	05
Confresa	0	0	0
Reitoria	0	34	34
TOTAL	19	132	151

Fonte: PROEX

#

8.4 Quadro de custos de recursos humanos

Tabela LXIX. Quadro de Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	29.973.049,82	718,44	163.283,84	655.183,23	1771731,04	457.484,94	35.917.889,26	-	624.577,11	69.563.917,68
	2010	25.627.869,24	718,44	544.082,15	629.920,75	1.296.431,46	404.414,54	30.518.711,00	-	558.303,18	59.580.450,76
	2009	Não informado									
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.096.392,83	-	-	-	-	-	221.097,43	-	-	1.317.490,26
	2010	1.213.212,44	-	-	-	-	-	147.860,87	-	-	1.361.073,31
	2009	Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	2.333.030,92	-	-	-	-	-	-	-	-	2.333.030,92
	2010	1.519.484,11	-	-	-	-	-	-	-	-	1.519.484,11
	2009	Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		3.043.486,29	-	-	-	-	-	-	-	3.043.486,29
	2010		2.930.201,96	-	-	-	-	-	-	-	2.930.201,96
	2009	Não informado		-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		1.073.474,79	-	-	-	-	-	-	-	1.073.474,79
	2010		954.735,64	-	-	-	-	-	-	-	954.735,64
	2009	Não informado		-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSGP

A composição do quadro de custos de recursos humanos será demonstrada nos quadros a seguir, que discriminará, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal.

Tendo em vista que a folha de pagamento só veio a ser integralizada a partir de janeiro de 2010, para que possam ser feitas comparações quantos aos custos associados à manutenção de recursos humanos, será apresentados os referidos custos de 2008 e 2009, referentes aos *campi* Cáceres, Cuiabá e São Vicente.

Tabela LXX. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-MT (Atual Campus Cuiabá)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 - CUIABÁ								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	8.095.788,06	162.239,75	146.655,38	192.455,23	6.127,83	189.698,32	13.030.259,25	21.823.223,82
2009	12.556.144,14	1.257,27	160578,7	278.925,44	188.050,90	219.493,81	17.107.490,53	30.511.940,79
Servidores com Contratos Temporários								
2008	236.430,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.056,71	263.487,15
2009	305.025,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.532,07	329.557,50
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	Não informado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	Não informado							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	7.988.391,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.988.391,82
2009	9.981.569,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.981.569,51
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	974.305,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.735,64
2009	0,00	1.812.925,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812.925,44

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSGP

Tabela LXXI Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – CEFET-Cuiabá (Atual Campus São Vicente)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 – SÃO VICENTE								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.955.278,90	46.698,60	54.120,00	67.177,30	43.721,06	17.520,29	4.007.169,17	7.191.685,32
2009	4.596.827,32	0,00	43.481,63	84.354,63	54.602,47	30.848,89	5.539.605,29	10.349.720,23
Servidores com Contratos Temporários								
2008	153.894,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.612,20	161.506,34
2009	297.407,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.677,80	304.085,21
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	Não informado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	Não informado							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	2.154.177,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.154.177,57
2009	2.837.538,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.837.538,12
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	645.013,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.013,97
2009	0,00	941.144,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941.144,92

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSGP

Tabela LXXII. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008 e 2009 – EAF Cáceres (Atual Campus Cáceres)

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009 - CÁ CERES								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.991.680,53	27.135,07	38.755,98	103.841,77	0,00	23.008,67	2.281.818,33	4.466.240,35
2009	2.273.216,22	0,00	23.013,45	128036,67	0,00	26.930,58	1.834.684,11	4.285.881,03
Servidores com Contratos Temporários								
2008	195.322,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.303,75	202.626,71
2009	420.249,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.412,14	430.661,55
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	falta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2009	falta							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	991.848,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.848,13
2009	1.129.250,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.250,74
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	317.683,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317.683,15
2009	0,00	311.972,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.972,91

Fonte: Relatório Mensal Folha Pagamento – SIAPE/DSGP

8.5 Terceirização de mão de obra empregada

Tabela LXXIII. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Inspetor de alunos/ Assistente de Alunos (Campus Cuiabá)	23	23	0	-	-
Inspetor de alunos/ Assistente de Alunos (Campus Bela Vista)	04	04	0	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Os inspetores e/ou assistentes de alunos são contratados pelos Campi Cuiabá e Bela Vista, Campus Cuiabá possui uma quantidade elevada de alunos, visto que oferece diversos cursos profissionalizantes, nos níveis médio, superior, pós-graduação, além de cursos de extensão.</p> <p>No entanto, não possui, em seu quadro efetivo de servidores, nenhum cargo de inspetoria ou assistente de alunos. Desta forma torna-se necessária a contratação de empresa para disponibilizar mão-de-obra para esse serviço, visando à manutenção da disciplina e da ordem no ambiente escolar, principalmente por grande parte dos alunos ser constituída de adolescentes que frequentam o Ensino Médio.</p> <p>Da mesma forma, no Campus Bela Vista, em razão do número de alunos e a inexistência de servidores concursados, tem-se a necessidade de contratar tais serviços.</p>					

Fonte: Campus Cuiabá e Bela Vista

Tabela LXXIV. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
<i>Não houve</i>		

Fonte: Campus Cuiabá e Bela Vista

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
<i>MPOG e IFMT</i>	-	-	0

Fonte: DSGP

8.6 Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

As principais contratações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, estão ligadas principalmente aos serviços vigilância e de limpeza, conservação e asseio.

Em alguns Campi há também a contratação de serviços de motorista, cozinheiras, ajudante rural, jardineiro, tratorista, auxiliar de cozinha, recepcionistas, ajudantes e serviços gerais.

No entanto, cabe salientar que a Instituição possui grande demanda na contratação desses serviços, em razão da insuficiência de pessoal e principalmente porque muitos desses serviços eram executados por servidores cujos cargos já foram extintos ou encontram-se em extinção. Dessa forma, não é possível substituir os servidores aposentados que ocupavam tais cargos, por meio de concurso público.

Todavia, mesmo havendo grande necessidade na contratação da prestação de serviços com locação de mão-de-obra, a Instituição não a realiza, em razão, que tais serviços possuem um alto custo.

8.6.1 Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Tabela LXXV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/ Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva													
UG/Gestão: 158333/26414							CNPJ: 10.784.782/0002-31						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	036/2009	08.830.513/0001-31	16/12/09	15/12/11	0	14	14	0	0	0	E
2010	L	O	014/2010	07.116.584/0001-04	30/07/10	30/07/12	0	6	0	29	0	0	P

Observação:
O contrato n.º. 36/2009 se encerrou em 15/12/2011, nessa esteia um novo contrato estava sendo formalizado, proveniente do pregão n.º. 19/2011, quando da confecção deste relatório. O novo contrato vai seguir as mesmas especificações do contrato anterior.
O contrato n.º. 14/2010 não estipulou a escolaridade mínima dos funcionários que prestariam o serviço

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela LXXVI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cáceres.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Cáceres													
UG/Gestão: 158334/26414							CNPJ: 10.784.782/0003-12						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	017/2006	04829840/0001-12	01/05/06	31/12/11	10	10					P
2010	V	O	006/2010	608600870001-07	01/05/10	01/05/11			3	3			P

Observação: Não houve necessidade de se adaptar ao Acordo TCU 1.520/2006

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cáceres

Tabela LXXVII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Juína

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Juína													
UG/Gestão: 158493/26414						CNPJ: 10.784.782/0010-41							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	03/2010	04.667.389/0001-84	01/06/11	01/06/12	1	1	3	3			P
2011	L	O	59/2011	10.919.956/0001-45	12/05/11	12/05/12	3	3	2	2			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Juína

Tabela LXXVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Pontes e Lacerda

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Pontes e Lacerda													
UG/Gestão: 158495/26414						CNPJ: 10.784.782/0006-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	30/2008	05.083.119/0001-99	04/11/08	29/02/12			6	6			P
2009	L	O	23/2009	32.937.609/0001-88	01/09/09	30/08/12	5	5					P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Pontes e Lacerda

Tabela LXXIX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus São Vicente

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 1533355/26414							CNPJ: 10.784.782/0005-84						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	01/01/07	01.424.685/0001-66	01/01/11	31/12/11	18	18					P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus São Vicente

Tabela LXXX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Confresa

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Confresa													
UG/Gestão: 158496/26414							CNPJ: 10.784.782/0007-46						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	01/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	01/07/12	0	0	4	4	0	0	A
2010	L	O	03/2010	07.116.584/0001-04	02/09/10	01/09/12	6	6	0	0	0	0	A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Confresa

Tabela LXXXI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Barra do Garças

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Reitoria/Campi Barra do Garças													
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0001-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	10/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	02/07/12			08	08			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

Tabela LXXXII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Rondonópolis

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Rondonópolis													
UG/Gestão: 158498/26414							CNPJ: 10.784.782/0009-08						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	11/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	01/06/12	6	6	4	4			P
2011	L	O	6/2011	01.294.164/0001-31	03/08/11	02/08/12	3	3	3	3			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

Tabela LXXXIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494							CNPJ: 10.784.782/0004-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	03/2010	32.937.609/0001-88	10/12/2010	31/12/2011	7	7					P

2009	V	O	38/2009	05.083.119/0001-99	01/01/2010	31/12/2011			6	6			P
------	---	---	---------	--------------------	------------	------------	--	--	---	---	--	--	---

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Bela Vista

Tabela LXXXIV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria

Unidade Contratante														
Nome: IFMT/Reitoria														
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0009-08							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	08/2011	12.441.717/0001-58	05/08/11	05/08/12		x						A
2010	V	O	009/2010	09.130.034/001-75	14/06/10	30/10/11			8	8				E
2011	V	O	13/2011	04.667.389/0001-84	11/2011	11/2012			6	6				A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: PROAD

8.6.2 Serviços com locação de mão-de-obra

Tabela LXXXV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante														
Nome: IFMT/Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva														
UG/Gestão: 158333/26414							CNPJ: 10.784.782/0002-31							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	7	O	15/2007	Newcom 06.753.463/0001-00	01/10/07	30/09/11			7	7				E
2009	4	O	008/2009	Idauri 00.953.096/0001-02	12/05/09	12/05/12			9	8				P
2010	14	O	13/2010	Condor 32.937.609/0001-88	09/02/10	04/07/12			23	23				P

2011	8	O	01/2011	J.N. Comercial LTDA - CNPJ 04.913.580/0001-69	20/01/11	20/01/12				2			P
2011	7	O	14/2011	TAC Manutenção e Serviço LTDA - CNPJ 07.951.388/0001-55	30/09/11	30/09/12			4	4			A
2011	13	O	15/2011	Presta Serviços Técnicos LTDA - CNPJ 10.446.523/0001-10	30/09/11	30/09/12		1					A

Observação:

O contrato nº. 01/2011 não estipulou a escolaridade mínima dos responsáveis pela reprografia

O contrato nº. 15/2011 não estipulou a escolaridade mínima dos responsáveis pelo auxílio geral.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela LXXXVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Campo Novo do Parecis

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Campo Novo do Parecis													
UG/Gestão: 158492/26414							CNPJ: 10.784.782/0011-42						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	14	O	002/2010	05.598.018/0001-50	05/05/10	04/05/11	7	7	--	--	--	--	P
2011	11	O	007/2011	12.371.682/0001-28	15/07/11	14/07/12	-	-	1	1	-	-	A
2011	7	O	008/2011	13.114.898/0001-70	15/07/11	14/07/12	-	-	1	1	-	-	A
2011	11	O	008/2011	13.114.898/0001-70	15/07/11	14/07/12	-	-	1	1	-	-	A
2011	4	O	005/2011	12.371.682/0001-28	07/07/11	06/07/12	-	-	2	2	-	-	A
2011	14	O	006/2011	12.371.682/0001-28	07/07/11	06/07/12	-	-	2	2	-	-	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Fonte: Campus Campo Novo do Parecis

Tabela LXXXVII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus São Vicente

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 158335/26414						CNPJ: 10.784.782/0005-84							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	07/07	01.294.164/0001-31	01/01/11	31/12/11	9	9					P
2005	14	O	017/05	32.937.609/0001-88	01/01/11	30/11/11	5	5					P
2005	14	O	029/05	32.937.609/0001-88	01/01/11	31/12/11			5	5			P
Observação: Contrato n. 17/2005: Operador de caldeira (01), Laboratorista (02), Açougueiro (01), Técnico industrial em refrigeração (01); Contrato n. 29/2005: Recepcionista (02), Jardineiro (02), Copeiro (01) Contrato n. 07/2007: Auxiliar Rural													
LEGENDA													
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Conservação e Limpeza;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
2. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
3. Vigilância;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fonte: Campus São Vicente

Tabela LXXXVIII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494						CNPJ: 10.784.782/0004-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	A	O	01/2010	32.937.609/0001-88	02/08/10	31/12/11			4	4			P
Observação:													
LEGENDA													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Fonte: Campus Bela Vista

Tabela LXXXIX. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Confresa

Nome: IFMT – Confresa															
UG/Gestão: 158496/26414					CNPJ: 10.784.782/0007-46										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	3	O	01/2010	04.667.389/0001-84	01/07/2010	01/07/2012			4	4					A
2010	1	O	03/2010	07.116.584/0001-04	02/09/2010	01/09/2012	6	6							A
2011	14	O	04/2011	13.115.322/0001-28	16/06/2011	15/06/2011	7	7							A
Observações:															
LEGENDA															
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
1. Conservação e Limpeza;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
2. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
3. Vigilância;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
4. Transportes;															
5. Informática;															
6. Copeiragem;															
7. Recepção;															
8. Reprografia;															
9. Telecomunicações;															
10. Manutenção de bens móveis															
11. Manutenção de bens imóveis															
12. Brigadistas															
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes															
14. Outras															

Fonte: Campus Confresa

Tabela XC. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Juína

Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Juína													
UG/Gestão: 15843/26414						CNPJ: 10.784.782/0010-41							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	56/2011	12.336.105/0001-03	01/03/11	01/03/12	4	4	2	2			A
2011	14	O	53/2011	00.482.840/0001-38	20/01/11	20/01/12	2	2	5	5			A
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Campus Juína

Tabela XCI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cáceres

Nome: Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Cáceres													
UG/Gestão: 158334/26414						CNPJ: 10.784.782/0003/12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	10	Ordinária	05/2010	07.047.898/0001-00	01/05/2010	01/05/2011							P
<p>Observações: Não foi exigido nível de escolaridade.</p> <p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

8.	Reprografia;	
9.	Telecomunicações;	
10.	Manutenção de bens móveis	
11.	Manutenção de bens imóveis	
12.	Brigadistas	
13.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
14.	Outras	

Fonte: Campus Cáceres

Tabela XCII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Reitoria

Nome: IFMT – Reitoria															
UG/Gestão: 158144/26414						CNPJ: 10.784.782/0001-50									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	6	O	02/2011	07.691.986/0001-32	25/02/2011	25/02/2013	1				1				P
2011	7	O	01/2011	12.441.717/0001-58	25/02/2011	25/02/2013			2	2					P
LEGENDA															
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
1. Conservação e Limpeza;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
2. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
3. Vigilância;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
4. Transportes;															
5. Informática;															
6. Copeiragem;															
7. Recepção;															
8. Reprografia;															
9. Telecomunicações;															
10. Manutenção de bens móveis															
11. Manutenção de bens imóveis															
12. Brigadistas															
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes															
14. Outras															

Fonte: PROAD

8.7 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

A Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas apresenta neste relatório os seguintes temas: Absenteísmo; Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais; Rotatividade (*turnover*); Satisfação e Motivação; Disciplina; Níveis Salariais.

Em 2011, não foram estabelecidos objetivos e metas sobre esses indicadores, porém através da observação dos mesmos, pôde-se mensurá-los e realizar conclusões qualitativas e quantitativas decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

No que que refere ao **Absenteísmo**, verificando as ocorrências de pessoal neste órgão no Sistema SIAPE, constatou-se no exercício de 2011: 107 (cento e sete) faltas, registradas entre 50 (cinquenta) servidores, sendo 10 (dez) técnico-administrativos e 43 (quarenta e três) professores – 40 (quarenta) efetivos e 03 (três) contratados temporariamente, distribuídos por Campus, conforme abaixo:

Tabela XCIII. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2011

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	2	1	51	38
Bela Vista	1	1	2	2
Cáceres	0	0	0	0
Campo Novo do Parecis	0	0	4	1
São Vicente	56	7	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	2	2
Rondonópolis	8	1	0	0
Confresa	-	-	-	-
TOTAL	67	10	59	43

Fonte: SIAPE/DSGP

Em comparação com o exercício anterior, verificou-se um aumento nos indicadores, principalmente em razão, do aumento no número de servidores e a implantação de novos Campi:

Tabela XCIV. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2010

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	13	03	15	05
São Vicente	15	01	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	16	05
Confresa	-	-	12	02
TOTAL	28	04	43	12

Fonte: SIAPE/DSGP

Um único servidor técnico-administrativo no Campus São Vicente teve 30 (trinta) ocorrências de faltas registradas no ano de 2011. Sendo que o mesmo apresenta sintomas de alcoolismo ele foi acompanhado pela área de Psicologia do Campus e tendo em vista que não obteve nenhuma melhora ou demonstrou interesse no tratamento e considerando que foi constatada sua ausência por mais de 30 dias foi aberto Processo Administrativo para apurar abandono de emprego, sendo que o processo ainda encontra-se em análise pela comissão instituída para esse fim.

Foi registrado 1 (um) **acidente de trabalho** em 2011.

E, de acordo com o SIASS foram constatadas as seguintes ocorrências:

Tabela XCV. Ocorrências registradas no SIASS

Tipo Perícia	Singular	Junta	Total Geral
Licença para tratamento de saúde	155	6	161
Licença por motivo de doença em pessoa da família ou dependente	17	0	17
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	15	15
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	0	1	1
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	0	1	1
Avaliação de Invalidez permanente por doença especificada em Lei para fins de aposentadoria	0	1	1
Avaliação de Invalidez por doença especificada em lei pra fins de integralização de proventos	0	1	1
Remoção por motivo de doença do familiar	0	3	3
Avaliação de Invalidez de dependente	0	1	1
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	3	3

Remoção por motivo de doença de familiar do servidor	1	1	1
Avaliação de deficiência para fins de concessão de pensão vitalícia	0	1	1
Total	172	34	206

Fonte: Relatório SIASS – Subsistema de Atenção a Saúde do Servidor.

Quando examinamos os processos de licença para tratamento de saúde, vemos repetidas patologias ligadas a distúrbios psiquiátricos, algumas ligadas as atividades realizadas pelo servidor na instituição, o que vem nos levando a questionar essas patologias se enquadram como **doenças ocupacionais**.

Mais uma vez, os indicadores de recursos humanos demonstra a necessidade de estruturação para área da saúde.

A **rotatividade (turnover)** esteve mais presente nos *campi* afastados da capital do estado. Como demonstrado no quadro abaixo, solicitações de desligamento desses *campi* mais afastados de Cuiabá através do instituto da redistribuição, vacância e até mesmo exoneração foram constantes no ano de 2011, demonstrando a insatisfação dos servidores ali lotados com a infraestrutura dessas cidades.

Tabela XCVI. Desligamentos por Campi ocorridos em 2010 e 2011

Campus	Desligamento 2010			Desligamento 2011		
	Redistribuição	Vacância	Exoneração	Redistribuição	Vacância	Exoneração
Cuiabá	0	04	0	1	2	1
Bela Vista	0	01	01	4	1	1
São Vicente	03	03	01	1	3	0
Cáceres	02	01	02	0	0	3
Pontes e Lacerda	02	01	01	2	0	1
Juína	01	03	02	2	1	1
Campo Novo do Pareceis	04	04	-	0	1	1
Confresa	02	02	04	3	0	3
Reitoria	0	0	0	2	1	1
TOTAL	14	19	11	15	9	12

Fonte: SIAPE e DSGP

A **Satisfação e Motivação** puderam ser medidas pela rotatividade, e ainda o grande volume de processos de solicitação de remoção.

A insatisfação pode ser percebida nos *campi* mais distantes, onde as solicitações de alguma forma de desligamento/remoção foram constantes no ano de 2011, tais servidores vem demonstrando essas desmotivações tendo em vista a infraestrutura das cidades.

Os **níveis salariais** dos servidores deste IFMT são estabelecidos pela Lei nº. 11.784/2008, sendo que as remunerações dos servidores da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e da carreira dos técnico-administrativos em educação, respectivamente, por:

Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Vencimento Básico; Gratificação Específica do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – GEDBT; Retribuição por Titulação – RT (quando o servidor possuir titulação superior exigida ao ingresso no cargo).

Carreira dos Técnico-Administrativos e Educação:

- Vencimento Básico; Incentivo a qualificação (quando o servidor possuir titulação superior exigida ao ingresso no cargo).

Como os níveis salariais dos servidores públicos federais são estabelecidos em lei, não podemos utilizá-los como ferramenta estratégica, exceto nas capacitações que podem viabilizar tanto aos técnico-administrativos quanto aos docentes alterações remuneratórias de acordo com o previsto em seus planos de carreira.

Tabela XCVII. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	125	101	282
	Entregaram a DBR	116	65	237
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

No primeiro semestre de cada ano, o IFMT por meio da Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, comunica aos servidores que exercem cargos de confiança e função gratificada da obrigatoriedade da entrega da DBR ou da autorização ao Controle Interno de acesso as informações referente a DBR e no segundo semestre analisa se todos os servidores entregaram-na, se não, a DSGP solicita aos Campi que notifiquem o servidor e acompanha a entrega da DBR.

No entanto, tal procedimento é realizado de forma manual, haja vista, que a Instituição e/ou a Receita Federal não dispõe de um sistema automatizado que possibilite a verificação automática. Situação essa que demanda tempo e pessoal disponível para verificação do cumprimento do dispositivo legal. Porém ressaltamos, que o arquivo da DBR é de responsabilidade da DSGP e seu acesso é restrito, pois, somente os servidores que realizam o controle da entrega da DBR tem acesso a mesma.

10 TRANSFERÊNCIAS

Tabela XCVIII. Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso									
CNPJ: 10.784.782/0001-50					UG/GESTÃO: 26414/158144				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	92/2010	UFMT	60.000,00	-	55.000,00	55.000,00	10/11/10	10/11/11	4
3	01/2010	UFRRJ	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	10/10/11	10/10/13	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: PROAD

Tabela XCIX. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso						
CNPJ: 10.784.782/0001-50				UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	1	-	-	-	55.000,00
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	1	-	-	600.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: Campi

Tabela C. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					
CNPJ: 10.784.782/0001-50			UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	600.000,00	-	600.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	-	600.000,00	-	600.000,00

Fonte: PROAD

Em 2010 foi celebrado um único contrato com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT, para a promoção do desenvolvimento e manutenção da Rede Pantaneira voltada para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Científico e Tecnológico da região metropolitana de Cuiabá – MT, no entanto, os repasses foram realizados somente no exercício de 2011.

A prorrogação desse contrato não foi efetuada, porém encontra-se em andamento a celebração de novo termo de cooperação para o exercício de 2012.

Em 2011 foi celebrado um Termo de Cooperação Técnico – Científica com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, para a Formação e capacitação de profissionais docentes e técnico-administrativos do IFMT no curso de pós-graduação – stricto sensu em nível de mestrado.

A seguir apresentamos as informações referentes as prestações de contas realizadas pelo IFMT e pendentes de atendimento, relativo aos créditos orçamentários recebidos por meio de descentralização de créditos.

Tabela CI. Prestações de contas realizadas e pendentes de atendimento dos créditos recebidos por meio de descentralização.

PD	OBJETO	ÓRGÃO	AÇÃO	VL. REC.	VL. EXEC.	%	VL. DEV.	PREST. CONTAS
01	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC).	SETEC	1236310626358	144.142,80	84.595,67	58,69	59.547,13	SIM
02	Capacitação de Tutores a distancia e presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	SETEC	1212810618429	233.895,42	75.860,84	32,43	158.034,58	NÃO
03	Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.	SETEC	1236310626358	476.507,87	229.854,18	48,24	246.653,69	SIM
04	Oferta do 5º e 6º Semestres da 2ª turma dos cursos de: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet, na modalidade de Educação à Distância - EAD através da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	CAPES	1212810618429	282.114,04	235.081,28	83,33	47.032,76	NÃO
05	Promoção de capacitação dos servidores municipais quanto às ferramentas e tecnologias de informação e comunicação 3ª fase de capacitação – Telecentros.	SETEC	2412810086867	130.473,00	46.052,53	35,30	84.420,47	SIM
06	Desenvolvimento da cultura de inovação e empreendedorismo no IFMT, agregando valores à produção do conhecimento científico e tecnológico, através da implementação e consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.	SETEC	1236310626380	48.023,20	38.023,54	79,18	9.999,66	SIM
07	Capacitação de escolas para constituição de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.	SETEC	1236310626380	5.000,00	3.311,16	66,22	1.688,84	NÃO
08	Aquisição de Veículos para atender a Universidade Aberta do Brasil – UAB.	FNDE	1212810618429	84.900,00	84.900,00	100	0,00	
09	Curso de Depreciação SPO/MEC.	SPO/MEC	1212210672272	1.427,68	1.029,70	72,12	397,98	SIM
09/2	Fornecer aos servidores dos municípios sobre fundamentos de geoprocessamento e geociências (GeoSNIC/Terraview/Terrasig)	MCID	1512603101b00	50.000,00	48.054,65	96,11	1.945,35	SIM

10	Desenvolvimento de tecnologias de produção de hambúrgueres e nuggets de carne de jacaré do Pantanal.	SETEC	1236310626358	21.940,00	6.600,00	30,08	15.340,00	SIM
11	Promoção de capacitação e do conhecimento dos pescadores da região de do município de Cáceres	SETEC	1236310626358	9.950,01	1.200,00	12,06	8.650,01	SIM
12	Implementação de projetos de formação de cursos, seminários e oficinas e produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens – PROJOVEM.	FNDE	12128803468ad	150.500,63	0,00	0,00	150.500,63	SIM
13	Promoção do I Encontro Regional de Pesquisa aplicada a Pesca e Aquicultura dos Núcleos – Centro-Oeste I e II.	SETEC	1236310626380	38.887,00	13.226,74	34,01	25.660,26	SIM
14	Promover a capacitação de mulheres de pescadores e ribeirinhos da parte alta do rio Paraguai em Cáceres, em curtimento de peles de peixe e aplicação dessas peles em artesanato.	SETEC	1236310626380	39.010,00	10.900,00	27,94	28.110,00	SIM
15	Promover a participação de estudantes, professores e gestores no Fórum Regional de Pesquisas e Experiência em PROEJA.	SETEC	1236310626380	116.320,60	94.785,05	81,49	21.535,55	SIM
16	Implementação de projetos de formação de cursos, seminários e oficinas e produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens – PROJOVEM.	FNDE	12128803468ad	446.356,00	177.058,56	45,92	269.297,42	SIM
17	Projeto: A fabricação de sabão e sabonete, com estratos vegetais, como alternativa para sustentabilidade em comunidade de pescadores de Cáceres.	SETEC	1236310626380	59.951,20	25.661,75	42,80	34.289,45	SIM
18	Ofertar conhecimento teóricos e práticos relativos a sistemas orgânicos e agroecológicos de produção.	SETEC	1236310626380	14.000,00	14.000,00	100	0,00	SIM
			2066514268606	7.964,60	3.843,01	48,25	4.121,59	
			1957104718977	10.000,00	9.999,17	99,99	0,83	
19	Assistência ao estudante da Educação Profissional, com vistas a contribuir para a permanência dos alunos nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: curso Técnico em Meio Ambiente.	SETEC	1236310626358	40.500,00	34.500,00	85,19	6.000,00	SIM
20	Projeto de Inclusão digital para a inclusão social de pescadores de Cáceres.	SETEC	1236310626380	40.095,00	18.564,00	46,30	21.571,00	SIM
21	Promoção à implantação e consolidação em núcleos de estudo em agroecologia no IFMT	SETEC	1236310626380	11.200,00	11.200,00	100	0,00	
			2066514268606	2.500,00	2.498,98	99,96	1,02	SIM
			1957104718977	10.000,00	9.866,27	98,66	133,73	
22	Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola.	FNDE	1230610618744	4.560,00	3.922,77	86,03	637,23	NÃO
23	Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola.	FNDE	1230610618744	16.620,00	14.297,49	86,03	2.322,51	SIM
24	Desenvolvimento de comunidade de aprendizagem virtual multimídia em rede social da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil – Portal dos Fóruns de EJA	SECAD	1236610608526	27.640,00	26.918,06	97,39	721,94	SIM
25	II Jornada de Capacitação em Execução Orçamentária Técnica da SPO	SETEC	1236310626358	3.691,42	3.691,42	100	0,00	SIM
26	III Jornada de Capacitação Em Execução Orçamentária Técnica da SPO	SETEC	1236310626358	9.565,39	7.095,65	74,78	2.469,74	SIM
27	Participação na Etapa Nacional do	SETEC	1236310626380	54.539,75	48.695,50	89,28	5.844,25	SIM

	Jogos Brasileiros das Instituições Profissionais e Tecnológicas – JIF's.							
28	Participação dos Reitores do Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais.	SETEC	1236310626380	3.079,00	3.028,35	98,35	50,65	
29	Assistência ao estudante da Educação Profissional, com vistas a contribuir para permanência dos alunos nos curso PROEJA – diversos cursos e <i>campis</i> .	SETEC	1236310626358	822.600,00	669.440,00	81,38	153.160,00	SIM PARCIAL
30	Oferta do 1º e 2º semestres da 4ª turma UAB I e 1ª turma UAB II dos cursos de: Licenciatura em Química e Tecnologia em Sistemas para Internet, na modalidade de Educação a Distância – EAD através da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	CAPES	1212810618429	695.050,32	307.479,02	44,24	387.571,30	NÃO
31	VI Encontro do Encerramento do Exercício	SPO/ME C	1212210672272	1.605,86	1.184,90	73,79	420,96	SIM
32	Construção/Ampliação da quadra poliesportiva do <i>Campus</i> Campo Novo dos Parecis para atender a implantação do núcleo projeto Segundo Tempo.	SETEC	1236310626380	300.000,00	287.766,75	95,92	12.233,25	SIM
33	Construção/Ampliação da quadra poliesportiva do <i>Campus</i> Juína para atender a implantação do núcleo projeto Segundo Tempo	SETEC	1236310626380	300.000,00	294.349,00	98,12	5.651,00	SIM
34	Implantação de laboratórios Pedagógicos nos polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB: curso Licenciatura em Química.	CAPES	1212810618429	231.603,00	0,00	0,00	231.603,00	SIM
35	Promoção da elevação da escolaridade e conhecimento dos pescadores da região de Cáceres.	SETEC	1236310626380	77.076,85	60.950,98	79,08	16.125,87	
			1236310628650	206.990,00	188.108,13	90,88	18.881,87	SIM
36	Ampliação das ofertas do curso Escolas Sustentáveis e com Vida.	SECAD	1236610608526	60.213,30	0,00	0,00	60.231,30	SIM
Montante Descentralizado							R\$ 5.290.493,94	
Montante Executado							R\$ 3.197.595,10	
%							60,44	
Montante Devolvido							R\$ 2.092.898,84	

Fonte: PROAD/CGCont

Lembramos que algumas prestações de contas não foram efetivadas, em razão, que o projeto ainda continua em andamento, e que após a sua conclusão, a mesma será efetivamente finalizada e encaminhada ao órgão descentralizador.

11 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso tem ampliado suas ações para melhoria do controle interno, por meio do fortalecimento das atividades da Unidade de Auditoria Interna.

No entanto, a Instituição encontrou algumas dificuldades, principalmente na redução da força de trabalho, por motivo diversos, tais como: licença médica e pedidos de exoneração.

Tabela CII. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: IFMT

12.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, as aquisições e contratações de serviços, são realizadas pela Pró-Reitoria de Administração e também pelos seus 11 Campi. Na parte dos Campi, há comissões de pregões e/ou licitação para a realização de procedimentos licitatórios, bem como Coordenações responsáveis pela aquisição e contratação de serviços.

Pois bem, após a publicação da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, o IFMT tem procurado em suas licitações, melhorar as especificações e contratações de forma a colaborar para a gestão ambiental, no entanto, cabe ressaltar que tais procedimentos ainda estão em fase de estruturação, conscientização e adequação.

No final do exercício de 2011 foi elaborado o Manual de Compras Públicas e Boas Práticas Sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o intuito de facilitar as atividades dos setores responsáveis pela aquisição e contratações do IFMT.

No que tange as obras públicas, a Instituição tem procurado imbuir o conceito da sustentabilidade ambiental, desde a concepção dos projetos de engenharia. Dessa feita, nos contratos dessas empresas contratadas para elaboração desses projetos, já são exigidos que fossem observadas as legislações atinentes ao assunto, bem como que tais projetos sejam elaborados com base nas boas práticas da sustentabilidade ambiental.

Já na área de aquisição de equipamentos e materiais, a Instituição a medida do possível, tem procurado adquirir produtos mais adequados a sustentabilidade, tais como: aparelhos com menor consumo de energia, baterias e pilhas recarregáveis, papéis recicláveis, veículos do tipo bicombustível, agrotóxicos e fertilizantes menos prejudicial ao meio ambiente, detergentes e produtos de limpeza biodegradáveis e outros.

Além disso, algumas ações de conscientização também são realizadas pelos Campi do IFMT, e também pelas Pró-Reitorias, ao incentivar a realização de projetos ligados à sustentabilidade ambiental.

Tabela CIII. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Posicionamento da UJ: Nos processos licitatórios para contratação de serviços de limpeza com fornecimento de materiais, são exigidos que os materiais utilizados sejam biodegradáveis, que os produtos com substância tóxicas seja substituídos por outros atóxicos, que haja reaproveitamento da água de uso para lavagem de calçadas e outros. Da mesma forma, tem se optado por materiais e/ou equipamentos que utilizam matéria-prima sustentáveis e/ou com capacidade de reduzir o consumo de energia, água, e etc.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>Posicionamento da UJ: Considerando que a figura dos Institutos é recente e que não possuímos tais informações relativas as ex-autarquias, tal informação não poderá ser prestada com precisão. No entanto, percebemos que no último ano, houve um incremento nas aquisições e contratações com vistas ao atendimento desses critérios.</p>	X				
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Posicionamento da UJ: Em fase de implementação.</p>		X			
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado substituir as lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas, da mesma forma, outros materiais que possam economizar e/ou preservar os recursos naturais.</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado a substituição de alguns bens, tais como papel reciclado, cartuchos, tonner, refil de tinta para carimbo e canetas para quadro branco e outros.</p> <p>Dessa forma, no último exercício a Instituição adquiriu vários materiais de origem reciclável, e pretende-se no próximo exercício ampliar as ações e a inserção desses tipos de materiais.</p>				X	
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>Posicionamento da UJ: A Instituição tem procurado adquirir veículos automotores mais eficientes e econômicos, bem como tem priorizado a escolha por veículos bicompostíveis. No entanto, cabe salientar que para veículos pesados e/ou para manejo agrícola, o mercado ainda não dispõe de alternativas voltadas para a utilização de combustíveis alternativos.</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Posicionamento da UJ: A Instituição a medida do possível, tem tentado optar por produtos passíveis de reutilização ou reabastecimento, no entanto, grande parte dos produtos disponíveis no mercado, não permitem tal procedimento.</p> <p>Os produtos mais constantes nos procedimentos licitatórios, passíveis de reutilização são: pilhas e baterias recarregáveis, canetas para quadro branco, tonner, cartuchos, produtos de limpeza e outros.</p> <p>Além disso, tem se substituído o uso de copos de descartáveis, por copos de louça em algumas unidades de ensino.</p>		X			
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Posicionamento da UJ: Sempre que possível a Instituição tem primado por essa exigência.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Posicionamento da UJ: Em alguns Campi do IFMT tais atividades já foi implementada e outras estão em fase de conclusão, tais como: aguardando a entrega dos materiais adquiridos para reciclagem e/ou separação do lixo; aguardando a finalização dos contratos e/ou termos de parceria com as associações e/ou cooperativas.</p> <p>No entanto, a Instituição tem realizado a remanufatura de papeis, tonners e cartuchos, e ainda, de óleo de cozinha para fabricação de sabão e de restos orgânicos dos refeitórios para fabricação de adubos orgânicos.</p>		X			
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Posicionamento da UJ: Os Campi tem realizados vários eventos nesse sentido, bem como tem inserido a consciência sustentável nas suas atividades administrativas e pedagógicas.</p> <p>Além disso, os Campi tem realizados reuniões de conscientização dos servidores, alunos e terceirizados, de modo a diminuir as despesas.</p> <p>Da mesma forma, nos processos licitatórios de limpeza, são inseridos itens e recomendações obrigatórias, para que os funcionários terceirizados auxiliem nesse processo de redução das despesas e sustentabilidade ambiental.</p>		X			
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Posicionamento da UJ: Os Campi tem realizados vários eventos nesse sentido, bem como tem inserido a consciência sustentável nas suas atividades administrativas e pedagógicas.</p>		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Campi e PROAD

13.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela CIV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	10	11
	Cuiabá	02	02
	Santo Antônio do Leverger	01	01
	Juína	01	01
	Cáceres	01	01
	Confresa*	01	01
	Pontes e Lacerda*	01	01
	Rondonópolis	01	01
	Barra do Garças	01	01
	Campo Novo do Parecis	01	01
	Poconé	0	01
	Campo Verde	0	01
Subtotal Brasil		10	12
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	12

* Os Campi de Confresa, Campo Novo do Parecis e Pontes e Lacerda ainda estão em processo de transferência.

Fonte: PROAD

Tabela CV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1		
	Cuiabá (Reitoria)	01	01
	Campo Novo do Parecis	01	01
	Sorriso	-	01
Subtotal Brasil		02	03
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	03

Fonte: PROAD

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não possui nenhum imóvel de uso especial locados para terceiros, mas somente a concessão onerosa de uso de algumas salas e/ou cantinas/refeitórios localizadas dentro dos imóveis da Instituição.

E o imóveis locados de terceiros pela Instituição são para atender estrutura administrativa da Reitoria, haja vista, que até a presente data não há sede própria. E o outro contrato celebrado foi para atender o Campus Campo Novo do Parecis, para abrigar a área administrativa do Campus.

Tabela CVI. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	IP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
1583 35- Campus São Vicente	067.0004 3.500,7	1	3	3.988.501,29	-	-	85 1.679,31	-	
1584 93 – Campus Juína		2	2	-	-	-	31 3.304,23		
1584 98 – Campus Rondonópolis	15100114.5 00-2	1	1	5.220.353,49	1/05/2011	-	98. 117,22	R \$46.840,72	
1584 97 – Campus Barra do Garças		2	5	-	-	-	-	-	
1584 95 – Campus Pontes e Lacerda		2	8				31 1.894,29		
1584 96 – Campus Confresa		2	3				65 5.417,02		
1583 33- Campus Cuiabá	067002185 00-8	1	3	42.850.123,67	4/07/06	0	1.6 81.359,50	3 35.850,76	
1584 94- Campus Bela Vista	067000885 002	1	3	2.999.723,02		-	77 7.476,25		
1584 92- Campus Campo Novo do Parecis		2	3	2.579.000,00	0/08/06	1	24 6.012,82		
1583 34- Campus Cáceres/ Poconé	129000225 006	1	4	1.090.740,76	5/09/09	2	Nã o informou	*	
1583 34 – Campus Cáceres	04700151.5 00-0	1	3	784.589,74	3/11/07	2	-	1.1 27.359,31	1 16.191,58
	0152.500-5	1	3	4.864.626,23	3/11/07	2	-		
	0163.500-5	5	3	14.799,92	3/11/07	2	-		
	0162.500-0	5	3	20.185,15	3/11/07	2	-		
	0161.500-4	5	3	19.065,23	3/11/07	2	-		
	0164.500-0	5	3	18.899,09	3/11/07	2	-		
	0165.500-6	5	3	19.065,23	3/11/07	2	-		
	0166.500-1	5	3	25.144,46	3/11/07	2	-		
	0167.500-7	5	3	31.231,26	3/11/07	2	-		
	0168.500-2	5	3	31.231,26	3/11/07	2	-		
	0169.500-8	5	3	70.429,56	3/11/07	2	-		
	0173.500-0	5	3	60.933,02	3/11/07	2	-		
	0172.500-4	5	3	50.990,57	3/11/07	2	-		
	0170.500-3	5	3	60.933,02	3/11/07	2	-		
0171.500-9	5	3	44.907,09	3/11/07	2	-			

	0185.500-5	5	3	10.9	2	-		
				07,09	3/11/07			
Total							5.7	1
							05.075,51	.031.619,95

Fonte: SIAFI [Valor do imóvel: (1.4.2.1.1.00.00 – 1.4.2.1.1.91.00 – 1.4.2.1.1.80.00)] e Campi.

* Não foi possível mensurar as despesas com instalações. Os valores considerados em imóvel referente aos dados extraídos no SIAFI (33.90.30-24, 339039-78, 339037-02, 339039-02, 339039-16, 339037-03)

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Situação dos imóveis:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso herdou das ex-autarquias diversos problemas no que tange a regularização dos imóveis dos Campi.

Várias ações foram realizadas para regularização das pendências, no entanto, nem todos os problemas puderam ser solucionados até o final do exercício de 2011, haja vista, que muitas delas dependem de terceiros, tais como Prefeituras, Cartórios e outros Órgãos federais.

Porém a Instituição continuará acompanhando no próximo exercício as situações desses imóveis, bem como, em conjunto com a Direção-Geral dos Campi regularizando tais inconsistências.

A seguir apresentamos um resumo da situação dos imóveis de cada Campus:

• **Campus São Vicente:**

Os imóveis do Campus já foram transferidos da ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Campus São Vicente no SPIUNET e no cartório de imóveis, porém o Campus encontra-se pendente de reavaliação do imóvel junto ao SPIUNET, haja vista a falta de pessoal especializado para essa atividade.

No entanto, o Campus estará promovendo no próximo exercício esforço contínuo para regularização dessa pendência e atualização dos registros no SPIUNET.

Informamos ainda, que o Campus São Vicente é o responsável pelo Núcleo Avançado do Campo Verde, situado no município de mesmo nome.

• **Campus Confresa:**

A área destinada a implantação do campus foi cedida pela Prefeitura Municipal de Confresa, através do INCRA, conforme processo administrativo número 54.246.000137/2008-76, sendo a área total de 50,2630 há, imóvel este avaliado em R\$ 51.924,58 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), que atualmente encontra-se em fase

de processo de georreferenciamento do Projeto de Assentamento (PA) Independente I necessário para que seja efetuado o desmembramento e posterior registro do imóvel.

- **Campus Juína**

A gestão do Campus Juína, iniciou-se em 17 de janeiro de 2008 com a escritura pública de doação, tendo como doadora a Prefeitura Municipal de Juína e donatário na época denominado Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, que com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso através da lei nº 11.892, de dezembro de 2008 se transformou automaticamente em Campus da nova Instituição.

O Campus Juína desde 2010 tem procurado regularizar o imóvel junto ao Cartório de Registro, no entanto, a Instituição tem encontrado diversos problemas na regularização. Mas de todo modo o Campus continuará promovendo os devidos esforços para regularização do imóvel e consequentemente registro no SPIUNET.

- **Campus Cuiabá:**

O imóvel já foi transferido da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no que tange aos registros do Cartório e do SPIUNET, no entanto, o processo de reavaliação do imóvel não pode ser realizado no presente exercício tendo em vista a falta de pessoal especializado para essa atividade.

Dessa forma, foi necessário a contratação dos serviços da Caixa Econômica Federal para a promoção da reavaliação do imóvel, cuja previsão de conclusão dos serviços encerra-se no 1º semestre/2012.

- **Campus Cáceres:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Cáceres.

No entanto, a transferência do imóvel no SPIUNET já foi realizada, aguardando somente a reavaliação do imóvel para atualização dos registros no SPIUNET.

Informamos ainda, que o Campus Cáceres é o responsável pelo Núcleo Avançado do Pantanal, situado no município de Poconé- MT.

- **Campus Barra do Garças:**

O imóvel do Campus já se encontra devidamente registrado no Cartório, no entanto, a obra de construção ainda não finalizou, após a sua conclusão os dados serão inseridos no SPIUNET.

- **Campus Rondonópolis:**

O imóvel do Campus encontra-se devidamente regularizado junto ao Cartório de Imóveis e SPIUNET.

- **Campus Bela Vista:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Bela Vista.

No entanto, a transferência do imóvel no SPIUNET já foi realizada, aguardando somente a reavaliação do imóvel para atualização dos registros no SPIUNET.

- **Campus Campo Novo do Parecis:**

Os bens imóveis que foram doados ao então CEFET-Cuiabá, pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, através da Lei n. 1.137/206 C/C 1.178/2007 e avaliados em 10/08/06 em R\$ 420.000 (terreno) e R\$ 2.070.000,00 (construções), porém o processo de doação encontra-se em fase de regularização por parte da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, no que tange as informações junto ao Cartório de Imóveis.

Após a finalização da transferência, serão efetuados os devidos registros no SPIUNET.

- **Campus Pontes e Lacerda:**

O imóvel do Campus Pontes e Lacerda encontra-se em processo de regularização e aguardando posicionamento final do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, bem como as providências solicitadas à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC.

O processo de transferência encontra-se quase finalizado, após a conclusão, os mesmos serão devidamente averbados no Cartório de Registro de Imóveis e posteriormente no SPIUNET.

- **Campus Sorriso:**

Encontra-se instalada em prédio alugado pela Prefeitura, até a conclusão das obras de implantação do Campus.

- **Reitoria**

Encontra-se instalada em prédios alugados de terceiros.

Tabela CVII. Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação			
	1	2	3	4
Planejamento da área				
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos				
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Existem 7 (sete) servidores efetivos e nenhum terceirizado, mais os servidores de TI lotados em cada Campus.			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				x
Segurança da Informação				
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas				
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.				

Análise Crítica:

[2] Não existe planejamento estratégico de TI, ele será constituído no início do próximo ano.

[6] e [7] Foi criado em Agosto de 2010 o Comitê de Segurança da Informação, e, portanto, suas atividades estão em fase inicial. Uma tarefa inicial deste Comitê é a criação da Política de Segurança da Informação.

[8] A avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da IFMT ainda não é formalizada, esta atividade deverá ser proposta pelo CTI.

[10] O acordo do nível de serviço entre a TI e seus clientes internos não é formalizado. Iniciou-se em Novembro de 2011 a utilização de software de registro e gestão de atendimento, com o histórico armazenada dos chamados será possível avaliar, propor e utilizar este acordo.

[11] Os artefatos produzidos para contratação de serviços de TI antigos não possuíam acordo de nível de serviços, as novas contratações já o possuem.

[12] A DGTI não efetuou a contratação de terceiros para desenvolvimentos. Algumas aquisições de software, como ponto eletrônico e suíte de escritório, ocorreram através da aquisição de uso. Outros softwares como SIGA EPCT, que é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa pelas próprias instituições participantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse projeto tem o apoio do Ministério da Educação do Brasil - MEC, através da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica - SETEC.

[13] Os próximos artefatos que serão gerados para compor o processo de aquisição deverão explicitar os benefícios da contratação para o órgão.

[14] O órgão não possui área específica para gestão de contratos de TI, porém utiliza-se do fiscal do contrato para realizar a gestão.

[15] Algumas contratações mais simples como aquisição de desktop não envolve transferência de conhecimento.

15 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica.

16 DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Tabela CVIII. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG:		158495 – Campus Pontes e Lacerda		Limite de Utilização da UG:	15.000,00
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Cristina Massae Nakamura	667.150.671-04	1.600,00	0	981,55	981,55
Total Utilizado		1.600,00	0	981,55	981,55
Código da UG:		158144 – Reitoria		Limite de Utilização da UG:	50.000
Pedro José de Barros	109.160.671-49	6.000,00	0	3.118,12	3.118,12
Josdyr Vilhagra	825.904.438-20	3.500,00	0	1.082,38	1.082,38
Total Utilizado				6.163,60	6.163,60
Código da UG:		158492- Campus Campo Novo do Parecis		Limite de Utilização da UG:	8.000
Marcos Aurélio Vargas	461.014.541-34	15.000,00	0	3.356,00	3.356,00
Joni Olmiro Érbice Santos	012.825.250-26	15.000,00	0	10.648,00	10.648,00
Total Utilizado		30.000,00	0	14.004,00	14.004,00
Código da UG:		158335 – Campus São Vicente		Limite de Utilização da UG:	130.000,00
Ademil Ivo da Lima	346.585.211-72	13.300,00	0,00	3.884,62	3.884,62
Emandes Joel De Queiroz	617.155.651-34	6.000,00	0,00	2.326,87	2.326,87
Geraldo Miguel De Carvalho	161.714.701-04	1.500,00	0,00	0	0
Valteir R. Dos Santos	395.567.861-04	14.000,00	0,00	6.071,88	6.071,88
Valmir César De Queiroz	474.275.311-91	3.000,00	0,00	700,88	700,88
Total Utilizado		37.800	0,0	12.984,25	12.984,25
Código da UG:		158333 – Campus Cuiabá		Limite de Utilização da UG:	52.000
Benedito Antônio Rezende Fortes	079.302.241-04	1.593,04	0	1.593,04	1.593,04
Gentil Caetano Ferreira	070.218.571-34	13.361,11	87,00	13.274,11	13.361,11
Joelson Antônio De Oliveira	156.877.671-34	1.352,36	0	1.352,36	1.352,36
Total Utilizado		16.306,51	87,00	16.219,51	16.306,51
TOTAL GERAL		95.206,51	87,00	48.389,81	48.476,81

Fonte: Campi e SIAFI

Obs.: Foram agrupados todos os suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2011 aos supridos.

Tabela CIX. Despesa com cartão de crédito corporativo

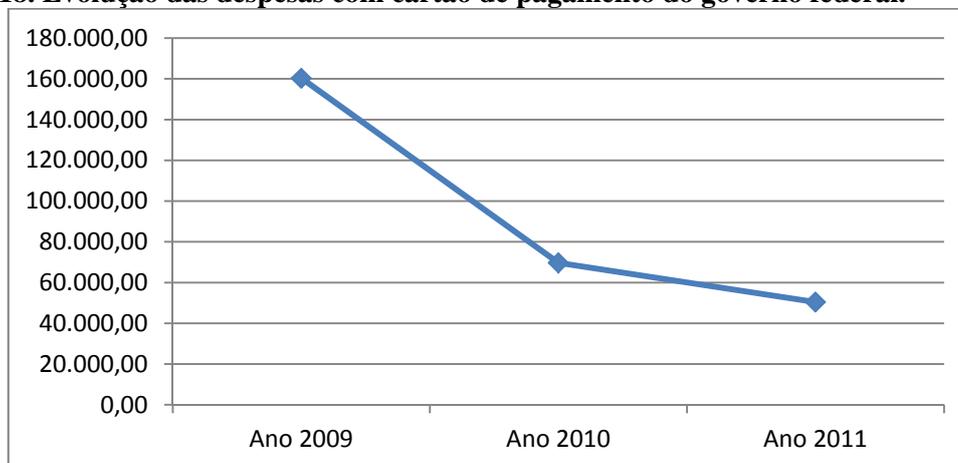
Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total
Campus Cáceres - 158334					
2009	-----	-----	9	8.311,74	8.311,74
2010	-----	-----	5	4.999,21	4.999,21
2011	-----	-----	-----	-----	-----
Total	-----	-----	14	13.310,95	13.310,95
Campus Pontes e Lacerda - 158495					
2009	-----	-----	-	-	-

2010	-----	-----	04	3.062,08	3.062,08
2011	-----	-----	03	981,55	981,55
Total	-----	-----	07	4.043,63	4.043,63
Reitoria – 158144					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	04	3.890,14	3.890,14
2011	-----	-----	12	6.163,60	6.163,60
Total	-----	-----	16	10.053,74	10.053,74
Campus Bela Vista – 158494					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	02	2.740,53	2.740,53
2011	-----	-----	-----	-----	-----
Total	-----	-----	02	2.740,53	2.740,53
Campus Campo Novo do Parecis – 158492					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	03	3.154,96	3.154,96
2011	-----	-----	10	14.005,00	14.005,00
Total	-----	-----	13	17.159,96	17.159,96
Campus São Vicente - 158335					
2009	-----	-----	Não informado	92.393,94	92.393,94
2010	-----	-----	33	26.179,77	26.179,77
2011	-----	-----	05	12.984,21	12.984,21
Total	-----	-----	38	131.557,92	131.557,92
Campus Cuiabá – 158333					
2009	-----	-----	65	59.604,45	59.604,45
2010	03	1.375,00	23	19.436,03	19.811,03
2011	01	87,00	12	16.219,51	16.306,51
Total	04	1.462,00	100	95.259,99	95.721,99
TOTAL GERAL – IFMT					
2009	-----	-----	74	160.310,13	160.310,13
2010	03	1.375,00	74	68.344,40	69.719,40
2011	01	87,00	42	50.353,87	50.440,87
Total	04	1.462,00	190	279.008,40	280.470,40

Fonte: Campi e SIAFI

Com a implantação dos Campi, houve um aumento de unidades gestoras utilizando os cartões de pagamento do governo federal, porém as despesas com cartão corporativo no exercício de 2011 diminuíram em relação aos exercícios anteriores.

Gráfico 18. Evolução das despesas com cartão de pagamento do governo federal.



17.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Tabela CX. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1º	TC 011.726/2002-0	2874/2011	9		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – IFMT					100916
Descrição da Deliberação:					
9.1. julgar irregulares as contas de Josdyr Vilhagra, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c , e 19, caput , da Lei 8.443/1992, e dispensar a aplicação de multa em virtude da imposição de tal sanção, em outro processo, por motivo idêntico ao que acarretou a irregularidade das contas;					
9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis e dar-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 1º I, e 16, I, da Lei 8.443/1992;					
9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso – IFMT que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe as providências adotadas em relação às seguintes ocorrências, apontadas no relatório de auditoria operacional 20/2000 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ainda pendentes de comprovação de sua regularização:					
9.3.1 ressarcimento de valores pagos a maior ao servidor José Ribamar Santos, matrícula 2114143, em virtude do fato de sua nomeação para exercer função gratificada FG-4 ter ocorrido com efeito retroativo a 16/6/2000;					
9.3.2. saneamento das impropriedades encontradas no que tange à incorporação de quintos/décimos pelos servidores constantes do anexo 1 do relatório de auditoria operacional 20/2000;					
9.3.3. concessão de quintos/décimos sem amparo documental aos servidores inativos listados a seguir:					
Matrícula		Inativo		Valor da vantagem (R\$)	
0272105		Adriel Infantino		87,78	
0272122		Bernadeth Campos de Paula		340,48	
0272123		Deoscaride Sílvio Teixeira		119,70	
0272381		Eny de Figueiredo		38,70	
0272129		Glória Catharina Esteves Monteiro		404,34	
0272134		Janeth Pereira Salim		154,28	
0272138		José Bonifácio Correa		404,34	
0272404		Konrad Wimmer		119,70	
0272142		Maurício da Rocha		87,78	
0272148		Sebastião da Costa Ribeiro		119,7	
9.3.4. levantamento dos valores pagos a maior a título de ATS, GAE, Insalubridade e Periculosidade aos 78 docentes agraciados com progressão funcional para a classe de Professor Titular do Ensino de 1º e 2º graus, por meio da Portaria 44/1999, em desacordo com a legislação vigente, bem como se foi efetuado ressarcimento ao erário de valores pagos a maior aos beneficiários da ocorrência, indicados no anexo 2 do relatório de auditoria operacional 20/2000;					
9.3.5. ressarcimento ao erário de valores pagos indevidamente a título de adicionais de insalubridade ou periculosidade por ocasião do afastamento dos seguintes servidores para participação em cursos de pós-graduação:					
Matr.	Servidor	Período	Pericul.	Insal.	Total
0272319	Juzélia Santos da Costa	11/3/97 a 11/2/2000	–	84,19	5.641,65
0272419	Pedro Antônio Strobel	11/3/98 a 11/3/2001	57,78+ 69,65	–	3.472,26
6272403	Waltherley Araújo Moura	12/3/98 a 12/3/2001	69,65	–	4.546,15
TOTAL PAGO					13.660,06
9.3.6. identificação dos servidores que obtiveram progressão funcional em desacordo com dispositivos legais e ressarcimento ao erário de valores pagos indevidamente aos servidores Alfredo Pedro de Alcântara Junior, Junia Patrícia Dias da Silva e Dalete Cristiane Silva Heitor, que deveriam estar na Classe D, Padrão V, e estavam,					

respectivamente, na Classe, Padrão VI, Classe B, Padrão I e Classe B, Padrão I;
 9.3.7. ressarcimento de valores indevidamente recebidos pelos servidores a seguir arrolados a título de auxílio-transporte, tendo em vista que estavam afastados para capacitação em 2001, contrariando o Decreto 2.880/1998:

Servidor	Valor (R\$)
Clodoaldo Nunes	142,40
Erika Bussiki Figueredo	243,77
Henrique Antônio Mielli Camargo	972,60
Juzélia Santos da Costa	285,75
Mirian Nogueira Seraphim	479,22
Gilson Francisco de Lima	356,58
Eiji Harima	399,79
Carlos Alberto Saldanha	160,18
Ruy de Oliveira	213,77
Walterley Araújo Moira	3.600,43
Willian de Souza Pereira	233,45
Adriano Breunig	255,61

9.3.8. ressarcimento de valores recebidos indevidamente por vários servidores pela rubrica 15880 – Devolução do Imposto de Renda Judicial, totalizando o montante de R\$126.105,48 no período de agosto a dezembro de 2001, de acordo com o noticiado pelo controle interno na letra e do item 9.3.1.1 do relatório de auditoria 087856 (fls. 64 e 65).

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	104921
Síntese da providência adotada:	
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios do atendimento do Acórdão nº 2874/2011, conforme cópia do Memorando nº. 1008/2011/DSGP/IFMT, anexo I, encaminhado a CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi possível confirmar que mais de 50% das constatações foram sanadas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por serem situações que ocorreram no ano de 2000 foi muito difícil encontrar os documentos que comprovassem o atendimento das constatações, bem como informações sobre as mesmas.	

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2º	TC-012.872/2005-7	2720/2011	9		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
9.13.6. evite a repetição de fatos como a designação de servidor ocupante de cargo de Assistente de Administração para ministrar aula, infringindo o disposto no art. 117, XVII, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o item 9.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 160753					
9.13.7. proceda à concessão da vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/90 com valores calculados corretamente, em vista que o contrário disso foi narrado no item 9.2.2.2 do Relatório de Auditoria nº 160753 da CGU;					
9.13.8. atente ao exposto no item 9.2.2.4 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU, que identificou a concessão da vantagem prevista no art. 184, II, da Lei 1711/52 a servidores posicionados em classe intermediária;					
9.13.9. procure atender ao estipulado nas instruções normativas desta Corte de Contas referentes ao encaminhamento dos					

processos de aposentadoria e de pensão, pois os processos 23049.000006, 23049.000005, 23049.000008, 23049.000010/2004-26, 23049.000102/2004-25, 23049.000011/2004-71 e 34049.000012/2004-15 foram enviados com descumprimento ao prazo de 60 dias previsto na IN TCU 44/2004, conforme relatam os itens 9.4.1.1 e 9.4.2.1 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	104921
Síntese da providência adotada:	
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios do atendimento do Acórdão nº 2720/2011, conforme cópia do Memorando nº. 1008/2011/DSGP/IFMT, anexo I, encaminhado a CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi possível confirmar que 90% das constatações foram sanadas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por serem situações que ocorreram no ano de 2004 foi muito difícil encontrar os documentos que comprovassem o atendimento das constatações, bem como informações sobre as mesmas.	
DE: Determinação RE: Recomendação	
Fonte: IFMT	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3ª	TC – 030.483/2011-5	9550/2011 – 2ª Câmara	1.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissões para os interessados cujos atos foram considerados prejudicados por inépcia, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões; e					
1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					104921
Síntese da providência adotada:					
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios e encaminhado ao TCU por meio do Ofício n. 03/2012 – Reitoria/IFMT, de 02/01/2012.					
A DSGP está observando e efetuando o preenchimento correto de todos os formulários exigidos no Sistema SISAC.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Excesso de trabalho e deficiência de pessoal					
DE: Determinação RE: Recomendação					
Fonte: IFMT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4ª	TC – 030.537/2011-8	9554/2011 – 1ª Câmara	1.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissões para os interessados cujos atos foram considerados prejudicados por inépcia, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões; e</p> <p>1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					104921
Síntese da providência adotada:					
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios e encaminhado ao TCU. A DSGP está observando e efetuando o preenchimento correto de todos os formulários exigidos no Sistema SISAC.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Excesso de trabalho e deficiência de pessoal DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5ª	TC – 030.538/2011-4	10347/2011 – 2ª Câmara	1.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão,					

por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissões para os interessados cujos atos foram considerados prejudicados por inépcia, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões; e

1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	104921
Síntese da providência adotada:	
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios e encaminhado ao TCU. A DSGP está observando e efetuando o preenchimento correto de todos os formulários exigidos no Sistema SISAC.	
Síntese dos resultados obtidos	
Alcançado	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Excesso de trabalho e deficiência de pessoal DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6ª	TC – 030.559/2011-1	10806/2011 – 2ª Câmara	1.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissões para os interessados cujos atos foram considerados prejudicados por inépcia, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões; e 1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					104921
Síntese da providência adotada:					
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios e encaminhado ao TCU. A DSGP está observando e efetuando o preenchimento correto de todos os formulários exigidos no Sistema SISAC.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Excesso de trabalho e deficiência de pessoal DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7ª	TC – 011.218/2003-9	53/2011 – 1ª Câmara	1.7	RE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
<p>1.7. alertar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, sucessor do CEFET/MT:</p> <p>1.7.1. para que observe os limites para contratação com dispensa de licitação previstos no art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93, em vista do constatado no item 6.3.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 116462, e;</p> <p>1.7.2. que o Termo de Concessão de Uso nº 1/2002, firmado com a Coopertec, não está em harmonia com a decisão nº 585/1997 – Plenário, cabendo, no caso, apenas permissão de uso, nos moldes admitidos pelo Acórdão nº 29/2000 – TCU/2ª Câmara.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Campus Cuiabá					104911
Síntese da providência adotada:					
<p>1.7.1. O Campus ampliou suas ações de controle, de modo que tais inconsistências venham a acontecer. Além disso, a Pró-Reitoria de Administração e a Unidade de Auditoria Interna, tem auxiliado nos trabalhos de fiscalização e controle dessas despesas.</p> <p>1.7.2. Quanto a concessão de uso do espaço físico, o Campus Cuiabá regularizou a situação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Excesso de trabalho e deficiência de pessoal					
DE: Determinação RE: Recomendação					
Fonte: IFMT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8º	TC 015.635/2007-2	10587/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
<p>9.6. determinar à CEFET/MT que:</p> <p>9.6.4. evite prorrogar a vigência do contrato firmado em resultado da Concorrência 615/2006, caso ainda não tenha sido feito, visto as irregularidades detectadas no procedimento licitatório, de acordo com o item 5.1.1.3 do Relatório de Auditoria de Gestão das contas do exercício de 2006, que infringiram os artigos 4º do Decreto nº 5.450/2005 e 21, § 3º, 56, §1º e 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, promovendo-se a abertura de novo processo licitatório na modalidade pregão, conferindo-lhe ampla divulgação e publicidade com o objetivo de garantir condições mais vantajosas à Administração, conforme o art. 3º, caput, desse mesmo texto legal;</p> <p>9.6.5. ao contratar fundação de apoio com base na Lei 8.958/94 (alterada pela Lei 12.349/2010), observe se a mesma cumpre todos os requisitos elencados na citada lei, inclusive verificando seu correspondente registro e credenciamento junto aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, como exige o artigo 2º, inciso III, do</p>					

citado texto legal;	
9.6.6. assegure que a atuação de fundação de apoio porventura contratada para projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura, limitar-se-á às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, em conformidade com o artigo 1º, § 2º, da Lei 8.958/94 (alterada pela Lei 12.349/2010);	
9.6.7. quando houver autorização de participação de servidores em atividades realizadas por fundação de apoio, observe que isto deverá ocorrer sem prejuízo de suas atribuições funcionais, sendo vedada a participação durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, bem como a contratação de pessoal administrativo, de manutenção, de docentes ou de pesquisadores para prestarem serviços ou atender a necessidades de caráter permanente, excetuando-se a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, em conformidade com o artigo 4º da Lei 8.958/94 (alterada pela Lei 12.349/2010);	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	104911
Síntese da providência adotada:	
9.6.4. Foi realizado novo procedimento licitatório;	
9.6.5, 9.6.6 e 9.6.7. Recomendação já praticada pelo Campus Cuiabá desde 2008. Houve o descredenciamento da FUNDETEC e desde então a Instituição não efetuou mais nenhum contrato e/ou convênio com a entidade;	
Síntese dos resultados obtidos	
Pendências regularizadas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
-	

DE: Determinação RE: Recomendação
 Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9º	TC – 012.872/2005-7	2720/2011 – 1ª Câmara	9.13	RE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
9.13. determinar ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso que:					
9.13.2. observe o disposto no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93, formalizando os devidos termos de contrato no caso de compras que resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, em face do noticiado no item 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753;					
9.13.3. observe as recomendações emanadas pela CGU no item 10.2.2.1 no Relatório de Auditoria nº 160753, pois restou comprovado o fracionamento de despesas efetuado mediante dispensa de licitação;					
9.13.4. implemente as recomendações feitas pela CGU no item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 160753, dado que o Controle Interno detectou a falta de concomitância entre os registros contábeis e a ocorrência dos fatos;					
9.13.5. observe que ocorreu a falta de consistência nos índices de gastos com locação de mão de obra por metro quadrado, segundo o apontado pela CGU no item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 160756;					
9.13.6. evite a repetição de fatos como a designação de servidor ocupante de cargo de Assistente de Administração para ministrar aula, infringindo o disposto no art. 117, XVII, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o item 9.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 160753;					
9.13.7. proceda à concessão da vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/90 com valores calculados corretamente, em vista que o contrário disso foi narrado no item 9.2.2.2 do Relatório de Auditoria nº 160753 da CGU;					
9.13.8. atente ao exposto no item 9.2.2.4 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU, que identificou a					

concessão da vantagem prevista no art. 184, II, da Lei 1711/52 a servidores posicionados em classe intermediária;

9.13.9. procure atender ao estipulado nas instruções normativas desta Corte de Contas referentes ao encaminhamento dos processos de aposentadoria e de pensão, pois os processos 23049.000006, 23049.000005, 23049.000008, 23049.000010/2004-26, 23049.000102/2004-25, 23049.000011/2004-71 e 34049.000012/2004-15 foram enviados com descumprimento ao prazo de 60 dias previsto na IN TCU 44/2004, conforme relatam os itens 9.4.1.1 e 9.4.2.1 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU;

9.13.10. apresente ao Controle Interno, se ainda não o fez, o ressarcimento das diárias pagas a profissionais para ministrarem cursos na mesma cidade de suas residências, fato este indicado no item 9.3.1.2 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU;

9.13.11. providencie a obtenção de ressarcimento corrigido monetariamente, se ainda não o fez, acerca dos valores pendentes de pagamento pela Cooperativa Coopertec em decorrência do Termo de Concessão de Uso nº 1/2002, visto que o Relatório de Demandas Especiais da CGU nº 00190.031528/2008-04 constatou pendências em relação aos meses de janeiro, agosto e setembro de 2004, no valor original total de R\$3.000,00;

9.14. determinar ao Controle Interno que acompanhe, ao longo do exercício de 2011, a observação por parte do jurisdicionado das determinações acima, para fins de subsidiar o exame das referidas contas a cargo deste Tribunal;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	104911
Instituto Federal de Mato Grosso – Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	100916

Síntese da providência adotada:

9.13.2. Atendimento da recomendação, através da formalização de contratos, conforme dispõe a legislação e efetuado maior controle e resolução de divergências com fornecedores;

9.13.3. Designado servidor responsável pelo controle da execução orçamentária e não houve novas ocorrências registradas;

9.13.4. Designado servidores responsáveis pela conformidade de gestão e contábil;

9.13.5. Realizada nova licitação em 2010, nos moldes traçados pela SLTI/MPOG;

9.13.6. Situação regularizada, não há mais atribuições de aulas para assistentes de administração;

9.13.7. Situação regularizada;

9.13.8. Situação regularizada;

9.13.9. Providências e encaminhamentos realizados;

9.13.10. Foram apresentados os comprovantes de ressarcimento;

9.13.11. Foram levantados os pagamentos e comprovada a inexistência de débitos.;

Síntese dos resultados obtidos

Pendências regularizadas, por meio da ampliação das ações de capacitação e controle interno.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de pessoal;
Dificuldade na implementação das ações em razão da falta de pessoal e da mudança no corpo diretivo e a extinção da ex-autarquia (CEFETMT).

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	100916

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC – 015.600/2006-9	1618/2011– 1ª Câmara	9.8	RE	-

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	104911

Descrição da Deliberação:

9.8. alertar à Direção-Geral do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso que:

9.8.1. ao elaborar o Laudo de Avaliação de Imóvel destinado à fixação de valor para uso de imóvel do IFET/MT, observe também, nos critérios utilizados para fixação de tal valor, os objetivos educacionais desenvolvidos pela instituição de ensino beneficiária da concessão, deixando claras as obrigações da concessionária, inclusive o percentual correspondente às bolsas de auxílio previstas no contrato de cessão;

9.8.2. atente para a necessidade de, quando da elaboração de projetos referentes às obras a serem contratadas, considere os elementos necessários à execução das mesmas, nos termos previstos no art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/93, de modo a evitar a reincidência do informado pelo item 8.1.5.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133 (fls. 147/150, volume 1);

9.8.3. observe as recomendações emanadas pela CGU/MT no item 5.2.1.1 do Relatório da Auditoria nº 175133, bem como atente para a necessidade de recolhimento, quanto da execução de contratos referentes a obras, do ISSQN aos cofres do município de Cuiabá, bem como do INSS aos cofres da União;

9.8.4. observe rigorosamente o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/04 e na jurisprudência deste Tribunal no que tange à exigência do regime de exercício integral dos servidores que exercem Funções Comissionadas e Funções Gratificadas, tendo em vista o que foi detectado na cessão de comissionado à fundação de apoio;

9.8.5. publique tempestivamente os termos aditivos de seus contratos, ato este que não foi observado durante a execução do Contrato nº 12/2004, maculando o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 (item 8.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133, fls. 150 e 151 do volume 1);

9.8.6. autorize atividades ligadas a projetos apoiados por fundação de apoio, por parte de docentes em regime de dedicação exclusiva, desde que isso ocorra sem prejuízo de suas atribuições funcionais, sendo vedada aos servidores públicos federais a participação nessas atividades durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, excetuada a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, bem como a utilização da referida fundação para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem serviços ou atender a necessidades de caráter permanente (art. 4º da Lei nº 8.958/1994, redação dada pela MP nº 495/2010, de forma a evitar a reincidência das ocorrências destacadas pelos itens 8.2.2.11 e 8.2.2.12 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133 (fls. 200/206, volume 1);

9.8.7. atente para não autorizar a realização de despesa com a utilização do cartão de pagamento do governo federal por servidor não titular do referido cartão, infringindo-se os parágrafos-únicos dos artigos 1º e 3º do Decreto nº 5.355/2005 (item 5.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 175133 da CGU, fls. 92/94, volume 1);

9.8.8. quando da aquisição de serviços com o concomitante fornecimento de produtos, empenhe cada um no correspondente elemento de despesa, posto que foram pagos serviços em conjunto com o fornecimento de peças em único elemento de despesa;

9.8.9. reclassifique as despesas executadas com pagamento antecipado, pois a Controladoria identificou que o jurisdicionado deixou de reclassificar despesas lançadas nas contas de pagamento de despesas antecipadas nº 33903096 e 33903996, apropriadas a título de suprimento de fundos;

9.8.10. atenda às recomendações feitas pela CGU (item 7.3.1.1 do Relatório de Auditoria nº 175133), em face de falhas em processos referentes à concessão de diárias;

9.8.11. publique o extrato de dispensa de licitação anteriormente à assinatura do contrato, em vista do narrado no item 8.2.2.3 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133;

9.8.12. observe fielmente o previsto nos documentos de constituição jurídica de entes que venham a utilizar espaços físicos desse Instituto, em face da impropriedade indicada no item 8.2.2.8 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133;

9.8.13. atenda às solicitações da CGU no sentido de encaminhar àquele órgão informações sobre diligências, recomendações e determinações do TCU no exercício de 2005, dado o noticiado no item 9.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133;

9.8.14. encaminhe o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna PAAAI no prazo previsto nas instruções normativas emitidas pela CGU-PR, dado o registrado no item 9.2.1.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133;

9.8.15. atualize o rol de responsáveis no SIAFI, de forma a que este corresponda à real estrutura organizacional da entidade, evitando-se a repetição da falha apontada no item 9.2.3.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 175133;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	104911
Instituto Federal de Mato Grosso – Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	100916

Síntese da providência adotada:

9.8.1. Todos os contratos de concessão onerosa de uso, estão sendo elaborados com base nos laudos de

avaliação de imóvel.

9.8.2. A Instituição tem promovido as observações necessárias, sendo que tem se preferido contratar tais serviços por meio de processo licitatório, nas quais são exigidos toda a documentação e projetos necessários para a boa execução da obra.

9.8.3. A Instituição tem promovido todos os esforços necessários, para um maior controle na área contábil;

9.8.4. Situação regularizada;

9.8.5. Situação regularizada, por meio da nomeação de servidor responsável para o acompanhamento e controle de todos os contratos da instituição;

9.8.6. A Instituição não possui mais nenhum contrato e/ou convênio com fundações de apoio;

9.8.7. Situação regularizada, por meio da nomeação de servidor responsável pelo controle e acompanhamento das despesas com suprimento de fundos;

9.8.8. Situação regularizada;

9.8.9. Situações regularizadas, por meio da nomeação de servidor responsável pelo controle e acompanhamento das despesas com suprimento de fundos;

9.8.10. Situações regularizadas;

9.8.11. Situação regularizada, por meio da nomeação de servidor responsável para o acompanhamento e controle de todos os contratos da instituição;

9.8.12. Situação regularizada;

9.8.13. Situação regularizada com a criação da Unidade de Auditoria Interna, bem como ampliação da equipe de auditores internos;

9.8.14. Situação regularizada, PAAINT encaminhado anualmente no prazo estabelecido;

9.8.15. Situação regularizada, periodicamente a Instituição tem promovido os esforços necessários para atualização do Rol de Responsáveis.

Síntese dos resultados obtidos

Pendências regularizadas, por meio da ampliação das ações de capacitação e controle interno.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de pessoal;
 Dificuldade na implementação das ações em razão da falta de pessoal e da mudança no corpo diretivo e a extinção da ex-autarquia (CEFETMT).

DE: Determinação RE: Recomendação
 Fonte: IFMT

17.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Tabela CXI. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1º	TC 015.635/2007-2	10587/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.6	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
<p>9.6. determinar à CEFET/MT que:</p> <p>9.6.1. proceda ao imediato recolhimento aos cofres da União dos impostos retidos e registrados na conta contábil 193210501, conforme apontado no subitem 2.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão das contas do exercício de 2006, de modo a assegurar o fiel atendimento ao artigo 35, I, da Lei nº 4.320/64;</p> <p>9.6.2. efetue o levantamento dos bens da Unidade, atualizando os “Termos de Responsabilidade”, bem como elabore o inventário do material permanente e o relatório patrimonial da Unidade, em obediência aos artigos 141 do Decreto nº 93.872/86 e 89 do Decreto-Lei nº 200/67;</p> <p>9.6.3. conclua o levantamento dos processos nos quais tenham sido arrolados bens desaparecidos, em vista do princípio da indisponibilidade do interesse público, e, nos casos em que bens desaparecidos ou danificados configurarem prejuízos à União, adote, de imediato, as providências para o ressarcimento, em obediência ao artigo 8º da Lei nº 8.443/92, promovendo-se a cobrança dos servidores arrolados nos respectivos “Termos de Responsabilidade” ou, em caso de inexistência do respectivo termo, responsabilizando-se o Chefe do Patrimônio em conjunto com a Chefia do Setor pertinente;</p> <p>9.6.8. caso ainda não tenha ocorrido o ressarcimento do débito de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por parte da Fundetec, identificado pelo Controle Interno, pertinente ao convênio firmado entre Fundetec, Anajustra e Cefet/MT para realização do curso “Gestão Pública Judiciária” a partir de 2006, promova, de imediato, as medidas imprescindíveis à recomposição do erário, inclusive de ordem judicial, se necessárias;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Síntese da providência adotada:					
<p>9.6.1. O Campus Cuiabá está realizando uma análise criteriosa, juntamente com o Setorial Contábil da Reitoria, para apuração dos fatos, e proceder à ações necessárias. Tal análise torna-se necessária visto já terem sido identificados inconsistências no SIAFI que gerou inscrição na conta 193210501.</p> <p>9.6.2. A falta de pessoal, grande demanda de atividades e estruturação do IFMT, constituem os principais fatores do atraso na realização do inventário de bens. Para a resolução da questão, foi celebrado contrato de prestação de serviços para a realização do levantamento dos bens do Campus Cuiabá, mas que devido à novas formas de gestão dos bens, utilização do SIGA-ADM, ainda não houve conclusão dos trabalhos. Observa-se ainda que dos serviços contratados, consta além do levantamento dos bens, a análise dos procedimentos e rotinas de gestão e elaboração de manual de procedimentos, assim como a atualização dos Termos de Responsabilidade.</p> <p>9.6.3. Foi celebrado contrato de prestação de serviços para a realização do levantamento dos bens do Campus Cuiabá, mas devido à novas formas de gestão dos bens, utilização do SIGA-ADM, ainda não houve conclusão dos trabalhos. Observa-se ainda que dos serviços contratados, consta além do levantamento dos bens, a análise dos procedimentos e rotinas de gestão e elaboração de manual de procedimentos, assim como a atualização dos Termos de Responsabilidade e avaliação dos bens. Assim, os bens, que na avaliação comprovarem que estão danificados, será aplicada a baixa de acordo com a legislação. Por fim, informa-se que já foi implantada a rotina de baixa dos bens roubados/extraviados com a devida apuração de responsabilidade.</p> <p>9.6.8. O ressarcimento deve ser realizado por uma Pessoa Jurídica de Direito Privado que não é controlada por este Campus, de modo que houve a notificação para o ressarcimento, porém até a presente data não identificamos tal</p>					

pagamento. Assim, este Campus está tomando as medidas legais para a recomposição ao erário por parte da FUNDETEC.

Justificativa para o seu não cumprimento

9.6.1. O Campus Cuiabá está realizando uma análise criteriosa, juntamente com o Setorial Contábil da Reitoria, para apuração dos fatos, e proceder à ações necessárias. Tal análise torna-se necessária visto já terem sido identificados inconsistências no SIAFI que gerou inscrição na conta 193210501.

9.6.2 e 9.6.3. Atualmente o Campus Cuiabá desenvolve suas atividades em 03 (três) turnos (manhã – tarde – noite) de segunda a sábado e 01 (um) turno aos sábados, atendendo mais de 3200 (três mil e duzentos) alunos, e mais uma grande quantidade de cidadãos diariamente, e para tanto conta com pouco mais de 110 (cento e dez) técnico-administrativos, o que tem prejudicado a realização de algumas atividade-meio. Diante desta realidade que, para atendimento da legislação, o Campus buscou a contratação dos serviços, com previsão de término das atividades em março/2012.

9.6.8. O ressarcimento deve ser realizado por uma Pessoa Jurídica de Direito Privado que não é controlada pela Instituição, de modo que houve a notificação para o ressarcimento, porém até a presente data não identificamos tal pagamento. Assim, este Campus está tomando as medidas legais para a recomposição ao erário por parte da FUNDETEC.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Dificuldade na implementação das ações em razão da falta de pessoal e da mudança no corpo diretivo e a extinção da ex-autarquia (CEFETMT).

Os principais fatores que dificultam a implementação da determinação do TCU são os prazos e procedimentos legais (ação judicial) necessários à obrigação por parte da FUNDETEC a realizar o ressarcimento, visto que mediante a notificação deste Campus, não houve o ressarcimento. Da mesma forma, as regularizações contábeis, com a implementação do Instituto Federal, dependem de ações conjuntas entre o Campus, Reitoria e MEC, além de se depender de análises criteriosas e minuciosas de cada caso. Assim, o Campus está empenhando ações na resolução da questão e trabalhando juntamente com a Reitoria nos casos em que for necessário.

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2º	TC – 012.872/2005-7	2720/2011 – 1ª Câmara	9.13	RE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
9.13. determinar ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso que: 9.13.1. atente para a necessidade de promover a baixa dos bens desaparecidos/furtados, bem como implemente as recomendações feitas pela CGU/MT no item 8.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 160753;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Síntese da providência adotada:					
Foi celebrado contrato de prestação de serviços para a realização do levantamento dos bens do Campus Cuiabá, mas devido à novas formas de gestão dos bens, utilização do SIGA-ADM, ainda não houve conclusão dos trabalhos. Observa-se ainda que dos serviços contratados, consta além do levantamento dos bens, a análise dos procedimentos e rotinas de gestão e elaboração de manual de procedimentos, assim como a atualização dos Termos de Responsabilidade e avaliação dos bens. Assim, os bens, que na avaliação comprovarem que estão danificados, será aplicada a baixa de acordo com a legislação. Por fim, informa-se que já foi implantada a rotina de baixa dos bens roubados/extraviados com a devida apuração de responsabilidade.					
Justificativa para o seu não cumprimento					
Atrasos na contratação dos serviços; Falta de pessoal;					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Atrasos na contratação dos serviços.

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

17.3 Deliberações do TCU anteriores ao exercício de 2011 e pendentes de atendimento ao final do exercício corrente**Tabela CXII. Situação das deliberações do TCU anteriores ao exercício de 2011 que permanecem pendentes de atendimento no exercício.**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1º	013.126/2006-9	462/2010 – 1ª Câmara	1.5	DE	Ofício 361/2010-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1.2. cessado o risco, providencie novo levantamento das condições ambientais de trabalho, para fins de avaliar a suspensão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso I, e 12 da ON nº 4/2005 do MPOG;</p> <p>1.5.2. ao IFET Mato Grosso e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que prevejam recursos orçamentários suficientes para que o CEFET Cuiabá possa efetuar o reavivamento das cercas existentes e a implantação de cercas nas divisas, onde inexistente, se tal providência ainda não foi tomada;</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
IFMT/ Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas;					100916
IFMT/ Campus São Vicente					452
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>1. De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2010 o laudo deve ser elaborado por servidores públicos, no entanto, a Instituição não dispõe em seu quadro funcional, profissionais habilitados para tal função.</p> <p>Cabe ressaltar, que o IFMT também tentou promover várias ações para a celebração de convênios e/ou parcerias com a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Subsistema Integrado de Atenção à Saúde/SIASS, Ministério do Trabalho e Emprego no entanto não obtivemos êxito em razão da falta de pessoal nesses órgãos.</p> <p>A Instituição tentou contratar os serviços por meio de processo licitatório, no entanto, na Orientação Normativa n. 02/2010 da SRH/MPOG há a vedação na contratação desses serviços.</p> <p>Portanto, está previsto no concurso que realizar-se-á no 1º semestre de 2012 a vaga de 1 arquiteto e 1 engenheiro eletricitista com especialização em Segurança do Trabalho, demonstrando dessa forma que esta Administração não está inerte a situação constatada.</p> <p>3 Em 2010 foi encaminhado os projetos e o Termo de Cooperação Técnica para que o Ministério da Educação promova a descentralização de créditos orçamentários para a realização reavivamento das cercas existentes e a implantação de cercas nas divisas no Campus São Vicente, haja vista a insuficiência de recursos orçamentários. Pois bem, infelizmente, apesar da solicitação tal pleito não fora atendido até o encerramento do exercício. Dessa forma, para o exercício de 2011 a Instituição solicitou ao IBAMA a doação de madeiras ou lascas de madeiras apreendidas, para promover o cercamento do Campus. As madeiras estão sendo doadas e assim que finalizadas serão promovidas o novo cercamento do Campus.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					

gestor
Os fatores que prejudicaram o cumprimento das recomendações e determinações do TCU foram a falta de recursos orçamentários para a realização das atividades, bem como a falta de pessoal para o cumprimento da Orientação Normativa n. 02/2010.

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.885/2008-3	1306/2010	1.5.1.6	DE	Ofício nº 391/2010 CCEX/MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Campus Cáceres					10916
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.6. com base nas notas e cupons fiscais de abastecimento de combustível, efetue o levantamento da quantidade de álcool adquirida mensalmente por meio do contrato n. 01/2007 para, desta forma, confrontando com os preços cobrados à época pelo fornecedor aos clientes em geral, providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior durante o exercício de 2007, em obediência ao estipulado na cláusula sexta do contrato e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
IFMT/Campus Cáceres					100916
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Item 1.5.1.6: Ainda em processo de regularização, junto ao fornecedor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Quanto a essa recomendação, ainda em fase final de regularização junto ao fornecedor, porque há discordância quanto a reposição ao erário em que o mesmo alega que os valores cobrados pelo combustível era compatível com os preços praticados no mercado.					

Fonte: IFMT

17.4 Recomendações da CGU atendidas no exercício

Tabela CXIII. Cumprimento das deliberações da CGU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108778 – 2ª Parte	1.1.5.6	Ofício
2		1.1.5.7	

3	1.1.5.8
4	1.1.5.10
5	1.1.5.11
6	1.1.5.12
7	1.1.6.1
8	1.1.8.1
9	1.1.11.1
10	1.1.12.3
11	1.1.12.4
12	1.1.12.5
13	1.1.12.7
14	1.1.12.8
15	1.1.13.2
16	1.1.2.1
17	1.1.2.2
Órgão/entidade objeto da recomendação	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi	
Código SIORG	
100916	
Descrição da Recomendação:	
<p>1.1.5.5. Instituir Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do IFMT. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação</p> <p>1.1.5.7. Incluir anexo de acordos de níveis de serviço nos editais dos certames elaborados pela Unidade e nos contratos celebrados entre esta e as empresas fornecedoras de soluções em TI. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação/ Pró-Reitoria de Administração e Campi do IFMT</p> <p>1.1.5.8. Instituir metodologia de desenvolvimento de sistemas na área de TI que possibilite que as várias etapas típicas do desenvolvimento de programas próprios ou contratados sejam executadas de forma sistemática e documentada. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação</p> <p>1.1.5.10. Aprimorar o processo de trabalho formalizado e uniformizado para contratação de bens e serviços de TI aplicável a todos os campi e à Reitoria. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação/ Pró-Reitoria de Administração e Campi do IFMT</p> <p>1.1.5.11. Aperfeiçoar os mecanismos utilizados para divulgação e conscientização, a todos os níveis da Unidade, acerca da importância dos controles internos e das ações da Unidade de Auditoria Interna para que sejam efetivas. Responsável pela implementação: Unidade de Auditoria Interna/ Gabinete da Reitoria/ Campi</p> <p>1.1.5.12. Promover a capacitação dos servidores envolvidos nas comissões de licitação e na fiscalização de contratos e estabelecer procedimentos/rotinas formalizados (<i>check-list</i>). Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi/ Procuradoria/ Assessoria Jurídica/ Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas</p> <p>1.1.6.1. Evitar a concessão de suprimento de fundos para atender a vários eventos de natureza diversa num mesmo processo. No caso de inviabilidade, quando da prestação de contas, identificar, nos processos físicos, os comprovantes das despesas realizadas por evento. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi</p> <p>1.1.8.1. Recomendação 1: Promover a capacitação de servidores para gerenciamento/controle de bens imóveis sob responsabilidade da Unidade. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi / Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas</p> <p>1.1.8.1. Recomendação 4: Providenciar o Inventário dos Bens Imóveis. Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi</p> <p>1.1.12.1. Realizar processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93, para a aquisição de pães para atender às necessidades do restaurante universitário, em modalidade técnica e economicamente viável. Responsável pela implementação: Campus São Vicente</p> <p>1.1.12.3. Quando da elaboração de edital de licitação para serviços considerados de natureza continuada, observar a jurisprudência do TCU (Acórdão 1382/2003-Primeira Câmara), bem como emitir Portaria discriminando quais os</p>	

serviços considerados de natureza continuada pela Unidade e seus locais de aplicação.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração

1.1.12.4. Capacitar as comissões de licitação no sentido de aplicar o disposto na Portaria SLTI/MPOG nº 01/2010, a respeito dos critérios de sustentabilidade ambiental, para aquisição de bens e contratação de serviços/obras da Unidade.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi/ Diretoria de Sistêmica de Gestão de Pessoas

1.1.12.7. Recomendação 1: Aplicar o disposto na Portaria SLTI/MPOG nº 02/2010, sobre as especificações padrão de bens de tecnologia da Informação, nas aquisições de bens/serviços de TI.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação/ Pró-Reitoria de Administração e Campi do IFMT

1.1.12.8. Programar a execução das despesas de forma global e anual, realizando o competente processo licitatório, de modo a evitar o fracionamento de despesas com fuga da modalidade licitatória adequada.

Responsável pela implementação: Campus Cáceres

1.1.13.1. Recomendação 2: Submeter os termos aditivos à apreciação da Procuradoria Jurídica para manifestação conforme disposto nos Acórdãos TCU nºs 948/2007-Plenário e 777/2006-Plenário.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.1.13.2. Disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG informações referentes aos contratos vigentes na Unidade, em cumprimento ao § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.2.1.1. Inserir a codificação utilizada na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) nas planilhas orçamentárias de obras.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.2.1.2. Inserir nos editais a exigência para que os participantes do processo licitatório apresentem o detalhamento da composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.2.1.3. Submeter as minutas dos editais e contratos, inclusive de carta-convite, à Procuradoria Jurídica para manifestação, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi	100916

Síntese da providência adotada:

1.1.5.5. Criação do Comitê de Segurança da Informação, com a responsabilidade de propor a PSI no âmbito do IFMT, conforme portaria nº 1.110, de 18 de Agosto de 2011.

1.1.5.7. Inclusão de acordo de níveis de serviços nos termos de referência confeccionados, como apresentado nos processos 23188.002440/2010-36 na página 07 verso, item 6.2.2 Especificação de Requisitos e 23188.002439/2010-10 nas páginas 06 verso, item Especificação de Requisitos – Telefonia Fixa Local e página 07 verso, item Especificação de Requisitos – Acesso à Internet.

1.1.5.8. Adoção de Metodologia de Desenvolvimento de Software, conforme Instrução Normativa da DGTI nº 04, publicada em 04 de Outubro de 2011.

1.1.5.10. Comunicação à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento e aos Diretores Gerais dos Campi sobre a Instrução Normativa Nº 04, de 12/11/2010 com orientações sobre os procedimentos de aquisição de Soluções de Tecnologia da Informação no IFMT, conforme Memorando Circular nº 01/2011/CTI/IFMT em 16/08/2011. Além disso, foi avaliada no Comitê de Tecnologia da Informação a adoção do “Guia Prático para Contratação de Soluções de TI”, disponibilizado no site do Governo Eletrônico1. Conforme recomendação da relatora da avaliação, Profa. Gláucia Mara de Barros, em reunião no dia 08/09/2011 e também em na reunião de 11/10/2011, propôs a criação de um check list para facilitar a utilização em todos os campi do IFMT.

1.1.5.11. A Unidade de Auditoria Interna tem melhorado suas ações de controle, bem como tem tornado suas ações mais presentes e constantes. Com isso as ações de controle estão sendo mais efetivas e eficazes.

1.1.5.12. Foram realizadas diversas capacitações para os servidores que atuam na área de aquisições e contratos, bem como tem sido oferecidos diversas oportunidades para que os mesmos tenham condições de participar de tais capacitações. Além disso, para os próximos exercícios a Instituição já inseriu a demanda da área no Plano Anual de Capacitação. Da mesma forma, foi elaborado o Mapa de Processos na qual contém todo o check-list dos processos de aquisições e contratos, a qual foi divulgado e disponibilizado aos Campi. Nesse mesmo sentido, a Pró-Reitoria de Administração tem melhorado a sua forma de comunicação, troca de conhecimento e divulgação das documentos e/ou formas que possibilitem a melhoria das ações, por meio de encontros periódicos, visita in loco, treinamentos e disponibilização de informações atualizadas no site da Pró-Reitoria de Administração.

1.1.6.1. Foi publicada a Portaria n. 324/2011, que disciplina o uso do Suprimento de Fundos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Com isso, percebemos que houve melhora nas concessões

e utilizações do suprimento de fundos. Além disso, foram designados servidores para acompanhamento e controle dos suprimentos de fundos. Para o próximo exercício a Instituição pretende realizar novas capacitações aos Campi de modo a melhorar ainda mais o uso e controle.

1.1.8.1. Por meio de parceria com a Superintendência de Patrimônio da União/ Regional MT, foi possível realizar a capacitação com os servidores sobre o uso do SPIUNET.

1.1.8.1. O Inventário de Bens Imóveis do IFMT foi concluído em 2011.

1.1.12.1. Foi realizado o processo licitatório recomendado pelo órgão de controle.

1.1.12.3. Foi publicada nova Portaria 1.481/2011, que trata dos serviços considerados de natureza contínua.

1.1.12.4. Foram oportunizados aos servidores capacitações na área, bem como foram oferecidos diversos materiais de suporte. Foi elaborado ainda o Manual de Compras Públicas e Boas Práticas Sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.1.12.7. Publicidade da Portaria SLTI/MPOG nº 02 junto aos Campi e PROAD, através do Memo 90/2011/

1.1.12.8. O Campus Cáceres tem promovido todos os esforços necessários para que tal situação não venham ocorrer novamente.

1.1.13.1. A Instituição tem promovido todos os esforços necessários para melhoria nas ações da Procuradoria/Assessoria Jurídica, no entanto, ainda dispõe de poucos servidores na área. Haja vista, que a Advocacia-Geral da União também não dispõe de procuradores jurídicos suficientes que possam atender a Instituição. Todavia, o IFMT determinou à todos os Campi o envio dos processos com termos aditivos à Procuradoria para parecer. E apesar das dificuldades com a distância e a falta de pessoal, a Instituição tem atendido a recomendação.

1.1.13.2. No ano de 2011, a Instituição tem promovido todos os esforços necessários para inclusão e atualização de todos os dados constantes no sistema SIASG. Dessa forma, todos os contratos celebrados pelo IFMT já estão devidamente atualizados no sistema, com exceção daqueles celebrados pelas ex-autarquias, em razão que o SIASG já não mais possibilita a atualização desses contratos em razão da extinção dos CEFET's e EAF's.

1.2.1.1. A Instituição tem inserido em seus processos licitatórios os preços e codificações da tabela SINAPI e na sua ausência os dados das tabelas PINI, SINCRO e/ou composição de custos.

1.2.1.2. Implementação realizada.

1.2.1.3. Todos os processos licitatórios estão sendo submetidos à Procuradoria/Assessoria Jurídica.

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A greve dos servidores contribui para o atraso das atividades que deveriam ter sido completadas.

O processo de integração de sistemas oriundos das autarquias que formaram o IFMT é complexo. Estas atividades demandam muito tempo e pessoal qualificado, porém, existe esforço para obter êxito nesta atividade.

Falta de pessoal para atender as recomendações;

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

17.5 Recomendações da CGU dos exercícios anteriores a 2011 e atendidas no exercício

Tabela CXIV. Cumprimento das deliberações da CGU anteriores ao exercício de 2011 e atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria n. 24409	2.1.5.5-055	Ofício n. 26395/2010/GAB/CGU-Regional/MT, de 09/08/2010
2		2.1.7.2-067	
3		2.1.5.2-029	
4		2.1.5.4-054	
5		1.1.1.1-070	

6	2.1.3.1-026
Órgão/entidade objeto da recomendação	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	
Código SIORG	
100916	
Descrição da Recomendação:	
<p>Nº da Constatação: (026) Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização dos processos, recomendamos a implementação dos modelos abaixo identificados (1º modelo- DEMONSTRATIVO DE DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS - CRÉDITO EM CARTÃO e 2º modelo - DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS DESPESAS EFETUADAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS).</p> <p>Nº da Constatação: (029) Considerando a preservação do interesse público e o fato do pagamento dessa substituição estar desprovido de amparo legal, em razão de não haver legislação da espécie que legitime esse pagamento a eventual servidor substituto de substituto, recomendamos que a servidora beneficiada recolha ao erário público os valores recebidos a título de substituição, conforme preceitua a Lei 8112/90, em seu artigo 46.</p> <p>Nº da Constatação: (054) Manter atualizado o cadastro funcional dos servidores cedidos e ativos permanentes no Sistema SIAPE, como também manter devidamente instruídos os correspondentes processos de cessão desses servidores, atentando para a sua devida formalização, considerando o pedido de liberação e a autorização ministerial correspondente para a cessão, a portaria de publicação no DOU, as folhas de frequência mensais periodicamente remetidas do órgão cessionário para o órgão cedente e as guias de recolhimento da União - GRU - mensais demonstrando a restituição do ônus para o erário público da União.</p> <p>Nº da Constatação: (055) Face às ocorrências detectadas e visando ao aperfeiçoamento da formalização desse processo, recomendamos organizar adequadamente o processo de admissão do servidor matrícula SIAPE 01585542, encaminhando-o o mais breve possível para reanálise da CGU-MT.</p> <p>Nº da Constatação: (067) Recomendamos proceder às devidas formalizações processuais dos pagamentos de Ajuda de Custo, observando os aspectos da tempestividade nesses pagamentos, na existência de informações relativas aos efetivos desligamentos e exercícios nas unidades envolvidas, como também reavaliar o planejamento operacional de modo a evitar publicações de atos com efeitos retroativos desprovidos de amparo legal.</p> <p>Nº da Constatação: (070) Recomendamos aos gestores das unidades dos campi do IFMT reavaliar as metodologias de levantamento dos dados e de estruturação dos cálculos dos indicadores, com vistas a promover aprimoramentos no planejamento, na definição e na coleta dos dados e informações, consubstanciando, também, com elementos externos organizacionais que possam nortear ou agregar valores para a instituição. Recomendamos que tais levantamentos sejam realizados periodicamente durante o próprio exercício, pelo menos trimestralmente por todos os campi, de modo a colher subsídios e elementos técnicos que possam ser divulgados por meio de relatórios gerenciais semestrais de todo o IFMT. Entendemos que tal prática contribuirá sobremaneira para o aperfeiçoamento da administração, facilitando a consolidação dos indicadores para fins de consignação no Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício da Unidade, traduzindo, assim, com mais eficiência, eficácia e efetividade os indicadores da própria gestão.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e Campi	
Código SIORG	
100916	
Síntese da providência adotada:	
<p>Nº da Constatação: (026) Situação regularizada por meio da publicação de portaria normativa sobre o assunto. No entanto, para melhorar a execução das atividades, a Instituição irá promover e/ou oferecer mais oportunidades de capacitação aos servidores.</p> <p>Nº da Constatação: (029)</p>	

<p>Ressarcimento efetuado Nº da Constatação: (054) As recomendações foram atendidas. Nº da Constatação: (055) As recomendações foram atendidas. Nº da Constatação: (067) As recomendações foram atendidas. Nº da Constatação: (070) A Instituição tem acompanhado periodicamente tais indicadores, de modo a propor medidas corretivas e/ou de desenvolvimento, porém tais ferramentas de acompanhamento precisam ser melhoradas, de modo que a adoção das ações sejam mais rápidas e eficientes.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<p>A estruturação do Instituto Federal, bem como o processo de integração das ex-autarquias foram bastante extenuantes e conflitivos para a Instituição, principalmente em razão, que foi necessário a análise do ambiente interno e externo de todos os Campi da Instituição, bem como o levantamento de seus problemas e necessidades. Tais atividades demandam tempo e pessoal, porém a insuficiência de pessoal qualificado foi um dos fatores impeditivos para o cumprimento de todas as determinações dos órgãos de controle. Porém, apesar de todas essas dificuldades, a Instituição tem promovido esforço contínuo para a melhoria da sua gestão.</p>

Fonte: IFMT

17.6 Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

Tabela CXV. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108778 – 2ª Parte	1.1.5.3	Ofício
2		1.1.5.4	
3		1.1.5.6	
4		1.1.5.9	
5		1.1.8.1	
6		1.1.9.2	
7		1.1.12.2	
8		1.1.12.6	
9		1.1.12.7	
10		1.1.13.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi			100916
Descrição da Recomendação:			
1.1.5.3 Recomendação 1: Inserir no PDTI um conjunto de decisões e ações que contemple períodos futuros (geralmente 03 anos), e que observem aspectos importantes tais como: cronograma de execução dos projetos e os resultados/benefícios advindos destes e incluir proposta que contemple as demandas de recursos humanos necessárias			

para gestão do PDTI bem como plano de ação para viabilizar a capacitação de servidores na área de TI, alinhado às necessidades da Unidade e ao cumprimento de sua missão institucional.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.5.3. Recomendação 2: Constituir um Comitê Diretivo de TI que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.5.4. Elaborar um instrumento formal de Política de Segurança da Informação (PSI) que contemple as diretrizes da Unidade quanto ao tratamento da segurança da informação.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.5.6. Instaurar rotina e procedimentos de análises para verificar a compatibilidade entre os recursos de TI e a necessidade da Unidade.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.5.9. Instaurar sistemática de internalização de conhecimento dos produtos e serviços de TI, terceirizados, aos servidores da Unidade.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.8.1. Recomendação 2: Promover a regularização patrimonial dos Bens Imóveis não registrados no SPIUnet.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.1.8.1. Recomendação 3: Promover a regularização da avaliação dos bens imóveis de uso especial com data de validade vencida.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.1.9.2. Recomendação 1: Exigir dos órgãos cessionários o reembolso da remuneração dos servidores matrículas SIAPE n°s 0272176, 0049413 e 6272167, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 93 da Lei n° 8.112/90 e no art. 4º do Decreto n° 4.050/2001.

Responsável pela implementação: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

1.1.9.2. Recomendação 2: No caso de não reembolso, adotar as providências necessárias para o retorno dos servidores matrículas SIAPE n°s 0272176 e 0049413, mediante notificação, conforme disposto no art. 10º do Decreto n° 4.050/2001.

Responsável pela implementação: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

1.1.12.2. Recomendamos à Unidade fazer gestão junto ao MEC para que o sistema proposto SIGA-EPCT seja concluído tempestivamente e implantado nos campi do IFMT.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Ensino/ Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.12.6. Instituir rotina de separação de resíduos recicláveis descartados e dar adequada destinação aos mesmos, em todos os campi e na Reitoria da Unidade, conforme preconiza o Decreto n° 5.940/2006.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Administração/ Campi

1.1.12.7. Recomendação 2: Incluir no PDTI da Unidade as políticas descritas na Portaria SLTI/MPOG n° 01/2010 sobre aquisição/substituição e descarte de equipamentos de utilizados na área de Tecnologia da Informação.

Responsável pela implementação: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

1.1.13.1. Recomendação 1: Celebrar novo termo aditivo ao Contrato n° 05/2010 corrigindo o valor do posto de ?Auxiliar-Rural? do Núcleo Avançado de Poconé, mediante anuência da empresa. Caso a empresa não tenha interesse, realizar novo procedimento licitatório para o referido posto e proceder ao cancelamento do termo aditivo.

Responsável pela implementação: Campus Cáceres

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi	100916

Síntese da providência adotada:

1.1.5.3 Foi criado o Comitê de TI, com a responsabilidade de atualização do PDTI, conforme portaria n° 780, de 30 de junho de 2011. O CTI realizou um encontro com os gestores de TI do IFMT para familiarizar-se com a IN 04/2010 SLTI/MPOG em 09/12/2011, esta atividade contribuirá para atualização do PDTI, que deverá acontecer nos primeiros meses de 2012.

1.1.5.4. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação, com a responsabilidade de propor a PSI no âmbito do IFMT, conforme portaria n° 1.110, de 18 de Agosto de 2011. Está previsto a entrega da primeira proposta de PSI, pelo CSI, nos primeiros meses de 2012.

1.1.5.6. A greve dos servidores do IFMT comprometeu o cronograma de atividades que deveriam ter sido executadas. A avaliação dos recursos de TI é uma tarefa complexa e torna-se necessário desenvolver uma metodologia para comparar os recursos existentes em função da demanda de TI. Além do uso administrativo, o estudo deverá incluir o uso acadêmico, pois envolve os laboratórios de informática. Portanto, é necessário tempo para propor e implantar uma metodologia efetiva.

1.1.5.9. Esta atividade também foi prejudicada com a greve dos servidores do IFMT. Algumas aquisições já foram realizadas com a transferência de conhecimento. É bastante complexo determinar uma forma de transferência de conhecimento em todas as aquisições de solução de TI visto que existe uma variedade grande de soluções. A aquisição de um software pode envolver capacitação de usuários, mas a compra de um projeto de rede, isto não é necessário. Portanto, torna-se necessário mais tempo para propor o procedimento formalizado de transferência de conhecimento para os servidores.

1.1.8.1. Essa ação foi parcialmente concluída, em razão, que para inserção dos dados no SPIUNET faz-se necessário que o processo de transferência e averbação da doação e/ou dos registros dos imóveis estejam concluídos junto ao Cartório de Registro de Imóveis e aos entes federais, estaduais e municipais. No entanto, devido aos entraves e a demora dessas entidades, a Instituição não conseguiu realizar todas as regularizações patrimoniais necessárias, conforme já relatado no item 13 deste Relatório de Gestão.

1.1.8.1. Os campi que estão com atualização vencida já estão providenciando a contratação desses serviços, em razão da falta de pessoal especializado para a realização dessa atividade.

1.1.9.2. O reembolso foram parcialmente realizados. No entanto, a DSGP tem ampliado e reforçado as ações de cobrança junto às Prefeituras.

1.1.12.2. A adesão ao SIGA-EPCT, que é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologia livres e de forma colaborativa pelas instituições participantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, apoiado pelo Ministério da Educação do Brasil – MEC, através da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, conforme acordo de Metas e Compromisso entre IFMT e MEC.

O SIGA-EPCT, como disponibilizado em seu site <http://www.renapi.gov.br/sigaepct/o-projeto/conheca-o-projeto>, é um sistema que está em desenvolvimento, e ainda não possui todos os recursos necessários para controle e administração acadêmica. Devido ao grande número de alunos matriculados nos campi Cuiabá, Bela Vista e Pontes e Lacerda, que utilizam o software de controle acadêmico citado, não é possível ainda a utilização do SIGA-EPCT nestes campi.

1.1.12.6. Ação parcialmente concluída e outros em fase de conclusão. Haja vista, que a Instituição ainda está aguardando a entrega dos materiais necessários para que sejam realizados a separação dos materiais recicláveis. Da mesma forma, estão sendo finalizados as parcerias com as associações para a recolhimento e processamento dos materiais recicláveis.

1.1.12.7. Essa recomendação será inserida no PDTI, que encontra-se em processo de reformulação.

1.1.13.1. O Campus Cáceres está promovendo as regularizações necessárias.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Falta de pessoal para o atendimento de todas as demandas;
 Falta de conhecimento e capacitação para os pontos indicados pelo controle exteno;
 A greve dos servidores;
 Atraso no andamento das atividades programadas;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Idem aos pontos elencados acima.

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

17.7 Recomendações da CGU dos exercícios anteriores a 2011 e pendentes de atendimento

Tabela CXVI. Situação das deliberações da CGU anteriores ao exercício de 2011 que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

1	Relatório de Auditoria n. 24409	2.1.8.2-036	Ofício n. 26395/2010/GAB/CGU-Regional/MT, de 09/08/2010
2		2.1.6.1-065	
3		2.2.4.1-089	
4		2.2.4.2-090	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº da Constatação: (036) Considerando o que preceitua a legislação, o servidor, nas atuais condições, não poderá exercer um regime total de trabalho de 70 horas semanais, devendo, neste caso, optar por uma das seguintes situações: * permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 40 horas semanais e na UNEMAT com um limite total de 20 horas semanais remuneradas; ou * permanecer no IFMT - Campus Cáceres/MT no exercício do cargo de professor sob regime de 30 horas semanais (ter sua carga horária remuneratória semanal reduzida) e na UNEMAT com o limite total atualmente remunerado de 30 horas semanais.</p> <p>Nº da Constatação: (065) Recomendamos proceder à imediata atualização dos laudos periciais para que sejam identificadas as reais situações que amparam os pagamentos desses benefícios com os correspondentes graus de classificação. A Unidade deverá atualizar os pagamentos desses benefícios somente a quem fizer jus, suspendendo a concessão daqueles que não estão expostos a essas áreas de trabalho. Recomendamos que esta perícia seja realizada no âmbito de todos os campi do IFMT de modo a permitir o devido pagamento a quem de direito, em conformidade com o grau de classificação (tanto para as áreas perigosas quanto para as insalubres), principalmente em razão da reestruturação do IFMT com a criação de novos campi e das consequentes reorganizações internas administrativas, operacionais e laboratoriais.</p> <p>Nº da Constatação: (089) Recomendamos ao gestor do IFMT-Campus Juína a tomada de providências junto à Procuradoria Federal para a adoção das medidas cabíveis.</p> <p>Nº da Constatação: (090) Considerando os fatos apontados, recomendamos ao gestor do IFMT proceder à cobrança judicial do prejuízo, bem como a apuração da responsabilidade do fiscal / consultor contratado que atestou a medição do serviço não executado.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e Campi			100916
Síntese da providência adotada:			
<p>Nº da Constatação: (036) O servidor da matrícula SIAPE 1104065, entrou na justiça pedindo que seja garantido o acúmulo de dois cargos de professor, não obtendo êxito em sua petição impetrou recurso e solicitou que este IFMT aguarda-se julgamento do mesmo, informamos ao servidor que ele deveria regularizar imediatamente sua jornada de trabalho de maneira a não ultrapassar 60 horas semanais, nos termos do Acórdão TCU nº 054/2007 - 2ª Câmara. E, através do Processo nº 23188.002863/2011-37, o servidor optou por reduzir sua carga horária neste IFMT para 20 horas, sendo que a Administração do Campus Cáceres não aceitou redução da carga horária do servidor, resposta recebida no dia 19.01.2012, sendo que esta DSGP estará emitindo parecer esclarecendo ao campus que é direito do servidor e que a redução será efetuada nos próximos dias.</p> <p>Nº da Constatação: (065) Sobre os laudos ambientais das antigas ex-autarquias deste IFMT, temos a informar que está sendo pago os adicionais de insalubridade e periculosidade somente aos servidores que estão efetivamente lotados nos ambientes previstos nesses laudos e de acordo com Orientação Normativa nº 6, de 23.12.2009: “Art. 8º O laudo técnico deverá preencher os requisitos do Anexo III desta Orientação Normativa e ser preenchido pelo profissional competente. previsto no caput, o ocupante do cargo público, na esfera federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de médico com especialização em medicina do trabalho ou engenheiro e arquiteto com especialização em segurança do trabalho.</p>			

§ 2º O LAUDO PARA A CONCESSÃO DE ADICIONAIS NÃO TERÁ PRAZO DE VALIDADE, DEVENDO SER REFEITO SEMPRE QUE HOUVER ALTERAÇÃO DOS RISCOS PRESENTES.” (grifo nosso)

Informamos ainda que tentamos parcerias com diversos órgãos, anexo IV, e que os mesmos não puderam atender através de convênio ou cooperação técnica ou qualquer outro instrumento este IFMT. Portanto, está previsto no concurso que realizar-se-á no 1º semestre de 2012 a vaga de 1 arquiteto e 1 engenheiro eletricista com especialização em Segurança do Trabalho, demonstrando dessa forma que esta Administração não está inerte a situação constatada.

Nº da Constatação: (089)

Foram constituídas comissões para apuração da situação, as quais já foram entregues e estão sob análise jurídica. Da mesma forma, estão sendo constituídas comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade

Nº da Constatação: (090)

Foram constituídas comissões para apuração da situação, as quais já foram entregues e estão sob análise jurídica. Da mesma forma, estão sendo constituídas comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A estruturação do Instituto Federal, bem como o processo de integração das ex-autarquias foram bastante extenuantes e conflitivos para a Instituição, principalmente em razão, que foi necessário a análise do ambiente interno e externo de todos os Campi da Instituição, bem como o levantamento de seus problemas e necessidades.

Tais atividades demandam tempo e pessoal, porém a insuficiência de pessoal qualificado foi um dos fatores impeditivos para o cumprimento de todas as determinações dos órgãos de controle.

Porém, apesar de todas essas dificuldades, a Instituição tem promovido esforço contínuo para a melhoria da sua gestão.

Fonte: IFMT

17.8 Recomendações do Controle Interno (Auditoria Interna do IFMT)

No Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2011 (PAINT 2011) foram planejadas ações nos campi: Bela Vista, Cuiabá, Juína, Campo Novo do Parecis, Confresa, Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Cáceres, São Vicente e Reitoria. Todavia, houve dificuldades para o cumprimento do cronograma de trabalho, tendo em vista a redução da força de trabalho em razão de licenças para tratamento de saúde e redistribuição de servidores, chegando a Unidade de Auditoria Interna a contar com apenas um servidor em determinados momentos.

Diante destes fatos, o cronograma de atividades do PAINT 2011 não foi cumprido integralmente, de forma que as atividades de auditoria nos campi de Cáceres e Cuiabá foram transferidas para 2012.

Foram elaborados 39 relatórios preliminares de Auditoria Interna. As recomendações efetuadas pela Auditoria Interna, referentes às constatações descritas nos relatórios, foram encaminhadas à Administração Superior dos campi auditados para conhecimento e encaminhamentos pertinentes, contendo sugestões para o aprimoramento dos procedimentos administrativos. Não houve manifestação dos gestores com relação a 10 relatórios.

Com base no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2011 e nos procedimentos e técnicas utilizados na área de auditoria constatamos o seguinte:

Tabela CXVII. Plano de Providências da Unidade de Auditoria Interna do IFMT

RELATÓRIOS E PLANOS DE PROVIDÊNCIAS 2011 (REITORIA E CAMPI DO IFMT)		
Constatação	Relatório	Estágio de Implementação
5.12 Veículos sem adesivagem: F-400 e Trator	03/2010 – EJA – TP e Dispensa	Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que as recomendações serão implementadas. Manifestação da AUDIN: A providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
5.5.2. O campus deve analisar, conjuntamente com os demais campi, possibilidade de licitação para contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos oficiais, para serviços futuros;	03/2010 – EJA – TP e Dispensa	Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que as recomendações serão implementadas. Manifestação da AUDIN: As providências serão verificadas em processos futuros.
<p>4.1.1. Ausência de: Requisição do serviço pelo responsável do campus;Especificação da Natureza da despesa; Dotação orçamentária e financeira; contrariando o disposto no caput do artigo 38;</p> <p>4.1.2. Processo acima de 200 folhas o volume, contrariando o disposto no item 5.8 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002;</p> <p>4.1.3 Ausência de indicação de recursos para a despesa que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, tanto no edital quanto no contrato, contrariando o disposto do inciso III do § 2º do art. 7º, arts. 14 e 38 da lei n° 8.666/93;</p> <p>4.1.4. Ausência de rubrica e numeração adequada (com os documentos dispostos em ordem cronológica) das folhas do processo, contrariando o disposto da letra “d” do item 5.1 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002:</p> <p>4.2.1. Requisição sem os dados da natureza da despesa e sem justificativa quanto à necessidade de execução dos serviços;</p> <p>4.2.2. Processo acima de 200 folhas cada volume, contrariando o disposto no item 5.8 da Port. Normativa/SLTI/MPOG N° 05/2002;</p> <p>4.2.3 Ausência de indicação de recursos próprios para a despesa e comprovação da existência de previsão orçamentária que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, tanto no edital quanto no</p>	03/2010 – EJA – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todos os procedimentos recomendados foram adotados das constatações 4.1.1 até 4.3.2.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Estas providências serão acompanhadas pela AUDIN na próxima visita àquele campus.</p>

<p>contrato, contrariando o disposto do inciso III do § 2º do art. 7º, arts. 14 e 38 da lei nº 8.666/93;</p> <p>4.2.4. Ausência de rubrica e numeração adequada (com os documentos dispostos em ordem cronológica) das folhas do processo, contrariando o disposto da letra “d” do item 5.1 da Port. Normativa/SLTI/MPOG Nº 05/2002.</p> <p>4.3.1. Ausência de rubrica e numeração adequada (com os documentos dispostos em ordem cronológica) das folhas do processo, contrariando o disposto da letra “d” do item 5.1 da Port. Normativa/SLTI/MPOG Nº 05/2002 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93</p> <p>4.3.2. Ausência de requisição do serviço pelo responsável (incluso justificativa) e de informação sobre: a existência de recursos, da natureza de despesa, do valor estimado da despesa e razão da escolha do fornecedor, contrariando o art. 6º da Lei n. 9.784/1999.</p> <p>4.3.3. Ausência de parecer técnico justificando e fundamentando a motivação para a contratação direta, contrariando o parágrafo único do art. 26 da lei 8.666/1993;</p>		
<p>4.2.13. Termo Aditivo sem justificativa que motive a prorrogação do prazo do contrato e o acréscimo de R\$ 17.847,99 do valor contratado, contrariando o acórdão 554/2005 – Plenário;</p> <p>4.2.14. Termo Aditivo de prorrogação do contrato elaborado de forma inadequada dando dúvida entendimento, quanto ao prazo;</p> <p>4.2.24. Acréscimo considerável, demonstrado em percentual(fl. 396/397), nos valores de alguns itens constantes da planilha orçamentária do termo aditivo</p>	03/2010 – EJM – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi designada uma servidora para promover as adequações necessárias e dar orientação aos fiscais quanto a operacionalização dos contratos.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida. Estas providências serão acompanhadas pela AUDIN na próxima visita àquele campus.</p>
<p>4.1.5. Ausência de comprovante de publicação em DOU do extrato do edital, do contrato e dos aditivos, contrariando o disposto nos art. 21 seus incisos e parágrafos e inciso II do art. 38 da Lei 8.666/93;</p> <p>4.2.5. Ausência de comprovante de publicação em DOU e Jornal de grande circulação do extrato do edital, aviso de licitação, do contrato e dos aditivos, contrariando o disposto na alínea “b” item III do § 2º do Artigo 21 da Lei 8.666/93;</p>	03/2010 – EJM – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi designada uma servidora para promover as adequações necessárias e dar orientação aos fiscais quanto a operacionalização dos contratos.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para os próximos processos.</p>
<p>4.1.6. Ausência de Projeto Básico, apesar de citado no escopo do edital de tomada de preço, contrariando o disposto no inciso IX do art.6º e art. 40, §2º da lei nº 8.666/93;</p> <p>4.1.16. Ausência de assinatura do autor no projeto executivo e na planilha orçamentária, contrariando o disposto no §1º do art.22 da Lei nº 9.784/99 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93;</p> <p>4.1.7. Não distinção entre Memorial Descritivo e Projeto Executivo (13/46);</p> <p>4.2.6. Ausência de Projeto Básico, apesar de citado no escopo do edital de tomada de preço, contrariando o disposto no inciso IX do art.6º e art. 40, §2º da lei nº 8.666/93;</p> <p>4.2.7. Não distinção entre Memorial Descritivo e Projeto Executivo (13/46);</p>	03/2010 – EJM – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que houve um lapso em não anexar componentes do projeto básico ao processo, já foi regularizado. As assinaturas já foram regularizadas no processo. Quanto a distinção entre memorial descritivo e Projeto básico, que o engenheiro esclareceu em reunião onde o projeto básico será exigido apenas para identificar alguns detalhes de determinadas obras de acordo com sua complexidade.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para futuros processos.</p>
<p>4.1.8. Ausência, no Projeto Arquitetônico (planta baixa e perspectiva cônica), de legenda de identificação, especialmente sobre a área a ser demolida e a ser construída (fls 60);</p>	03/2010 – EJM – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que já vem sendo feito nos casos de demolições.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para os próximos processos.</p>
<p>4.1.9. Minuta de contrato (anexo ao Edital) contendo dois prazos a partir da assinatura do contrato e não a partir da ordem de serviço, sendo 150 dias para execução dos serviços e 180 dias para término da vigência do contrato.</p> <p>4.1.10. Não consta do edital as obrigações da contratante, especialmente sobre previsão do prazo máximo de 30 dias para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.</p> <p>4.1.11. Ausência de autenticação na cópia de cédula de identidade, fls 88;</p> <p>4.1.12. Ausência de parecer jurídico, contrariando o disposto do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93;</p>	03/2010 – EJM – TP e Dispensa	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que sempre deixam um prazo para vigência contratual maior que a execução, para promover correções. Quanto a pareceres jurídicos encontram dificuldades dado a demora nos retornos destes processos da reitoria, chegando até mesmo a prejudicar algumas ações a serem desenvolvidas no campus. E que todas as recomendações enfatizadas ao longo destes itens serão objeto de aperfeiçoamento, inclusive com cópia deste plano de</p>

4.1.13. Ausência de parecer do fiscal de contrato relativo aos cinco pedidos de prorrogação de contrato, justificando a necessidade de acréscimo da Obra e detalhando os motivos das prorrogações de prazo, contrariando o disposto do § 1º do art. 57 da lei nº 8.666/93;

4.1.14. Ausência das seguintes cláusulas, contrariando o disposto do art. 55 da Lei 8.666/93:

4.1.15. Ausência do número do processo de licitação no contrato, contrariando o art. 61 da lei n. 8.666/93;

4.1.18. Ausência de descrição sobre o recebimento provisório do serviço, no teor do contrato;

4.1.19. O contrato prevê apenas prorrogação de prazos parciais dos serviços elencados no cronograma (clausula quinta), e no Edital não menciona prazo de prorrogação ou forma de requerer tal prazo;

4.1.17. Ausência de especificação no edital sobre a forma de como deve ser entregue o envelope n. 1 de documentos e de habilitação;

4.1.21. Ausência de previsão dos itens 3.2, 10.3, 10.4, 14.1, 14.2, 14.3, 17.1, 17.2, 17.3, 17.4 (constantes da tabela anexa ao final do processo, sem numeração de folhas e sem data da elaboração) na planilha orçamentária da obra, necessitando de termo aditivo para inclusão, causando um acréscimo de R\$ 146.310,22 (incluso a BDI) não previstos no edital inicial, alterando o contrato em decorrente da falta do projeto básico e, portanto, sem oportunidade de adquirir tais serviços por preços mais baixos durante a concorrência da licitação.

4.1.22. Boletim de medição (fls 312) citando “serviços adicionais” no valor de R\$ 71.416,59, aditivados ao contrato sem constar tal item no cronograma físico-financeiro original anexo ao Edital, demonstrando falta de planejamento;

4.1.23. Nota de empenho 2007NE000212 (fls 235) em favor da própria Instituição (Campus Cáceres) na modalidade de licitação “Não se Aplica” no valor de R\$ 301.735,00, contrariando o acórdão n.º 2731/2008 – TCU Plenário e art. 61 da Lei nº 4320/64.

4.1.24. Ausência de informação no boletim de medição quanto o quantitativo do serviço executado, contrariando o disposto no acórdão nº 667/2005 – Plenário;

4.1.25. Ausência de atestado de medição, fornecido pelo fiscal de obra, relativo as segunda e quinta medições;

4.1.26. Ausência de documentos da contratada solicitando a sexta e sétima medição;

4.1.27. Ausência de assinatura ou rubrica/identificação da contratada e da comissão de obras nos boletins da sexta e sétima medições;

4.1.28. Ausência da Folha de composição do BDI anexo à planilha orçamentária elaborada pelo campus Cáceres, contrariando o disposto no item 9.5.7 do acórdão nº 1705/2003 - Plenário.

4.1.33. Execução da obra sem acompanhar o Cronograma físico-financeiro da contratada, conforme boletim de medições apresentado pela contratada, gerando atrasos e a não conclusão da obra nos 150 dias estipulados em contrato. A ordem de serviço foi emitida em 14 de novembro de 2008 e até a presente data não foi concluída.

4.1.34. Acréscimo considerável, demonstrado em percentual, nos valores de alguns itens constantes da planilha orçamentária no termo de aditivo;

4.1.35. Serviços pagos em função da medição apresentada pela contratada e devidamente atestado pelo fiscal de contrato sem a efetiva execução. Ao final do processo, o atual fiscal de contrato anexou tabela com composição de valores para firmar aditivo e efetuou abatimento dos serviços não executados. São os casos dos itens 1.4, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11, 1.12, 3.3, 4.6, 7.2, 8.1, 8.4 da planilha orçamentária. Esses casos geraram situação de antecipação de pagamentos, contrariando o art. 38 do Decreto 93.872/86.

4.1.35.1. Depois de firmado aditivo, na quinta medição datado em 06/11/2009 foi pago R\$ 20.364,62 pelo serviço de pintura sem ter sido executado. Na primeira medição, após o aditivo, datado também em 06/11/2010 foi abatido o valor mencionado.

4.1.35.2. Na tabela também foram suprimidos serviços totais ou parciais previstos na planilha orçamentária inicial, porém como tal tabela não possui identificação de data, não foi possível verificar se esses valores suprimidos são de abatimento de serviços pagos e não executados ou apenas exclusão dos serviços

providência a todos os setores envolvidos por parte deste departamento.
Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.

<p>considerados desnecessários pelo atual fiscal de obras. São eles: 10.1, 10.5, 11.1, 11.2, 11.3.</p> <p>4.2.8. Contrato de serviço:</p> <p>a)contendo dois prazos a partir da assinatura do contrato e não a partir da ordem de serviço, sendo 90 dias para execução dos serviços e 120 dias para termino da vigência do contrato,</p> <p>b) não consta do contrato as obrigações/responsabilidades da contratante, especialmente sobre previsão do prazo máximo de 30 dias para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela,</p> <p>c) Ausência de identificação (número) do processo da licitação, contrariando o art. 61 da lei n. 8.666/93,</p> <p>d) Ausência de descrição sobre o recebimento provisório do serviço,</p> <p>e)Ausência de cláusulas que estabeleça.</p> <p>4.2.9. Ausência no edital de estipulação de condições de pagamento;</p> <p>4.2.10. Ausência de parecer jurídico, contrariando o § único art. 38 da Lei 8.666/93;</p> <p>4.2.11. Ausência de cópia da carteira de identidade e/ou procuração para identificação dos participantes da tomada de preço no dia da aberturas dos envelopes, conforme estabelece o item 8.1 do Edital, e contrariando o item 2.2.1. inciso I da IN nº 05 de 21/07/1999 e art. 28 inciso I da lei 8.666/93.</p> <p>4.2.16 Ausência de assinatura ou rubrica/identificação da contratada e da comissão de obras nos boletins (planilhas) da primeira e segunda medições.</p> <p>4.2.25. Na composição da planilha orçamentária do termo aditivo (fls 357) foram suprimidos serviços previstos na planilha orçamentária inicial, considerados desnecessários pelo atual fiscal de obras os seguintes itens: 5.2, 5.3, 5.4, 5.5.</p> <p>4.2.26. Ausência de previsão do quantitativo real dos itens 2.1, 5.1 e 5.6.(fls 396/397) na planilha orçamentária inicial, tendo a necessidade de firmar aditivo para um aumento considerável desses itens;</p>		
<p>4.1.20. Notas Fiscais com indicação de Objeto diferente do contrato, citando construção e não ampliação. Também não consta o atesto no verso das Notas fiscais n. 1.378 (fls 278) e 1426 (fls 289);</p>	<p>03/2010 – EJN – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram corrigidas estas impropriedades. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.1.21. Os valores unitários dos itens da planilha orçamentária elaborada pelo campus Cáceres não coincidem com a Tabela SINAPI do mês de maio/2008 (mês este informado no cabeçalho da planilha). E a Tabela SINAPI fornecida pelo fiscal de obras, após solicitação desta auditoria interna em junho/2010, refere-se ao mês de junho/2009, data esta muito posterior a contratação dos serviços (data do contrato - novembro/2008). Dessa forma, impossibilitando a análise dos valores cotados.</p> <p>4.1.21.1. Os itens referentes aos insumos não puderam ser analisados, pois não foram informados a tabela e mês de referência dos valores unitários utilizados.</p> <p>4.1.29. Ausência de identificação da tabela de referência usada na elaboração de planilha orçamentária;</p> <p>4.2.12. Os valores unitários dos itens da planilha orçamentária elaborada pelo campus Cáceres não coincidem com a Tabela SINAPI do mês de abril/2009 (mês este informado no cabeçalho da planilha). E a Diretoria de Administração e Planejamento do Campus Cáceres não informou a tabela e o mês de referência utilizado para elaboração da planilha orçamentária, apesar de solicitação efetuada pela auditoria interna em junho/2010. Dessa forma, impossibilitando a análise dos valores cotados.</p> <p>4.2.15. Diferenciação do valor global apresentado na proposta da empresa vencedora de R\$ 79.849,87 com o valor global empenhado e descrito no contrato de R\$ 79.000,00;</p> <p>4.2.19. Ausência de identificação da tabela de referência usada na elaboração de planilha orçamentária;</p>	<p>03/2010 – EJN – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que as orientações da AUDIN estão sendo observadas. Quanto a diferença foi justificado que ocorreu em virtude da proposta do fornecedor ter ficado acima da nossa planilha, foi quando pedimos redução do valor para adequá-la a nossa realidade orçamentária, e fomos atendidos pelo licitante, bem como os outros itens também foram tomadas as mesmas providências. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. Estas providências serão verificadas numa próxima visita da AUDIN.</p>
<p>4.1.30. Ausência de comprovante (espelho) de ordem bancária, referente aos pagamentos entre os anos de 2009 e 2010, de acordo com as notas fiscais apresentadas pela contratada;</p> <p>4.2.20. Ausência de comprovante (espelho) de ordem bancária, referente aos dois pagamentos, de acordo com as notas fiscais nº 317 (fls 386) e nº 326 (fls 409) apresentadas pela contratada;</p>	<p>03/2010 – EJN – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram atendidas nos termos operacionalizados nas mesmas condições os</p>

<p>4.3.5. Ausência de comprovante (espelho) de ordem bancária, referente aos 12 meses do ano de 2009 e de janeiro/2010, de acordo com os extratos de faturas dos correios anexos ao processo;</p> <p>4.3.6. Ausência de comprovante (espelho) da DARF;</p> <p>4.3.7. Ausência de comprovante de regularidade fiscal da empresa: FGST, INSS e Receita Federal.</p>		<p>itens anteriores.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.1.31. Acumulação de função pelo Diretor de Administração e Planejamento com a função de membro da comissão de fiscalização de obras, caracterizando a falta de segregação de função (fls 328);</p> <p>4.2.21. Acumulação de função pelo Diretor de Administração e Planejamento com a função de membro da comissão de fiscalização de obras, caracterizando a falta de segregação de função (fls 388 e 404);</p>	<p>03/2010 – EJA – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram atendidas nos termos operacionalizados nas mesmas condições os itens anteriores</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.1.32. Ausência de registro da obra no SIMEC;</p> <p>4.2.22. Ausência de informação das fases de execução da obra e de inclusão dos projetos no sistema SIMEC;</p> <p>4.2.23. Incoerência de informação quanto ao valor contratado e a área a ser construída informada no sistema SIMEC;</p>	<p>03/2010 – EJA – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram atendidas nas solicitações antecedentes.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.1.36.3. Ausência do quarto aditivo do contrato;</p>	<p>03/2010 – EJA – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi incluso o quarto aditivo.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.2.18. Ausência da composição do BDI na planilha orçamentária elaborada pelo campus Cáceres e pela licitante vencedora do certame, contrariando o acórdão 818/2007-plenário e 1314/2005-plenário;</p> <p>4.2.17. Ausência, no Edital, de item obrigando as licitantes apresentarem folha de composição detalhada do BDI anexo à planilha orçamentária;</p>	<p>03/2010 – EJA – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram adotadas nas obras atuais e serão mantidas nas futuras.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.3.4. Fundamentação da aquisição dos serviços com base no inciso VIII do artigo 24 da Lei 8.666/93, sendo que o mais indicado para esse serviço é a inexigibilidade (art. 25). Esse serviço apesar de não se enquadrar em nenhum dos incisos do mencionado art. 25, está perfeitamente incluído em seu <i>caput</i>, face a comprovada inviabilidade de competição, por ser <i>atividade em regime de monopólio (correios)</i>;</p>	<p>03/2010 – EJA – TP e Dispensa</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que a recomendação foi acatada e cumprida.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. Todavia, após a emissão do relatório a PROAD justificou a contratação dos serviços de correios por dispensa de licitação, o que foi acatado pela Unidade de Auditoria Interna.</p>
<p>5.1. Encaminhamento da proposta de concessão de diárias e passagens com prazo inferior a 10 dias antes da realização da viagem, em desacordo com o disposto no artigo 7º da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 1º, inciso I, da Portaria MPOG nº 505/2009;</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que dentro das possibilidades estão atendendo a recomendação, uma vez que existem alguns casos que requer uma atenção maior.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Recomendação mantida para os próximos processos.</p>
<p>5.2. Ausência de data na proposta de concessão de diárias e passagens, em desacordo com o disposto no artigo 7º da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 1º, inciso I, da Portaria MPOG nº 505/2009;</p> <p>5.3. Ausência de proposta de concessão de diárias do proposto, em formulário próprio do campus;</p> <p>5.11. Ausência de justificativa para deslocamentos em finais de semana ou feriados (saída ou retorno);</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores).</p> <p>No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi observado em tempo hábil.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>

<p>5.4. Ausência de indicação da pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem, em desacordo com o disposto no artigo artigo 9º, inciso IV, da Portaria MEC nº 403/2009:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi acatada. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. Esta providência será verificada na próxima visita da AUDIN.</p>
<p>5.5. Ausência de comprovante de publicação do ato de concessão de diárias em boletim interno ou de pessoal, em desacordo com o disposto no artigo 6º do Decreto nº 5.992/2006 e artigo 37, caput, da Constituição Federal:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que precisam se informar melhor, pois a DSRH já pode estar efetuando. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para informar se há publicação dessas concessões.</p>
<p>5.6. Ausência de comprovantes de embarque, em desacordo com o que estabelece o artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 4º da Portaria MPOG 505/2009:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foi cumprida pelo gestor do SCDP. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.7. Comprovantes de embarque originais grampeados na folha dos autos, com risco de perda ou extravio do documento, contrariando o disposto na Portaria Normativa/SLTI/MPOG Nº 05/2002:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
<p>5.8. Ausência de apresentação de relatório de viagem após o retorno, em desacordo com o disposto no artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009: 5.9. Relatório de viagem apresentado após o prazo de cinco dias úteis após o retorno, em desacordo com o disposto no artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até a presente data. No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que acataram a recomendação, bem como farão cobrança mais rigorosa. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.12. Ausência de processo formalizado, individualmente, para cada concessão de diárias e passagens:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado quem serão formalizados nos termos sugeridos. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.13. Ausência de folder/panfleto anexos à proposta de concessão de diárias e passagens, nos casos de participação em eventos/cursos, demonstrando o período de realização do evento: 5.10. Ausência de juntada de cópia autenticada de certificado de participação em evento, em desacordo com o disposto no artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009 e artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que encontra-se sendo feito. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.14. Ausência de “espelho” do SCDP (Sistema de concessão de diárias e passagens) ou formulário de uso do cadastrador no SCDP, anexo à autorização da concessão:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até a presente data. No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que houve implementação do formulário anexo. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
<p>5.15. Ausência de “espelho” da OB Ordem Bancária, anexo à autorização da concessão:</p>	<p>14/2010 – EJA Diárias e Passagens</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 informou que foi implementado. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>

Constatações Gerais	14/2010 – EJN Diárias e Passagens	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 informou que foi implementado. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
4.1.1. Ausência de assinatura dos responsáveis nos termos de responsabilidade, atualizados, dos bens patrimoniais;	15/2010 – EJN Patrimônio Almoxarifado	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que foram lotados bolsista remunerado para auxiliar nos trabalhos. Manifestação da AUDIN: Esta providência será verificada numa próxima visita da AUDIN. Recomendação mantida.
4.1.2. Ausência de plaquetas próprias para incorporação dos bens permanentes, sendo usadas pintura dos números nos materiais e equipamentos; 4.1.3. Equipamentos de informática e vídeo incorporados com o mesmo número (ex. CPU e Monitor);	15/2010 – EJN Patrimônio Almoxarifado	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que estão aguardando os termos das obras para instalar alguns equipamentos pendentes. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.
4.1.4. Das amostras selecionadas, foram efetuadas constatações, durante a visita do dia 13.12.2010, conforme quadro anexo ao relatório:	15/2010 – EJN Patrimônio Almoxarifado	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que estão providenciando um levantamento criterioso de todos os bens, mediante comissões no sentido descartar alguns bens antieconômicos, desuso, danificados, cujos valores ultrapasse 50% do valor do equipamento, através de leilão. Os materiais encontrados já foram localizados. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita da AUDIN.
4.2.1. Diferença da quantidade de material existente no almoxarifado com o registrado no sistema informatizado da Coordenação, conforme segue abaixo, contrariando o item 6.1 da IN n.º 205/88:	15/2010 – EJN Patrimônio Almoxarifado	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até a presente data. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.
4.1.1. Ausência dos nomes José Alves, Erolino, Olegário, Taperá e Luiz Humberto, mesmo estes constando no registro de controle de saída de veículos oficiais;	16/2010 – EJN Veículos oficiais	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que os senhores José Alves e Erolino são funcionários como motoristas terceirizados através de processo licitatórios, cuja vencedora fca empresa Absoluto prestadora de serviços Ltda, os demais são servidores do quadro. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para que não permite uso de veículos por servidores sem emissão de portaria de autorização.
4.2.1. Foram utilizados como amostra os veículos abaixo: a) Megane = 14,038 km/litro b) Ônibus JYX 1849 = 2,122 km/litro c) Peugeot KAP 2981 = No período de maio à julho/2010 há apenas um registro de abastecimento de 46,82 litros de gasolina, porém há registrado 2797km rodados, sendo o combustível insuficiente para tal uso.	16/2010 – EJN Veículos oficiais	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que em breve será implantado através da reitoria o SIGA – ADM módulo veículo, estas questões serão solucionadas. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.3.1. Formulário de controle diário com ausência de: a) controle por saída, com canhoto para o motorista, utilizando um formulário único com todas as saídas para cada veículo que é retirado pelo motorista junto com as chaves do veículo;	16/2010 – EJN Veículos oficiais	Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até a presente data. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.

b)preenchimento de dados nas colunas “assinatura solicitante” e “autorizado por” c)maior controle no uso dos veículos em serviços internos,		
<p>4.3.2 Informações contraditórias no preenchimento do formulário de controle, não permitindo comparação com a aquisição de combustível, como demonstram alguns dos registros destacados abaixo:</p> <p>a) Dia 15/05/2010 – veículo Ônibus 1113 – chegada com 209471 km e próximo registro de saída Dia 11.06.2010 – saída com 209587, verificando uma lacuna de 116km, conforme cópia anexa,</p> <p>b)Dia (sem data) – veículo ônibus 1113 – chegada com 209824km e no dia 16/06/2010 registro de saída com 210022km, verificando uma lacuna de 198km, conforme cópia anexa,</p> <p>c)Dia 16/06/2010 – veículo ônibus 1113 – chegada com 210025km e no dia 17/06/2010 registro de saída com 210060km, verificando uma lacuna de 35km, conforme cópia anexa,</p> <p>d)Dia 18/08/2010 – veículo ônibus 1113 – chegada com 210589km e no dia 02/09/2010 registro de saída com 210910km, verificando uma lacuna de 321km sem registros de quilometragem, conforme cópia anexa,</p> <p>e)Dia 18/08/2010 – veículo ônibus 1113 – chegada com 210589km e no dia 02/09/2010 registro de saída com 210910km, verificando uma lacuna de 321km sem registros de quilometragem, conforme cópia anexa,</p> <p>f)Dia 17/09/2010 – veículo VAN Peugeot kap 2981 – chegada com 32616km e no dia 27/09/2010 registro de saída com 32968km, verificando uma lacuna de 352km sem registros de quilometragem, conforme cópia anexa,</p> <p>g)Dia 09/09/2010 – veículo Megane kat 6282 – chegada com 36481km e no dia 21/09/2010 registro de saída com sem marcação de quilometragem, verificando uma lacuna na quilometragem, conforme cópia anexa,</p>	16/2010 – EJM Veículos oficiais	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação da UG até o dia 08.06.2011 (data da reunião com os gestores). No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que serão acatadas e aperfeiçoadas.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.1.1 a 5.1.8: Impropriedades na formalização dos processos; 5.21. Inexatidão na informação do subitem 73 (transporte de servidores), constante da nota de empenho nº 2010NE900074 (fls. 21), para contratação de serviço de transporte de alunos: -Processo nº 23191.000095/2010 – Dispensa nº 09/2010.</p>	05/2010 – RBC Dispensa Inexigibilidade	<p>O quadro de servidores técnico administrativos continua reduzido. Os demais casos estão tratados e corrigidos da mesma forma outros.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>5.2. Ausência de elaboração de contrato escrito nos casos em que o objeto consista em serviço de prestação continuada.</p>	05/2010 – RBC Dispensa Inexigibilidade	<p>Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>5.3. Ausência de parecer jurídico nos processos que deveriam ter dado ensejo à elaboração de contratos.</p>	05/2010 – RBC Dispensa Inexigibilidade	<p>Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>5.4. Ausência de publicação na imprensa oficial</p>	05/2010 – RBC Dispensa Inexigibilidade	<p>Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>5.5. Ausência de comprovantes de regularidade fiscal. 5.6. Validade da certidão de regularidade do FGTS – CRF vencida no momento do lançamento da nota de empenho no Processo nº 23191.000279/2010 – Dispensa nº 35/2010.</p>	05/2010 – RBC Dispensa Inexigibilidade	<p>Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>5.7. Ausência de justificativa do preço.</p>	05/2010 – RBC	<p>Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n.</p>

	Dispensa e Inexigibilidade	201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.9. Ausência de justificativa para realização de curso de Autocad em outro Estado, apesar de ser ofertado por outras empresas no Estado de Mato Grosso.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.10. Serviço de transporte de mobiliário realizado para município diferente e distante 180 km daquele que consta na portaria de remoção de servidor (fls. 01), no qual existe Núcleo Avançado do IFMT.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.11. Ausência de nota de Ordem Bancária e nota fiscal com atestado de prestação do serviço, ou de cancelamento da nota de empenho.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.12. Documentos constando nomes empresariais diferentes para o CNPJ nº 07.404.798/0001-86: fls. 17, 18, 22 e 23 (Gazal & Marsala Ltda ME); fls. 19, 20, 24, 26 e 27 (Playmix Produtora de Vídeos Ltda); fls. 28 (Camera Pix Animação Digital e Design Ltda – ME) no Processo nº 23191.000118/2010 – Inexigibilidade nº 02/2010.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.13. Ausência de assinatura do ordenador de despesas na nota de empenho (fls. 05).	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
Realização de serviços sem cobertura contratual e sem prévio empenho integral. 1. Data de início da prestação do serviço anterior à data de autorização de sua execução pelo ordenador de despesas e da realização do empenho, no Processo nº 23191.000095/2010 – Dispensa nº 09/2010. 5.22. Pagamento de serviço de emissão de passagem realizado no exercício anterior (2009) e antes da realização do empenho, no Processo nº 23191.000096/2010 – Dispensa nº 08/2010.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias
1. Ausência de especificação clara e inequívoca do objeto na solicitação de contratação (fls. 12 e 13), sobre se o período de prestação de serviços inclui apenas os dias úteis do período solicitado; 2. Inexatidão na quantidade de quilômetros a serem contratados que consta da solicitação de fls. 13 (504 km), que todavia não provocou prejuízos ao erário, pois foi contratada a quilometragem correta, ou seja, 420 km; 5.19. Insuficiência na descrição dos objetos dos processos abaixo, tendo em vista que um se refere à contratação de serviço de manutenção de internet e outro ao acesso à internet, não estando claro se neste já está incluída a manutenção: -Processo nº 23191.000092/2010 – Dispensa nº 12/2010; -Processo nº 23000.056017/2009-63-Dispensa nº 01/2010.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.17. Ausência de identificação legível do nome completo dos autores dos orçamentos de fls. 16, 17 e 18 no Processo nº 23191.000097/2010 – Dispensa nº 07/2010.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano

		de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.20. Contratação direta por meio de dispensa de licitação de prestação de serviço de transporte de alunos matriculados no PROEJA, apesar da existência de andamento de processo de pregão eletrônico para contratação do mesmo serviço:	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5.23. Impropriedade na classificação como dispensa de licitação, quando seria o caso de inexigibilidade de licitação. 5.24. Impropriedade na classificação da hipótese como inexigibilidade de licitação, quando seria o caso de dispensa de licitação.	05/2010 – RBC Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: No dia 01/07/2011 através do Memorando/GAB/Campus Cáceres/n. 201/2011 foi informado que todas as recomendações 6.2 até 6.19, estão sendo cobradas e acompanhadas até a execução final, assim como as eventuais falhas apontadas neste Plano de Providência. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
1 - Ausência de assinatura e rubrica da autoridade no edital.	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que tal assinatura e rubrica já foi providenciada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
2 - Ausência de justificativa da vantagem na utilização de Ata de Registro de Preços de pregão realizado por outro órgão gerenciador para contratação de serviço.	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que tal justificativa já foi juntada aos autos do Processo nº 23197.000590/2010-04. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
3 – Ausência de termos de homologação e adjudicação aos processos, com exceção dos instrumentos de garantia contratual, que devem ser guardados em local seguro, permanecendo apenas as cópias desses instrumentos nos autos dos processos;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que tais documentos já foram juntados aos autos do Processo. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
4 – Impropriedades na formalização dos processos, apensos e anexos.	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com as constatações e informamos que tais medidas foram adotadas para sanar as ocorrências apontadas. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
5. Utilização de legislação revogada na elaboração de edital, no que se refere aos limites máximos para a contratação de serviços de limpeza e conservação;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que no caso do processo em questão, apesar de o edital se referir à legislação revogada, a contratação foi efetuada observando-se os novos valores editados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Não obstante, informamos que nas próximas contratações o campus atentar-se-á para a observância desta condição. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
6. Ausência da cópia da garantia do contrato e da garantia do valor aditivo;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Contratos e Convênios foi acionada, por meio do Memorando n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para providenciar a anexação, ao processo em questão, das cópias da garantia do contrato e da garantia do valor aditivo. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
7. Ausência de designação de fiscal da execução do contrato nº 01/2007 e de relatórios de acompanhamento;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos parcialmente com a constatação, uma vez que já existe um servidor responsável pela fiscalização deste contrato, qual seja: José Nilton Cândido Leite. Todavia, informamos que a Coordenação de Contratos e Convênios foi acionada, por meio do Memorando n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para solicitar, caso ainda não tenha sido feito, a designação formal do referido fiscal para acompanhamento da execução do Contrato nº 01/2007. Manifestação da AUDIN: Juntar aos autos a Portaria de designação do fiscal. A providência será acompanhada nas próximas auditorias.

<p>8. Inclusão indevida de IRPJ e CSLL na composição do preço constante do termo de referência;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Licitação foi orientada, a partir do Memorando n.º 045/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não incluir IRPJ e CSLL na composição do preço constante da Planilha de Custos e Formação de Preços de novos procedimentos licitatórios para contratação de serviços de natureza contínua. Bem como a Coordenação de Contratos e Convênios e a Coordenação de Contabilidade foram acionadas por meio dos Memorandos n.º 046/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011 e n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, respectivamente, para apurarem os valores referentes aos referidos tributos e, em seguida, providenciarem a dedução destes nos próximos pagamentos e nos pagamentos anteriores. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>10. Propostas aceitas que não contemplem todos os itens descritos no edital na formação dos preços;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Licitação foi orientada, a partir do Memorando n.º 045/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não aceitar propostas que não contemplem todos os itens descritos no edital na formação dos preços de novos procedimentos licitatórios para contratação de serviços de natureza contínua. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>11. Inclusão, no momento da repactuação do preço, de itens não previstos na proposta original no momento da repactuação do preço;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que conforme consta do próprio processo de n.º 23000.088472/2006-85 (fls. 198 / 199) o item referente ao vale-transporte já estava contemplado na proposta original do licitante vencedor do certame e, portanto, era plenamente possível que a empresa, ao requerer a repactuação de seu contrato, solicitasse a majoração do mesmo. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.</p>
<p>12. Realização de repactuação do preço sem a realização de orçamento prévio pela contratante, a fim de averiguar a adequação dos preços apresentados pela contratada ao mercado;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Contratos e Convênios foi orientada, a partir do Memorando n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não efetuar qualquer repactuação de preço sem a realização de orçamento prévio para averiguar a adequação dos preços apresentados pela contratada ao mercado. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>13. Refazer os cálculos visando a apuração de valores pagos indevidamente à contratada, devidamente atualizados, em face da inclusão do valor referente ao vale-transporte na repactuação de preços que deu origem ao Termo Aditivo nº 02;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Não concordamos com a constatação, pelas mesmas razões apresentadas na Contatação n.º 11. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.</p>
<p>14. Finalização de ata de registro de preços para aquisição de bens com valores superiores aos constantes dos termos de referência nos pregões nº 01/2010 e 09/2010.</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que consta dos autos – na Ata de Realização do Pregão Eletrônico dos referidos processos – os motivos que ensejaram a aceitação, por parte do pregoeiro, dos preços propostos pelos fornecedores com valores relativamente e infimamente acima do preço de referência. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
<p>15. Ausência de juntada de cópia da publicação no Diário Oficial da União dos resultados das licitações e dos extratos de contratos;</p>	<p>03/2010 – RBC - Pregão</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Licitação e a Coordenação de Contratos e Convênios foram acionadas por meio dos Memorandos n.º 045/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011 e n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, respectivamente, para providenciarem as referidas publicações no Diário Oficial. Não obstante, foram orientados, para procederem a realização</p>

		destas publicações nos processos de licitação que forem deflagrados no exercício corrente e nos próximos exercícios. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
16. Ausência de convocação do adjudicatário para assinatura da Ata de Registro de Preços;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação, no entanto, considerando-se que os processos analisados são do exercício de 2010, e que, embora não conste dos autos a convocação formal dos fornecedores, suas respectivas Atas foram assinadas e, portanto, a finalidade para qual se destina a convocação já foi atendida. Por outro lado, informamos que a Coordenação de Contratos e Convênios foi orientada, a partir do Memorando n.º 044/2011/DAP/IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, à proceder a convocação formal dos fornecedores quando da assinatura das Atas de Registro de Preços que forem celebradas no exercício corrente e nos próximos exercícios. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
17. Ausência de parecer jurídico;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que Campus, a partir do MEMO n.º 88/2011/GAB.DIR./IFMT – Campus São Vicente, de 18/04/2011, enviado à Reitoria do IFMT, se comprometeu a enviar todos os processos licitatórios e convênios para análise e parecer jurídico, nos termos do art. 38 da lei n.º 8.666/93. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
18. Demora na emissão de nota de empenho logo após a adjudicação e homologação do resultado, bem como após a assinatura de termo aditivo ao contrato;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que o Departamento de Administração e Finanças foi orientado, a partir do Memorando n.º 047/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a providenciar a emissão da nota de empenho de qualquer procedimento de licitação logo após a adjudicação e homologação do resultado, bem como após a assinatura de termo aditivo ao contrato. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
19. Realizações de alterações nos critérios da licitação sem a elaboração e publicação de novo edital na internet e imprensa oficial, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido;	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Licitação foi orientada, a partir do Memorando n.º 045/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a efetuar nova publicação no DOU de qualquer procedimento licitatório cujo edital sofra alterações que possam vir a alterar o valor das propostas, procedendo-se, assim, a reabertura do prazo inicialmente estabelecido. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
20. Realização de publicação de aviso de licitação com prazo inferior ao mínimo estabelecido no artigo 4º, V, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 17, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005;	03/2010 – RBC - Pregão	Não concordamos com a constatação, uma vez que o próprio Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC/SIASG, não admite a publicação de qualquer aviso de licitação com prazo inferior ao estabelecido em lei. Para tanto, informamos que foi anexado aos autos do processo a cópia do extrato do aviso de licitação comprovando que o lapso temporal exigido para abertura do referido processo foi respeitado. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.
21. Inclusão, no termo de referência, de item ou área que não está prevista no edital, com prejuízos à clareza quanto ao objeto da licitação.	03/2010 – RBC - Pregão	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Licitação foi orientada, a partir do Memorando n.º 045/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não incluir no termo de referência item ou área que não está prevista no edital, a fim de evitar falta de clareza quanto ao objeto da licitação. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
22. Ausência de preenchimento completo e sem rasuras de todos os campos do formulário de solicitação de diárias e passagens.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens

		<p>– PCDP sem o preenchimento completo de todos os campos do formulário destinado para tal, ou contendo algum tipo de rasura.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
23. Ausência de assinatura e identificação da autoridade concedente no formulário de solicitação de diárias e passagens.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP sem a assinatura e identificação da autoridade concedente no formulário destinado para tal.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
24. Encaminhamento de solicitação de diárias e passagens com prazo de inferior ao mínimo exigido.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP que não atendam ao prazo mínimo para encaminhamento da solicitação, qual seja: 10 dias. Salvo exceções devidamente justificadas.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
25. Ausência de indicação da pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP que não demonstrem a pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
26. Solicitação de diárias e passagens referentes a servidores distintos atuadas no mesmo processo.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP que sejam atuadas em um mesmo processo para servidores distintos.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
27. Ausência de publicação dos atos de concessão de diárias em boletim interno ou de pessoal.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que a publicação dos referidos atos de concessão é uma competência de responsabilidade da Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos – DSRH/IFMT.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.</p>
28. Ausência de comprovantes de embarque ou recibo do passageiro obtido quando da realização de <i>check in</i> via internet.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Relatório de Viagem/Prestação de Contas que esteja desacompanhado do comprovante de embarque ou recibo do passageiro.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
29. Comprovantes de embarque grampeados.	04/2010 – RBC – Diárias e passagens	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não receber nenhum Relatório de Viagem/Prestação de Contas, cujo comprovante de embarque ou recibo do passageiro não se encontre em folha distinta, preferencialmente colado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>

<p>30. Ausência de apresentação de relatório de viagem no prazo de cinco dias úteis após o retorno.</p>	<p>04/2010 – RBC – Diárias e passagens</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a cientificar aos propositos, quando da recepção do Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP, sobre a necessidade de que estes apresentem o respectivo Relatório de Viagem/Prestação de Contas dentro do prazo de cinco dias úteis após o retorno. Não obstante, foram também orientados a não receber nenhum Pedido de Concessão de Diárias e Passagens – PCDP de proposto que ainda não tenha efetuado a prestação de contas de viagem anterior. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>31. Demora na autuação de solicitações de diárias e passagens recebidas e juntar imediatamente os documentos e formulários de prestação de contas aos autos dos processos a que se referem.</p>	<p>04/2010 – RBC – Diárias e passagens</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que os servidores designados para a função de “Solicitante” na operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, foram orientados, a partir do Memorando n.º 048/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a autuar imediatamente as solicitações de diárias e passagens recebidas e juntar imediatamente os documentos e formulários de prestação de contas aos autos dos processos a que se referem. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>32. Ausência de campo “Saldo do controle de Verba” e de identificação do valor atual disponível nessa fonte.</p>	<p>04/2010-EJN – Dispensa de Licitação</p>	<p>Concordamos parcialmente com a constatação, tendo-se em vista que o controle dos recursos já é feito pelo campus a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, bem como já consta no pedido de serviço a informação de que há disponibilidade de recursos para execução da despesa que se pretende contratar. De sorte que, caso não haja recursos para fazer frente a despesa, tal processo nem chega a ser instaurado. Todavia, informamos que o Departamento de Administração e Finanças foi orientado, a partir do Memorando n.º 047/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para que proceda a inclusão da informação do volume de recursos aprovado em Lei para a fonte de recursos indicada no processo de contratação, com o seu respectivo saldo. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>33. Ausência de cópias de certificados de cursos/treinamento.</p>	<p>04/2010-EJN – Dispensa de Licitação</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que tais cópias já foram juntadas aos autos dos Processos em epígrafe. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>34. Ausência de ateste em Nota Fiscal.</p>	<p>04/2010-EJN – Dispensa de Licitação</p>	<p>Concordamos com a constatação e informamos que tal atesto já foi providenciado. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
<p>35. Contratação direta (dispensa de licitação) de professor substituto.</p>	<p>04/2010-EJN – Dispensa de Licitação</p>	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que não se tratavam de contratação de professores substitutos, mas, sim, de instrutores para suporte e complementação das disciplinas ministradas pelos professores do quadro. Manifestação da AUDIN: Para se oferecer suporte aos professores do quadro, faz-se necessário que sejam identificados esses professores que receberam as aulas das disciplinas naquele campus, não constando no processo tal relação. Recomendação mantida para que apresentem o horário de aula dos professores do quadro dessas disciplinas no campus Campo Verde e as atribuições específicas dos intrutores junto a esses professores.</p>
<p>36. Diversos: a) cotação de preço efetuada após a contratação, b) fundamentação equivocada no SIAFI, c) coincidência de sobrenome entre os sócios da empresa e o Diretor de Administração e Planejamento do Campus São Vicente, havendo necessidade de esclarecimento, d) Comissão permanente de licitação não emitiu parecer satisfatório sobre tal aquisição de serviço (fls 33),</p>	<p>04/2010-EJN – Dispensa de Licitação</p>	<p>Não concordamos com as constatações pelas seguintes razões: ITEM 5.5.5 – Embora o orçamento faça menção a prestação dos serviços no mês 02/2010, informamos que o mesmo foi realizado a partir da emissão da nota de empenho; ITEM 5.13.8 – Sobre esta constatação informamos que a mesma já foi respondida anteriormente a partir do MEMO CIRCULAR N° 002/2010/DAF/IFMT CAMPUS SÃO VICENTE, de 17/05/2010;</p>

uma vez que não demonstrou a legalidade e a necessidade desse serviço, sem a contratação de professor substituto,
e) extrapolação do limite de dispensa de licitação,

ITEM 5.22.3 – Trata-se de despesa cujo valor se enquadra perfeitamente na fundamentação legal indicada. Não obstante, vale destacar que os Acórdãos aqui mencionados se referem a outros órgãos que não o campus e, portanto, referem-se a realidades completamente distintas;

ITEM 5.22.4 – Como bem afirma o item em questão, não poderá haver a contratação, caso o setor demandante possua como responsável servidor detentor de cargo de direção. Todavia, para o caso em tela, o setor demandante da contratação é a Coordenação de Eventos e Cerimonial (coordenação vinculada ao Gabinete da Direção), cujo responsável, à época, era o servidor Libertino José da Silva, tendo como superior hierárquico a Chefe de Gabinete Marcela de Abreu Moraes. Portanto, não há correlação entre a presente contratação e o servidor responsável pela Diretoria de Administração e Planejamento;

ITEM 5.23.3 – Razões expostas na constatação n.º 35;

ITEM 5.23.4 – Embora o orçamento faça menção a prestação dos serviços no mês 04/2010, informamos que o mesmo foi realizado a partir da emissão da nota de empenho;

ITEM 5.23.6 – Não cabe a Comissão Permanente de Licitação emitir parecer sobre tal contratação, principalmente quanto a necessidade desse serviço. Posto que a sua atribuição é claramente definida em lei, isto é, caberá a Comissão processar e julgar a proposta mais vantajosa para administração (Art. 51 c/c Art. 3º, da Lei 8.666/93). Sendo que a conveniência e a oportunidade da contratação deverá ser avaliada pelo setor demandante e pelo ordenador de despesas;

ITEM 5.24.6 – Não cabe a Comissão Permanente de Licitação emitir parecer sobre tal contratação, principalmente quanto a necessidade desse serviço. Posto que a sua atribuição é claramente definida em lei, isto é, caberá a Comissão processar e julgar a proposta mais vantajosa para administração (Art. 51 c/c Art. 3º, da Lei 8.666/93). Sendo que a conveniência e a oportunidade da contratação deverá ser avaliada pelo setor demandante e pelo ordenador de despesas;

ITEM 5.25 – Razões expostas na constatação n.º 40;

ITEM 6.13 – Razões expostas no item 5.13.8.

Manifestação da AUDIN:

ITEM 5.5.5 – Solicitamos enviar cópia do horário de aula do professor contratado para anexar aos nossos papéis de trabalho. Quanto a pagamento efetuado anteriormente a conclusão dos trabalhos não houve manifestação. Recomendação mantida.

ITEM 5.13.8. – Recomendação mantida, uma vez que não foi encaminhado o documento citado.

ITEM 5.22.3 – Os acórdãos do TCU constituem jurisprudência para todos os órgãos que utilizam recursos federais. Recomendamos abster-se de contratar tais serviços, e que seja apurada responsabilidade.

ITEM 5.22.4 – O parágrafo terceiro do Decreto 7.203/2010, é claro quando diz que “É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade”. O Diretor da DAP é o responsável pela contratação do serviço, autorizando via SIAFI. Recomendação mantida para apuração da responsabilidade.

ITEM 5.23.3. - Para se oferecer suporte aos professores do quadro, faz-se necessário que sejam identificados esses professores que receberam as aulas das disciplinas naquele campus, não constando no processo tal relação. Recomendação mantida para que

			<p>apresentem o horário de aula dos professores do quadro dessas disciplinas no campus Campo Verde e as atribuições específicas dos intrutores junto a esses professores.</p> <p>ITEM 5.23.4 - Solicitamos enviar cópia do horário de aula do professor contratado para anexar aos nossos papéis de trabalho. Recomendação mantida.</p> <p>ITEM 5.23.6 e 5.24.6 – Compete à Assessoria Jurídica do IFMT emitir parecer sobre processos de dispensa de licitação quando gerar necessidade de contrato com terceiros para prestação de serviços, mas tal procedimento não ocorria no campus São Vicente. Apesar da Comissão de Licitação não ter a atribuição de emitir parecer sobre contratação por dispensa, nos casos do campus São Vicente o fazem para dispensar licitações, como consta às fls 33 do processo onde dizem “<i>De acordo com o inciso II, Art. 24 da Lei 8.666/93. Diante deste fato resolve esta comissão dispensar esse procedimento para a despesa supra...</i>”. Recomendação mantida para que seja elaborado parecer jurídico sobre a necessidade de contratação de professores por dispensa e não por processo seletivo.</p> <p>ITEM 5.25 – Recomendação mantida.</p> <p>ITEM 6.13 - Recomendação mantida, uma vez que não foi encaminhado o documento citado.</p>
37. Dispensa de Licitação provisória enquanto ocorre licitação deste objeto;	04/2010-EJN Dispensa Licitação	– de	<p>Concordamos com a constatação e informamos que fora instaurado o processo n.º 23197.000721/2011-26, para Concessão Comum de Espaço Físico do IFMT – Campus São Vicente, visando Prestação de Serviços de Panificação e Confeitaria, o qual se encontra em fase de elaboração do Edital.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.</p>
38. Ausência de dados informados na capa do processo;	04/2010-EJN Dispensa Licitação	– de	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que tais informações já estão disponíveis nos autos do processo. Ademais, tal constatação se torna inócua se ao se considerar, por exemplo, um processo que contenha inúmeros fornecedores, no qual seria impossível registrar todas as informações aqui mencionadas, para todos os fornecedores, na capa do processo.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Considerando a justificativa e a manifestação da PROAD, essa recomendação fica desconsiderada.</p>
39. Ausência de retenção de tributos;	04/2010-EJN Dispensa Licitação	– de	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que para os casos em tela não houve a retenção de tributos visto se tratar de empresa optante pelo “Simples Nacional”.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida para inclusão do atestado de Optante Simples da contratada ao processo.</p>
40. Extrapolação de limite de dispensa;	04/2010-EJN Dispensa Licitação	– de	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que todos os processos indicados importam em contratações de profissionais e/ou empresas especializadas na prestação do serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. O que, pela própria natureza do serviço já se enquadraria como serviço técnico profissional especializado (Art. 13, Inciso VI, da Lei 8.666/93) e, portanto, passível de ser realizado por Inexigibilidade de Licitação (Art. 25, Inciso II, da Lei 8.666/93), conforme mencionado neste próprio documento (Constatação n.º 51 – Item 6.14). No entanto, foram realizadas como dispensa de licitação em razão de entendimentos anteriores firmandos pelos Analistas de Controle e Finanças da CGU/MT, no sentido de que era plenamente possível a contratação dos serviços aqui alvitrados, por Dispensa de Licitação, mesmo que isso importasse em exceder aos limites estabelecidos pela Lei.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
41. Ausência de portaria de autorização para dirigir veículos oficiais;	06/2010-EJN veículos combustível	– e	<p>Não concordamos com a constatação, uma vez que o servidor Geraldo Miguel de Carvalho possui o cargo de Motorista Oficial e, portanto, sua atribuição precípua é justamente se utilizar dos veículos oficiais para desempenhar suas atividades. Ao passo que, quanto aos</p>

		servidores Cláudio de Lima do Espírito Santo e Valmir Cêzar de Queiroz, informamos que a estes foi outorgada a autorização para utilização de veículos oficiais a partir das Portarias n.º 84, de 11/08/2010 e n.º 131, de 18/03/2008, respectivamente. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida até o envio das cópias das portarias citadas para inclusão nos papéis de trabalho desta AUDIN.
42. Falha no controle de veículos oficiais;	06/2010-EJN veículos combustível	– e Concordamos parcialmente com a constatação, tendo-se em vista que o campus faz efetivamente o controle de entrada e saída de veículos oficiais. Todavia, informamos que a Coordenação de Transporte e Vigilância foi orientada, a partir do Memorando n.º 049/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para que proceda a um melhor detalhamento das informações contidas no formulário de controle de entrada/saída de veículos oficiais; evite deixar campos sem preenchimento no referido formulário; identifique corretamente os veículos, acrescentando além do modelo do veículo o número da placa; e promova supervisão semanal do controle de quilometragem dos veículos. Por fim, é importante registrar que o campus aguarda a implantação do “Módulo Veículos” do sistema de gestão SIGA-ADM, a ser implantado pela PROAD-IFMT, com vistas a aprimorar e aperfeiçoar o controle e a gestão de toda a sua frota. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
43. Falha no controle de abastecimento dos veículos oficiais;	06/2010-EJN veículos combustível	– e Concordamos parcialmente com a constatação, tendo-se em vista que o campus faz efetivamente o controle de abastecimento de combustível dos veículos oficiais. Todavia, informamos que a Coordenação de Transporte e Vigilância foi orientada, a partir do Memorando n.º 049/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para que proceda a um melhor controle do abastecimento dos veículos. Por fim, é importante registrar que o campus aguarda a implantação do “Módulo Veículos” do sistema de gestão SIGA-ADM, a ser implantado pela PROAD-IFMT, com vistas a aprimorar e aperfeiçoar o controle e a gestão de toda a sua frota. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
44. Autuação de veículos oficiais junto ao DETRAN-MT;	06/2010-EJN veículos combustível	– e Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Transporte e Vigilância foi acionada, por meio do Memorando n.º 049/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, para acompanhar os processos de defesa de autuação dos veículos oficiais mencionados, visando apurar os fatos que deram causa para as ocorrências autuadas, bem como a responsabilidade de quem as provocou. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
45. Situação do Proc. 2300.08852/2007-50	08/2010-EJN- Suprimento fundos	de Não concordamos com a constatação, uma vez que tais informações já foram prestadas por meio do Memorando n.º 033/2010/DAP/IFMT – Campus São Vicente de 06/10/2010. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida, uma vez que não foi encaminhado o documento citado.
46. Bens permanentes incorporados, no estoque;	09/2010-EJN- Patrimônio	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Patrimônio, foi orientado, a partir do Memorando n.º 043/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a promover a lotação do bem patrimonial no setor de destino, imediatamente após a sua incorporação. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
47. Termos de responsabilidade desatualizados;	09/2010-EJN- Patrimônio	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Patrimônio, foi orientado, a partir do Memorando n.º 043/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a promover a atualização de todos os Termos de Responsabilidade emitidos,

		periodicamente. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
48. Ausência de bens patrimoniais nos setores lotados;	09/2010-EJN- Patrimônio	Não concordamos com a constatação, uma vez que tais informações já foram prestadas por meio da C.I. n.º 18/2011-CPAT/IFMT-Campus São Vicente, de 10/02/2011. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida, uma vez que não foi encaminhado o documento citado.
49. Inventário de utensílios;	09/2010-EJN- Patrimônio	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Patrimônio, foi orientada, a partir do Memorando n.º 043/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a não registrar no inventário patrimonial utensílios (garfo, faca, pratos, bandejas, etc.), por serem considerados materiais de consumo. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
50. Ausência de inventário anual;	09/2010-EJN- Patrimônio	Concordamos com a constatação e informamos que a Coordenação de Patrimônio, foi orientado, a partir do Memorando n.º 043/2011/DAP/ IFMT – Campus São Vicente, de 01/07/2011, a promover o inventário físico anualmente dos bens permanentes do campus, conforme alínea “a”, item 8.1 e demais disposições da IN 205/1988. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN.
51. Recomendações gerais constantes do relatório.	04/2010-EJN – Dispensa de Licitação	Concordamos com as constatações e informamos que o campus tem envidado esforços no sentido de atentar para estas recomendações gerais, a fim de evitar que venham a ocorrer em novos processos. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
Auditoria Interna encaminhou os seguintes documentos ao campus Bela Vista, contendo relação das amostras em epígrafe: a) Requisição de Documento n.º 25/2010, encaminhada dia 16/11/2010 à Diretoria de Administração e Planejamento do campus, na qual constava uma relação de documentos a serem entregues até dia 29/11/2010; b)Memorando n.º 130/2010-UNAI/IFMT, encaminhado à Diretoria de Administração e Planejamento do campus Bela Vista, com cópia para a Direção Geral daquele campus, recebido dia 02/12/2010, reiterando a requisição de n.º 25/2010, e estabelecendo novo prazo máximo de entrega até o dia 06/12/2010. c) Memorando n.º 131/2010, encaminhado à Direção Geral do campus Bela Vista, com nova reiteração da solicitação inicial, constando prazo para entrega até 27/12/2010, sob pena de registro no relatório de auditoria que houve restrição ao exame da documentação do campus. No dia 03/01/2011 o Diretor de Administração e Planejamento do campus manifestou-se por meio de correio eletrônico, comprometendo-se a encaminhar os processos até dia 07/01/2011, o que não ocorreu.	Relatório n.º 01/2011 - Diretoria de Administração e Planejamento- Campus Bela Vista - IFMT	Não houve manifestação do Gestor
6.1. Pagamento de Adicional por Tempo de Serviço à maior, contrariando o disposto do art. 15 da MP n.º 2.225-45/2001: MATRÍCULA SIAPE N.º 0272283 MATRÍCULA SIAPE N.º 0272445-MATRÍCULA SIAPE N.º 0272447 6.2 Pagamento de Adicional por Tempo de Serviço à maior: MATRÍCULA SIAPE N.º 0272230 .MATRÍCULA SIAPE N.º 0699138	Relatório n.º 02/2011 Diretoria de Recursos Humanos- Campus Cuiabá, Bela Vista e Reitoria - IFMT	Este procedimento será acompanhado em processos futuros.
6.1. Ausência de documento do departamento solicitando a contratação do professor, contendo regime de trabalho, disciplinas que serão ministradas. 6.2 Ausência de assinatura no termo aditivo/contrato dos professores substituto. 6.3 Ausência na Pasta do servidor da publicação do termo aditivo. 6.4 Divergência entre os valores pagos no holerite do contratado e o estipulado no anexo LXVIII – LXXXVI	Relatório n.º 03/2011 Departamento de Recursos Humanos do Campus Cuiabá e	Não houve manifestação do Gestor

<p>da Lei nº 11.784 /2008.</p> <p>6.5 Prorrogação de contrato de professores substitutos, após o retorno do titular as suas atividades.</p> <p>6.6 Ausência da cópia do edital do processo seletivo.</p> <p>6.7 Ausência do registro no SIAPE dos afastamentos dos servidores.</p> <p>6.8 Ausência da numeração das páginas do processo de contratação.</p> <p>6.9 Ausência do valor estimado, bem como da dotação orçamentária no processo seletivo simplificado.</p> <p>6.10 Ausência do documento de solicitação do departamento para renovação do contrato.</p>	<p>Bela Vista - IFMT</p>	
<p>4.1.Processo nº 23193.000046/2010-94 (Volumes I e II) – TP 05/20104.1.1. Ausência de:</p> <p>a) Rubrica e assinatura do responsável no original</p> <p>b) Edital (fls 171/182);</p> <p>c) Inserção de projetos e da primeira medição no cronograma físico-financeiro no SIMEC;</p> <p>d) Assinatura no verso da Nota Fiscal, no Ateste, (fls 448);</p> <p>comprovante de garantia da empresa vencedora do certame;</p> <p>4.1.2. Na composição do BDI(fl 160) foi usado como Custo Direto o Preço de venda (R\$ 179.005,06) acrescentando custos indiretos acessórios e resultando num Preço de Venda equivocado (R\$ 221.978,72). Ressalta-se que não houve prejuízo ao erário uma vez que o preço de referência para a licitação foi de R\$ 179.005,06, entretanto ocasiona dúvidas quando da análise do processo licitatório;</p> <p>4.1.3. Diferença na primeira medição entre o quantitativo previsto (no cronograma físico-financeiro) e o executado:</p> <p>a) Regularização e compactação manual de terreno com soquete – Previsto = 322,96m2 e Executado= 161,48m2 (fls 438);</p> <p>b) Alvenaria – Previsto= 70% dos serviços e Executado= 20% (em tijolo furado de 1/2vez) (fls 438);</p> <p>4.1.4. Distinção entre os valores unitários dos itens constantes da planilha orçamentária(fl 158) e as Tabelas SINAPI Julho/2010 com atualização em agosto 2010:</p> <p>4.1.5. Item 13.9 da planilha orçamentária (fls 159)– consta especificação de Porta sabonete líquido – 80m, com valor unitário de R\$ 22,17 (sem BDI) e o preço de venda total de R\$ 2.199,44.</p>	<p>Relatório nº 04/2011 Diretoria de Administração e Planejamento Campus Confresa - IFMT</p>	<p>Conforme informações apresentadas, as medidas para atender a recomendações foram parcialmente implantadas.</p>
<p>Item 6.5 – Não apresenta as fontes de onde foram extraídas as informações nas tabelas relacionadas no item 5.1.1.5 e 5.1.1.6;</p> <p>Item 6.7 - Apresenta como anexo as tabelas que ocupam mais de uma página, conforme dispõe o item II, b, 6 do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 – conforme relatado no item 5.1.1.8;</p>	<p>Relatório nº 05/2011 Pró-Reitoria de Administração e Planejamento</p>	<p>Manifestação da Audin: Este procedimento será acompanhado em processos futuros.</p>
<p>8.7.1 Os montantes inscritos nos exercícios de 2003, 2007 a 2009, refere-se a execução das ex-autarquias. Em 2003, apresenta um saldo de R\$ 944,00, portanto contrariando o Decreto nº 5.329, de 30 de dezembro de 2004, que o prazo de validade os Restos a Pagar do exercício financeiro de 2003 e anteriores era até 31 de dezembro de 2005.</p> <p>9 .No Grupo da Conta 19913.00.00 – Diversos Responsáveis – em Apuração apresenta um saldo de R\$ 14.953,64 que foi registrado em dezembro de 1993, referente à somatória das contas contábeis 19913.06.00 – Pagamentos sem Respaldo Orçamentário no valor de R\$ 2.588,18 e 19913.07.00 – Créditos Antecipados no valor de R\$ 12.365,46. De acordo com pesquisa efetuada no SIAFI, em 16 de março de 2011, essa conta ainda não foi regularizada.</p> <p>13.1 Escrituração indevida na conta contábil 33390.47.05 - Imposto s/ Propr. de Veículos Automotores-IPVA, pois apresenta um saldo de R\$ 2.256,61, referente ao pagamento de taxas de licenciamento de veículos, conforme processo nº 102/2010.</p> <p>16.1 O Campus de São Vicente apresentou o inventário de 2007, portando não sendo pertinente a análise.</p> <p>16.2 Os Campi Rondonópolis e Barra dos Garças, no ano de 2010, estavam sem estruturação física e de pessoal, conforme informado nos MEMO nº 001/2011 – IFMT/BAC e MEMO nº 010/DG/ROO/2011, portando não possuindo inventário do Almoxarifado.</p> <p>16.3 O Campus de Confresa informou no Memo nº 0031/2011/DG, de 10 de março de 2011, que “ o material</p>	<p>Relatório nº 06/2011 Pró-Reitoria de Administração e Planejamento</p>	<p>Não houve manifestação do Gestor</p>

recebido pelo Departamento de Almoxarifado, foi de consumo imediato não constituindo estoque". 16.8 Portanto, comparando os saldos registrados no SIAFI em 31/12/2010 com os apresentados nos inventários de almoxarifado da Reitoria e dos Campi obtivemos uma diferença no total de R\$ 1.329.708,81, portanto os dados no SIAFI não demonstra a fidedignidade dos dados da Instituição, devido às falhas apresentadas nos itens acima.		
6. Em nossa análise foi verificado que constam 130 servidores ocupantes de cargos comissionados, assim distribuídos entre os campi: sendo que 10 servidores, abaixo relacionados, não entregaram a declaração, contrariando o art. 1º, inciso VII da Lei nº 8.730/93.Foi constatada a ausência da folha que descreve os bens do contribuinte na Declaração dos servidores:	Relatório nº 07-2011 Departamento de Recursos Humanos do Campus Cuiabá , Bela Vista,Pontes e Lacerda e Reitoria - IFMT	Não houve manifestação do Gestor
6.1. Constatamos inconsistência no campo referente ao endereço do Agente responsável:	Relatório nº 08-2011 Pró-Reitoria de Administração e Planejamento	Não houve manifestação do Gestor.
5. Realização de aditivos contratuais apenas com o parecer favorável da Comissão de Licitação, mas sem a autorização prévia do ordenador da despesa.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Os aditivos foram celebrados e, portanto, devidamente autorizados, pelo Ordenador de Despesa. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.
6. Pagamentos e aditivos contratuais formalizados sem a devida comprovação de regularidade fiscal.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Recomendação acatada e adotada nos demais processos. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
3. Termo aditivo nº 01/2011 publicado no DOU de 18.01.2011 sem que tenham sido juntados aos autos a solicitação de prorrogação, parecer da Comissão de Fiscalização, autorização do ordenador da despesa e Termo Aditivo assinado pelas partes.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
8. Impropriedades na formalização dos processos.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
9. Ausência de inserção de dados relativos aos aditivos contratuais no SIMEC, constando até o momento apenas um aditivo contratual.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
11. Ausência de identificação da assinatura que se encontra no ateste no verso da Nota Fiscal nº 14 (fls. 1.435) no Processo nº 21888.000494/2010-67.	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Nem todos os servidores possuem carimbos, dessa forma, os nomes foram inseridos por “extenso”. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
17. Realização de serviços não previstos no contrato sem que haja assinatura do Termo Aditivo nº 06/2010 e prévio empenho. 12. Encaminhamento de nota fiscal para pagamento de diversos serviços realizados com fundamento na autorização contida no Termo Aditivo nº 02/2010 (Processos nº 23194.002935/2010-86 e 23194.002328/2010-16) apenas 15 dias após a assinatura do referido instrumento contratual, prazo	09/2011 – construção do campus Rondonópolis	Manifestação da UG: Tal procedimento é repassado para todos os fiscais dos contratos, no entanto há dificuldade no cumprimento dessas recomendações por parte dos fiscais de contrato. Há muita dificuldade na nomeação dos fiscais de contrato, pois muitos servidores tem se negado a atuar nessa função, em razão de que não dispõe de quadro de pessoal qualificado para essa função, tornando necessária a nomeação de professores para o

insuficiente para realização de todos os serviços.		exercício da função. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.
13. Assinatura do Termo Aditivo nº 02/2010, de valor e de prorrogação de prazo, após o vencimento da vigência do Contrato nº 33/2008. 19. Assinatura do Termo Aditivo nº 05/2010 em <u>26/10/2010</u> (fls. 1.517), após o vencimento da vigência do Contrato, conforme Termo Aditivo nº 04/2010, que estabelecia a vigência até 20/10/2010 (fls. 1.503).	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
14. Ausência de inserção de cópia da publicação do Extrato de Termo Aditivo nº 02/2010.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
15. Assinatura do Termo Aditivo nº 03/2010, com a prorrogação de prazo mais longa do que o solicitado pela contratada, uma vez que no dia 29/03/2010 (fls. 1.446) foi feita solicitação de prorrogação de 120 dias, tendo sido feito Termo Aditivo nº 02/2010 com prazo de vigência até 08/05/2010 (fls. 1.449), e posteriormente assinado o Termo Aditivo nº 03/2010 com data de vigência até 05/09/2010.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
16. Existência de diferenças entre o percentual do item executado que consta no SIMEC e o percentual do item executado que consta da Planilha de medição encaminhada pela contratada (fls. 1.458) e que foi pago pela contratante no Processo nº 23188.003046/2010-15.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
• Ausência de boletim de medição do responsável pela fiscalização detalhando os serviços que foram executados, sendo os serviços atestados apenas com base nas notas fiscais apresentadas pela contratada.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas pela AUDIN nas próximas auditorias.
18. Solicitação de prorrogação de contrato pela contratada, constando relato de paralisação da execução da obra, falha no projeto básico e inúmeras solicitações de informações protocoladas (fls. 1.507) sem que constem dos autos providências quanto aos fatos relatados.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: A obra foi paralisada em razão dos problemas e inconsistências nos projetos fornecidos pela empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis. A paralisação ocorreu até que o problema fosse resolvido. As pendências foram encaminhadas ao Diretor-Geral e a Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras para as providências necessárias, e tais procedimentos estão em andamento. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas pela AUDIN nas próximas auditorias.
20. Realização de acréscimo por meio do Termo Aditivo nº 08/2010 (fls. 1.564) que ultrapassa o limite de 25% do valor inicial, em desacordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Foi solicitado à Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras para que seja efetuado aditivo negativo do valor sobressalente. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
21. Ausência de assinatura do Termo Aditivo nº 08/2010 pelo representante da contratada ou seu procurador, cuja procuração ainda era válida na data do contrato (procuração a fls. 1.501).	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
22. Publicação do Extrato de Termo Aditivo 08/2010 no Diário Oficial da União sem que tenha sido previamente providenciada a assinatura do Termo Aditivo (fls. 1.569).	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
23. Ausência de inclusão nos autos do Termo de Recebimento provisório, apesar da solicitação da contratada (fls. 1.547). O sr. José Luis Malheiros de Oliveira, membro da Comissão Permanente de Fiscalização e Recebimento de Obras, informou que houve o recebimento provisório da obra em fevereiro/2011, e que estão providenciando a inclusão da declaração no processo.	09/2011 construção campus Rondonópolis	– do Manifestação da UG: Recomendação acatada. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.

<p>4.3.1. Ausência de: saldo orçamentário. No campo do saldo consta o valor estimado às fls 02; termo de referência para aquisição do objeto; pesquisa de mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12; justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão, contrariando o Decreto 3.931/2001 Art. 8º; autorização do ordenador de despesa para adesão. O ordenador de despesa autorizou às fls 02 apenas a aquisição do veículo, porém não consta a autorização pela adesão a SRP de outro órgão; despacho do setor de almoxarifado às fls 02, porém justifica-se uma vez que a Reitoria ainda não possui setor de almoxarifado definido e responsável nomeado;</p> <p>4.17.1. Ausência de: saldo orçamentário (fls 02). No campo do saldo orçamentário foi informado o valor estimado de aquisição das impressoras; Termo de referência para aquisição do objeto;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que concordam com a recomendação e que nos processos futuros o saldo será o realmente disponível para a execução, e ainda que os demais procedimentos já estão sendo adotados.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.4.1. Ausência de: termo de referência para aquisição do objeto (não houve uma melhor especificação do mobiliário a ser adquirido); assinatura da ordem de fornecimento (fls 25); despacho do setor de almoxarifado às fls 02, porém justifica-se uma vez que a Reitoria ainda não possui setor de almoxarifado definido e responsável nomeado;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.4.2. O valor unitário dos itens constantes da Ata não confere com a pesquisa de mercado apresentada no processo, quanto ao menor preço por item, conforme mapa de apuração elaborado pela AUDIN. Em relação ao menor preço, venceria a empresa Arte móveis, e o IFMT deveria ter negociado com o fornecedor da Ata 018/2009 SRP, uma vez que o preço da ata foi maior que o preço de mercado, contrariando o Decreto 3.931/2001 Art. 12 §2º inciso I;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.5.1. Ausência de: termo de referência para aquisição dos objetos; pesquisa de mercado para os itens arranjo floral e toalha de mesa, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12; justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão, no teor do despacho (fls 21), contrariando o Decreto 3.931/2001 Art. 8º; despacho do setor de almoxarifado às fls 02, porém justifica-se uma vez que a Reitoria ainda não possui setor de almoxarifado definido e responsável nomeado;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.5.2. Oferecimento de buffet/coffee break em solenidade, contrariando o Acórdão 634/2006 – 1ª Câmara;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: A Justificativa não elide o fato, uma vez que não foi apresentada a justificativa para a constatação. Recomendação mantida.</p>
<p>4.6.1. Ausência de: termo de referência para aquisição do objeto; pesquisa de mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12; autorização do ordenador de despesa em relação a adesão; despacho do setor de almoxarifado às fls 02, porém justifica-se uma vez que a Reitoria ainda não possui setor de almoxarifado definido e responsável nomeado;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.7.1. Ausência de: termo de referência para aquisição do objeto; mapa de apuração de preço na pesquisa de mercado; justificativa quanto a vantagem na Adesão, contrariando o Decreto 3.931/2001 Art. 8º; despacho do setor de almoxarifado na requisição, porém justifica-se uma vez que a Reitoria ainda não possui coordenação de almoxarifado; assinatura na ordem de fornecimento (fls 21);</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.7.2. O valor unitário dos itens constantes da Ata não confere com a pesquisa de mercado apresentada no</p>	<p>10/2011 – EJA –</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi</p>

<p>processo, quanto ao menor preço por item, conforme mapa de apuração elaborado pela AUDIN. Em relação ao menor preço, venceria a empresa Americanas (fls 10), e o IFMT deveria ter negociado com o fornecedor da Ata 014/2010 SRP, uma vez que o preço da ata foi maior que o preço de mercado, contrariando o Decreto 3.931/2001 Art. 12 §2º inciso I:</p>	<p>pregão, carta e de fundo convite e de fundo</p>	<p>informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado. Manifestação da AUDIN: A Justificativa não elide o fato, uma vez que não foi apresentada a justificativa para a constatação. Recomendação mantida.</p>
<p>4.8.1. Ausência de: numeração no documento de encaminhamento do processo para homologação e modelo de manual (entre as fls 115/116), contrariando a Portaria Normativa 05/2002 item 5.2; identificação dos fornecedores (CNPJ, Razão Social,...) na pesquisa de mercado (fls 14/15); numeração no verso das folhas, contrariando a Portaria Normativa 05/2002 item 5.2.; declaração da empresa vencedora do certame, na etapa de habilitação das empresas, de que não emprega menores nas condições vedadas pela Constituição Federal, contrariando o inciso V Art. 27 Lei 8.666/93; cláusula no contrato que estabeleça, de forma explícita, a aplicação do código de defesa do consumidor (uma vez que não foi exigido a garantia); despacho do setor de almoxarifado às fls 02, porém justificou-se uma vez que a Reitoria ainda não possui setor de almoxarifado definido e responsável nomeado;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta e de fundo convite e de fundo</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado nos demais procedimentos. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.</p>
<p>4.8.2. A vigência do contrato encerrou em 31/12/2010 para a entrega do produto (conforme fls 124/128) e não há aditivo de prorrogação do prazo anexo ao processo. E também não há a comprovação da emissão de ordem de fornecimento e nem da entrega do produto.</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta e de fundo convite e de fundo</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n. 64/2011 – PROEX/IFMT de 18.05.2011 de justificativa da PROEX, foi informado que a autorização para a empresa executar os serviços de impressão ocorreu antes do término do contrato e que nos próximos dias estarão recebendo o produto licitado. Após esta informação, solicitou afirmou que o prazo foi cumprido. Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 a PROAD informou que já havia notificado a PROEX para tomar as devidas providências, através do Memo n. 293/2010/PROAD de 15/10/2010. Manifestação da AUDIN: A justificativa da PROEX não elide o fato, uma vez que o contrato determinada a entrega do produto até o dia 31/12/2010. O contrato deveria ter sido prorrogado com a devida justificativa. Esse fato gera risco de não recebimento do produto ou mesmo de necessitar realizar outra licitação. Recomendamos que nos processos licitatórios futuros seja observada, pelo fiscal de contrato, a vigência do contrato. A AUDIN acompanhará a conclusão desse processo.</p>
<p>4.9.1. Ausência de: manifestação do ordenador de despesa em não acatar o parecer jurídico ou novo parecer jurídico após os argumentos do pregoeiro (fls 90), em observância ao Art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93; ordem cronológica na anexação dos documentos no processo (fls 99/159); numeração no verso das folhas, com base na Portaria Normativa 05/2002 item 5.2; numeração das folhas nos processos 23188.000324/2011-63 e 23188.000333/2011-54, contrariando a Portaria Normativa 05/2002 item 5.2; comprovante do segundo funcionário escalado no mês de junho/2010 no horário das 06h às 18h, com base nas folhas de frequência anexas ao processo n. 23188.000324/2011-63. De acordo com o contrato, em cada horário haveriam dois vigilantes em trabalho no prédio da reitoria, no entanto foi possível constatar apenas o funcionário Carlos Eduardo de Oliveira nesse horário, nos dias 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e 29/06/2010, sem o devido desconto no pagamento mensal da empresa;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta e de fundo convite e de fundo</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que foi notificado o fiscal do contrato, através do Memo 196/2011-PROAD para tomar as devidas providências. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta constatação será ponto de averiguação em uma próxima visita a PROAD.</p>
<p>4.9.2. Distinção de data de entrega do comprovante de garantia (10/08/2010) com a assinatura do contrato (09/06/2010), conforme fls 174v/175 e 190/192;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta e de fundo convite e de fundo</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que concorda com a recomendação e que a empresa teve dificuldades na emissão do seguro, porém tal atraso não acarretou nenhum prejuízo para a administração. Ressaltou ainda que não é possível ser realizado em razão que muitas seguradoras só aceitam a emissão do seguro garantia, após a assinatura do contrato, liberando a apólice em torno de 30/60 do recebimento desse contrato.</p>

		Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.9.3. Empenho Global 2010NE900179 de R\$ 97.789,44 (fls 171) em 25.10.2010, em valor menor que o constante do contrato de R\$ 167.639,04 (fls 174/182) e em valor maior que o necessário para o pagamento de 06 (seis) meses do exercício (R\$ 83.819,52). Segundo o Art. 60 do Decreto 4.320/64 “ <i>não pode haver despesa sem prévio empenho</i> ” e conforme o Art. 27 do Decreto 93.872/86 diz que “ <i>as despesas relativas a contrato de vigência plurianual serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada</i> ”;	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento de fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que o valor empenhado em 25/05/2010, porém o contrato foi assinado com atraso e os serviços só foram executados a partir de junho/2010, ficando um mês a mais., não acarretando prejuízo nenhum a administração. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.9.4. Impropriedades nas folhas de pagamentos e folhas de frequência dos funcionários, do processo n. 23188.000324/2011-63, conforme tabelas abaixo:	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento de fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que foi notificado o fiscal do contrato, através do Memo 196/2011-PROAD para tomar as devidas providências. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Esta constatação será ponto de averiguação em uma próxima visita a PROAD.
4.10.1. Ausência de: valor estimado (fls S/N formulário de solicitação);numeração de folhas no processo, com base na Portaria Normativa 05/2002 item 5.2;Pesquisa de mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12;cláusula no contrato que estabeleça, de forma explícita, a aplicação do código de defesa do consumidor, uma vez que não há exigência de garantia da contratada;justificativa do não atendimento do parecer do Diretor de TI para contratação de item pela Ata do pregão 87/2009 da Marinha. O contrato foi firmado apenas pela Ata 13/2009 do MINC;justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão, contrariando Decreto 3.931/2001 Art. 8º;autorização do ordenador de despesa para adesão ao SRP de outro órgão;atesto no verso de Notas Fiscais 253720 e 275237, mesmo recebendo como comodato (fls S/N);assinatura do termo de responsabilidade dos servidores Aluizio Alves da Costa, Ali Veggi Atala, Silvano Carmo de Souza (fls S/N);	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento de fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que concordam com as recomendações e que: - o contrato foi elaborado conforme edital do órgão gerenciador, não sendo possível incluir a cláusula de garantia, - a PROAD não acatou a indicação do Diretor de TI, devido a ata do Ministério das Comunicações possuir preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme demonstrado no projeto básico, - a adesão do registro de preços, encontra-se no projeto básico, - os termos de responsabilidade estão sendo regularizados, Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita, entretanto não elide totalmente o fato, uma vez que não informou se foram inclusos no processo: autorização do ordenador de despesa, ateste no verso das Notas fiscais e assinatura dos termos de responsabilidade. Recomendação acatada parcialmente.
4.10.2. Na análise das faturas do mês de Agosto/2010 (processo 23188.002098/2010-74) foram escolhidos 22 (vinte e dois) números de celulares aleatoriamente, obtendo amostra de 25%. Verificou-se ligações originadas em finais de semana ou após as 22h30, conforme segue:	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento de fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que ligações nos finais são justificáveis, pelo seu uso em viagens a trabalho e no atendimento de urgência e emergência que ocorrem no campus, principalmente nos campi onde há internato.. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.11.1. Ausência de: saldo orçamentário (fls 02);numeração das folhas no processo, contrariando a Portaria Normativa 05/2002 item 5.2. O verso das fls 3078 está sem numeração e consta numerações novas nas fls 82/167, 177/178, 182/183, 189/194, 274/291;despacho do ordenador de despesas, quanto à não acatar o parecer jurídico ou retornando o processo a assessoria jurídica para apreciação da contestação do parecer jurídico pelo pregoeiro. A Lei 8.666/93 art. 38 § único determina que as minutas de edital/anexos devam ser aprovadas pela assessoria jurídica; assinatura do responsável pelo Edital definitivo (fls 125);	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento de fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado. Ainda reiterou que será enviado para o Reitor homologar o parecer contrário da procuradoria jurídica. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.11.2. Os Contratos n. 010/2010 e n. 11/2010 foram assinados em 08.06.2010, com ordem de serviço para início do trabalho em 01.07.2010 (fls 291/292 316/317). Verificou-se que: I) os equipamentos e mobiliários do campus Rondonópolis começaram a ser entregues a partir de 2011,		Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que o imóvel do campus Rondonópolis e Barra do Garças, necessitavam de serviço de vigilâncias devido não ser murado /cercado tendo constante invasões da área por

<p>conforme análise do Memorando n.º 010/DG/ROO/2011 de 03.03.2011;</p> <p>II) os servidores começaram a ser lotados no campus Rondonópolis a partir de dezembro/2010, conforme Memorando n.º 195/2011/CRCP/DSRH/IFMT de 16.03.2011, com exceção do Diretor Geral e do Diretor de Ensino;</p> <p>III) não consta, anexo ao processo n.º 23049.006541/2008-21, a declaração de recebimento provisório da obra de construção do campus Rondonópolis. O presidente da comissão permanente de fiscalização de obras informou, através de contato telefônico, que houve o recebimento provisório da obra em fevereiro/2011, e que estão providenciando a inclusão da declaração no processo;</p> <p>IV) as obras dos campi Rondonópolis e Barra do Garças foram licitadas, cabendo a empresa vencedora o custo dos vigias pela segurança do canteiro de obras, e fazendo parte da composição do BDI como “<i>despesa para administração da obra</i>”;</p> <p>V) anexo aos pedidos de pagamento mensal da empresa Construtora Egide Ltda constam listas dos empregados, incluindo o <u>vigia</u>, no campus Rondonópolis;</p> <p>VI) No campus Barra do Garças a obra de construção do prédio está interrompida e não houve servidores lotados anterior a dezembro/2010. Contratação de vigilantes no período de 01.07.2010 à dezembro/2010, sem existência de atividades administrativas/acadêmicas nos campi Rondonópolis e Barra do Garças;</p>		<p>pessoas estranhas, e ainda que o vigia não zelava pelo patrimônio de todo o campus, mas apenas o da empresa contratada. Ressaltou ainda entender que os campi mesmo não estando em funcionamento, é essencial que a administração zele pelo seu imóvel.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.</p>
<p>4.11.3. Analisando os processos de pagamento de faturas, por amostragem, constata-se:</p> <p>a) processo n. 23188.002572/2010-65 – campus Barra do Garças (fatura mês de outubro/2010): ausência de cópia de folhas de pagamento dos empregados com suas assinaturas de recebimento;</p> <p>b) processo n. 23188.002044/2010-17 – campus Barra do Garças (fatura mês de agosto/2010): ausência de cópia de folhas de frequência e folhas de pagamento dos empregados com suas assinaturas de recebimento;</p> <p>c) processo n. 23188.002045/2010-53 – campus Rondonópolis - (fatura mês de agosto/2010): ausência de cópia de folhas de frequência e folhas de pagamento dos empregados com suas assinaturas de recebimento;</p> <p>d) processo n. 23188.002045/2010-53 – campus Rondonópolis - (fatura mês de agosto/2010): ausência de cópia de folhas de pagamento dos empregados com suas assinaturas de recebimento;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que o fiscal do contrato foi notificado e estão regularizando as pendências.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Este processo será averiguado numa próxima visita à Reitoria.</p>
<p>4.12.1. Ausência de: Termo de referência para aquisição do objeto; cópia do Ofício 45/2010-PROAD/IFMT, como comprovante do pedido de autorização ao órgão gerenciador; assinatura na ordem de fornecimento (fls 13);</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>4.13.1. Ausência de: Identificação do Requirente (fls 02) Termo de referência para aquisição do objeto; Justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão; Pesquisa de Mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12;</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. Este processo será averiguado numa próxima visita desta AUDIN.</p>
<p>4.14.1. Ausência de: Numeração das folhas no processo, contrariando a Portaria Normativa 05/2002 item 5.2; Termo de referência para aquisição do objeto; Justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão; Pesquisa de Mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12; comprovante de consulta prévia ao órgão gerenciador, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 8º; comprovante de autorização do órgão gerenciador, com base no Decreto 3.931/2001; comprovante de concordância da empresa em fornecer o serviço, com base no Decreto</p>	<p>10/2011 – EJA – pregão, carta convite e suprimento de fundos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado.</p> <p>Ressaltou ainda que não foi possível incluir cláusula sobre tal garantia, haja vista que o instrumento convocatório não previa tal exigência.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada. Este processo será averiguado num</p>

3.931/2001 Art. 8º;autorização do ordenador de despesa para a Adesão ao SRP, antes da emissão da NE;assinatura do ordenador de despesa na NE900022 (fls S/N);cláusula no contrato que estabeleça, de forma explícita, a aplicação do código de defesa do consumidor, uma vez que não há exigência de garantia da contratada;		aróxima visita desta AUDIN.
4.14.2. Todas as notas de empenho estão emitidas como empenho ordinário, sendo que o ordinário deveria ser apenas para pagando único.	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que houve um erro formal na opção do tipo de empenho, mas que já estão tendo maior atenção no cadastramento do empenho. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
4.15.1. Ausência de: exigência de garantia no teor do edital e do contrato. Apesar do Art. 56 da lei 8.666/93 deixar a critério da autoridade competente a exigência da garantia, a prestação do serviço era de valor e duração considerável, necessitando de alguma garantia de que o fornecedor iria cumprir suas obrigações; indicação de tabela de referência para a elaboração da planilha orçamentária (fls 33/35), impossibilitando a verificação dos preços unitários; parecer jurídico, contrariando o Art. 38 § da Lei 8.666/93;boletim de medição detalhando os serviços que foram executados, com base na Nota fiscal no valor de R\$ 24.962,00 (fls 184);“espelho” da DARF dos pagamentos das Notas Fiscais; ateste no verso das Notas Fiscais n. 8979 (fls 27), 8978 (fls 29) e 005.445 (fls 33), constantes do processo n. 23188.000597/2010-27;	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que coube a reitoria emitir a nota de empenhos e os demais procedimentos são de responsabilidade do campus Confresa e São Vicente. Ainda reiterou que desde o 2ºsemestre/201, já estão anexando documentos de retenção e pagamento nos processos. Manifestação da AUDIN: As Justificativas não elidem o fato, uma vez que não foi informado se foram incluídos noproceto: boletim de medição, espelho da DARF, ateste na nota fiscal. E ainda os motivos de não constar exigência de garantia e parecer jurídico. Recomendação mantida para que a PROAD remeta essa constatação aos campi que iniciaram o processo para se manifestarem, enviando resposta a esta AUDIN.
4.15.2. Opção de modalidade “Carta Convite” mesmo com o valor estimado (R\$ 143.520,70) sendo próximo à modalidade Tomada de Preço. No processo consta parecer jurídico quanto a solicitação do aditivo, em que cita a falha em adotar tal modalidade.	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que coube a reitoria emitir a nota de empenhos e os demais procedimentos são de responsabilidade do campus Confresa e são vicente. Ainda reiterou que desde o 2ºsemestre/201, já estão anexando documentos de retenção e pagamento nos processos. Manifestação da AUDIN: As Justificativas não elidem o fato, uma vez que não foi informado a justificativa para a constatação. Recomendação mantida para que a PROAD remeta essa constatação aos campi que iniciaram o processo para se manifestarem, enviando resposta a esta AUDIN.
4.15.3. Projeto Básico com ausência de serviço necessário para a completa execução do objeto, motivando solicitação de termo aditivo de valor e prazo. O serviço aditivado era de instalação de rede de distribuição de energia elétrica para alimentação dos 14 blocos e do poço da caixa d’água;	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que coube a reitoria emitir a nota de empenhos e os demais procedimentos são de responsabilidade do campus Confresa e são vicente. Ainda reiterou que desde o 2ºsemestre/201, já estão anexando documentos de retenção e pagamento nos processos. Manifestação da AUDIN: As Justificativas não elidem o fato, uma vez que não foi informado a justificativa para a constatação. Recomendação mantida para que a PROAD remeta essa constatação aos campi que iniciaram o processo para se manifestarem, enviando resposta a esta AUDIN.
4.15.4. Manifestação favorável do gestor (fls 16 do processo 23188.000597/2010-27) pelo aditivo de valor e prazo, mesmo após a data de encerramento do contrato e tendo parecer jurídico contrário;	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e suprimento fundos	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que coube a reitoria emitir a nota de empenhos e os demais procedimentos são de responsabilidade do campus Confresa e São Vicente. Ainda reiterou que desde o 2ºsemestre/201, já estão anexando documentos de retenção e pagamento nos processos. Manifestação da AUDIN: As Justificativas não elidem o fato, uma vez que não foi informado a justificativa para a constatação. Recomendação mantida para que a PROAD remeta essa constatação aos campi que iniciaram o processo para se manifestarem, enviando resposta a esta AUDIN.
4.15.5. Termo Aditivo prorrogando contrato até 19/05/2010 e acrescentando o valor de R\$ 35.150,00, e com data de assinatura de 28/05/2010 - posterior ao encerramento do contrato (fls 19 e 20 do processo 23188.000597/2010-27).	10/2011 – EJM – pregão, carta convite e	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que coube a reitoria emitir a nota de empenhos e os demais procedimentos são de responsabilidade do campus Confresa e são vicente. Ainda reiterou que desde o

	suprimento de fundos	de	2º semestre/2011, já estão anexando documentos de retenção e pagamento nos processos. Manifestação da AUDIN: As Justificativas não elidem o fato, uma vez que não foi informado a justificativa para a constatação. Recomendação mantida para que a PROAD remeta essa constatação aos campi que iniciaram o processo para se manifestarem, enviando resposta a esta AUDIN.
4.16.1. Ausência de: identificação do requisitante (fls 01); Termo de referência para aquisição do objeto; Justificativa expressa quanto a vantagem na Adesão; Pesquisa de Mercado, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 12 ; comprovante de autorização do órgão gerenciador, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 8º; comprovante de concordância da empresa em fornecer o serviço, com base no Decreto 3.931/2001 Art. 8º;	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
4.18.1. Ausência de: identificação do requerente (fls 01); Termo de referência para aquisição do objeto; pesquisa de mercado, com base no Decreto 9.391/2001 Art. 12; justificativa expressa quanto a vantagem na adesão; comprovante de autorização do órgão gerenciador; assinatura no Ofício 007/2010/campus Parecis, de 08/02/2010, de consulta à empresa (fls 21); ordem cronológica na numeração das folhas do processo (fls 17 e 18/22);	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que as recomendações foram acatadas e que tal procedimento já está sendo adotado. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
4.19.1. Ausência de: Numeração correta no verso das folhas 137/148 do processo, com base na Portaria 05/2002 item 5.2. No verso das folhas evitar usar nova numeração, inserir a mesma numeração da frente com a letra “v”(Ex. 148v); saldo orçamentário (fls 02); rubrica do responsável pela elaboração do Edital (pregoeiro) nas fls 39/59;	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que concordam com a recomendação e informa que a Instituição promoverá maior controle desses atos. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Recomendação mantida para os processos futuros.
4.19.2. Publicação do extrato do edital em jornal local com data de 18/09/2010 e publicação em DOU com data de 16.09.2010, sendo estipulado o início do envio das propostas na data de 16/09/2010, caracterizando prazo inferior ao mínimo estabelecido de 08 dias, contrariando o Art 17 §4º Decreto 5.450/2005.	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que concordam com a recomendação e informa que a Instituição promoverá maior controle desses atos. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.20.1. Ausência de: comprovante de cancelamento de saldo junto ao Banco do Brasil; Obs.: Este processo foi cancelado a NE pela PROAD, a pedido do suprido.	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que a Instituição já está utilizando o cancelamento automático do saldo junto ao banco do Brasil, a partir do momento que se encerra a vigência do suprimento de fundo. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.
4.21.1. Ausência de: canhoto do pagamento do cartão de crédito (fls 14/16); “espelhos” de NE900175 R\$ 2000,00 e NE900293 anulação R\$ 465,37;	10/2011 – EJA – pregão, convite suprimento fundos	carta e de	Manifestação da UG: Através do Memo n. 193/PROAD/IFMT de 13/05/2011 foi informado que o canhoto de pagamento é item meramente acessório, haja vista que, que no sistema de gerenciamento do Banco do Brasil, a administração possui condições de saber em quais estabelecimentos comerciais foram utilizados cartão de pagamento, entretanto esse item já está constando como exigência para a prestação de contas. E ainda que os espelhos de anulação constam dentro do suprimento de fundos n. 003/2010. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.
4.1.1. Ausência de: § identificação do ordenador de despesa no despacho (fls 02); § parecer jurídico, em observância ao Art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93; § informação sobre o local da obra e a necessidade de terraplenagem. No processo não é demonstrado com clareza se a construção ocorrerá em um local distinto da quadra esportiva existente ou se será no mesmo	Relatório n° 11-2011 Diretoria de Administração e Planejamento-		Este procedimento será acompanhado em processos futuros.

<p>local; § comprovante de publicação do aviso de tomada de preço em jornal de grande circulação, com base na Lei 8.666/93 Art. 38 inciso I; § detalhamento do BDI informado pelo campus Juína, contrariando Súmula TCU n.º 258/2010; § identificação de tabela e mês de referência para a composição do preço unitário na planilha orçamentária elaborada pelo IFMT, com base no art. 127 da Lei 12.309/2010; § fundamentação completa no SIAFI, na emissão do empenho no campo “amparo” = Lei 8.666/93 alínea “b” inciso “I” Art. 23; 4.2.1. Ausência de: § identificação do requisitante (fls 02); § saldo orçamentário (fls 02); § rubrica do responsável pela elaboração do Edital, em todas as folhas do Edital, do responsável pelo Projeto Básico, Memorial Descritivo e anexos, contrariando a Lei 8.666/93 Art. 40 §1º e §2º; § cópia do instrumento legal (Portaria) designando comissão permanente de licitação, contrariando a Lei 8.666/93 Art. 38 inciso III; § fundamentação completa no SIAFI; 4.3.1. Ausência de: § comprovante de entrega de convite para no mínimo 03 fornecedores, anexo ao processo. § atualização de dados no SIMEC sobre vistoria da Obra e cronograma financeiro; 4.3.2. Falhas na formalização processual, em desacordo com a Portaria Normativa 05/2002; 4.3.4. Existência de dois processos licitatórios para complementação de obras no Campus Juína, uma carta convite 03/2010 (salas administrativas, salas de professores, ambulatório, audiovisual, salas de aulas e laboratório de informática) e uma tomada de preço 02/2010 (portaria, almoxarifado/garagem, sala de convivência, alojamento dos visitantes, alojamento dos alunos, lavanderia, suinocultura, avicultura de postura, matadouro/frigorífico, refeitório/cozinha), sendo serviços de engenharia similares e com contratos assinados na mesma época (05.01.2011), contrariando o art. 23 § 5º da Lei 8.666/93. Os processos foram formalizados por comissões permanentes de licitações distintas, sendo o convite pela CPL da reitoria/IFMT e a tomada de preço pela CPL campus Juína.</p>	Reitoria	
<p>4.1.1. Ausência de: § formulário, próprio do IFMT, de solicitação de serviço/material, como procedimento inicial; § parecer jurídico, em observância ao parágrafo único do Art. 38, da Lei 8.666/93; § formalização do processo com abertura e fechamento de volumes, com base no item 5.2 da Portaria Normativa 05/2002; § rubrica do responsável pela elaboração do Edital definitivo, Projeto Básico e anexos, em todas as folhas (fls 07/10 e 108/205), contrariando os §1º e §2º Art. 40 da Lei 8.666/83; § assinatura do responsável técnico pela elaboração da planilha orçamentária, cronograma fiscofinanceiro e memorial descritivo (fls 12/19); § detalhamento do BDI informado pelo campus Campo Novo do Parecis, contrariando Súmula TCU n.º 258/2010; § identificação específica do local da obra. No processo não está demonstrado com clareza se a construção ocorrerá em um local distinto da quadra esportiva existente (ou de uma das quadras esportivas, caso haja mais de uma), ou se será no mesmo local; § identificação de tabela e mês de referência para a composição do preço unitário na planilha orçamentária elaborada pelo IFMT, com base no art. 127 da Lei 12.309/2010;§ cópia de portaria de nomeação da CPL (fls 20); § identificação do tipo de modalidade (tomada de preço n. 02/2010) no aviso de licitação publicado em DOU e Jornal local;</p>	Relatório n° 12-2011 Diretoria de Administração e Planejamento- Campus Campo Novo do Parecis	Não houve manifestação do Gestor.

<p>§ cópia do comprovante de “garantia” exigido na cláusula oitava do contrato 013/2010;</p> <p>§ documento de homologação e adjudicação da tomada de preço 02/2010, com base no inciso VII do Art. 38 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ cópia da publicação em DOU do resumo do contrato, com base no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ cópia de portaria designando o fiscal de contrato – Engº Civil Luiz Souza Costa Filho, com base no Art. 67 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ atualização no SIMEC;</p> <p>§ comprovantes de medições quinzenais, conforme estipulado no item 21.1 do Edital TP 02/2010 (fls 147). Consta às fls 456 apenas um relatório de visita técnica do fiscal de contrato no mês de fevereiro/2011;</p> <p>§ fundamentação completa no SIAFI, na emissão do empenho no campo “amparo” = Lei 8.666/83 alínea “b” inciso “I” Art. 23; 4.1.2. Não cumprimento de prazo mínimo na publicação em jornal local para licitação de Tomada de preço. Contrariando o inciso III do Art. 21 da Lei 8.666/83;</p> <p>4.1.3. Estipulação de prazo (15 dias) no contrato 013/2010 para entrega do comprovante de “garantia” (item 8.1. Cláusula Oitava), contradizendo o Edital TP 02/2010 no item 7.1 (fls 112). 4.1.4. Vigência do contrato divergente entre o projeto básico – item 5.1.2. (fls 08) e o contrato 013/2010 item 7.1 (fls 537):</p> <p>4.2.1. Ausência de:</p> <p>§ assinatura e despacho do ordenador da despesa no formulário de solicitação do serviço (fls 02);</p> <p>§ assinatura e rubrica do responsável pelo Memorial Descritivo (fls 113/127), com base nos §1º e §2º do Art. 40 da Lei 8.666/83 ;</p> <p>§ identificação do tipo de modalidade (tomada de preço n. 01/2010) no aviso de licitação publicado em DOU e Jornal local;</p> <p>§ atualização do SIMEC, especialmente projetos anexos e vistoria;</p> <p>§ documento de homologação e adjudicação da tomada de preço 01/2010, com base no inciso VII do Art. 38 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ cópia da publicação em DOU do resumo do contrato, com base no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ cópia de portaria designando Fiscal do contrato, com base no Art. 67 da Lei 8.666/83;</p> <p>§ fundamentação completa no SIAFI, na emissão do empenho no campo “amparo” = Lei 8.666/83 alínea “b” inciso “I” Art. 23;</p> <p>4.3.1. Ausência de: § rubrica do solicitante às fls 01/05 do pedido de compras/serviços;</p> <p>§ Memorial Descritivo do objeto anexada ao processo;</p> <p>§ “espelho” da Nota de Empenho;</p> <p>§ planilha orçamentária, impressa, da empresa vencedora do certame, constando do processo apenas um envelope com um CD às fls 310, não sendo possível a abertura do arquivo digital para identificação do conteúdo;</p> <p>§ assinatura no termo de adjudicação dos demais membros da CPL (fls 318), com base no inciso VII do Art. 38 da Lei 8.666/83;</p>		
<p>2.14.5. Classificação incorreta da referência legal na Nota de empenho nº 2010NE900007, constando como fundamento o artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, quando deveria ser com fundamento no artigo 24, inciso II, da mesma lei;</p> <p>2.14.6. Ausência de contrato, em desacordo com o artigo 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93;</p>	<p>13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade</p>	<p>Manifestação da UG: Houve um erro técnico e a instituição estará promovendo mais esforços para diminuir a ocorrência de tais impropriedades.</p> <p>Manifestação da UG: O contrato não foi celebrado pois se trata de prestação de serviços de entrega imediata e o valor contratado não ultrapassa os limites das modalidades de licitação tomada de preços e concorrência, conforme infere o art. 62 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.15.2. Realização da despesa sem prévio empenho, em desacordo com o artigo 60 da Lei nº 4.320/64.</p>	<p>13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade</p>	<p>Manifestação da UG: As despesas com energia do campus Pontes e Lacerda eram custeadas pelo ex-CEFET. No entanto, com a criação dos IFs e ainda a criação de nova unidade gestora para o IFMT, bem como para os seus campi, vários empenhos realizados</p>

		pelos CEFET's necessitaram ser realizados no exercício de 2010 com a nova gestão. Além disso, a Reitoria tornou-se responsável pela execução do campus em janeiro/2010 e assim ficou até a nomeação de um contador para o campus, cujas atividades iniciaram em 2008. Não houve a realização de despesa sem prévio empenho, pois os empenhos de 2009 não puderam ser utilizados no exercício de 2010 em razão do processo de integração e mudança dos sistemas de gestão orçamentária e financeira. O serviço de fornecimento de energia elétrica é de natureza contínua, conforme Portaria IFMT n. 313, de 07/12/2009, e portanto a cada início do exercício financeiro o IFMT precisa efetuar os empenhos dos serviços continuados para o pagamento dos serviços prestados em razão da impossibilidade de se efetuar empenhos de serviços contínuos para mais de um exercício financeiro. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.
2.16.1. Ausência de justificativa para a dispensa de licitação, em desacordo com o artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/93;	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: Em razão da falta de organização da Comissão do Concurso Público, não haveria tempo hábil para o deslocamento via terrestre dos cartões-resposta bem como para o processamento dos dados dos candidatos inscritos e distribuição dos mesmos aos locais de prova até a data de realização do concurso público, sendo necessária a contratação emergencial desses serviços. A instituição estará promovendo mais esforços para inserir as devidas justificativas nos processos. Manifestação da AUDIN: Recomendação alterada, para que passe a constar o seguinte: 3.7. Apresentar aos processos de dispensa de licitação a justificativa para a dispensa, anexando documentos comprobatórios das justificativas apresentadas; 3.7.1. Abstenha-se de proceder à aquisição de bens ou contratação de serviços de forma emergencial em razão da inexistência de planejamento.
2.17.1. Ausência de justificativa para a dispensa de licitação, tendo em vista a existência de adesão à Ata de Registro de Preços nº 13/2009 do Pregão Presencial – SRP nº 14/2009 – 9º BEC (UASG 160157), conforme processo nº 23188.000050/2010-21, em desacordo com o artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/93; 2.17.2. Ausência de justificativa do preço, em desacordo com o artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93; 2.17.3. Ausência de contrato estabelecendo as condições para execução do serviço, em desacordo com o artigo 54 da Lei nº 8.666/93;	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: 2.17.1. Não foi efetuada a adesão da ARP n. 13/2009 para o empenho 2010ne900312 porque o referido pregão não possuía os serviços de fornecimento de passagens internacionais. 2.17.2. O fornecedor contratado apresentou o maior percentual de descontos para a realização dos serviços. 2.17.3. O contrato foi dispensado conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93. Manifestação da AUDIN: 2.17.1. e 2.17.2. Justificativas acatadas. 2.17.3. Recomendação contida no item 3.17. alterada para que passe a constar o seguinte: 3.17. Elabore contrato quando o objeto dos autos se referir a prestação de serviços dos quais resultem obrigações futuras, ou ainda quando não se trate de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, conforme artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.
2.19.1. Ausência de comprovante de participação nos cursos dos servidores abaixo elencados, em desacordo com o artigo 63 da Lei nº 4.320/64	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: A PROAD efetuou diversas notificações aos servidores participantes dos cursos para apresentação dos certificados dos cursos para apresentação dos certificados e/ou devolução ao arário e os mesmos estão sendo devidamente regularizados. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
2.19.2. Ausência de inclusão nos autos de convênio entre o IFMT e a instituição prestadora do serviço, tendo em vista que se trata da inscrição de vários servidores em cursos distintos, tendo inclusive ocorrido o posterior cancelamento de forma unilateral, pela Arca Multincubadora, do curso “Oficina Plano de Negócios” que ocorreria nos dias 01 e 02/09 das 18h30 às 22h30, conforme folder de fls. 07 e documentos de fls. 65 a 67, em desacordo com o artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e o artigo 61 da Lei nº 4.320/64.	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: O contrato foi dispensado nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93. Não houve o cancelamento da Oficina Plano de Negócios, mas sim o adiamento da mesma. Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada.
2.21.1. Ausência de termo de compromisso assinado pelo representante legal do fornecedor e seus empregados diretamente envolvidos na contratação, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes na instituição, em desacordo com o artigo 14, II, g, da IN SLTI/MPOG nº	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: Não houve manifestação. Manifestação da AUDIN: Recomendação alterada, passando a constar o seguinte:

<p>04/2008;</p> <p>2.21.2. Ausência de designação, pela contratada, de preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, em desatendimento à cláusula 4ª, item “d”, do contrato e ao artigo 68 da Lei nº 8.666/93;</p> <p>2.21.3. Ausência de composição dos custos dos orçamentos apresentados na pesquisa de preço, a fim de aferir os parâmetros utilizados para a formação do preço dos serviços prestados pela empresa a outras instituições (documentos de fls. 23 a 30); os valores pesquisados junto a outras instituições, inclusive, são inferiores aos valores apresentados pela contratada;</p> <p>2.21.4. Ausência de adoção de unidade de medida para mensuração dos resultados para fins de pagamento da contratada, em desconformidade com o artigo 11 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, em cujo § 3º consta a recomendação para adoção de acordo de nível de serviços;</p>		<p>3.27. Adotar acordo de nível de serviços para aferição de resultados nos contratos de serviços continuados;</p> <p>3.27.1. Elabore termo de compromisso de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes na instituição;</p> <p>3.27.2. Notifique a contratada para que designe preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato;</p> <p>3.27.3. Observe se os orçamentos apresentados, referentes a outros contratos da mesma empresa, referem-se aos mesmos serviços solicitados pela Instituição, por meio da composição dos custos apresentados.</p>
<p>2.21.6. Erro no valor total constante da cláusula 6ª do contrato (fls. 101), de R\$ 72.467,40, e não R\$ 71.927,40, como seria o correto;</p> <p>2.21.7. Ausência de assinatura de testemunha no contrato (fls. 105);</p> <p>2.21.8. Erro no valor total constante da publicação do extrato de contrato no DOU de 19/03/2010 (fls. 106), de R\$ 50.148,96 quando deveria ser de R\$72.467,40;</p> <p>2.21.9. Publicação de extrato de inexigibilidade nº 08/2010 no DOU de 10/02/2010 (fls. 91) no valor de R\$ 13.716,24, quando o correto seria R\$72.467,40;</p> <p>2.21.10. Publicação de extrato de inexigibilidade n 09/2010 no DOU de 10/02/2010 (fls. 91) no valor de R\$ 8.602,20, quando o correto seria R\$ 8.062,20.</p> <p>2.21.14. Publicação do extrato de contrato nº 001/2010 após o prazo estabelecido pelo artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 (fls. 99 a 106);</p> <p>2.21.15. Ausência de juntada aos autos do documento 2010NOB802066, referente ao pagamento da Nota Fiscal nº 01048, dos serviços prestados em julho/2010;</p>	<p>13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade</p>	<p>Manifestação da UG:</p> <p>2.21.6. Não encontramos o erro de cálculo apontado.</p> <p>2.21.8, 2.21.9, 2.21.10. As publicações no D.O.U. se devem ao fato que o sistema SIASG não efetua a publicação do extrato de um único contrato contendo diversos empenhos de natureza e PTRES diferenciado. Dessa forma, para que tal contrato pudesse ser cadastrado no sistema SIASG optou-se por registrar aquela que possui o empenho com o maior montante de recursos.</p> <p>2.21.14. A demora na publicação decorreu do atraso no encaminhamento do contrato via Correios por parte da empresa contratada. Além disso o IFMT estava com dificuldades na publicação do extrato no que tange às tentativas de inclusão dos dados de todas as notas de empenho emitidas e à inclusão do valor global do contrato e procurou solucionar tais problemas com o órgão gerenciador do sistema, mas as mesmas não obtiveram o êxito esperado e acarretou o atraso na publicação do extrato.</p> <p>Manifestação da AUDIN:</p> <p>2.21.6. Recomendação excluída.</p> <p>2.21.8, 2.21.9, 2.21.10 e 2.21.14. Justificativas acatadas.</p>
<p>2.21.5. Pagamento feito à empresa, conforme NOB nº 2010OB800823 (fls. 131), apesar da ausência de atestado de todos os fiscais de contrato na Nota Fiscal nº 000931, referente ao serviço prestado de 18/03/2010 a 17/04/2010 (fls. 127) e do relato de membros da Comissão de Fiscalização em 20/04/2010 (fls. 114/116), ratificado em 02/06/2010 (fls. 159/161), informando que a empresa não atendeu a Ordem de Serviço 31334, de 02/03/2010;</p> <p>2.21.11. Realização de pagamentos indevidos à empresa, conforme quadro abaixo, apesar da contratada não ter atendido às solicitações do campus Pontes e Lacerda feita por meio da OS nº 31334, de 02/03/2010, conforme relatório de fiscalização de fls. 114/116, cujo conteúdo foi reiterado no relatório de fls.160/161, com data de 02/06/2010, em desacordo com o estabelecido na cláusula 4ª, item k, e cláusula 5ª, item b, do contrato (fls. 99/105), e artigos 62 e 63, § 2º, III, da Lei nº 4.320/64;</p> <p>2.21.12. Parecer do Presidente da Comissão de Fiscalização do Contrato nº 001/2010 informando que não há impedimentos em relação ao cumprimento do referido contrato para o pagamento das notas fiscais apresentadas pela empresa, apesar dos apontamentos feitos pelos demais membros da comissão de fiscalização, conforme consta do quadro acima;</p> <p>2.21.13. Ausência de apuração e providências com relação à ausência ou demora no atendimento, pela contratada, às solicitações e demandas encaminhadas pela contratante, em desacordo com o estabelecido na cláusula 4ª, k, cláusula 5ª, b, cláusula 9ª, todas do contrato (fls. 99/105) e artigos 66 e 87 da Lei nº 8.666/93;</p> <p>2.21.16. Ausência de atestado dos serviços constantes da Nota Fiscal Nº 01004 (junho/2010) por todos os membros da comissão de fiscalização (fls. 229);</p>	<p>13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade</p>	<p>Manifestação da UG:</p> <p>2.21.5. e 2.21.11. Houve a presunção de que os serviços foram prestados em conformidade em razão da ausência do envio dos relatórios mensais e do documento de comunicação de ocorrência. Não houve OS não atendida, pois não houve problema técnico no sistema e sim interpretação errônea por parte do operador na instituição em que foi emitida a OS.</p> <p>2.21.12. Quando verificada uma pendência pela contratada o Presidente da Comissão de Fiscalização e o membro administrador dos sistemas de informações englobados no contrato acompanham a resolução da mesma e somente após o saneamento é emitido parecer favorável ao pagamento.</p> <p>2.21.13. O atendimento às solicitações e demandas encaminhadas ocorrem conforme item 1 (“Suporte”) da proposta comercial.</p> <p>2.21.16. O atestado de prestação do serviço é feito via e-mail. Após conferir as OS correspondentes ao período de prestação do serviço e os relatórios mensais, o Presidente da Comissão de Fiscalização do contrato atesta a nota fiscal.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação alterada, passando a constar o seguinte:</p> <p>3.9. Abster-se de efetuar pagamento sem que todos os membros da Comissão de Fiscalização atestem a integral prestação dos serviços e atendimento a todas as solicitações, ou, caso não seja possível, o ateste seja assinado pelo Presidente da Comissão de Fiscalização, mas apenas após a confirmação da integral e adequada prestação dos serviços</p>

		pelos demais membros por meio eletrônico, anexando a documentação aos autos;
2.23.1. Ausência de inclusão nos autos da Nota de Ordem Bancária referente ao pagamento do licenciamento anual do veículo placas NPJ 2817.	13/2011 – Dispensa e Inexigibilidade	Manifestação da UG: Não houve manifestação. Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.
4.1.1. Ausência de: <ul style="list-style-type: none"> • parecer jurídico, em observância ao parágrafo único do Art. 38, da Lei 8.666/93; • numeração das folhas 22/28, com base na Portaria Normativa 05/2002; • contrato ou no mínimo ordem de serviço, definindo critérios para o contratante; • “espelho” de Ordem Bancária (2011OB800115) e DARF; • parecer ou boletim de medição de fiscal de obra. Consta no verso da Nota Fiscal, apenas um carimbo de recebimento de materiais e registrado em ficha própria; 	14/2011 – EJN – Dispensa	Manifestação da UG: Através do Memo N. 00018/GAB/DAP/2011 foi informado que: - parecer jurídico = concordam com a constatação, porém o inciso VI do art. 38 da Lei 8.666/93 prevê pareceres técnicos ou jurídicos. Sendo o processo fundamentado à p. 18, justificativas da urgência às p.02 e 03 e relatório fotográfico, o preço está de acordo com a tabela SINAPI fls 07-10, o serviço foi executado conforme descrito. Com isso, não houve prejuízo para a administração dado ao prazo de execução de 15 dias. - numeração das folhas = concordam e já providenciaram. - Espelho de OB e DARF = concordam, e já providenciaram Manifestação da AUDIN: A Dispensa de licitação para serviços de engenharia ou obras devem conter contrato ou ordem de serviço, e parecer jurídico, conforme procedimento interno do IFMT. Os pareceres técnicos devem ser exigidos nos casos em que não sejam exigidos pareceres jurídicos. Recomendação mantida para os próximos processos. Quanto a inclusão dos “espelhos” de OB, DARF, INSS,.. a administração deve manter o arquivo desses processos com todas as peças por ser tratar de um procedimento público, podendo ser consultado por qualquer autoridade ou cidadão. Recomendação acatada.
4.1.2. Ausência de planejamento na contratação de Serviço de pintura gerando dois processos, um originado pela tomada de preço – Proc. 23192.000953/2010-61 e o outro por dispensa de licitação processo nº 23192.000028/2011-01. Os dois serviços poderiam ter sido incluídos no mesmo processo licitatório de tomada de preço, uma vez que ambos possuíam o serviço de pintura de paredes e esquadrias, separando os serviços de “reforma” e “construção” apenas na elaboração da planilha orçamentária e do projeto básico, prevenindo para o caso de haver possíveis aditivos. Exemplo do objeto para licitação: “ <i>Construção de novas salas de aula e reforma de 08 salas de aulas</i> ”.	14/2011 – EJN – Dispensa	Manifestação da UG: Através do Memo N. 00018/GAB/DAP/2011 foi informado que concordam parcialmente, uma vez que são necessidades distintas. A tomada de preços já estava em elaboração desde o início do ano letivo, que só ocorreu no final pelo atraso na elaboração dos projetos arquitetônicos e na análise jurídica. O processo para pintura das salas de aulas ocorreu devido a necessidade verificada já final do 2º semestre, entre dia 10 e 18/12/11, quando da saída dos alunos em férias onde foi constatado principalmente nos ambientes internos das salas muita sujeira na pintura, sendo que no Bloco II agravada pela reforma geral do telhado cuja viga havia quebrado expondo à risco de vida os discentes, foi retirado e recolocado pelo fato das chuvas serem intensas nos meses de janeiro a março nesta região danificou ainda mais a pinturas das salas de aula, tornando-as insalubres e desconfortáveis para os discentes e conforme consta do item 3 Justificativa do pedido de serviços, e no relatório fotográfico constante do processo às fls 22 a 25, havia necessidade urgente na realização dos serviços, sendo inviável, como exposto, àquela altura, a inclusão desse item no processo de tomada de preços, além de ser um item de Construção de Novas Salas de Aula e o outro de Serviço de Pintura de blocos já existentes sendo estes classificados como manutenção predial. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Recomendação mantida para os os próximos processos conforme descrito na constatação 4.1.2, uma vez que a dispensa é uma exceção.
2.2. Ausência de termo de referência, em desacordo com o artigo 9º, inciso I do decreto nº 5.450/2005:	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	Manifestação da UG: Os processos em análise são oriundos de adesões a ata de registro de preços, sendo necessários que o Campus Juína se adeque ao termo de referência elaborado pelo órgão gerenciador da referida ata, justificando a não elaboração pelo Campus Juína do termo, porém nas próximas adesões será anexado cópia do devido termo da referência nos processos para melhor clareza na fiscalização de aquisição de bens ou prestação dos serviços, quanto à eventual indicação de marca nos pedidos de aquisição de bens verifica também ata de registro de preço que atenda a demanda, sendo que essa já vem especificando a marca do produto registrado no pregão ocorrendo eventual indicação de marca nos

		<p>pedidos. Infelizmente com a falta de servidores não temos um setor de compras ocorrendo o acúmulo de funções, ou seja, a mesma pessoa que faz pedido de compra também localiza ata de vigentes que atendam a necessidade ocorrendo indevida citação de marcas dos produtos nos pedidos de compras.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida, uma vez que o termo de referência identifica a real necessidade da instituição, de modo que as atas pesquisadas é que devem ser adequadas à necessidade da instituição, e não o contrário.</p>
2.5. Validade expirada da certidão de Regularidade Fiscal junto à Receita Federal da empresa contratada, em desatendimento ao artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93;	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	<p>Manifestação da UG: Certidão negativa atualizada anexada aos autos do processo</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
2.8. Certidão do SICAF/SIASG constando ocorrência que não foi especificada.	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	<p>Manifestação da UG: verificando o Cadastro da empresa citada no item 2.8 do resultado dos exames junto ao sistema do comprasnet módulo Siasf/Sicaf, clicando no link ocorrência o sistema informa que: “ Não foram encontradas informações para geração do anexo solicitado”, contudo, observa-se a declaração de folha (10) do processo nº 23195.000524/2010-46 Adesão nº 03/2010, que a empresa não apresenta qualquer impedimento em licitar e, conseqüentemente em contratar.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
2.9. Ausência de atestado nas notas fiscais:	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	<p>Manifestação da UG: Notas fiscais foram atestadas nos devidos processos, tendo em vista a efetiva execução dos contratos.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
2.11. Utilização na pesquisa de preços de unidade de referência diferente da que consta da Ata de Registro de Preços e alteração dos valores indicados no Mapa de Apuração como sendo da Ata. Posteriormente, os valores constantes da Ata de Registro de Preços foram registrados de outra forma, com valores e unidades de referência distintas, no Mapa de Apuração de Preços.	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	<p>Manifestação da UG: Primeiramente quero destacar que nas licitações de passagens por SRP o critério de julgamento é o de maior desconto sobre o volume de vendas, ou seja, sobre o preço da passagem, devido ao Decreto 3.931/2001, que regulamenta o sistema de registro de preço, em que o art.9, §1º prevê o seguinte: “ O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenção e outros similares”, isso se deve tendo em vista que o mercado é muito dinâmico com variações nos preços cobrados pelas companhias aéreas.</p> <p>No pregão em análise apesar de que o valor na Ata de Registro de Preço está sendo usado como unidade de medida o valor monetário não deixou na sua essência de fazer alusão a uma porcentagem de desconto, senão vejamos, se fossemos inferir de forma diversa e extraindo as informações da ata de Registro de preço em análise poderíamos entender que a empresa iria fornecer 300.000 passagem no valor unitário de R\$0,965 cada, independente do local, ficando clara o como é descabida essa interpretação e ainda na própria ata em sua descrição diz: “ Prestação de serviço de emissão de bilhete de passagem aérea nac. e internacional – Desconto sobre comissão vendas”, deixando nítido por desconto.</p> <p>A administração achou necessário transformar o valor do desconto em porcentagem tendo em vista que todos prestadores de serviços de emissão de passagens trabalham com porcentagem de desconto em cima do volume de venda. Com isso demonstrando maior clareza na análise dos preços praticados para fins de comprovação da vantagem em aderir ao pregão citado.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Reavaliar a vantagem do contrato, tendo em vista a existência de</p>

		<p>atas de registro de preço mais vantajosas, conforme critério de maior desconto, como por exemplo:</p> <p>SUPERINT. FEDERAL DE AGRIC. PECUÁRIA E ABASTEC. – Pregão 12010 – Today Tour Viagens e Turismo Ltda.- 8,55%</p> <p>CONAB/SUPERINT. REGIONAL/MT – Pregão 32010 – Summer Turismo e Viagens Ltda. – 10%</p> <p>EAF-ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL-CÁCERES – 82009 – Abril Tour Viagens e Turismo Ltda – 9,61%</p> <p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – Pregão 1202010 – Agencia de Viagens Universal Ltda-EPP – 11%</p> <p>MS-GERENCIA ESTADUAL DO MIN DA SAUDE/MT – Pregão 112010 – R A B Macagnan ME – 9,31%</p> <p>CONS. REGIONAL ENFERMAGEM MT – Portal Turismo e Serviços Ltda-MT – 14,94%</p>
<p>2.12. Existência de orçamento do objeto solicitado no qual se apurou valor inferior ao valor efetivamente pago à empresa contratada (fls. 04 e 09).</p>	<p>Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.</p>	<p>Manifestação da UG: Diferentemente do processo de contratação por dispensa onde temos a obrigação em contratar com a empresa que apresentar menor cotação, no processo de contratação através de adesão ao pregão de registro de preço temos que simplesmente comprovar vantagem na contratação, conforme art. 8º da seguinte normativa: “ DECRETO 3.931 de 19.09.2001, que regulamenta o Sistema de Registro de preços previsto no art.15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.</p> <p>Art.8º Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem”, pois ficando claro que essa comprovação é através de pesquisa de mercado. No processo em análise existe uma cotação menor que o preço registrado dentre quatro cotações acima do preço da ata, sendo assim ficando comprovada a vantagem em contratar.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
<p>2.4. Ausência de inclusão nos autos do Anexo da Ata de Registro de Preços contendo a especificação completa do objeto, em desacordo com o artigo 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.</p>		<p>Manifestação da UG: Anexado ao processo a referida Ata de Registro de Preços contendo a especificação completa do objeto.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.6. Ausência de juntada aos autos da publicação do extrato da despesa, em desacordo com o artigo 30, XII, do Decreto 5.450/2002 e do artigo 21, inciso XII, do Decreto 3.555/2000.</p>	<p>Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.</p>	<p>Manifestação da UG: No processo de adesão não é publicado no Diário oficial da União o extrato da despesa, somente o Órgão gerenciador do pregão.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.7. Ausência de juntada nos autos da publicação do extrato do contrato, em desacordo com o artigo 30, XII, b, do Decreto 5.450/2002 e do artigo 21, inciso XII, do Decreto 3.555/2000.</p>	<p>Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.</p>	<p>Manifestação da UG: Extrato do contrato juntado ao processo.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.10. Ausência de identificação do servidor que autorizou o pagamento das notas fiscais.</p>	<p>Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.</p>	<p>Manifestação da UG: Atendido.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.13. Ausência de assinatura do requisitante na Solicitação de Material.</p>	<p>Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de</p>	<p>Manifestação da UG: Atendido.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>

	preços.	
2.14. Ausência de numeração de páginas, em desacordo com o item 5.2 da Portaria SLTI/MPOG nº 05/2002.	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	Manifestação da UG: Atendido Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
2.15. Ausência de identificação do responsável pela informação referente à dotação orçamentária, em desatendimento ao parecer jurídico de fls. 71/76:	Relatório nº 16/2011 – Pregão e adesão a atas de registros de preços.	Manifestação da UG: Recomendações atendidas. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
2.1. Impropriedades na formalização dos processos, em desconformidade com o disposto no art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Normativa SLTI/MPOG Nº 05/2002.	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: Os processos relativos ao contrato n. 01/2009 foram sub-rogados à Reitoria pelo ex-Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, o qual não cumpria as determinações da Portaria Normativa n. 05/2002/MPOG. Diante dessa situação, essa Pró-Reitoria de Administração, tem encontrado dificuldades na organização dos processos advindos daquela ex-autarquia. Dessa forma, de modo a não descaracterizar o que foi sub-rogado, essa Pró -Reitoria de Administração manteve o processo n. 23049.003775/2009-11 e promoveu a abertura do processo n. 23188.000178/2010-95 que dá sequência ao Contrato n. 01/2009, no qual efetuamos as correções solicitadas. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
2.2. Ausência de nomeação de fiscal de execução do contrato, em desacordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e consequente ausência de atestado do fiscal ou de relatório de ocorrências (por exemplo, solicitações feitas ao locador, referentes à conservação do imóvel, se for o caso) ao realizar os pagamentos.	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: O novo fiscal do contrato foi nomeado através da Portaria n. 389, de 09/06/2011. Manifestação da AUDIN: Portaria juntada a fls. 71 dos autos do Processo n. 23188.000439/2011-58. Recomendação atendida.
2.3. Ausência de comprovação de regularidade fiscal ou inscrição no SICAF no momento da assinatura do contrato e no momento da realização dos pagamentos, em desatendimento ao que preceitua o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93;	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: Informamos que o presente contrato refere-se a uma pessoa física, e que portanto, não há como efetuar a comprovação da regularidade fiscal no que tange ao INSS e FGTS. Foi anexado aos autos somente a regularidade junto a Receita Federal. Manifestação da AUDIN: Recomendação excluída.
2.4. Processo nº 23049.003775/2009-11 2.4.1. Ausência de atendimento a itens do parecer jurídico de fls. 56 a 60, em desacordo com o artigo 39, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: O contrato n. 01/2009 foi elaborado pelo ex-CEFET-MT e que não consta nos autos o motivo da não inclusão das cláusulas sugeridas pela Procuradoria Jurídica. No entanto, a PROAD compromete-se a inserir tais cláusulas no próximo aditivo contratual, condicionando a anuência do locador. Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.
2.5. Processo nº 23188.000178/2010-95 2.5.1. Pagamento de Nota de Ordem Bancária nº 2010OB800997, emissão em 15/06/2010, no valor de R\$ 3.657,21, referente à locação de imóvel comercial que abriga a PROAD do IFMT ref. Maio/2010 com retenção do IRPF – Renda de Aluguéis (fls. 42) sem que tenham sido juntados aos autos o contrato e nota de empenho prévios que deram origem à referida despesa referente à Locação de Imóvel 2, no valor de R\$ 3.800,00, indicada nas memórias de cálculo de fls. 40, 46, 49, 53, e nos cálculos emitidos nas datas de 14/10/2010, 29/10/2010, 01/12/2010;	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: Tais impropriedades já estão regularizadas. As memórias de cálculos serão devidamente inseridas nos próximos pagamentos realizados. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
2.6. Processo nº 23049.049183/2009-24 2.6.1. Ausência de planilha detalhada de custos que justifique o valor do condomínio, em desacordo com o artigo 26, parágrafo único, inciso III da Lei nº 8.666/93.	17/2011- Locação de imóvel.	Manifestação da UG: Informamos que, após notificação, a imobiliária já está encaminhando mensalmente a planilha detalhada de custos para ser anexada aos processos. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.
5.1.1. Ausência de: a) indicação do recurso próprio para a despesa (saldo) na folha de solicitação de serviço; b) pesquisa de mercado ou justificativa de apresentar apenas apenas um orçamento, com base no inciso III, § único Art. 26, Lei 8.666/93..		Não houve manifestação do gestor.

<p>c) “espelho” de ordem bancária com assinatura do ordenador de despesa(OB); d) emissão da DARF ou apresentação de declaração da empresa (ou identificação na Nota Fiscal) quanto a condição de optante do SIMPLES, para não retenção dos tributos; d) Ateste na Nota Fiscal, sendo apresentado um atestado anexo ao processo; e) documentos de quitação com INSS e FGTS do fornecedor; b) pesquisa de mercado entre os pequenos produtores rurais da região, constando apenas um orçamento/proposta comercial sem o devido preenchimento e assinatura. d) retenção de INSS (pessoa física) do fornecedor; b) parecer jurídico; 5.11.2. Registro equivocado no empenho com inciso “II” ao invés do inciso “X” art. 24 da Lei 8.666/83. b) cópia da publicação em DOU do extrato de contrato; c) identificação da modalidade no contrato (fls 03); d) “espelho” da ordem bancária com a assinatura do ordenador de despesa; e) “espelho” da DARF; 5.15.2. Publicação em DOU da despesa e inclusão de cópia do contrato no momento de cada pagamento ao fornecedor. No processo de cada pagamento há necessidade apenas de constar o número do contrato e do processo no campo “justificativa” do requerimento de pagamento. Quanto a publicação em DOU, deve ocorrer imediatamente após a escolha pela “despesa por inexigibilidade” e após a assinatura do “extrato do contrato” em DOU. O parecer jurídico deve constar do processo de contratação, anterior à data de assinatura contrato. 5.16.1. Não houve constatação de impropriedade ou irregularidade, uma vez que não houve pagamento até a data de retirada do processo para análise; -Falhas na formalização dos processos.</p>		
<p>4.1.1. Ausência de autorização dos servidores constantes do registro de controle de saída de veículos oficiais:</p>	<p>19/2011 – EJM – Veículos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do expediente da data 18 de Outubro de 2011, o Gerente da Gerência de Logística e Manutenção, informou que os servidores estão devidamente autorizados a conduzir os Veículos do IFMT compatível com a categoria de sua CNH e apresentaram comprovantes. Com exceção do servidor Kleberton Figueiredo Soares Teixeira, onde justificaram emergência no final de ano em levar todos os veículos para manutenção antes do fechamento do exercício. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada e justificativa aceita.</p>
<p>4.2.1. Veículos com consumo incompatível com a quilometragem: a) Fiat UNO CWI 7159 = há apenas quatro registros de abastecimento somando 78,60 litros gasolina/alcool, porém há registrado 2.128 km rodados, conforme boletim de tráfego fornecido, sendo o combustível insuficiente para o uso. c) Ônibus NJQ 4206 = há apenas dois registros de abastecimento de 142,95 litros de diesel (12/11) e 251,01 litros de diesel (09/12), porém há registrado 6.803 km rodados, conforme boletim de tráfego fornecido, sendo o combustível insuficiente para tal uso.</p>	<p>19/2011 – EJM – Veículos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do expediente da data 18 de Outubro de 2011, o Gerente da Gerência de Logística e Manutenção, informou que a assessoria da diretoria sede já tomou medidas para o controle eficiente de abastecimento de combustível por veículo oficial, e acatou a sugestão de formulário de controle feita pelo auditor interno. Informou também que a direção do campus Cuiabá, decidiu pela divisão das atividades da gerencia de logística e manutenção, separando a logística da manutenção, transferindo a logística para a subordinação da assessoria da diretoria de sede, que está com a atribuição de supervisionar o controle de quilometragem dos veículos junto a coordenação de transporte. Manifestação da AUDIN: Justificativas aceitas.</p>
<p>4.3.1. Formulário de controle diário de tráfego com preenchimento de todos os campos, por veículo oficial, estando de acordo com as necessidades do setor de transporte, não havendo constatação de distinção de quilometragem entre a entrada e saída;</p>	<p>19/2011 – EJM – Veículos</p>	
<p>4.3.2. Ausência de registro de uso do veículo Fiat UNO CWI 7159 no período de 01 à 22/09/201.</p>	<p>19/2011 – EJM – Veículos</p>	<p>Manifestação da UG: Através do expediente da data 18 de Outubro de 2011, o Gerente de Gerência de Logística e Manutenção informou que o Veículo FIAT UNO que o mesmo ficou parado durante esse período, motivado pela necessidade de troca de óleo lubrificante do motor, cujo serviço não foi executado em função da falta de contrato com posto de abastecimento para execução do serviço de troca de óleo lubrificante. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.</p>

<p>5.2.1. Ausência de numeração das folhas no processo;</p> <p>5.3.1. Ausência de : a) ateste na Nota Fiscal n. 8623, do recebimento do serviço (fls 12), constando apenas autorização de pagamento; b) visto do responsável pela pesquisa de mercado nos orçamentos recebidos por endereço eletrônico (e-mail);</p> <p>5.4.1. Ausência de : a) numeração das folhas do processo; b) informações do setor de almoxarifado quanto ao estoque do material. No entanto justifica-se devido o setor de almoxarifado do campus estar em fase de estruturação;</p> <p>5.5.1. Ausência de : a) numeração das folhas no processo;</p>	<p>20/2011 – EJM – Dispensa, inexistência, não se aplica, almoxarifado e patrimônio</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que foram regularizadas as impropriedades junto aos processos. Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada.</p>
<p>5.1.1. O valor da Nota Fiscal (fls 40) de R\$ 7.021,09 está divergente da proposta apresentada pela fornecedora (fls 34) R\$ 6.248,77.</p> <p>5.6.1. Ausência de justificativa quanto a cotação de preços com apenas dois fornecedores;</p>	<p>20/2011 – EJM – Dispensa, inexistência, não se aplica, almoxarifado e patrimônio</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que a divergência no valor da proposta com a da Nota Fiscal ocorreu devido a empresa não ter apresentado orçamento com inclusão dos impostos, onde a administração pública é obrigada a reter 11% de INSS para atender as condições de contratação, sendo anexado cópia da proposta da empresa. Quanto a ausência de justificativa para existência de cotação de preços com apenas 02 fornecedores, o município de Juína não possui fornecedores aptos a fornecer o objeto, e também devido a distância de grandes centros não sendo atrativo por causa do baixo valor na contratação. Ressaltou ainda que no processo também será incluído justificativa amparada no Acórdão 828/2004 segunda câmara. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita. Recomendamos que nos próximos processos licitatórios, quando não houver possibilidade de cotação de preços com mínimo 03 fornecedores, constar justificativa no próprio mapa de apuração. Ressalta-se que já há acórdãos mais recentes exigindo mínimo de 03 orçamentos.</p>
<p>5.7. ... Durante a visita, a verificação dos bens patrimoniais por amostragem ficou prejudicado pela ausência de inventário de patrimônio e de emplaquetamento do tombo, sendo possível verificar constatações nos seguintes bens patrimoniais:</p>	<p>20/2011 – EJM – Dispensa, inexistência, não se aplica, almoxarifado e patrimônio</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que as recomendações serão implementadas. Manifestação da AUDIN: A providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN</p>
<p>5.10. a) não há materiais (cimento, cal, papel, etc.) estocados em contato direto com o chão, estando dentro das normas de armazenamento; b) o controle de estoque é realizado por planilha excel (entrada e saída de material), em observância a alínea “b” do item 7.3.1 e o item 12 da IN 205/88;</p>	<p>20/2011 – EJM – Dispensa, inexistência, não se aplica, almoxarifado e patrimônio</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que as recomendações serão implementadas. Manifestação da AUDIN: A providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN</p>
<p>5.8.2. Ausência do segundo relatório parcial dos bolsistas Paulo Ricardo da Silva Cardozo, Claudemir Bierhals e Vinicius Mendonça Hoffman. Foram conferidas as pastas dos bolsistas da PROIC junto à Pró-reitoria de Pesquisa, não sendo localizado tais relatórios parciais.</p>	<p>20/2011 – EJM – Dispensa, inexistência, não se aplica, almoxarifado e patrimônio</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memo Circular n. 09/2011/DAP/IFMT Juína de 18.07.2011 foi informado que o edital é pioneiro e que após iniciar as pesquisas os coordenadores apontaram a necessidade de maior intervalo para discussão dos dados e emissão de relatórios. Com isso, foram entregues apenas o primeiro relatório parcial, aos 4 meses de execução e todos deverão entregar o relatório final até o dia 30.08.2011. Ressaltou ainda que no próximo edital a ser publicado já foi previsto a entrega de um relatório aos 6 e outro aos 12 meses de execução dos projetos, e que foram conferidas todas as pastas dos bolsistas e regularizada a situação. Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita.</p>
<p>5.1.1.Falhas na formalização processual.</p>	<p>Relatório nº21/2011</p>	<p>Recomendações atendidas.</p>

	Diretoria de Administração e Planejamento Campus Confresa	
1. – Ausência de documentos nas pastas funcionais.	Relatório 22/2011 – Incentivo à qualificação	06/10/2011 – todas as recomendações foram acatadas Memo nº 94/2011/DAP/GAB.DIR/IFMT/CNP
<ul style="list-style-type: none"> o – constatação de divergência quanto horas informadas e distribuição de aula; o xxx o ausência de controle de frequência e registro da efetiva hora trabalhada. 	Relatório 23/2011 – Adicional Noturno	06/10/2011 resposta: 7.1 – recomendação acatada 7.2 – não acolhimento da recomendação por princípio da economicidade e da razoabilidade devido gastos com cópias, e os quadro de distribuição de aula e controle de frequência - ponto estão à disposição nos dep de ensino e RH respectivamente. 7.3 Dep. Ensino no Parecer 009/2011 que controla frequência dos servidores diz que o controle de horários no-turno já é realizado no controle e registro diário dos que realmente ministraram aulas e até que horário através dos coordenadores de curso. Que efetuam reposição de aula nos caos de ausência. Que reconhecem a necessidade de melhorar formatação da ficha de controle de frequência do horário noturno. 7.4 idem item 7.3 acima. Memo nº 94/2011/DAP/GAB.DIR/IFMT/CNP
1. – ausência de juntada nas pastas funcionais das autorizações de desconto em folha de pagamento da quota-parte pré-escolar, conf. § único, art. 3º dec. 977/93; 2. ausência de laudo médico atentando condição dependente/filho 15 – excepcional ID mental >= 6 anos§ 2º, art. 4º Dec. 977/93.	Relatório 24/2011 – Auxílio pré-escolar	06/10/11 – campus solicita prorrogação de prazo até 25/10/11. 24/01/12 – até presente data não ocorreu manifestação da unidade.
1. ausência de requisitos de formalização processo de solicitação do auxílio, sem comprovante de endereço; 2. ausência de processo de solicitação do auxílio transporte, devendo notificar servidores matrícula SIAPE 1282300, 1653748, 1652374 e 1643536.	Relatório 25/2011 – Auxílio-transporte	06/10/2011 – acolhida todas as recomendações, salvo item 7.5., parcialmente , pois o campus adota o formulário do DSRH onde consta tal recomendação quanto à responsabilidade das declarações prestadas. Memo nº 94/-2011/DAP/GAB.DIR/IFMT/CNP
1. ausência de contrato de seguro contra acidentes pessoais, ou apólice ou processo de contratação e o nome da seguradora; 2. No Edital 01/2010, sub-item 2.2, inclusão do seguro contra acidentes pessoais incluído na remuneração do estagiário; 3. ausência de comprovação de concessão do período de recesso remunerado (art. 13 Lei 11788/2008); 4. ausência de usufruto do recesso ou pagamento do auxílio transporte durante o recesso; 5. ausência dos documentos exigidos no Edital; 6. Contratação de dois estagiários menores de 16 anos; 7. Ausência informação da proporcionalidade de estagiários e quadro de servidores.	Relatório 26/2011 – Contratação de estagiários	06/10/11 – campus solicita prorrogação de prazo até 25/10/11. 27/10/11 – 7.1 – acata recomendação. 7.2 – concorda parcialmente pois a reitoria deu causa ausência do contrato. No entanto, a unidade já contratou seguro a partir de 01/10/11. 7.3. concordou parcialmente justifica que o número de estagiários fica condicionado ao orçamento e código de vaga. Que não há extrapolação de limite. 7.4. concorda parcialmente-pois o Edital foi elaborado pela Reitoria e campus procedeu seleção de estagiários. Enviará memo à PROEX E Coordenação de Extensão para proceder recomendação a qual acata. 7.5 a 7.9 e 7.11– recomendações acatadas. 7.10 – discorda recomendação pois menores de 14 a 16 estão na condição de aprendiz.
6. pagamento do ressarcimento à saúde está devidamente formalizado	Relatório 27/2011 – Saúde complementar ressarcimento	06/10/2011 - Acolhe todas as recomendações, salvo do item 7.4 que foi parcial, por ausência no SIAPE da opção de união estável, mas solicitou atualização cadastral do servidor pelo Memo 57/2011/DRH/IFMT/CNP ao DGP - Memo nº 94/2011-/DAP/GAB.DIR/IFMT/CNP
6.1 Substituição com data retroativa, alcançando primeira substituição; substituição realizada previamente à designação, desacordo com art. 38 da Lei 8112/90 e Ofício-Circular 01/SRH/MP/2005 6.2 Portaria de substituição com efeitos retroativos.	Relatório 28/2011 – Substituição/interino – designação e pagamento	06/10/2011 - Campus acatou todas as recomendações (Memo nº 94/2011/DAP/GAB.DIR/IFMT/CNP).

<p>5.1 ausência na pasta da servidora SIAPE 1814733 da solicitação da contratação de professor, emitido pelo Dep. Ensino;</p> <p>5.2 Ausência da ata de aprovação da Banca examinadora nas pastas funcionais;</p> <p>5.3 Ausência do valor estimado e da dotação orçamentaria, no processo seletivo simplificado, contrariando art. 5º da Lei 8.745/93 e art. 40, § 2º Lei 8.666/93;</p> <p>5.4 Ausência do Termo Aditivo referente ao período de dez/2010 a 21/06/11 na pasta do servidor matrícula 1769140.</p>	<p>Relatório 29/2011 – Contratação temporária de professores</p>	<p>6/10/11 – campus solicita prorrogação de prazo até 25/10/11. 24/01/12 – até presente data não ocorreu manifestação da unidade.</p>
<p>6. Ausência de informação, na folha de pagamento, relativo taxa de ocupação nos imóveis da união, contrariando disposto § 4º, art. 81 do Decreto-lei nº 9.760/1946;</p> <p>7. Ausência de valores do consumo de energia elétrica do uso do imóvel e respectivo desconto na folha de pagamento;</p> <p>8. Ausência de Termo de Ocupação do imóvel público pelo servidor;</p>	<p>Relatório 30/2011 – Taxa de ocupação</p>	<p>6/10/11 – campus solicita prorrogação de prazo até 25/10/11. 91. e 9.3 a 9.4 – recomendações acatadas. 9.2 – a recomendação será acatada quando normativas sobre cobrança estiverem em vigor, com concordância/manifestação da Reitoria. Pendente de registro da escritura do campus.</p>
<p>2.1.1. Ausência de projeto básico com a especificação detalhada dos serviços solicitados, em desatendimento ao artigo 7º da Lei nº 8.666/93</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Administração do Campus tomará cuidado afim de que todas as contratações contemplem o projeto básico. Manifestação da AUDIN: Será verificado o saneamento da situação nos próximos trabalhos de auditoria.</p>
<p>2.1.2. Dispensa de processo licitatório para prestação de serviço cuja demanda era conhecida quando da contratação da empresa de telefonia e, portanto, poderia ter sido planejado desde então, evitando-se, assim, a dispensa de licitação, que deve ser excepcional.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Esta administração a medida do possível vem qualificando os servidores a fim de manter um planejamento na execução orçamentária e aprimorando as ferramentas de planejamento interno. Manifestação da AUDIN: Será verificado o saneamento da situação nos próximos trabalhos de auditoria.</p>
<p>2.2.3. Ausência de comprovação de que o bem revisado encontra-se no período da garantia, em desatendimento ao artigo 24, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Foi providenciado a inserção nos autos dos documentos referentes ao manual de operação do trator o qual indica revisão do trator conforme as horas trabalhadas indicadas no processo. Conforme páginas 127 a 135 deste processo. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.2.4. Ausência de comprovação de que todos os preços cobrados pelas peças e serviços (fls. 03) são os normalmente praticados pela contratada (ex: tabelas oficiais, outras notas fiscais etc), bem como quanto à composição dos itens “Deslocamento de viagem”, “despesa de viagem” e mão-de-obra constantes do orçamento de fls. 03, em desacordo com o disposto no artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Fora incluído aos autos do processo consulta de preços dos itens constantes no orçamento de revisão do trator conforme dados extraídos do SIASGE no comando CONPRECO (páginas 135 a144, 153 e 154). Ainda ressaltamos que esta administração observará nos processos futuros o cumprimento de tal orientações a fim de evitar possíveis danos ao erário. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.3.1. Pagamento de inscrição para 03 servidores no curso “Elaboração de editais para aquisições no setor público” e para 03 servidores no curso “Formação de pregoeiros: pregão eletrônico”, em desatendimento ao disposto no artigo 15, inciso I, e parágrafo único, da Portaria nº 403/2009 MEC.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Informa-se que a devida justificava segue em anexo a este documento constante a página 122 deste processo. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.3.2. Ausência de atestado da prestação dos serviços referentes à Fatura nº 0048/2011, em desacordo com o artigo 63, § 2º, III, da Lei nº 4.320/64.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Fora providenciado a inclusão no processo dos devidos comprovantes que justificam o pagamento da fatura em nome da Escola Nacional de Administração Pública, conforme páginas 145 a 151 (inclusive ateste de Nota fiscal) do processo em epígrafe. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.4.3. Utilização de unidade de medida inadequada para quantificação e pagamento do serviço prestado, uma</p>	<p>Relatório nº 31/2011</p>	<p>Manifestação da UG: Informa-se que a devida justificava segue em anexo na página 125</p>

<p>vez que foi definido o pagamento por 08 horas diárias, todos os dias da semana, totalizando 240 horas de serviços por mês, conforme orçamentos e contrato. Todavia, houve, na maior parte das vezes, apenas 02 abastecimentos diários, no máximo 03, conforme planilhas de controle de abastecimento de água (fls. 34/36, 52/54, 69/71), as quais sequer se referem à quantidade total de horas de serviços prestados, mas à quantidade de litros abastecidos.</p>	<p>– Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>deste processo. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.4.4. Ausência de parecer jurídico prévio ao contrato e aditivo, em desacordo com o artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: não consta. Manifestação da AUDIN: Alterar a recomendação para que passe a constar: “3.8. Encaminhe as minutas de contratos, aditivos e pedidos de repactuação para análise jurídica prévia da Administração.”</p>
<p>2.5.1. Ausência de comprovação de notificação para que a empresa responsável pela construção dos prédios execute a manutenção e cobertura dos prédios, uma vez que se encontra ainda no período de garantia.</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Informa-se que a devida justificava segue em anexo na página 125 deste processo. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>2.5.2. Ausência de identificação do responsável pelo recebimento dos serviços prestados na NF 181 (fls. 49-verso).</p>	<p>Relatório nº 31/2011 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.</p>	<p>Manifestação da UG: Informa-se que a devida identificação de assinatura segue em anexo, na página 126 deste processo. Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
<p>5.2.1. Ausência de diversos documentos no processo.</p>	<p>32/2011 – EJM – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n.º 87/2011/DAP-Campus Bela Vista de 16/12/2011, o Diretor da DAP informou que procederão as inclusões dos documentos citados no item 6.1, nos processos de compras e contratações, nos processos futuros. Manifestação da AUDIN: As inclusões devem ser providenciadas nos processos auditados, e não apenas nos futuros. Recomendação mantida.</p>
<p>5.2.1. Ausência de diversos documentos.</p>	<p>32/2011 – EJM – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n.º 87/2011/DAP-Campus Bela Vista de 16/12/2011, o Diretor da DAP informou que estão seguindo as orientações elencadas no relatório da auditoria interna em todos os processos. Manifestação da AUDIN: Justificativas aceita, as recomendações serão averiguadas nos próximos processos auditados.</p>
<p>5.4.2. Aquisição do item 50 da Ata 53/2010 (SRP) com preço de 486,70, ao invés do item 38 que possui menor preço - R\$ 374,50, uma vez que os dois itens possuem a mesma especificação. 5.15.1. Houve extrapolação do limite quanto ao inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 na conta 33903917 (manutenção e conservação de máquinas e equipamentos), constando um valor de R\$ 15.784,90 (quinze mil setecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).</p>	<p>32/2011 – EJM – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n.º 87/2011/DAP-Campus Bela Vista de 16/12/2011, o Diretor da DAP informou que: - constatação 5.4.2. = o servidor não percebeu que havia itens idênticos na mesma ata, motivo pelo qual foi comprado o item 50 e que tomarão maiores cuidados para que sejam pesquisados os preços mais vantajosos para a Administração. - constatação 5.15.1. = atualmente realizam licitação na modalidade convite para manutenção e conservação de equipamentos, e que não mais ocorrerão fracionamento de despesa. Manifestação da AUDIN: O setor de compras deve observar atentamente os preços menores para aquisições afim de não haver má utilização do recurso público, sob pena de apuração de responsabilidade a quem deu causa ao erro. A justificativa da UG foi aceita uma vez que não é comum na mesma ata de registro de preços existirem dois itens diferentes (38 e 50) com as mesmas especificações, porém alertamos que a reincidência nesse erro será motivo de apuração de responsabilidade.</p>

		<p>O gestor deve observar a legislação quanto a não extrapolação de limite no uso da dispensa de licitação, por ser considerada uma exceção a regra, sendo assim a justificativa não foi aceita por esta AUDIN.</p> <p>Recomendamos à Reitoria apurar responsabilidade quanto a aquisição de material/serviço através de dispensa de licitação acima do limite permitido em Lei.</p>
<p>5.3.1. Ausência de comprovante de garantia, conforme determina a Cláusula Terceira do contrato (fls 203);</p> <p>5.14.1. Ausência de :</p> <p>a) assinatura e rubrica da autora às folhas do projeto (fls 04/12);</p> <p>5.21.1. Ausência de :</p> <p>a) assinatura e rubrica do autor às folhas do projeto (fls .03/13);</p> <p>b) assinatura e rubrica do autor às folhas do relatório (fls 23/33);</p> <p>5.22.1. Ausência de :</p> <p>a) assinatura e rubrica do autor às folhas do projeto (fls 04/07);</p> <p>5.27.1. Ausência de :</p> <p>a) “espelho” de reclassificação no SIAFI (NS – Nota de lançamento do sistema);</p> <p>b) numeração das folhas (fls 12/72), conforme orientações gerais constante no mapa de processo disponibilizado pela PROAD;</p> <p>5.28.1. Inclusão de folhas sem numeração entre as fls 33 e 34;</p> <p>5.32.1. Ausência de ateste no verso da NF 497 (fls 41);</p> <p>5.35.1. Ausência de rubrica, do responsável pela elaboração Mapa de Apuração, às fls 12/34;</p> <p>5.37.1. Ausência de ateste no verso da NF 000.000.407 (fls 13), constando apenas um carimbo de recebido comum;</p> <p>5.41.1. Processo n. 001407/2011-51: Ausência de relatório de prestação de contas e tickets de embarque;</p> <p>5.50.1. Processo n. 001067/2011-59: Ausência de relatório de prestação de contas, tickets de embarque e cópia do certificado;</p> <p>5.58.1. Processo n. 001272/2011-23: Ausência de assinatura do ordenador de despesas às fls 06;</p>	<p>34/2011 – EJN – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n.º 001/2011/DAP-Campus Pontes e Lacerda de 03/01/2012, o Chefe do DAP informou que procederam as inclusões dos documentos citados no item 6.1, exceto a constatação 5.3.1 que está em andamento.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação acatada e justificativa aceita. O comprovante de garantia será averiguado na próxima visita desta AUDIN ao campus.</p>
<p>5.27.2. Emissão de reforço no empenho e anulação do empenho inicial. Para suprimento de fundos sugere-se apenas anulação do saldo não gasto, conforme orientação no mapa de processo disponibilizado pela PROAD;</p> <p>5.33.1. Ausência de ordem de serviço, especialmente sobre o horário e data para realização do serviço dentro do campus;</p> <p>5.44.1. Processo n. 001127/2011-42: Ausência de relatório de prestação de contas e tickets de embarque. Entretanto, o proposto ainda estava no prazo para entrega desses documentos, devido o processo ter sido retirado do campus no dia 08.11.2011;</p> <p>5.45.1. Processo n. 000932/2011-59: Ausência de justificativa, quanto a saída da viagem ter ocorrido em um domingo, no formulário de solicitação de concessão de diárias e passagens (fls 02). Entretanto foi informado no SCDP (fls 06).</p>	<p>34/2011 – EJN – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Não houve manifestação.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação será averiguado na próxima visita desta AUDIN ao campus.</p>
<p>5.9.1. Regularidade Fiscal da empresa consta como vencida (fls 14) no ato da emissão da Ordem Bancária;</p> <p>5.14.1. Ausência de :</p> <p>b) despacho com fundamentação equivocada (fls18). A Orientação Normativa n. 18 define contrato por inexigibilidade para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao contrário de aulas para alunos. As atividades desenvolvidas com alunos devem ser realizadas com professores do quadro de pessoal, caso não seja possível deverá optar por contratação de professores substitutos (através do processo seletivo simplificado) ou na modalidade “inexigibilidade” em casos de palestrantes.</p> <p>5.14.2. Contratação sem prévio empenho, uma vez que a Nota de empenho foi emitida em maio/2011 (NE 80039 16/05/11 fls 22) e o curso foi ministrado em dezembro/2010 e fevereiro/2011 (cronograma do projeto fls 11);</p> <p>5.21.1. Ausência de :</p>	<p>32/2011 – EJN – Pregão e outros</p>	<p>Manifestação da UG: Através do Memorando n.º 001/2011/DAP-Campus Pontes e Lacerda de 03/01/2012, o Chefe do DAP informou que:</p> <p>a) 5.9.1. = a certidão tem data de validade até 13/09/2011 e a OB emitida em 30/08/2011, portanto estando dentro do prazo de validade;</p> <p>b) 5.14.1. b = foi necessário contratar profissionais para lecionarem matérias específicas em curso de extensão devido à conclusão de carga horária da primeira turma de secretariado no Campus. Sendo que não havia possibilidade de contratação de professor substituto e nem abertura de concurso público, optando pela extensão por ter profissionais no campus capacitados para ministrar determinadas disciplinas, mesmo não sendo docentes. E ainda que entendiam que tinham que resolver o problema, pois o prejuízo não poderia ficar com os alunos, e que a lei 8.112/90 dá a possibilidade de fazê-lo e assim fizeram;</p>

c) quadro demonstrativo do horário de execução do projeto pelo servidor técnico administrativo. No caso de conflito com o horário de trabalho no setor administrativo, haveria necessidade de apresentar quadro de compensação da jornada de trabalho, durante o período de aplicação do projeto, conforme Decreto 6.114/2007 Art. 8º.

5.21.2. Contratação sem prévio empenho, uma vez que a Nota de empenho foi emitida em junho/2011 (NE 000025 01/07/11 fls 52) e o curso foi ministrado entre junho e julho/2010 (carga horária do projeto fls 22), em observância a Lei 4.312/64;

5.21.3. Despacho com fundamentação equivocada (fls 48/49), uma vez que o pagamento da gratificação por encargo de curso e concurso somente pode ser pago através do SIAFI, caso haja impossibilidade de processamento no SIAPE, e obrigatoriamente atenda o inciso I Art. 2º do Decreto n. 6.114/2007, prevendo treinamento e aperfeiçoamento apenas para servidores, e não para alunos.

5.21.4. Objeto contratado sem licitação. A modalidade “Não se Aplica” usa-se apenas para casos em que não se aplica licitação.

As atividades desenvolvidas com alunos devem ser realizadas com professores do quadro de pessoal, caso não seja possível deverá optar por contratação de professores substitutos (através do processo seletivo simplificado) ou na modalidade “inexigibilidade” em casos de palestrantes.

5.22.1. Ausência de :

b) relatório de conclusão do curso;

c) quadro demonstrativo do horário de execução do projeto pela servidora técnica administrativo. No caso de conflito com o horário de trabalho no setor administrativo, haveria necessidade de apresentar quadro de compensação da jornada de trabalho, durante o período de aplicação do projeto, conforme Decreto 6.114/2007 Art. 8º.

5.22.2. Contratação sem prévio empenho, uma vez que a Nota de empenho foi emitida em julho/2011 (NE 000026 01/07/11 fls 36) e o curso foi ministrado em junho/2010 (fls 09/14), em observância a Lei 4.312/64;

5.22.3. Despacho com fundamentação equivocada (fls. 32/33), uma vez que o pagamento da gratificação por encargo de curso e concurso somente pode ser pago através do SIAFI, caso haja impossibilidade de processamento no SIAPE, e obrigatoriamente atenda o inciso I Art. 2º do Decreto n. 6.114/2007. A legislação prevê treinamento e aperfeiçoamento apenas para servidores e não para alunos.

5.37.2. Inclusão de DARF “estranho” ao processo (fls 17);

c) 5.14.2. = houve uma falha interna na comunicação em relação aos tramites do processo, por ser a primeira contratação de pessoa física para execução desse tipo de serviço, desde que o campus passou a executar seu orçamento/financeiro, não havia conhecimento por parte do departamento de Ensino quanto a necessidade de emissão de nota de empenho previamente à execução dos trabalhos. O Departamento de Administração só tomou conhecimento da necessidade de pagamento após a realização dos trabalhos, e entendeu que a prestadora de serviço não poderia arcar com o prejuízo, uma vez que seu trabalho já havia sido executado, decidiu-se por emitir a nota de empenho e realização de devido pagamento;

d) 5.21.1. = após a solicitação, o servidor apresentou quadro demonstrativo dos horários, justificando não haver conflitos entre o horário de execução do projeto (18h30 – 22h30) e o de trabalho do servidor (08h às 12h e das 14h às 18h);

e) 5.21.2. = não houve emissão de nota de empenho, mas o projeto fora executado para os alunos e conseqüentemente, solicitação de pagamento pelos serviços realizados. E ainda que em 20/07/2010 houve a tramitação de processo para pagamento através da folha de pagamento de pessoal, sendo negado pelo GDRH, com isso foi decidido pela Direção Geral do campus que o prestador de serviço não poderia ser prejudicado e então feito o pagamento pela modalidade Não se Aplica, via SIAFI, por isso o empenho foi emitido somente em 01/07/2011;

f) 5.21.3. = o pagamento do servidor foi feito pelo SIAFI, devido a recusa da DRSH em lançar na folha de pagamento, e uma vez que não poderia acarretar prejuízo ao servidor que prestou o serviço, foi decidido pela Direção Geral do campus o pagamento pela modalidade Não se Aplica, via SIAFI;

g) 5.21.4 = a direção do campus Pontes e Lacerda reconheceu que ao utilizar o fundamento legal da gratificação por encargo de curso e concurso não se atentou para o art. 2º, inciso I do Decreto 6.114/2007;

h) 5.22.1. = que foi solicitado à servidora técnica administrativa providencie o relatório de conclusão do curso e o quadro demonstrativo do horário de execução do projeto, porém a mesma encontra-se em usufruto de férias e quando retornar, será entregue a documentação;

i) 5.22.2. = não houve emissão de nota de empenho, mas o projeto fora executado para os alunos e conseqüentemente, solicitação de pagamento pelos serviços realizados. E ainda que em setembro/2010 houve a tramitação de processo para pagamento através da folha de pagamento de pessoal, sendo negado pelo GDRH, com isso foi decidido pela Direção Geral do campus que o prestador de serviço não poderia ser prejudicado e então feito o pagamento pela modalidade Não se Aplica, via SIAFI, por isso o empenho foi emitido somente em 01/07/2011;

j) 5.22.3. = o pagamento da servidora foi feito pelo SIAFI, devido a recusa da DRSH em lançar na folha de pagamento, e uma vez que não poderia acarretar prejuízo ao servidor que prestou o serviço, foi decidido pela Direção Geral do campus o pagamento pela modalidade Não se Aplica, via SIAFI;

k) 5.37. = houve um lapso na inclusão de um DARF, referente ao DANFE n.º 382; Manifestação da AUDIN: Justificativa aceita para as constatações 5.9.1.; 5.21.1.; 5.21.4.; 5.22.1.; 5.37.

Justificativas não aceitas para as contatações 5.14.1. b; 5.14.2.; 5.21.2.; 5.21.3.; 5.22.2., 5.22.3. que se referem à contratação de pessoas físicas pela modalidade Não se Aplica para ministrar aulas aos alunos. Com isso cabe ressaltar que:

a) a atividade fim do IFMT é o ensino, e por isso não pode haver terceirização de

		<p>carga horária nas disciplinas curriculares dos alunos, contratando pessoas físicas através do SIAFI para ministrarem aulas definidas no plano de ensino;</p> <p>b) a legislação é clara quanto a utilização da gratificação por encargo de curso e concurso somente para capacitação de servidores, não havendo margem a outra interpretação;</p> <p>c) a criação de curso sem a garantia no seu planejamento de uma estrutura física mínima e docentes suficientes, antes da oferta das vagas à sociedade, gera prejuízo aos alunos;</p> <p>Recomendamos ao Reitor a apuração de responsabilidade quanto à contratação de pessoas físicas, via SIAFI, para ministrarem aulas a alunos.</p>
1. Ausência de análise da requisição de serviço pelo ordenador de despesa (fls. 02), em desacordo com o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: Recomendação aceita. O projeto básico e solicitação serão encaminhados para prévia aprovação da autoridade competente.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Justificativa acatada. As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
2. Incorreção da informação constante do SIMEC sobre o nome do fiscal do contrato.	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: Os servidores designados pela Direção Geral para realização de inclusão dos dados no SIMEC são Lucimar Moreira da Silva e Valdivino Antonio da Costa Araujo. Apenas a primeira realizou o curso na PROAD. A servidora ao realizar as atualizações solicitadas, obteve êxito ao cadastrar o nome do fiscal do contrato; com relação à ausência de informações nas planilhas de medição que permitam acompanhamento do andamento e do histórico da obra, como medição anterior, acumulada e cronograma, foram solicitadas ao fiscal de contrato para que providenciasse junto a empresa contratada, não recebendo até o presente momento nenhum retorno das partes.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação parcialmente atendida. As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
3. Ausência de juntada aos autos das Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao projeto, execução e fiscalização, em desacordo com a Súmula 260 do TCU.	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: ART foi anexada aos autos do processo.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação atendida.</p>
4. Ausência de especificação, no edital e contrato, do prazo para apresentação da garantia. Tal providência, embora não prevista na legislação, é recomendada pelo Manual de Licitações e Contratos do TCU.	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: Recomendação aceita. O prazo para apresentação de garantia será colocado nos próximos editais.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
5. Ausência de informações nas planilhas de medição que permitam o acompanhamento do andamento e do histórico da obra, como colunas contendo informações sobre a medição anterior, medição acumulada e comparativo com o cronograma inicial da obra, em desacordo, inclusive, com as providências solicitadas no despacho nº 126/2011 (fls. 737/738), o que possibilita o acompanhamento da fiel observância ao contrato, conforme dispõe o artigo 66 da Lei nº 8.666/93;	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: Recomendação aceita. O fiscal do contrato já foi notificado quanto à necessidade das planilhas de medições conter todas as informações que possibilitem o acompanhamento da obra, como medição anterior, medição acumulada e atual, e comparativo com o cronograma físico financeiro.</p> <p>Manifestação da AUDIN: As providências serão acompanhadas nas próximas auditorias.</p>
6. Atraso no andamento da obra desde a primeira medição, em desacordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente previsto, em desatendimento ao artigo 66 da Lei nº 8.666/93.	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: Foi encaminhado memorando ao fiscal do contrato para que prestasse as informações referentes a este item, com prazo de entrega para 18 de janeiro de 2012, porém até a presente data de 24 de janeiro de 2012, não obtivemos nenhum documento formalizando a situação.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>
7. Improriedades na elaboração do aditivo ao contrato (Processo nº 23198.001597/2011-14): a) O processo foi iniciado pela solicitação do fiscal do contrato (fls. 02/03), datada de 14/10/2011, contendo uma planilha com os serviços a serem aditados, sem que houvesse, naquele momento, uma justificativa para tal aditivo nem projeto com as alterações. Posteriormente, em 16/11/2011, a empresa solicitou aditivo de prazo e valor, em razão de alteração do projeto inicial da guarita. Apresentou, na	Relatório 35/2011 – Construção do muro e guarita do campus Pontes e Lacerda.	<p>Manifestação da UG: a mesma situação do item anterior. Não recebemos do fiscal do contrato, nenhum documento formalizando a regularização dos itens.</p> <p>Manifestação da UG: A solicitação de aditivo contratual foi aberto novo processo e está de posse do fiscal do contrato.</p> <p>Manifestação da AUDIN: Recomendação mantida.</p>

<p>oportunidade, novo cronograma físico-financeiro, planilhas orçamentárias, composição de custos unitários e projetos gráficos (fls. 04/22). Constam do processo, também, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fls. 23: despacho da Diretora Geral do campus contendo a justificativa para a alteração do projeto. - Fls. 24: manifestação do autor do projeto, Engenheiro Civil do campus, informando que a empresa deve apresentar o projeto gráfico com as devidas alterações. - Fls. 25 a 27: manifestações do fiscal do contrato e do chefe do Departamento de Administração do campus favoráveis à solicitação de aditivo de prazo e de valor. <p>b) A solicitação de aditivo de serviços foi feita pelo fiscal do contrato, antes da realização da alteração ao projeto, em desacordo com a ordem cronológica dos fatos narrados nos autos e em desobediência, também, ao princípio da segregação de funções, uma vez que o mesmo servidor, posteriormente, emitiu parecer favorável à solicitação de aditivo.</p> <p>c) Justificativa apresentada para a alteração do projeto por motivos que demonstram falha na análise inicial do mesmo. Conforme despacho de fls. 23, o custo de manutenção e funcionamento das duas guaritas previstas inicialmente seria alto, razão pela qual foi solicitada a construção de apenas uma guarita, central, trazendo assim economia com funcionários para limpeza e segurança, além de material de limpeza, energia elétrica e água. Tal fato evidencia que não foi realizada de forma eficiente a análise dos requisitos constantes do artigo 12, inciso V, da Lei nº 8.666/93, quando da abertura do processo licitatório.</p> <p>d) Consta a fls. 06/15 que o valor do aditivo seria de R\$ 48.459,62, equivalente a 17,24% do valor do contrato. Todavia, a alteração tem por objeto a substituição da construção de <u>duas</u> guaritas, uma em cada lado do terreno, pela construção de uma apenas <u>uma</u> guarita, central. Assim, a alteração no projeto deveria ter acarretado redução, e não aumento de custos, tendo em vista a diminuição do número de guaritas.</p> <p>e) Elaboração do novo projeto, contendo as alterações, pela própria contratada, apesar do autor do projeto inicial ser servidor técnico-administrativo do campus (Engenheiro Civil). As alterações eventualmente necessárias devem ser realizadas pelo autor do projeto, bem como as especificações técnicas, planilha de custos e cronograma físico-financeiro, cabendo à empresa contratada apenas a execução do mesmo, após a assinatura do aditivo contratual.</p> <p>f) Ausência de identificação da autoria dos projetos gráficos apresentados pela contratada (fls. 16 a 22).</p> <p>g) Ausência de identificação da forma de realização da composição dos custos dos itens abaixo, constantes da planilha orçamentária de fls. 09, em desacordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Platibanda metálica em estrutura de metalon e chapa metálica; - Instalação de cumeeira metálica. <p>h) Não foi possível analisar o parecer jurídico, o instrumento do termo aditivo nem o instrumento de prorrogação de prazo e aditivo de valor da garantia contratual, uma vez que os mesmos não foram encaminhados a esta Auditoria Interna. Fica registrado o alerta de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os pareceres jurídicos devem ser prévios à assinatura dos termos aditivos; - a data de início da vigência do aditivo contratual não pode ser posterior à data de encerramento de vigência do contrato ao qual se refere. Não se prorroga o que já não existe mais. 		
---	--	--

Fonte: Auditoria Interna.

18 CONTRATOS DE GESTÃO

A Instituição não celebrou nenhum contrato de gestão no exercício de 2011.

19 TERMOS DE PARCERIA

A Instituição não celebrou nenhum termo de parceria no exercício de 2011.

20 DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT		26414	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, consolidado com Unidades Gestoras do IFMT (158144/Reitoria, 158333/Campus Cuiabá, 158334/Campus Cáceres, 158335/Campus São Vicente, 158492/Campus Campo Novo dos Parecis, 158493/Campus Juína, 158494/Campus Bela Vista, 158495/Campus Pontes e Lacerda, 158496/Campus Confresa, 158497/Campus Barra do Garças, 158498/Campus Rondonópolis) refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Os saldos da conta Estoques, subgrupo Bens em Circulação, grupo Ativo Não Financeiro, das Unidades Gestoras 158492 e 158494 do IFMT não refletem corretamente a situação patrimonial. Motivo: em fase implantação do sistema de controle de almoxarifado.</p> <p>b) Os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial das Unidades Gestoras 158144/158333/158335/158492/158493/158494/158495/158496/158497/158498. Motivo: implantação de novas unidades – em processo de transferência de bens entre as unidades gestoras.</p> <p>c) Os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial das Unidades Gestoras 158144/158492/158494. Motivo: falta/evolução incompatível com depreciação do ativo imobilizado – fase de implantação de sistema de controle patrimonial e de depreciação de ativos.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá-MT	Data	05/03/2012
Contador Responsável	Túlio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo	CRC n°	MT 012489-P

(Original assinado)

1 - Contexto Operacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT é uma instituição educacional, na forma jurídica de autarquia pública federal vinculada a Secretaria Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação – MEC. Nasceu da integração das antigas autarquias: Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Cuiabá, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

Atualmente o IFMT é composto por Unidades Gestoras Executadas, denominadas Campi, além de uma Unidade Gestora Executora principal, conforme relacionado abaixo:

Unidade Gestora - Executora com movimentação:

- 158144 Reitoria do IFMT – unidade principal,
- 158333 Campus Cuiabá;
- 158334 Campus Cáceres;
- 158335 Campus São Vicente;
- 158492 Campus Campo Novo dos Parecis;
- 158493 Campus Juína;
- 158494 Campus Bela Vista;
- 158495 Campus Pontes Lacerda;
- 158496 Campus Confresa;
- 158498 Campus Rondonópolis.

Unidade Gestora - Executora sem movimentação:

- 158497 Campus Barra do Garças – em implantação.

2 - Metodologia

As análises aqui constantes enforcou as informações consolidadas de todos os campi, incluindo a Reitoria do IFMT, como Órgão, ou ainda Unidade Jurisdicionada. Utilizamos basicamente o conjunto de Balanços Públicos da Administração Direta: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações, condizentes com a Lei nº 4.320/64 e seus Anexo – na íntegra abaixo.

Para extração dos demonstrativos contábeis foi utilizada a transação BALANSINT (Balanço Sintético Por Órgão) do Sistema de Administração Financeira do Poder Executivo Federal – SIAFI.

3 - Análise dos atos e fatos contábeis

O intuito não é fazer uma análise minuciosa de todas os atos e fatos praticados na contabilidade da Unidade Jurisdicionada IFMT, e sim evidenciar as principais práticas e movimentação de saldos ocorridas no exercício financeiro de 2011, bem como confrontá-los quando for o caso, com exercícios anteriores.

3.1. - Critério para avaliação de ativos

- Bens e Valores em Circulação – estoques: é adotado o preço médio ponderado das compras;
- Bens móveis e imóveis – imobilizado: é adotado a depreciação pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, cujas taxas estão conforme legislação pertinente. Observação: a partir exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado. Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que os mesmos já apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador passará a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo STN, após realizar o ajuste de seus valores.

3.2- Demonstrações contábeis

Balanco Orçamentário: São apresentadas nessa demonstração os valores da dotação recebida em confronto com a despesa executada. A execução orçamentária da unidade em 2011 reflete corretamente os valores alocados nos gastos correntes e de capital.

Balanco Financeiro: O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos financeiros, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte. No Balanço Financeiro da UJ de 2011 podemos notar o aumento dos ingressos e dispêndios em relação ao ano anterior, na ordem de 57,50%, decorrentes principalmente da execução de restos a pagar e do incremento de créditos orçamentários em relação a 2010 – expansão da Rede Federal.

Balanco Patrimonial: evidencia a posição das contas que constituem o Ativo e o Passivo, e o equilíbrio numérico estabelecido pelo Saldo Patrimonial positivo ou negativo, conforme a Lei nº 4.320/64, Art. 105. Os valores apresentados nesse demonstrativo, refletem a situação patrimonial da unidade em 2011, exceto no que se refere à:

- a) Os saldos da conta Estoques, subgrupo Bens em Circulação, grupo Ativo Não Financeiro, das Unidades Gestoras 158492 e 158494 do IFMT não refletem corretamente a situação patrimonial. Motivo: em fase implantação do sistema de controle de almoxarifado.
- b) Os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial das Unidades Gestoras 158144/158333/158335/158492/158493/158494/158495/158496/158497/158498.

Motivo: implantação de novas unidades – em processo de transferência de bens entre as unidades gestoras.

- c) Os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial das Unidades Gestoras 158144/158492/158494. Motivo: falta/evolução incompatível com depreciação do ativo imobilizado – fase de implantação de sistema de controle patrimonial e de depreciação de ativos.

Demonstração da Variação Patrimonial: evidencia as variações ocorridas no patrimônio resultante e independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial da unidade em 2011. As variações apresentadas nesse demonstrativo estão de acordo com a execução orçamentária e financeira da unidade em 2011.

3.3- Restos a pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2011 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em Restos a Pagar Não-Processados foi precedido de depuração das despesas pela anulação de empenhos, ou seja, verificando-se quais despesas deveriam ser inscritas em Restos a Pagar Não-Processados, anulando-se os demais empenhos. Durante o exercício foram consideradas despesas incorridas apenas as despesas liquidadas e no encerramento do exercício foram consideradas despesas executadas as despesas liquidadas e as inscritas em Restos a Pagar Não-Processados. Os Restos a Pagar Não-Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2011, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64.

TÚLIO MARCEL RUFINO DE VASCONCELOS FIGUEIREDO
Coordenador-Geral de Contabilidade do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(Original assinado)

Balço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO			EXERCÍCIO			MES		
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS			2011			DEZEMBRO		
SUBTÍTULO			EMISSÃO			PÁGINA		
26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO			05/03/2012			1		
ORÇAO SUPERIOR			26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS					
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	1.132.639,01	1.841.202,70	DESPESAS CORRENTES	136.922.881,05	111.558.877,18	DESPESAS CORRENTES	136.922.881,05	111.558.877,18
RECEITA PATRIMONIAL	357.036,30	350.106,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.384.523,42	73.513.962,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.384.523,42	73.513.962,37
RECEITA AGROPECUARIA	45.888,13	66.351,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.957.987,64	29.311.165,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.957.987,64	29.311.165,83
RECEITA DE SERVIÇOS	639.218,76	1.366.135,19	OUTRAS DESPESAS	37.957.987,64	29.311.165,83	OUTRAS DESPESAS	37.957.987,64	29.311.165,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.495,82	58.609,90	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	14.580.369,99	8.733.748,98	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	14.580.369,99	8.733.748,98
RECEITA CAP. ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.177.885,53	8.453.465,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.177.885,53	8.453.465,40
DEDUÇÕES DA RECEITA	-7.459,06	-1.358,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	402.484,46	280.283,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	402.484,46	280.283,58
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	169.107.330,51	146.302.371,06	DESPESAS DE CAPITAL	37.899.680,73	18.831.135,30	DESPESAS DE CAPITAL	37.899.680,73	18.831.135,30
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	169.041.232,95	141.308.678,93	INVESTIMENTOS	31.778.140,73	18.831.135,30	INVESTIMENTOS	31.778.140,73	18.831.135,30
REPASSE RECEBIDO	131.016.834,68	110.147.115,19	INVERSÕES FINANCEIRAS	6.121.000,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	6.121.000,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	33.551.414,93	19.764.446,82	DESPESAS ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	540,00	0,00	DESPESAS ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	540,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	33.551.414,93	19.764.446,82	INVESTIMENTOS	540,00	0,00	INVESTIMENTOS	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	5.526.643,76	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	43.371.249,75	35.396.959,12	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	43.371.249,75	35.396.959,12
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	4.472.983,34	5.870.473,16	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	42.440.926,73	30.349.986,85	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	42.440.926,73	30.349.986,85
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	66.097,56	4.993.692,13	REPASSE CONCEDIDO	45.000,00	0,00	REPASSE CONCEDIDO	45.000,00	0,00
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	66.097,56	30.000,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	33.551.414,93	19.764.446,82	SUB-REPASSE CONCEDIDO	33.551.414,93	19.764.446,82
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	66.097,56	30.000,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	33.551.414,93	19.764.446,82	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	33.551.414,93	19.764.446,82
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	4.963.692,13	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	8.844.511,80	10.585.540,03	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	8.844.511,80	10.585.540,03
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	274.922.598,26	133.451.104,47	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	930.323,02	5.046.972,27	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	930.323,02	5.046.972,27
VALORES EM CIRCULAÇÃO	47.476.556,19	25.476.918,99	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	873.714,32	30.000,00	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	873.714,32	30.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	47.434.824,52	25.420.985,42	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	873.714,32	30.000,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	873.714,32	30.000,00
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	37.978,01	37.978,01	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	56.608,70	5.016.972,27	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	56.608,70	5.016.972,27
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	17.955,56	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	226.981.680,82	116.411.088,18	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	226.981.680,82	116.411.088,18
OUTROS CREDITOS	3.753,66	17.955,56	VALORES EM CIRCULAÇÃO	90.765.054,48	47.476.556,19	VALORES EM CIRCULAÇÃO	90.765.054,48	47.476.556,19
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	14.714.984,96	10.585.540,03	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.727.903,62	47.434.824,52	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.727.903,62	47.434.824,52
VALORES DIFERIDOS	14.714.984,96	10.585.540,03	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	33.397,20	37.978,01	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	33.397,20	37.978,01
DEPOSITOS	246.394,43	238.700,59	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	3.753,66	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	3.753,66
CONSIGNAÇÕES	44.807,60	9.279,05	OUTROS CREDITOS	3.753,66	3.753,66	OUTROS CREDITOS	3.753,66	3.753,66
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	46.068,87	46.068,87	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.058.523,37	12.200.738,11	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.058.523,37	12.200.738,11
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	155.517,96	183.352,67	VALORES DIFERIDOS	15.058.523,37	12.200.738,11	VALORES DIFERIDOS	15.058.523,37	12.200.738,11
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	88.829.354,62	46.482.196,94	DEPOSITOS	238.700,59	244.854,31	DEPOSITOS	238.700,59	244.854,31
FORNECEDORES	2.026.967,61	1.748.027,15	CONSIGNAÇÕES	9.279,05	59.122,02	CONSIGNAÇÕES	9.279,05	59.122,02
DO EXERCÍCIO	1.816.254,32	1.164.094,30	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	46.068,87	60.824,35	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	46.068,87	60.824,35
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	210.713,29	583.932,85	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	183.352,67	124.907,94	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	183.352,67	124.907,94
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	678,86	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	43.553.327,48	19.511.185,05	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	43.553.327,48	19.511.185,05
RESTOS A PAGAR	49.067.809,25	25.642.207,79	FORNECEDORES	1.748.027,15	990.462,24	FORNECEDORES	1.748.027,15	990.462,24
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	46.958.999,50	22.713.988,37	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.748.027,15	990.462,24	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.748.027,15	990.462,24
CANCELADO	2.108.809,75	2.928.219,42	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	22.713.988,37	18.395.350,34	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	22.713.988,37	18.395.350,34
VALORES EM TRANSITO	4.314,13	2.302,51	VALORES EM TRANSITO	2.302,51	10.022,62	VALORES EM TRANSITO	2.302,51	10.022,62
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	610.000,00	0,00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	0,00	49.987,55	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	0,00	49.987,55
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	37.056.467,15	18.926.616,45	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	18.926.616,45	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	18.926.616,45	0,00
OUTROS DEBITOS	11.060,00	148.275,96	OUTROS DEBITOS	148.275,96	60.908,55	OUTROS DEBITOS	148.275,96	60.908,55

Balanco Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	MES
2011	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
05/03/2012	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADAÇÃO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.350.462,00	1.350.462,00	1.125.179,95	225.282,05	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	150.487.471,00	184.025.375,53	174.822.561,78	9.202.813,75
RECEITAS PATRIMONIAIS	376.811,00	376.811,00	355.663,55	21.147,45	DESPESAS CORRENTES	123.084.483,00	144.841.881,72	136.922.881,05	7.919.000,67
RECEITAS AGROPECUARIAS	83.135,00	83.135,00	45.836,13	37.298,87	PERSONAL E ENCARGOS SOCI	77.457.789,00	100.944.080,00	98.562.408,95	2.381.671,05
RECEITAS DE SERVICOS	890.516,00	890.516,00	633.600,96	256.915,04	OUTRAS DESPESAS CORREN	45.626.694,00	43.897.801,72	38.360.472,10	5.537.329,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	90.079,31	-90.079,31	DESPESAS DE CAPITAL	27.402.988,00	39.183.493,81	37.899.680,73	1.283.813,08
					INVESTIMENTOS	27.402.988,00	33.062.493,81	31.778.680,73	1.283.813,08
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.121.000,00	6.121.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.350.462,00	1.350.462,00	1.125.179,95	225.282,05	SUBTOTAL I	150.487.471,00	184.025.375,53	174.822.561,78	9.202.813,75
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	216.402,00	0,00	216.402,00					
TOTAL	1.350.462,00	1.566.864,00	1.125.179,95	441.684,05	TOTAL	150.487.471,00	184.025.375,53	174.822.561,78	9.202.813,75
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	173.697.381,83	-173.697.381,83	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.350.462,00	1.566.864,00	174.822.561,78	-173.255.697,78	TOTAL GERAL	150.487.471,00	184.025.375,53	174.822.561,78	9.202.813,75

Balço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
			05/03/2012		1	
ATIVO			PASSIVO			
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO	96.412.763,23	54.542.138,39	PASSIVO FINANCEIRO	95.811.451,10	54.377.568,10	
DISPONIVEL	1.174.725,41	1.195.109,04	DEPOSITOS	246.394,43	238.700,59	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	1.174.725,41	1.195.109,04	CONSIGNACOES	44.807,60	9.279,05	
CREDITOS EM CIRCULACAO	90.765.054,48	47.476.556,19	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	155.517,96	183.352,67	
CREDITOS A RECEBER	12.543.560,08	41.731,67	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	46.068,87	46.068,87	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.931.842,64	3.491.387,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	86.720.544,87	43.553.327,48	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	0,00	5.976.139,92	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.038.706,47	1.896.303,11	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	76.289.142,64	37.967.296,66	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.816.254,32	1.164.094,30	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	509,12	0,00	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	210.713,29	583.932,85	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.472.983,34	5.870.473,16	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	678,86	0,00	
VALORES DIFERIDOS	4.472.983,34	5.870.473,16	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
ATIVO NAO FINANCEIRO	64.835.590,41	82.270.832,87	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	11.060,00	148.275,96	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-69.767.234,29	-30.974.180,09	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	46.958.999,50	22.713.988,37	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-73.005.456,83	-33.081.309,43	A LIQUIDAR	46.958.999,50	22.713.988,37	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-76.289.142,64	-37.967.296,66	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	4.314,13	2.302,51	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICADA	-509,12	0,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	610.000,00	0,00	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.276.473,83	4.878.266,13	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	37.056.467,15	18.926.616,45	
RECURSOS VINCULADOS	7.721,10	7.721,10	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	52.057,62	14.117,04	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	3.238.222,54	2.107.129,34	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.844.511,80	10.585.540,03	
ESTOQUES	3.238.222,54	2.107.129,34	VALORES DIFERIDOS	8.844.511,80	10.585.540,03	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	20.746,91	19.796,91	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-83.071.591,97	-40.696.730,14	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	950,00	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-83.071.591,97	-40.696.730,14	
RECURSOS VINCULADOS	950,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	19.796,91	19.796,91	PROVISOES	943.874,68	943.874,68	
CREDITOS A RECEBER	19.796,91	19.796,91	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-37.056.467,15	-18.926.616,45	
PERMANENTE	134.582.077,79	113.225.216,05	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-37.056.467,15	-18.926.616,45	
IMOBILIZADO	134.541.794,67	113.205.246,53	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-46.958.999,50	-22.713.988,37	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	136.122.297,44	113.581.996,96	PASSIVO REAL	12.739.859,13	13.680.837,96	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.580.502,77	-376.750,43	PATRIMONIO LIQUIDO	148.508.494,51	123.132.133,30	
INTANGIVEL	40.283,12	19.969,52	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	122.914.657,23	
ATIVO REAL	161.248.353,64	136.812.971,26	PATRIMONIO	0,00	122.914.657,23	
			RESERVAS	293.536,66	217.476,07	
			RESULTADOS ACUMULADOS	148.214.957,85	0,00	
			RESULTADO DO EXERCICIO	25.300.300,62	0,00	
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	122.914.657,23	0,00	
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00	
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	161.248.353,64	136.812.971,26	
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-161.248.353,64	-136.812.971,26	
ATIVO COMPENSADO	7.812.652,54	8.119.855,59	PASSIVO COMPENSADO	7.812.652,54	8.119.855,59	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	7.812.652,54	8.119.855,59	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	7.812.652,54	8.119.855,59	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	18.237,02	24.554,29	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	18.237,02	24.554,29	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	5.322.748,12	7.965.151,30	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	5.322.748,12	7.965.151,30	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
EMISSAO 05/03/2012	PAGINA 2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.471.667,40	130.150,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.471.667,40	130.150,00
ATIVO	169.061.006,18	144.932.826,85	PASSIVO	169.061.006,18	144.932.826,85

Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	EMISSAO	05/03/2012	PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	224.892.947,37	170.405.351,56	ORCAMENTARIAS	217.316.257,48	160.803.746,29
RECEITAS CORRENTES	1.132.639,01	1.841.202,70	DESPESAS CORRENTES	136.922.881,05	111.558.877,18
RECEITA PATRIMONIAL	357.036,30	350.106,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.384.523,42	73.513.962,37
RECEITA AGROPECUARIA	45.888,13	66.351,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.957.987,64	29.311.165,83
RECEITA DE SERVICOS	639.218,76	1.366.135,19	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	14.580.369,99	8.733.748,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.495,82	58.609,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.177.885,53	8.453.465,40
DEDUCOES DA RECEITA	-7.459,06	-1.358,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	402.484,46	280.283,58
INTERFERENCIAS ATIVAS	169.041.232,95	141.308.678,93	DESPESAS DE CAPITAL	37.899.680,73	18.831.135,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	169.041.232,95	141.308.678,93	INVESTIMENTOS	31.778.140,73	18.831.135,30
REPASSE RECEBIDO	131.016.834,68	110.147.115,19	INVERSOES FINANCEIRAS	6.121.000,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	33.551.414,93	19.764.446,82	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	5.526.643,76	INVESTIMENTOS	540,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.472.983,34	5.870.473,16	INTERFERENCIAS PASSIVAS	42.440.926,73	30.349.986,85
MUTACOES ATIVAS	54.726.534,47	27.256.828,90	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	42.440.926,73	30.349.986,85
INCORPORACOES DE ATIVOS	12.342.302,92	8.413.488,67	REPASSE CONCEDIDO	45.000,00	0,00
AQUISICOES DE BENS	9.456.933,48	8.348.331,21	SUB-REPASSE CONCEDIDO	33.551.414,93	19.764.446,82
INCORPORACAO DE CREDITOS	2.885.369,44	65.157,46	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	8.844.511,80	10.585.540,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	42.384.231,55	18.843.340,23	MUTACOES PASSIVAS	52.768,97	63.746,96
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	213.301.029,03	217.089.860,39	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	52.768,97	63.746,96
INTERFERENCIAS ATIVAS	280.291,58	63.510.341,65	LIQUIDACAO DE CREDITOS	52.768,97	63.746,96
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	214.194,02	3.180.026,14	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	195.577.418,30	162.251.521,39
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	66.097,56	30.000,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.144.517,04	63.563.621,79
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	60.300.315,51	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	214.194,02	3.180.026,14
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	213.020.737,45	153.579.518,74	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	873.714,32	30.000,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	140.278.645,59	143.926.987,98	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	56.608,70	60.353.595,65
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	19.386.594,14	57.608.359,38	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	194.432.901,25	98.687.899,60
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	8.459.485,83	7.540.522,62	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	128.548.890,71	64.847.718,52
INCORPORACAO DE DIREITOS	112.432.565,62	78.778.105,98	BAIXA DE BENS IMOVEIS	10.057.533,40	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	62.156.551,81	8.848.909,57	BAIXA DE BENS MOVEIS	3.616.906,11	2.866.273,75
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.585.540,05	803.621,19	BAIXA DE DIREITOS	114.874.451,20	61.981.444,75
AJUSTES FINANCEIROS	10.585.540,03	803.621,19	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.203.752,34	376.750,43
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,02	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.203.752,34	376.750,43
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	58.763.507,27	33.450.818,65
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.916.750,94	12.612,00
			AJUSTES FINANCEIROS	5.903.823,67	0,00
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	12.927,27	12.612,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	25.300.300,62	64.439.944,27
			SUPERAVIT	25.300.300,62	64.439.944,27
VARIACOES ATIVAS	438.193.976,40	387.495.211,95	VARIACOES PASSIVAS	438.193.976,40	387.495.211,95

23 DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação Completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			26414
<p>Com base nas declarações responsáveis pelos contratos e convênios das Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, declaro para os devidos fins que as informações referentes a contratos firmados, encontram-se parcialmente disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reitoria: informações disponíveis e atualizadas; b) Campus Cuiabá: informações disponíveis e atualizadas; c) Campus Bela Vista: não apresentou a declaração; d) Campus Campo Novo do Parecis: informações disponíveis e atualizadas; e) Campus Juína: informações disponíveis e atualizadas; f) Campus Rondonópolis: informações disponíveis e atualizadas; g) Campus Confresa: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; h) Campus Pontes e Lacerda: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; i) Campus São Vicente: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; j) Campus Cáceres: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; <p>Ressalto que as informações parciais, se deve, ao fato as inconsistências e problemas operacionais/técnicos apresentadas pelo sistema SIASG em relação aos contratos sub-rogados das ex-autarquias para o IFMT.</p> <p>Não obstante, informo ainda que não constam nos registros desta Coordenação, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, firmados pela Instituição, passíveis de registro e atualização no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.</p> <p>Informo ainda, que cada Campus (Unidade Gestora) é responsável pela inserção e atualização dos dados constantes no SIASG e SICONV.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá - MT	Data	01/03/2012
Responsável nos Campi	Campus Cuiabá: Anna Carla Acosta Santos e José Vinicius da Costa Filho; Campus Campo Novo do Parecis: Jandilson Vitor da Silva Campus Pontes e Lacerda: Valdivino Antônio da Costa Araújo Campus Juína: Elaine Neris Campus Confresa: João Germano Rosinke Campus Cáceres: Rayonara Parente de Lima Campus São Vicente: Agnaldo Roberto Marinho Ferreira Campus Rondonópolis: Tiago Rodrigues Pereira Campus Bela Vista: Eltom Schalm		
Responsável	Emmanuel Fabiano Sabino Silvestre Coordenação-Geral de Gestão de Contratos e Convênios Josias do Espirito Santo Coringa Pró-Reitor de Administração		

(Original assinado)

24 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO (SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS)

Sobre a apuração de irregularidades temos as seguintes informações:

Tabela CXVIII. Falhas e/ou Irregularidades (Estrutura padrão para descrição de irregularidades verificadas, com ou sem dano apurado, e consequente caracterização da responsabilidade dos gestores envolvidos).

ACHADO	RESPONSÁVEL (matrícula siape)	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
Infração aos deveres funcionais previstos no art. 116, inciso I e X da Lei n. 8.112/11	1648148	2011	Infração aos deveres funcionais.	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria 100, de 01.02.2011	Aplicação de advertência
Apurar possível acumulação de cargo	0272285, 0272469, 3090313, 1577855, 6890472, 2346865, 1576671 e 2058922	2011	Acúmulo de cargo indevido	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria n. 197, de 22.02.2011.	Foi apurado que os servidores 0272285; 0242469; 3090313; 1577855; 6890472 e 2058922 estão em situação de acúmulo. Os servidores 2346865 e 1576671 estão em situação regular, porém devem ressarcir a dif. do regime de Ded. Exclusiva, no período em que possuíam outros vínculos.
Apurar os fatos mencionados na C.I. N° 022/2010/CPAT – IFMT Campus São Vicente.				Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria n. 153, de 15.02.2011.	
Apurar a existência ou não de pendências obrigacionais entre o IFMT e empresa TILLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, ref. ao Contrato n° 11/2008 (firmado pelo CEFET-Cuiabá).		2008 - 2011		Instauração de processo administrativo. Portaria n. 195, de 28.02.2011	A comissão concluiu que houveram falhas e impropriedades praticadas pela Administração no Processo Licitatório e no acompanhamento e fiscalização do contrato da

ACHADO	RESPONSÁVEL (matrícula siape)	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
					Obra de Construção e Reforma da UNED – Juína.
Acúmulo de Cargo	2058922	2011	Acúmulo de cargo indevido	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria n. 255, de 15.03.2011	O servidor reduziu a carga horária – de Ded. Exclusiva para 20 hs semanais.
Apurar a existência ou não de pendências obrigacionais entre o IFMT e empresa TILLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, ref. ao Contrato nº 16/2008 (firmado pelo CEFET-Cuiabá). UNED Confresa		2008 - 2011		Instauração de processo administrativo. Portaria n. 454, de 02.05.2011	A comissão concluiu que os problemas técnicos encontrados são mínimos, mas merecem destaque e devem ser tratados com especial atenção e a Empresa possuía um saldo a devolver em saldo a devolver de R\$ 621.202,13.
Apurar possível abandono de cargo do servidor	1755718	2011	Abandono de cargo	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria 625, de 27.05.2011	Foi declarada nulidade total do processo e instaurada novo PAD através da Portaria nº. 726, de 14.06.2011.
Apurar possível abandono de cargo do servidor	1755718	2011	Abandono de cargo	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria nº. 726, de 14.06.2011.	Foi declarada nulidade total do processo e instaurada novo PAD através da Portaria 726, de 14.06.2011
Apurar possíveis irregularidades praticadas no exercício da função.	1104125	2011	Infração aos deveres funcionais.	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria nº. 1.383, de 31.10.2011.	Os trabalhos da comissão do PAD ainda não foram concluídos.
Apurar possíveis regularidades e infração aos deveres funcionais.	1459791	2011	Infração aos deveres funcionais.	Instauração de processo administrativo disciplinar.	Os trabalhos da comissão do PAD ainda não foram

ACHADO	RESPONSÁVEL (matrícula siape)	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
				Portaria nº. 1.409, de 03.11.2011.	concluídos.
Apurar possível abandono de cargo do servidor	1755718	2011	Abandono de cargo	Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria nº. 1.668, de 22.12.2011.	Os trabalhos da comissão do PAD ainda não foram concluídos.
Apurar fatos quanto ao desaparecimento de bem do Campus Cuiabá	-	2011	Desaparecimento de bem.	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 270, de 16.03.2011.	Foi declarada nulidade total do processo e recomendado que seja utilizado Termo Circunstaciado Administrativo.
Apurar fatos atribuídos ao servidor em acidente com veículo oficial.	272273	2011	Servidor em acidente com veículo oficial.	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 325, de 31.03.2011.	A Comissão concluiu que o conjunto probatório foi insuficiente para verificar-se com precisão e justiça a ocorrência de culpa ou dolo no ato do servidor.
Apurar fatos atribuídos ao servidor em acidente com veículo oficial.	1761369	2011	Servidor em acidente com veículo oficial.	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 326, de 31.03.2011.	A Comissão concluiu que o conjunto probatório foi insuficiente para verificar-se com precisão e justiça a ocorrência de culpa ou dolo no ato do servidor.
Apurar a responsabilidade pela autorização de professores em Regime de Dedicção Exclusiva, vinculados ao extinto CEFETMT, a participar de atividades da FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO E DESENVOLVIMENTO	-	2000 -2004	Servidor em regime de dedicação exclusiva participando de atividade sem caráter esporádico	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 528, de 13.05.2011.	Foi declarada nulidade total do processo e instaurada nova Sindicância através da Portaria 22, de 11.01.2012

ACHADO	RESPONSÁVEL (matrícula siape)	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
TECNOLÓGICO DE MATO GROSSO-FUNDETEC, sem caráter esporádico					
Apurar a responsabilidade do servidor sobre a não extinção da Caixa de Assistência Escolar no prazo determinado pela Decisão 230/2002	272185	2000 - 2004	Infração aos deveres funcionais (Diretor Geral)	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 533, de 13.05.2011.	Comissão concluiu pela boa fé do servidor.
Apurar fatos relacionados a acidente em serviço sofrido por servidor.	1096316	2011	Acidente em serviço	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 635, de 31.05.2011.	Acidente em serviço, acontecimento fortuito, sem interveniência do servidor. Licença por 15 (quinze) dias.
Apurar os fatos quanto ao arrombamento e roubo no Campus Cuiabá.	-	2011	Dano ao patrimônio e roubo de bens.	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 651, de 03.06.2011.	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram concluídos.
Apurar fatos quanto ao desaparecimento de 01 notebook e 1 datashow no Campus Cuiabá	-	2011	Desaparecimento de bens	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 1052, de 10.08.2011.	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram concluídos.
Apurar fatos quanto ao desaparecimento de 01 notebook no Campus Cuiabá	-	2011	Desaparecimento de bem	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 1421, de 08.11.2011.	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram concluídos.
Apurar fatos quanto ao arrombamento de CPU e falta de peça em computador de Biblioteca do Campus Cuiabá	-	2011	Dano a bem	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 1422, de 08.11.2011.	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram concluídos.
Apurar fatos quanto ao desaparecimento de 01 notebook	-	2011	Desaparecimento de bem	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 1495,	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram

ACHADO	RESPONSÁVEL (matrícula siape)	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CONDUTA	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE
no Campus Cuiabá				de 24.11.2011.	concluídos.
Apurar fatos quanto ao arrombamento de sala e abertura de CPU no Campus Cuiabá	-	2011	Dano ao patrimônio e bem	Instauração de processo de sindicância. Portaria nº. 1496, de 24.11.2011.	Os trabalhos da comissão de Sindicância ainda não foram concluídos.

Fonte: DSGP e Gabinete da Reitoria

Em 2011, foram registrados a aplicação de 1 (uma) advertência e 1 (uma) suspensão a servidor pertencente ao quadro deste IFMT devido a Processo Administrativo aberto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC.

A equipe Diretiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso sente-se gratificada ao atingir mais um ano, com a obtenção de resultados altamente significativos no tocante a qualidade do Ensino ministrado em nossos campi, aos investimentos alocados para a infraestrutura física e aquisição de equipamentos, ao aumento significativo das matrículas em todas as modalidades de ensino, bem como, a um expressivo aumento de investimentos em capacitação de recursos humanos, entre outros.

No exercício de 2011 tivemos um ano de profundas transformações e realizações muito significativas para esta Instituição, principalmente com a implantação e funcionamento dos nossos 10 (dez) campi, que se deram graças ao dinamismo, a dedicação e o empenho de toda a nossa equipe de gestores, professores e técnico-administrativos. Mesmo diante das dificuldades orçamentárias e financeiras, impostas pelo governo, em função da crise financeira mundial, procuramos realizar as metas traçadas e dar impulso às aspirações de nossa comunidade Institucional.

É importante ressaltar que o sucesso alcançado pelo Instituto Federal de Mato Grosso está diretamente relacionado a nossa capacidade e empenho em atender às necessidades e expectativas da sociedade mato-grossense, portanto, as mesmas devem ser identificadas, atendidas e utilizadas para que se alcance a excelência e atenda aos anseios e necessidades educacionais da sociedade brasileira. Para que haja o fortalecimento Institucional e o alcance da qualidade tão desejada por toda a sociedade, o IFMT busca atender e satisfazer as necessidades e expectativas da sociedade e da comunidade institucional com as quais interage, sempre de forma ética, cumprindo a legislação e preservando o meio ambiente.

Tivemos em todos os desafios propostos por esta Administração à sua equipe de colaboradores, mesmo quando instigada, estimulada e provocada, uma resposta imediata, através de ações que retrataram a dedicação, o compromisso e a eficiência da nossa equipe, que no conjunto refletem, sem dúvida, o dinamismo de uma Instituição preparada para enfrentar os desafios da Era do Conhecimento e da Informação. A Direção do Instituto Federal de Mato Grosso, ao contemplar novos horizontes, visualiza que o cenário atual e futuro é mais desafiante e provocador, por isso, precisamos agregar valores à sociedade, respeitando seus anseios, ofertando uma diversidade de novos serviços e buscando parcerias para criar soluções diversificadas e inovadoras. Esse é o nosso papel, procurar atender e antecipar-se às necessidades da sociedade contribuindo para o seu desenvolvimento tecnológico, com confiabilidade, qualidade e responsabilidade ambiental.

JOSÉ BISPO BARBOSA
Reitor “Pro Tempore” do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(Original assinado)